



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA – PPGEM
DOUTORADO EM ESTUDOS DA MÍDIA**

**CRISE BRASILEIRA E CONFLITOS DISCURSIVOS: SOCIABILIDADES E
EMOÇÕES NAS CONVERSÇÕES DAS PÁGINAS DAS REVISTAS *VEJA* E *CARTA*
*CAPITAL NO FACEBOOK (2015-2016)***

GEILSON FERNANDES DE OLIVEIRA

NATAL - RN

2019

Geilson Fernandes de Oliveira

**CRISE BRASILEIRA E CONFLITOS DISCURSIVOS: SOCIABILIDADES E
EMOÇÕES NAS CONVERSÇÕES DAS PÁGINAS DAS REVISTAS *VEJA* E *CARTA*
*CAPITAL NO FACEBOOK (2015-2016)***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia – PPGEM, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Mídia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Pinto Coelho.

NATAL – RN

2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Central Zila Mamede

Oliveira, Geilson Fernandes de.

Crise brasileira e conflitos discursivos: sociabilidades e emoções nas conversações das páginas das revistas Veja e Carta Capital no facebook / Geilson Fernandes de Oliveira. - 2019. 221f.: il.

Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Natal, 2019.

Orientador: Dra. Maria das Graças Galvão Pinto Coelho.

1. Conversações em rede - Doutorado. 2. Crise política e econômica brasileira - Doutorado. 3. Sociabilidades - Doutorado. 4. Emoções - Doutorado. 5. Brasil contemporâneo - Doutorado. I. Coelho, Maria das Graças Galvão Pinto. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 316.772.5

GEILSON FERNANDES DE OLIVEIRA

**CRISE BRASILEIRA E CONFLITOS DISCURSIVOS: SOCIABILIDADES E
EMOÇÕES NAS CONVERSACÕES DAS PÁGINAS DAS REVISTAS VEJA E CARTA
CAPITAL NO FACEBOOK (2015-2016)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia – PPGEM, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Mídia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Pinto Coelho.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMIDORA

Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Pinto Coelho (UFRN)
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Furtado Veloso (UFRN)
Examinadora Interna

Prof. Dr. Marcelo Bolshaw Gomes (UFRN)
Examinador Interno

Prof^a. Dr^a. Adriana Andrade Braga (PUC-RJ)
Examinadora Externa

Prof^a. Dr^a. Marcília Luzia Gomes da Costa Mendes (UERN)
Examinadora Externa

NATAL – RN
2019

Aos meus pais, Francisco e Genilda.

AGRADECIMENTOS

Já tinha ouvido outras vezes que escrever uma tese é uma tarefa árdua e solitária. De fato, talvez essas duas palavras definam bem os embates e conflitos que caracterizam essa caminhada, porém, trocando o t da palavra solitária pelo d, acrescento que é um percurso, também, muito solidário, haja vista os inúmeros encontros (e porque não, também desencontros) que são engendrados, seja com as teorias e autores não conhecidos ou revisitados, seja com pessoas que por meio da amizade ou de uma palavra de incentivo, nos motiva e reorienta os passos até então dados.

Escrever uma tese em meio a um cenário político repleto de contradições não foi fácil, o que se acentuou pela escolha do estudo ser justamente acerca das sociabilidades e emoções expressas em rede nesse período tão conturbado. Se vivenciar esse período já é um desafio, imagine estudá-lo e ter que revistá-lo reiteradamente. Dito isto, não posso deixar de enfatizar que mais do que solitária, esse percurso mostrou-se repleto de solidariedade, motivo pelo qual não posso deixar de agradecer.

Nesse sentido, começo agradecendo a Deus por sempre me mostrar que os caminhos dEle são melhores e maiores que os meus. Reitero, também, o agradecimento aos meus pais, Francisco e Genilda, pois uma dedicatória talvez não seja o suficiente. Nenhum dos dois chegou a concluir sequer o ensino médio, porém isso não foi entrave para estimular e investir nos seus 4 filhos, os quais estudaram, se formaram e agora o mais novo se torna doutor. O primeiro da família, é válido ressaltar.

Agradeço aos meus 3 irmãos: Genilson, Gildeiza e Gilson, mais que bases, espelhos que me incentivaram e incentivam a seguir nessa caminhada, acreditando em mim muitas vezes mais do que eu mesmo. Aproveito também para agradecer aos meus sobrinhos: Júlia, Guilherme, Heitor e Gabi, por serem momentos de respiro em meio ao caos da vida cotidiana.

Agradeço a professora Dr^a. Maria das Graças Pinto Coelho, minha orientadora, que logo tornou-se uma grande parceira e incentivadora, figura essencial desse percurso. Obrigado por ser parte da minha formação, pelo apoio e relação de confiança, pelos olhares atentos e cuidadosos em relação aos textos escritos e reescritos.

Ao corpo docente do PPGEM, pelas discussões e aprendizados compartilhados. Aos secretários, em especial Ana Comissário, Luciana Leal e Jamal Singh, por sempre me receberem com um sorriso no rosto e prontos para me auxiliar da melhor forma possível.

Ao professor Fábio Malini (UFES) e ao seu orientando, Nelson Aloysio, pela coleta dos dados desta pesquisa.

Aos colegas de turma do PPGEM: Cleber, Fernando, Gabi, Gustavo, Karla, Kleyton, Marcelo, Rafaela e Thays, pela partilha dos medos, risos e cervejas.

A Pâmella Rochelle, Juliana Perez e Adriana Nogueira, pessoas que caminham comigo desde a graduação. Muito grato pela amizade, que ultrapassou os muros da universidade e se fortalece mesmo em meios aos desencontros e distâncias que a vida impõe.

A Marcília Luzia Gomes da Costa Mendes, uma das primeiras pessoas a enxergar a minha vocação para a vida acadêmica. Muito obrigado pela amizade, incentivo, confiança e gentileza. Sempre válido lembrar que és parte muito importante desse percurso. Agradeço por permanecer e continuar na caminhada, pelos olhares atentos quando do momento de qualificação e pelo cuidado em relação à leitura e análise do texto final desta tese.

Aos professores Marcelo Bolshaw Gomes e Socorro Furtado Veloso. Ao primeiro, pelas discussões sempre muito frutíferas quando dos encontros do nosso grupo de pesquisa, bem como pela acuidade quando da análise do texto da qualificação e, agora, do texto final da tese. Muito grato por aceitar participar desse momento. A segunda, reforço os agradecimentos pelo aceite ao convite de participar da banca final de defesa de tese, mas também pelas leituras e indicações atenciosas já feitas quando da realização dos seminários de pesquisa. Agradeço, de igual modo, pela sensibilidade e toque humano que dá nas relações com os seus alunos.

A professora Adriana Braga, por ter aceito o convite de participar da banca, pela leitura atenciosa e considerações feitas, as quais enriqueceram ainda mais os olhares em torno da pesquisa empreendida.

Ao professor João Freire Filho, pela leitura e sugestões indicadas em relação ao texto quando do momento de qualificação.

A Daiany Ferreira Dantas, a quem tenho grande admiração. Pela amizade, sensibilidade, partilha de saberes e atenção, meu muito obrigado.

Ao grupo de pesquisa GEMINI – Grupo de Estudos da Mídia (UFRN), pelos encontros, partilhas e discussões.

Aos amigos que encontrei pelo caminho e tornaram a caminhada mais fácil: Maísa Carvalho, Cândida Nobre, Viviane Limeira, Rosane Nunes, Mira Luz, Ben-Hur, Alice Andrade, Lídia Raquel e Amanda Medeiros. A Camila Lopes e John Willian, pelo reencontro e partilha.

A Aline e Adyson Sales, pela recepção, estadia e amizade. Sou grato por mais esse reencontro.

Aos alunos que tive e tenho, pelo aprendizado cotidiano e por me incentivarem a ser cada vez melhor.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa durante o desenvolvimento da pesquisa.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), instituição de inestimável valor para a vida de tantos jovens e para a nossa sociedade. Pela resistência, força e transformação que promove.

Agradeço as condições de possibilidades que me trouxeram até aqui. Sendo filho de agricultores que tiveram que trabalhar também como carpinteiro e costureira, entre outras ocupações, tenho ciência de que se cheguei até esse momento, não foi tão somente por mérito, mas pela promoção e ampliação de oportunidades, as quais os meus pais e muitos outros brasileiros não tiveram. Que possamos e continuemos a lutar pela ampliação dessas oportunidades e contra a perda de direitos.

Por fim, meu muito obrigado a todos aqueles que, direta ou indiretamente, próximos ou distantes, embora não aqui mencionados, torceram e contribuíram para a chegada deste momento.

Pode acontecer de um terremoto desenhar apenas uma ruga no solo; ou algumas fendas e rachaduras nas obras de arte, pontes e edifícios. Com a persistência milenar dos tremores, surge uma grande fissura na paisagem [...]. Visíveis e logo impressos nos mapas, esses traços e marcas revelam e ocultam uma fissura gigantesca no nível das placas baixas, que se movem lentamente e racham de repente nos invisíveis abismos tectônicos (SERRES, 2017, p. 7).

Neste momento em que alguns se inclinam a uma posição melancólica diante dos descaminhos do país, há de se lembrar que podemos sempre falar em nome da primeira pessoa do plural, e que esta será nossa força maior (SAFLATE, 2017, p. 142).

RESUMO

Esta tese analisa as conversações estabelecidas no espaço dos comentários das páginas das revistas *Veja* e *Carta Capital* no site de rede social *Facebook* durante os anos de 2015 e 2016, considerando o cenário de crise política e econômica brasileira e atentando para as sociabilidades forjadas neste contexto e as emoções que são reverberadas pelas trocas simbólicas efetivadas na rede. Para tanto, são utilizados os pressupostos da Etnometodologia e sua abordagem sobre a Análise da Conversa, a fim de se compreender os métodos culturais utilizados pelos comentadores para dar sustentação à prática da conversa e sentido aos seus posicionamentos. Os resultados indicam a predominância da sociabilidade do conflito nas conversações engendradas, os quais se dão em torno principalmente dos fatores que compõem a crise política e econômica brasileira, sendo premente a presença de emoções controversas na tessitura e produção de seus sentidos, com destaque para a raiva, o ódio e o ressentimento, elementos que apontam incongruências com significados representativos da sociedade brasileira como sendo alegre, cordial e acolhedora. Identifica-se, com efeito, a emergência de uma gramática sociocultural particular para lidar com os acontecimentos em curso e seus reflexos para as relações sociais – acirramento do conflito e irrupção de sentidos e horizontes de moralidade e justiça – aspectos que indicam transformações em torno das formas de convívio no Brasil contemporâneo.

Palavras-Chave: Conversações em rede; Crise política e econômica brasileira; Sociabilidades; Emoções; Brasil contemporâneo.

ABSTRACT

This thesis analyzes the conversations established in the comment space of the magazines *Veja* and *Carta Capital* on the social networking site Facebook during the years of 2015 and 2016, considering the scenario of Brazilian political and economic crisis and looking at the sociabilities forged in this context and the emotions that are reverberated by the symbolic exchanges carried out in the network. In order to do so, the assumptions of the Ethnomethodology and its approach on the Analysis of the Conversation are used, in order to understand the cultural methods used by the commentators to support the practice of the conversation and meaning to their positions. The results indicate the predominance of the sociability of the conflict in the engendered conversations, which are mainly based on the factors that compose the Brazilian political and economic crisis, being the presence of controversial emotions in the fabric and production of their senses, anger, hatred and resentment, elements that point to inconsistencies with meanings representative of Brazilian society as being cheerful, warm and welcoming. The emergence of a particular sociocultural grammar to deal with current events and their reflections on social relations - the intensification of conflict and the irruption of senses and horizons of morality and justice - is an aspect that indicates transformations around the forms of conviviality in contemporary Brazil.

Keywords: Network conversations; Brazilian political and economic crisis; Sociabilities; Emotions; Contemporary Brazil.

RESUMEN

Esta tesis analiza las conversaciones establecidas en el espacio de los comentarios de las páginas de las revistas *Veja* y *Carta Capital* en el sitio de redes sociales Facebook durante los años 2015 y 2016, considerando el escenario de crisis política y económica brasileña y atentando hacia las sociabilidades forjadas en este contexto y las emociones que son reverberadas por los intercambios simbólicos efectivos en la red. Para ello, se utilizan los presupuestos de la Etnometodología y su enfoque sobre el Análisis de la conversación, a fin de comprender los métodos culturales utilizados por los comentaristas para dar sustentación a la práctica de la conversación y sentido a sus posicionamientos. Los resultados indican la predominancia de la sociabilidad del conflicto en las conversaciones engendradas, que se dan en torno principalmente a los factores que componen la crisis política y económica brasileña, siendo apremiantes la presencia de emociones controvertidas en la tesisura y producción de sus sentidos, la rabia, el odio y el resentimiento, elementos que apuntan incongruencias con significados representativos de la sociedad brasileña como siendo alegre, cordial y acogedora. En efecto, se identifica la emergencia de una gramática sociocultural particular para lidiar con los acontecimientos en curso y sus reflejos para las relaciones sociales -recir el conflicto e irrupción de sentidos y horizontes de moralidad y justicia- aspecto que indican transformaciones en torno a las las formas de convivencia en el Brasil contemporáneo.

Palabras clave: Conversaciones en red; Crisis política y económica brasileña; la sociabilidad; las emociones; Brasil contemporáneo.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Recorrência da temática da crise política e econômica nos <i>posts</i> da <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> (2015-2016).....	26
GRÁFICO 2 – Comentários com respostas (<i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> , 2015-2016).....	50
GRÁFICO 3 – Índice de retorno (respostas que geraram conversação) nos comentários (<i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> , 2015-2016).....	50
GRÁFICO 4 – Número de respostas por mês (<i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> , 2015-2016).....	51
GRÁFICO 5 – A crise nas capas da revista <i>Carta Capital</i> (2013-2016).....	118
GRÁFICO 6 – A crise nas capas da revista <i>Veja</i> (2013-2016).....	118
GRÁFICO 7 – Recorrência da crise nos 10 <i>posts</i> mais comentados de cada mês das páginas da <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> (2015-2016).....	121

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Estrutura das conversações nas páginas do <i>Facebook</i>	44
IMAGEM 2 – A marcação de outros usuários.....	45
IMAGEM 3 – Mecanismo de reparo.....	46
IMAGEM 4 – O uso de <i>emoticons</i>	47
IMAGEM 5 – O uso de <i>emoticons</i>	47
IMAGEM 6 – O caráter objetivo das conversações.....	48
IMAGEM 7 – A sociabilidade nos comentários da <i>Veja</i>	63
IMAGEM 8 – Alinhamento de perspectivas.....	65
IMAGEM 9 – O conflito entre seguidor e revista (<i>Carta Capital</i>).....	68
IMAGEM 10 – O conflito entre seguidor e revista (<i>Veja</i>).....	69
IMAGEM 11 – O conflito entre seguidor e revista (<i>Carta Capital</i>).....	70
IMAGEM 12 – O conflito como discussão de ideias.....	71
IMAGEM 13 – As disputas em torno da constitucionalidade do <i>impeachment</i> (<i>Veja</i>).....	73
IMAGEM 14 – As disputas em torno da constitucionalidade do <i>impeachment</i> (<i>Carta Capital</i>).....	74
IMAGEM 15 – O conflito como forma de sociação (<i>Veja</i>).....	77
IMAGEM 16 – A composição dos grupos (<i>Veja</i>).....	78
IMAGENS 17 e 18 – Os pretensamente apolíticos (<i>Carta Capital</i>).....	82
IMAGEM 19 – Os pretensamente apolíticos (<i>Veja</i>).....	82
IMAGEM 20 – Intervenção militar (<i>Carta Capital</i>).....	83
IMAGEM 21 – Intervenção militar (<i>Veja</i>).....	84
IMAGEM 22 – Conflitos em torno do golpe e raiva (<i>Veja</i>).....	134
IMAGEM 23 – Urnas eletrônicas, contestação e raiva (<i>Carta Capital</i>).....	137
IMAGEM 24 – Emoções e quebra da sociabilidade (<i>Carta Capital</i>).....	139
IMAGEM 25 – O ódio como desejo de morte (<i>Veja</i>).....	141
IMAGEM 26 – O ódio como desejo de morte (<i>Veja</i>).....	141
IMAGEM 27 – O ódio como desejo de morte (<i>Veja</i>).....	143
IMAGEM 28 – Cunha, malvado favorito.....	145

IMAGEM 29 – Cunha, malvado favorito.....	146
IMAGEM 30 – O ódio contra Dilma (misoginia).....	149
IMAGEM 31 – O ódio contra Dilma (misogrinia).....	151
IMAGEM 32 – Dilma, ódio, nojo e misoginia.....	152
IMAGEM 33 – Reconhecimento do ódio (<i>Carta Capital</i>).....	154
IMAGEM 34 – Reconhecimento e negação do ódio (<i>Carta Capital</i>).....	154
IMAGENS 35 e 36 – Bolsa Família.....	156
IMAGEM 37 – Discurso de ódio.....	158
IMAGEM 38 – Ressentimento contra a esquerda (<i>Carta Capital</i>).....	162
IMAGEM 39 – Lula como objeto do ressentimento (<i>Veja</i>).....	163
IMAGEM 40 – Lula como objeto do ressentimento (<i>Veja</i>).....	164
IMAGEM 41 – O bolsa família como objeto do ressentimento.....	166
IMAGEM 42 – <i>Impeachment</i> e emergência de outros modos de pensar o Brasil.....	178
IMAGEM 43 – <i>Impeachment</i> e emergência de outros modos de pensar o Brasil.....	180
IMAGEM 44 – Tristeza e chacota (<i>schadenfreude</i>).....	181
IMAGEM 45 – O <i>impeachment</i> na <i>Carta Capital</i>	182
IMAGEM 46 – <i>Schadenfreude</i>	186

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Palavras mais usadas nos <i>posts</i> da <i>Veja</i> (2015-2016).....	122
FIGURA 2 – Palavras mais usadas nos <i>posts</i> da <i>Carta Capital</i> (2015-2016).....	122
FIGURAS 3 e 4 – Palavras e <i>hashtags</i> mais usadas nos comentários da <i>Veja</i> (2015-2016).....	124
FIGURAS 5 e 6 – Palavras e <i>hashtags</i> mais usadas nos comentários da <i>Carta Capital</i> (2015-2016).....	124

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Apresentação.....	16
1.2 Decisões e estratégias metodológicas: a construção do <i>corpus</i>.....	24
1.3 Etnometodologia e Análise da Conversa.....	28
1.4 A conversa como ponto de partida.....	35
2 CONVERSAÇÕES E SOCIABILIDADES EM REDE.....	41
2.1 A conversação mediada: tecendo os fios das trocas em rede.....	41
2.2 Sociabilidades em rede	52
2.3 O conflito	66
3 AS VÁRIAS CRISES CONTEMPORÂNEAS.....	86
3.1 Crise, mas que crise?.....	86
3.2 Crise à brasileira	94
3.3 O sismógrafo da mídia: a crise em <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i>	111
4 EMOÇÕES EM CAIXA ALTA.....	126
4.1 Identificando emoções, produzindo sentidos.....	126
4.2 Raiva e ódio.....	133
4.3 Uma emoção que não ousa dizer o seu nome: o ressentimento.....	159
4.4 Brasilidade em crise e emergência de outros sentidos.....	170
4.4.1 Imagens e imaginário do Brasil: revisitando conceitos.....	173
4.4.2 As emoções no/do Brasil contemporâneo.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS.....	200
APÊNDICES.....	212

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

No lugar, portanto, de uma comunidade argumentativa e consensual, produtora de normas e sentido num contexto intersubjetivo de livre discussão, emerge uma comunidade afetiva, de base estética, onde a paixão dos sujeitos mobiliza a discursividades das interações (SODRÉ, 2006, p. 66).

Nas sociedades contemporâneas, principalmente naquelas que passam por um forte processo de midiaticização de seus processos, as narrativas são continuamente remodeladas frente ao efusivo fluxo interacional das redes e suas múltiplas conexões e fios que tecem os acontecimentos, os quais contam cada vez mais com a participação dos atores sociais, sobretudo, através da produção de comentários em *sites* jornalísticos e de redes sociais. O quadro ora apresentado aponta para o rearranjo e desenvolvimento das formas contemporâneas de comunicação, a partir das quais se observa com demonstração cada vez mais expressiva na atualidade o quanto os sujeitos comuns participam e atuam diretamente não somente na produção dos sentidos dos conteúdos que consomem, mas, muitas vezes, na produção dos próprios conteúdos veiculados pelo polo emissor, fator impulsionado pelo crescimento do acesso dos indivíduos à internet, o que tem reconfigurado e potencializado os processos comunicacionais. Com efeito, a agregação de centenas de milhões de sujeitos que possuem esse acesso e estão presentes e atuantes nas redes sociais da internet aponta mais que um fenômeno sem precedentes, aspecto em constante intensificação, o que demonstra a ocorrência de um processamento de reordenação de práticas de todas as partes envolvidas, o que acaba por motivar olhares e observações mais acuradas daqueles que compõem o mundo acadêmico.

Nesse cenário, a penetração dos dispositivos técnicos e enunciativos da mídia se torna uma realidade premente na vida em sociedade, passando a estabelecer um *bios* próprio – o midiático, como o define Sodré (2002). Segundo o autor, em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles distingue três domínios a partir dos quais se desenvolvem as ações humanas: o *bios theoretikos* – referente ao conhecimento e a vida contemplativa; o *bios politikos* – da vida política e; o *bios apolaustikos* – da vida prazerosa. Além desses três âmbitos, Sodré acrescenta mais um que em sua visão está diretamente vinculado aos modos de vida do contemporâneo: o *bios midiático*. Conforme o autor, a mídia e seus dispositivos de enunciação não mais podem ser vistos como dizendo respeito a mera transmissão de

informações, devendo ser considerados, por sua vez, como uma verdadeira ambiência, uma forma de vida, a partir da qual outras práticas e sentidos se instauram e passam a (re)modelar os modos de sociabilidade e subjetividade até então existentes, sob novas formas de saber e sentir, articulando, assim, um novo *ethos* – enquanto consciência atuante e objetiva - também midiaticizado.

Como mencionado, frente a esse quadro, as sociabilidades e subjetividades são reconfiguradas, o que também ocorre com os seus modos de expressão, que hoje ganham corpo e visibilidade perpassados pelos processos de midiaticização, considerando os seus efeitos, agenciamentos e modulações que produzem, ao mesmo tempo em que o processo midiático em si é também reciprocamente influenciado e reordenado. Isso pode ser identificado especialmente quando se observam os usos e apropriações que os sujeitos fazem com as ferramentas dispostas na internet, como os *blogs*, *sites* de redes sociais etc. Nesses espaços, há uma apropriação de seus usos por parte dos indivíduos, que passam a modelar e configurar sociabilidades e modos de estar juntos contrastantes com os existentes nas formas de interações que necessitam da co-presença em um mesmo espaço-tempo. Exemplar disso são as modificações que ocorrem com a conversação, que uma vez transposta e (re)apropriada para as redes digitais, tem o seu caráter modificado no que concerne a sua estrutura e organização, o que não significa uma transformação total dessa prática, ou que a sua forma apresentada nas redes digitais venha a negar ou eliminar os seus modelos tidos como tradicionais, mas aponta reconfigurações que possuem incidência direta nas formas de se comunicar, para as relações interpessoais, trocas simbólicas e, paulatinamente, nos modos de ser e estar com o outro, o que por si só já indica a sua relevância e necessidade de maiores atenções.

É considerando essas questões que se desenvolve a presente tese, ao atentar para o diagnóstico das sociabilidades no tempo presente, marcadamente reconfigurada e atravessada por subjetividades que se produzem através de novos contextos. Levando em conta este aspecto e considerando a conversação como elemento básico pelo qual se constitui a sociabilidade e seus vínculos (SIMMEL, 2000), se pretende analisar as conversações estabelecidas em rede através dos comentários produzidos nas páginas do *site* de rede social¹

¹ Conforme Recuero (2009), as redes sociais têm a sua existência antes e independente dos *sites* de redes sociais. A diferença entre as redes sociais convencionais (que estruturam comunidades, tribos ou outros agrupamentos tradicionais) e as redes sociais da internet está no fato de que nessas últimas os laços e interações existentes nas redes sociais tradicionais (com base nas relações face a face) são transpostos para outra ambiência, a da internet. Melhor dizendo, “sites de redes sociais são os espaços utilizados para a expressão das redes sociais na Internet” (RECUERO, 2009, p. 102).

*Facebook*² das revistas *Veja*³ e *Carta Capital*⁴, visando refletir sobre a tessitura e organização das trocas ali estabelecidas, discutindo sobre as sociabilidades que despontam e as emoções daí reverberadas, especificamente no período de ápice da crise política e econômica brasileira.

Inicialmente inspirado na cultura universitária norte-americana, onde é comum a circulação de livros com fotos dos alunos, o *Facebook* é um *site* de rede social lançado em 2004. Em um primeiro momento, o serviço era restrito aos alunos da Universidade de Harvard, onde estudavam seus fundadores – Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes⁵ –, sendo gradualmente aberto para discentes de outras universidades antes de se tornar acessível ao público em geral, quando tem grande sucesso, a ponto de alcançar, em 2012, a marca de 1 bilhão de perfis ativos, número que já foi ultrapassado, pois, em 2017, chegou a 2 bilhões de perfis ativos⁶, mostrando-se como a rede social da internet atualmente mais utilizada em todo mundo⁷. No Brasil, país em que os *sites* de redes sociais são sucessos estrondosos, não é diferente, e o *Facebook* também é o mais acessado, motivo pelo qual foi escolhido para a presente pesquisa.

No *Facebook*, pessoas comuns podem construir perfis pessoais e constituir laços – que se estabelecem em sua maioria com pessoas já conhecidas fora da rede (RECUERO, 2008; 2008a). Além dos laços (de amizade, parentesco, proximidade etc.) que podem ser constituídos, as pessoas também podem postar e compartilhar informações que lhes são de interesse, bem como ter acesso as informações compartilhadas por outros indivíduos que façam parte de sua rede. Páginas⁸ institucionais também são comuns, de modo que muitas organizações, jornais e revistas tradicionais também se fazem presentes, igualmente produzindo e compartilhando informações, como ocorre com a *Veja* e *Carta Capital*. Para receber as informações dessas páginas é necessário que o indivíduo a “curta” ou a “siga”⁹.

² <https://www.facebook.com/>

³ <https://www.facebook.com/Veja/>

⁴ <https://www.facebook.com/CartaCapital/>

⁵ Para mais informações sobre o *Facebook*, ver: https://www.facebook.com/pg/facebook/about/?ref=page_internal.

⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2017/06/1896428-facebook-atinge-marca-de-2-bilhoes-de-usuarios-anuncia-zuckerberg.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2017.

⁷ Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2017/07/facebook-domina-ranking-de-redes-sociais-mais-usadas-no-mundo.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2017.

⁸ De acordo com o *Facebook*, “as páginas são destinadas às marcas, empresas, organizações e figuras públicas, para que possam criar uma presença no Facebook, enquanto os perfis representam indivíduos”. Disponível em: https://www.facebook.com/help/282489752085908/?helpref=hc_fnav. Acesso em: 07 dez. 2018.

⁹ Segundo o próprio *Facebook*, “curtir” uma página refere-se ao fato de apoiar e ver as suas atualizações no feed de notícias, já “seguir” diz respeito apenas à visualização das atualizações dessa página. Ao “curtir” uma página, o usuário automaticamente a segue, diferente de “seguir”, ação mais restrita. Disponível em: <https://www.facebook.com/help/216630288356463>. Acesso em: 08 dez. 2018.

A escolha pelas páginas das revistas acima citadas se deu pelo fato de ambas serem ativas na rede no que concerne à produção de conteúdo, bem como pelo número expressivo de curtidas e seguidores que possuem, o que favorece e explica o grande volume de conteúdos produzidos também pelos sujeitos que curtem ou seguem essas páginas por meio dos comentários. A *Veja*, para se ter uma ideia, é a página com maior quantidade de curtidas¹⁰ quando se observa o nicho das revistas jornalísticas no *Facebook*. Já a *Carta Capital* possui um número de curtidas menos expressivo¹¹ se comparado à *Veja*, porém também apresenta grande participação dos sujeitos que a seguem ou curtem através da produção de comentários. Afora essas questões, outro fator que motivou a escolha da página da *Carta Capital* se deu devido a postura política e editorial historicamente distinta da adotada pela *Veja*, que está à frente quando se fala do número de vendas de publicações impressas e quantidade de curtidas na rede de um grupo de revistas que compartilham posições políticas e ideológicas similares (como *Época*, *IstoÉ*, *Exame* etc.). Ao promover a seleção de páginas de segmento semelhante (o jornalismo de revista), mas com posições políticas contrastantes, o que se estende também quando se fala de seus públicos, que também são distintos, objetiva-se refletir sobre as aproximações e distanciamentos no que se refere às conversações, sociabilidades e emoções produzidas e agenciadas pelos atores presentes em ambas as páginas.

Para tanto, o recorte temporal das análises se baseia em um intervalo de dois anos, a saber, 2015 e 2016, período em que a crise política e econômica brasileira atinge um dos seus momentos mais elevados. No campo da economia, houve a queda nos investimentos e decréscimo do PIB (Produto Interno Bruto); no campo da política, compreende o pós-eleições 2014, o início do conturbado segundo mandato de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) em 2015, as manifestações pró e contra o seu *impeachment* (2015-2016), o *impeachment* propriamente dito (2016), a divulgação de escândalos de corrupção (Lava Jato¹²) e a ascensão de Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB¹³) ao poder em 2016, acontecimentos que foram amplamente acompanhados por uma torrente de

¹⁰ Um total de 7.161.770 de curtidas e 6.988.572 seguidores até 12 de fevereiro de 2019.

¹¹ 1.874.185 curtidas e 1.827.708 seguidores até 12 de fevereiro de 2019.

¹² A primeira fase da Operação Lava Jato foi deflagrada em 17 de março de 2014, com a prisão preventiva de dezenas de pessoas, como o doleiro Alberto Youssef. Até fevereiro de 2019, a operação já estava em sua 52ª fase. Mais informações em: http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1/copy_of_fases-da-lava-jato-2017. Acesso em: 12 fev. 2018.

¹³ Em dezembro de 2017, o partido voltou a ser chamado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tal qual a sua denominação durante o regime militar. Alguns críticos apontam que esse retorno se dá principalmente como uma tentativa de aplacar a crise de imagem da agremiação. Quando citado neste trabalho, contudo, será mantida a utilização da sigla PMDB, considerando que os acontecimentos em questão se deram quando a designação do partido ainda era esta. Mais informações sobre a mudança da sigla em: <http://pmdb.org.br/noticias/pmdb-muda-a-sigla-e-volta-a-ser-o-mdb/>. Acesso em: 23 dez. 2017.

comentários produzidos e expressos nos *sites* de redes sociais, os quais (re)produziam e (res)significavam os eventos em curso. Além de uma volumosa quantidade de produções sociodiscursivas, nesse intervalo de tempo se observa intenso contraste entre os posicionamentos que são demonstrados, logo, um solo fértil para a ocorrência de conflitos, o que evidencia ainda mais a necessidade de reflexões.

A demarcação desse período se dá levando em conta além de todos esses fatores, a irrupção de sociabilidades e emoções que passaram a desvelar outros sentidos sobre as relações sociais no Brasil, fortemente afetadas e moldadas pelo cenário de crise, quando o sentido de estabilidade dá lugar ao risco e ao medo, predispondo a necessidade de formas de ser e estar consigo e com os outros diferentes das precedentes. Destaca-se, porém, que apesar do período do recorte ser considerado como de ápice das instabilidades, há a necessidade de se pensar seus antecedentes, pois 2015 e 2016 não se tratam de períodos aleatórios e sem historicidade, tendo em vista a irrupção de acontecimentos anteriores que podem ser vistos como condições de possibilidades que promoveram rupturas significativas nas relações de convívio e nos processos políticos brasileiros, favorecendo a emergência do quadro analisado. Assim, há a necessidade de se retomar os acontecimentos que engendraram as jornadas de junho de 2013, evento complexo e de grande proeminência tanto no que se refere ao acontecimento em si, quanto no que diz respeito aos seus desdobramentos, até hoje ainda refletidos. As jornadas de junho de 2013 complexificam o cenário de crises já instalado, ganhando e fornecendo rumos imprevisíveis, especialmente quando suas forças são arregimentadas por grupos mais conservadores, como será melhor discutido e apresentado posteriormente.

Em termos acadêmicos e científicos, nota-se que enquanto se dá grande atenção a produção midiático-discursiva dos meios de comunicação tradicionais, objetivando se entender como a mídia construiu a crise, deu vazão aos seus significados ou o seu papel na intensificação de seus sentidos, ainda são escassas as tentativas de se refletir sobre os modos de apreensão formulados pelos sujeitos cada vez mais ativos nas redes, os quais na maioria das vezes são reduzidos a uma polarização simplificadora balizada por dicotomias, desconsiderando a existência de contradições ou as dinâmicas internas desses processos conversacionais. No processo de apreensão e produção de sentidos, são agenciados por parte dos sujeitos significados dos mais diversos sobre a narrativa que é construída, os quais não se reduzem a sua mera reprodução, mas passam por um processo de reapropriação e ressignificação. Tais sentidos são, inclusive, expressos nos mesmos espaços em que a narrativa corporativa é construída, na maioria das vezes, em um curto intervalo de tempo,

tudo isso através dos comentários – produzidos com direções (tanto em relação ao conteúdo publicado, quanto direcionado para outros comentários ou comentadores) e objetivos dos mais distintos (apoiar, contradizer, debater, etc.), dando origem e sustentação às conversações e, por conseguinte, a formas específicas de sociabilidade.

O interesse pelas conversações justifica-se a partir da observação de que apesar de ser uma prática recorrente no dia a dia do ser humano, além de base para o desenvolvimento de uma gama de trabalhos acadêmicos do campo das ciências sociais e humanas (quando lidam com a realização de entrevistas, por exemplo), a conversa em si raramente é investigada, como já apontava Coulon (1995, p. 73), ao enfatizar que “embora a linguagem esteja constantemente no coração do problema da coleta dos dados, a sociologia não fez dela um de seus temas de estudo”, argumento que ainda se mostra válido nos dias de hoje. No campo da Comunicação, especificamente, os estudos acerca da conversação também são incipientes, haja vista uma tradição de pesquisas mais voltadas para os discursos dos meios de comunicação e seus efeitos, como pode ser observado a partir de consultas realizadas aos bancos de teses e dissertações da área disponibilizado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Na contramão dessa perspectiva, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003) indicam que a conversa é o gênero mais básico da interação humana e a tomam como objeto de estudos, acreditando, assim como Berger e Luckmann (1985, p. 40), que com o “conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana”, como ocorre quando das conversações, a própria realidade vai sendo construída. Dessa forma, tem-se que as conversações são ações que produzem sentido não somente pela vontade ou necessidade de estar junto com os outros e compartilhar experiências, mas pelo seu caráter de transformação, construção e alteração da realidade.

Os comentários produzidos a partir das postagens das páginas já citados são aqui tomados como uma das formas de conversação que se estabelecem no *Facebook*¹⁴, tendo em vista as trocas interativas que representam, possuindo, desta maneira, características próprias. Crê-se que no espaço direcionado aos comentários se encontra uma riqueza de dados e questões que podem desvelar descobertas não só sobre os temas tratados pelas revistas e repercutidos pelos atores, mas sobre a disputa acerca de seus significados, sobre o processo de mediação que favorece um novo campo para a produção de conteúdos relativos a narrativa construída, bem como sobre as emoções que daí são reverberadas, suscitando o entendimento

¹⁴ Sobre as formas de conversação no *Facebook*, ver o primeiro tópico do segundo capítulo dessa tese.

dos regimes culturais e emocionais do presente. Além disso, salienta-se o quanto é comum em estudos que lidam ou se dedicam aos *sites* de redes sociais que os comentários sejam tomados somente em seu aspecto quantitativo, silenciando a multiplicidade de vozes e os potenciais conflitos que ali se apresentam.

Não raro, a produção de comentários que dão sustento as sociabilidades produzidas em rede é acompanhada e constituída por vínculos afetivos e emocionais que variam de acordo com a situação em jogo, podendo estar associada ao compartilhamento de felicidades e júbilos decorrentes de alguma ação ou acontecimento que foi visto como fonte sucesso, trocas marcadas pelo desprezo, quando se dá pouca atenção ao que o outro diz, até ódios e ressentimentos que podem acirrar ou acentuar a ocorrência de conflitos, sendo este último caso o mais identificado quando da coleta e análise dos dados no decorrer desta tese. As emoções, entendidas a partir de sua constituição social e vistas como esquemas ou padrões de ação que são internalizadas e acionadas de acordo com cada contexto (REZENDE, COELHO, 2010; KOURY, 2004; CLARKE, HOGGETT, THOMPSON, 2006 entre outros)¹⁵, atuam como vetores que intensificam as trocas efetivadas e dão novos contornos aos processos de sociabilidade.

Perceber a presença dessas emoções e dar o seu merecido destaque é de suma importância para se compreender como se configuram e se mantêm as conversações, pois na *web* – como também fora dela –, os indivíduos constroem e se se apropriam dos contextos comunicativos em que estabelecem suas conversações, firmando interesses, necessidades, laços afetivos, pertencimentos, tudo isso, fazendo uso de suas capacidades cognitivas de argumentação e reflexão, tendo como base os mais diferentes tipos de informações que tem acesso. Dar um novo relevo a estas práticas discursivas, as sociabilidades, emoções e

¹⁵ É comum, principalmente em alguns estudos que não tomam as emoções como categoria teórica, que os conceitos de emoção, afeto e sentimento sejam colocados como sinônimos. Todavia, é de suma importância estabelecer as suas diferenças. A noção de afeto (proveniente de *affectus* e *afectio*), segundo Sodré (2006, p. 28) está relacionada ao exercício de uma ação de um sobre outro, no sentido de afetar ou ser afetado por determinado elemento, o que produz uma forma de sentir, isto é, um sentimento, o qual está articulado especialmente com a dimensão subjetiva e particular. Já a emoção (do latim *emovere*, *emotus*) seria o movimento em direção a um outro, em consequência de uma certa tensão, que tem a sua forma de expressão condicionada por um contexto social e cultural determinado. Tal visão, é compartilhada por outros teóricos que se dedicam a essa temática, como Damásio (2012), que afirma que as emoções estão ligadas com as motivações que incentivam as condutas humanas, sendo um aspecto público e observável por outras pessoas na maioria das vezes, enquanto que as formas de ser afetados e de sentimento são acessíveis apenas ao próprio agente. Acrescentando à essa discussão, Han (2014), aponta que a emoção é sempre mais dinâmica e performativa se comparado aos afetos e sentimentos, o que retoma o sentido de uma ação ou movimento impulsionado por algo ou alguém, obedecendo, reafirma, determinados modos de conduta, como já observado por Marcel Mauss (1980) ao analisar os ritos funerários de sociedades tidas como primitivas na Austrália. Considerando essas definições, destaca-se o emprego do conceito de emoção/emoções neste trabalho, tomando como base as postulações agora apresentadas. Uma maior discussão sobre esse ponto pode ser consultada no capítulo 4.

subjetividades que demandam faz-se então necessário em um momento em que a sua produção é efervescente, como pode rapidamente ser visto ao se acessar os comentários em portais de notícias e/ou páginas jornalísticas com um grande número de seguidores ou curtidas nos *sites* de redes sociais.

Com base nas discussões e problematizações até aqui realizadas, a proposta de desenvolvimento desta pesquisa pretende refletir sobre a seguinte questão: como se configuram as sociabilidades e emoções engendradas por meio das conversações produzidas nas páginas das revistas *Veja* e *Carta Capital*? Diante disso, tem-se, então, como **objetivo geral** analisar como se constrói a sociabilidade nas conversações produzidas por meio dos comentários nas páginas das revistas citadas em *posts*¹⁶ referentes à crise política e econômica brasileira, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, e as emoções daí reverberadas, atentando para o que essas sociabilidades e emoções desvelam em se tratando da sociedade brasileira. Como **objetivos específicos**, destacam-se: a) descrever e interpretar, a partir das conversações, a emergência da sociabilidade do conflito nos comentários das páginas mencionadas; b) identificar e analisar quais emoções são mobilizadas a partir dessas relações de conflito e; c) compreender a atuação dessas emoções no engendramento da sociabilidade do conflito.

Almeja-se, com isto, um aprofundamento que visa compreender os agenciamentos elaborados por parte do público a partir das postagens das revistas em meio ao cenário de crise, superando concepções polarizadas ou dualistas sobre esse fenômeno, as quais além de colocar os sujeitos em polos com forças em equanimidade, também os pressupõem como totalmente opostas, supondo a existência de meras dicotomias, não dando espaço para outros comportamentos possíveis. Dessa maneira, o que se busca é entender a complexa teia de significados que são inerentes a estas sociabilidades e suas articulações com a questão das emoções.

De modo particular, o momento de encontro com a proposta de pesquisa aqui apresentada é marcado por muitas idas e vindas, como é comum de se acontecer no mundo acadêmico e científico. Porém, traz consigo um ponto que reúne diferentes interesses temáticos ao qual se retorna: a questão da sociabilidade e das emoções, assuntos já trabalhados quando do desenvolvimento de outras pesquisas e projetos, todavia, com vieses distintos – já que objetivava-se refletir sobre os discursos da felicidade na cultura contemporânea, igualmente mediados pelos dispositivos midiáticos de enunciação. Agora,

¹⁶ Mensagem ou conteúdo publicado em uma página da internet.

algumas perspectivas se ampliam e se renovam, ocasião em que outros objetos são colocados no horizonte investigativo, a fim de se entender sobre questões que insurgem e promovem inquietação – substantivo visto como premissa para o desenvolvimento de qualquer pesquisa.

Uma vez feitas essas considerações, nos demais tópicos que compõem essa introdução, são expostas e aprofundadas discussões acerca das decisões e estratégias metodológicas adotadas, envolvendo uma reflexão sobre a Etnometodologia, seus pressupostos e sua abordagem sobre a Análise da Conversa (AC). Realiza-se, ainda, um debate sobre a própria conversação – o ponto de partida para o desenvolvimento da tese, além da apresentação da estrutura final do trabalho.

1.2 Decisões e estratégias metodológicas: a construção do *corpus*

Entendida como parte indissociável no empreendimento de qualquer trabalho científico, a questão concernente ao método ou aos métodos de pesquisa muitas vezes é reduzida a um conjunto de regras e encaminhamentos que não raro desconsideram a sua própria possibilidade de aplicação, não levando em conta o fato de que os objetos de pesquisa sinalizam os possíveis métodos para a sua análise. Baseando-se nessa perspectiva e propondo outros olhares, no desenvolvimento desta tese, os procedimentos metodológicos e as diversas tomadas de decisões que lhes são relativas são vistas como pontos de partidas que requerem indispensável reflexão, haja vista ser um dos aspectos que além de perpassar todo o trabalho – desde o problema de pesquisa, os objetivos até os resultados –, lhes dá base e sustentação também teórica e epistemológica.

Partindo dessa premissa, com vistas a analisar as conversações estabelecidas nas páginas das revistas supracitadas no *Facebook*, a fim de refletir sobre as sociabilidades e emoções daí reverberadas, adota-se como perspectiva teórica e metodológica a Etnometodologia e seus diálogos e aplicações na Análise da Conversa (AC), considerando o potencial que tais abordagens possuem para investigações qualitativas de ordem microssociológica.

Antes de refletir sobre o método em si, é importante discorrer sobre o processo de coleta dos dados e as definições e estratégias tomadas para a composição do *corpus* empírico de análise, o que se mostrou já de início como um desafio metodológico, principalmente pelo fato de se estar lidando com uma grande quantidade de dados (*posts* e comentários) advindos das revistas *Veja* e *Carta Capital* no intervalo de tempo de dois anos. Essa característica

parece ser um dos principais impasses nas pesquisas que se propõem a investigar e refletir sobre dados das redes sociais digitais. Com a intensa e volumosa produção de dados, novos tipos de rastros deixados pelos seres humanos na *web*, o que caracteriza o cenário contemporâneo do *big data*, outras táticas e estratégias de pesquisa devem ser acionadas, sobretudo, pelo fato de que os dados, apesar de poderem revelar muitos aspectos de uma determinada realidade, não falam e nem possuem um valor explicativo por si só. O principal interesse e foco na análise desses “rastros”, segundo Rogers (2016, p. 5), “[...] não é mais o quanto a sociedade e a cultura estão online, mas sim como diagnosticar mudanças culturais e condições sociais por meio da internet”, o que pode ser elucidado justamente através da leitura desses rastros datificados.

Para a coleta dos comentários, foram utilizados mecanismos e técnicas específicas, fundamentadas, em sua maioria, em processos de extração e mineração de dados digitais via APIs¹⁷. Em um primeiro momento, a coleta dos dados buscou todos os *posts* das revistas durante os anos de 2015 e 2016, a fim de a partir daí se chegar aos seus comentários. Esse processo foi realizado por meio de uma parceria estabelecida entre os coordenadores do Grupo de Estudos da Mídia (GEMINI), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC), do Departamento de Comunicação Social (DECOM), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)¹⁸. Os resultados dessa primeira coleta apontaram um total de 29.497 *posts* das duas revistas, demonstrando o grande potencial de ambas na produção e reprodução de discursos.

Frente a essa quantidade expressiva de conteúdo, o que se multiplicava mais ainda quando da consideração de seus comentários, e a impossibilidade de dar conta desse universo, estratégias que pudessem afunilar o quadro apresentado foram operacionalizadas. Já que o foco da pesquisa se centra nas conversações, decidiu-se, então, enfatizar a busca pelos 10 *posts* mais comentados de cada mês, o que trouxe como resultado justamente aqueles em que o que fora noticiado/enunciado rendera maiores debates.

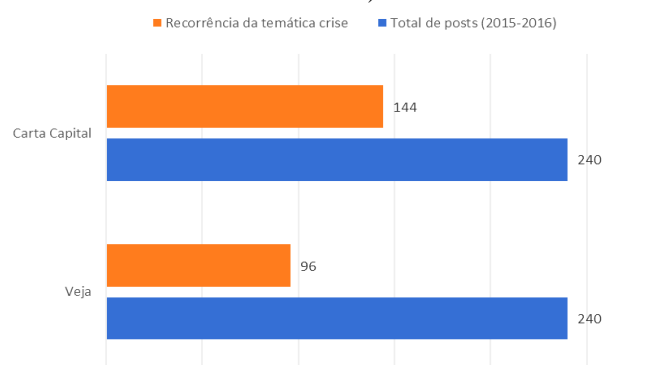
Realizado esse processo e resultando 240 *posts* de cada página, totalizando ainda 480, os dados foram tabulados e documentados, o que facilitou a seleção daqueles que são mais adiante trazidos para a análise. Uma das hipóteses levantadas foi de que nas postagens mais

¹⁷ A sigla API refere-se, em inglês, a denominação “*Application Programming Interface*”, que uma vez traduzida para o português significa “Interface de Programação de Aplicativos”. Trata-se de um conjunto de padrões e especificações de programação que os *sites*, como o *Facebook*, por exemplo, possuem. As APIs têm diferentes tipos de permissão de acesso e extração dos dados, o que está relacionado às políticas de privacidade de cada plataforma. Recentemente, alguns *sites* de redes sociais, como o *Facebook*, têm fechado cada vez mais a sua API, dificultando o acesso a determinados dados, como o nome (ID) dos usuários.

¹⁸ Os grupos citados têm como coordenadores, respectivamente, a professora Maria das Graças Pinto Coelho (UFRN) e o professor Fábio Malini (UFES), a quem reitera-se o agradecimento.

comentadas, haveria uma forte presença do fator crise política e econômica brasileira, elemento que justificou a seleção do recorte temporal. A hipótese foi confirmada e demonstrou a necessidade de se pensar novas estratégias, já que o número de *posts* ainda era muito volumoso, pois mesmo esquadrihando seus conteúdos com a finalidade de identificar quais discursivizavam elementos que remetessem a temática da crise, ainda resultava em uma quantidade considerada grande para pesquisas com viés qualitativo (gráfico 1)¹⁹. Para se chegar a esse diagnóstico, salienta-se que os 480 *posts* foram perscrutados um a um, uma vez que foi descartada a possibilidade de fazer uso de uma busca mais rápida via palavras-chave devido ao risco de se perder algum *post*, tendo em vista a multiplicidade de formas para se enunciar a crise que por si só já era multifacetada (termos como política, economia, escândalos de corrupção ou seus derivados, por exemplo, podiam não ter muito retorno, já que nos *posts* havia uma enunciação mais pautada nos cortes e quedas da economia e em figuras, operações e programas bem específicos, como Dilma, Lula, Temer, Cunha, Bolsa Família, Lava Jato, PT, PMDB, Aécio Neves e outros).

Gráfico 1 - Recorrência da temática da crise política e econômica nos *posts* da *Veja* e *Carta Capital* (2015-2016).



Fonte: elaborado pelo autor, 2018.

Diante de mais esse impasse, obedecendo ao princípio baseado no interesse pelas conversações, como resolução foi definido que seriam analisados qualitativamente através da Etnomedologia e Análise da Conversa os comentários dos *posts* que além de tratarem do tema da crise, fossem também os mais comentados de cada mês. Assim, resultaram um total de 48 *posts*, 24 de cada página (disponível no apêndice A). De modo geral, as postagens selecionadas tratam de elementos diversos que compuseram e compõem a crise política e econômica brasileira, tais como cortes econômicos, mobilizações pró e contra o *impeachment* de Dilma, corrupção (com destaque para a Operação Lava Jato), e o processo do *impeachment*

¹⁹ No capítulo 3, é apresentado gráfico que demonstra a recorrência da crise mês a mês nos 10 *posts* mais comentados das duas revistas (gráfico 7).

propriamente dito, tendo destaque as figuras de Lula, Dilma e Temer como os personagens mais recorrentes

Ainda levando em conta o viés predominantemente qualitativo das análises e tendo em vista o grande número de comentários produzidos²⁰ nos *posts*, foram estabelecidas algumas estratégias para a sua apreensão, como a seleção exclusiva dos 50 primeiros comentários²¹ de cada postagem selecionada e todas as respostas²² a eles direcionadas para a composição do *corpus* investigativo. Esta escolha se dá pela perspectiva empiricamente comprovada a partir de observações e de outros trabalhos desenvolvidos que após os 50 primeiros comentários, há uma forte tendência à redundância dos sentidos. Há, dessa forma, também um critério de saturação, ou seja, “[...] investigam-se diferentes representações, apenas até que a inclusão de novos estratos não acrescente mais nada de novo” (BAUER, AARTS, 2012, p. 59).

Destaca-se que nesse processo de coleta e análise não foram considerados os comentários que não possuíam respostas (já que a intenção é se observar a conversação), compostos tão somente por marcação de outros atores, apenas por imagem, *emoticons* ou *GIFs*²³, que direcionassem para outras páginas através de *links*, *spams*, em outras línguas, ininteligíveis e/ou repetidos. Reconhece-se que as imagens, os *emoticons* e os *GIFs* quando utilizados em uma conversação fazem parte da produção de sentidos e da narrativa que vai sendo costurada, porém, são aqui desconsideradas quando utilizados sem o texto escrito devido ao fato de que suas análises ampliariam as reflexões para outros campos, a saber, o da análise de imagens, o que não é de interesse em um primeiro momento.

Uma vez definido, o *corpus* apresentado fornece referencial significativo e representativo da realidade presente nas conversações produzidas através dos comentários. As escolhas tomadas trazem consigo as opções consideradas pelo pesquisador como mais promissoras para se atingir os objetivos inicialmente propostos, mesmo que possam revelar

²⁰ A título de exemplo, alguns *posts*, como o que enuncia sobre a decisão do *impeachment* de Dilma na página da *Veja*, em 31 de agosto de 2016, teve 15.901 comentários. Já o *post* com maior engajamento nesse mesmo dia na página da *Carta Capital* teve 3.488 comentários.

²¹ O *Facebook* disponibiliza três filtros para a organização e leitura dos comentários: 1) comentários mais relevantes – os comentários mais relevantes aparecem na parte superior; 2) mais recentes – os comentários novos e aqueles com novas respostas aparecem na parte superior, e; 3) comentários mais relevantes (sem filtro) – todos os comentários, incluindo comentários de *spam*, e em outros idiomas, sendo que os comentários mais relevantes aparecem na parte superior. O filtro utilizado para a leitura, interpretação e análise dos comentários foi o primeiro, valendo ressaltar que o *site* classifica como os mais relevantes aqueles que obtêm mais curtidas e respostas.

²² No espaço de conversação, o *Facebook* oferece a função “responder” logo abaixo ao comentário produzido, sendo uma alternativa à opção curtir (e mais recentemente, ao “*amei*”, “*haha*”, “*uau*”, “*triste*” e “*Grr*” – novas reações disponíveis). As respostas dos comentários são consideradas para análise devido ao seu potencial mobilizador de discussões, que podem tanto reforçar, refutar e ampliar os sentidos enunciados pelo comentário.

²³ Graphics Interchange Format (formato de intercâmbio de gráficos) é um formato de imagem muito usado na internet, principalmente nos *sites* de redes sociais, seja para imagens fixas ou animações.

certa arbitrariedade. Seguindo essa perspectiva, uma vez composto e apresentado o *corpus* analítico, os comentários são esquadrihados e refletidos em três etapas: 1) observação e compreensão da organização das conversas; 2) identificação das sociabilidades delas decorrentes e; 3) reflexão sobre as emoções reverberadas. Nesse empreendimento, ressalta-se de antemão que os três pontos citados – conversações, sociabilidades e emoções – são apresentados e propostos como eixos, no sentido utilizado por Braga (2011, p. 11), ao atentar que a metáfora do recorte parece isolar o objeto, enquanto eixo compreende as relações mutuamente ali presentes, as quais podem ser colocadas em torno e a serviço do problema investigado, no caso, com base nos pressupostos da Etnometodologia e Análise da conversa, alicerces metodológicos de análise da empiria que são apresentados e discutidos a seguir.

1.3 Etnometodologia e Análise da Conversa

A análise da conversa ou da conversação teve início na década de 1960, fortemente influenciada por duas correntes: a Etnometodologia e a Antropologia Cognitiva. As discussões desenvolvidas nesta tese, por sua vez, situam-se no campo de Análise da Conversação desenvolvida pela Etnometodologia, tendo em vista a sua maior proximidade com os objetivos propostos.

A Etnometodologia designa uma corrente sociológica desenvolvida nos Estados Unidos da América no final dos anos de 1960, tendo como marco fundador principal a publicação da obra *Studies in Ethnomethodology* (Estudos em Etnometodologia), em 1967, por Harold Garfinkel²⁴. A publicação dessa obra provocou algumas rupturas e embates no que se refere à sociologia tradicional que vinha sendo desenvolvida naquele país, pautada em sua maioria pela perspectiva da realidade social como fator determinante dos modos de vida e interação dos sujeitos, isto é, um paradigma essencialmente normativo. Além disso, no momento de sua publicização, a comunidade sociológica enfrentava um período de convulsões e redimensionamentos sobre os seus objetos e abordagens, o que de início fez com que a Etnometodologia não tivesse boa receptividade, a ponto de em alguns momentos ser descartada como um tipo de sociologia (COULON, 1995, p. 26).

Por definição, a etnometodologia pode ser vista, de acordo com Coulon (1995, p. 30) como “[...] a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões,

²⁴ No Brasil, a primeira versão traduzida dessa obra foi lançada em 2018, pela editora Vozes, com o título “Estudos de Etnometodologia”.

raciocinar”. Desta feita, tem-se a concepção não de uma teoria ou método de forma isolada, mas uma postura metodológica, por isso se tratando de “etnometodologias” ao invés de Etnometodologia. Aqui, tal atitude será adotada como uma perspectiva teórico-metodológica para se investigar as ações práticas do cotidiano investidas nas conversações, as quais, por esse viés, possuem sistematicidade e reflexividade em suas construções, não remetendo à aspectos previamente dados ou determinados, no sentido de uma causa e efeito, como muitas vezes pregado pela sociologia normativa ou tradicional.

Trata, à vista disso, da realidade do dia-a-dia, investigando como as “[...] pessoas se apropriam do conhecimento social e das ações (daí o uso do radical *etno*)”, no que diz respeito “[...] à forma metódica de como os membros de uma sociedade aplicam aquele seu saber sociocultural (daí o radical *metodologia*)” (MARCUSCHI, 2003, p. 7-8), baseando-se na premissa de que as pessoas não são inteiramente governadas ou dominadas pelas regras sociais, mas usuárias astutas de métodos pelos quais reelaboram os seus contextos, situações e a própria sociedade. A Etnometodologia busca, dessa forma, identificar, compreender e interpretar os métodos ou etnométodos que os sujeitos fazem uso para dar sentido as suas ações, característica que a classifica como uma microsociologia do cotidiano.

Essa perspectiva alicerçada no senso prático ou da vida cotidiana não era, até a emergência da Etnometodologia, objeto de estudos do campo sociológico. Segundo Garfinkel (2018), principalmente pela visão de que os saberes dessas esferas microsociológicas seriam “categorias residuais” em relação aos objetos abordados pela macrosociologia. Pelo viés Etnometodológico, tanto a visão macro quanto a micro se entrelaçam na construção dos saberes que os indivíduos partilham entre si, os quais assim como os fatos sociais, nunca são dados e estáveis, mas realizações práticas produzidas de forma contínua pelas atividades e vivências dos sujeitos em seu dia-a-dia. Tais premissas se distanciam das concepções de ação social de Talcott Parsons e se aproximam a de outros teóricos e escolas, como Alfred Schütz e o Interacionismo Simbólico.

É a partir dessas três correntes – ora concordo, ora discordando e reconstruindo – que o pensamento etnometodológico é desenvolvido, assinalam Coulon (1995, p. 9; 1995a, p. 18) e Heritage (1999, p. 321). Amplamente conhecido por sua teoria da ação social, Talcott Parsons foi o orientador da tese de Garfinkel, que revisitando a obra de seu professor lhe propôs perspectiva bem distinta. Para Parsons (1971), as motivações das ações dos atores sociais são constituídas em e integradas por modelos normativos, por meio dos quais são reguladas a ordem e controle da sociedade. Se tem, dessa forma, certa estabilidade da ordem social, responsável pela produção das normas absorvidas e reproduzidas pelos sujeitos. Ainda

conforme o sociólogo, o ator seria privado de reflexividade sobre as suas ações e, por essa razão, incapaz de analisar as relações em que estava situado.

Em contraposição, Garfinkel (2018) argumenta que a ação social estaria enraizada nas práticas do dia-a-dia e no senso comum, propondo que a relação entre sujeito e sociedade não se daria normativamente, mas baseada nos processos de interpretação, a partir dos quais os sujeitos atribuiriam sentido à situação e formulariam seus modos de ação. Parsons, segundo Garfinkel (2018), não teria construído uma teoria da ação, mas uma teoria das disposições para o agir, permeada de normas e passividade, como se o sujeito fosse um “idiota cultural” (GARFINKEL, 2018, p. 68; COULON, 1995, p. 93) sustentado e regido pelas ações que lhes seriam externas e determinantes. Nesse momento, se tem a passagem de um paradigma normativo (parsoniano) para um interpretativo (de cunho etnometodológico).

Muitas das críticas e redefinições relativas à teoria de Parsons feitas por Garfinkel tem sua fundamentação nos trabalhos de Alfred Schütz e sua fenomenologia social, que também teve importância decisiva para os trabalhos da Etnometodologia. De Schütz, toma-se, por exemplo, a perspectiva do mundo social como sendo o mundo da vida cotidiana, onde a compreensão dos sentidos das ações se acha sempre nas atividades corriqueiras da vida ordinária, no desenvolvimento e interpretação dos conhecimentos intersubjetivos. A tese geral da reciprocidade de perspectivas, do mesmo autor, também é adotada por Garfinkel. Em suma, a tese diz respeito a visão de que entre sujeito e sociedade, ou entre os próprios sujeitos, não há uma relação de sobre determinação de um sobre o outro, mas trocas contínuas que vão se estabelecendo ao longo da história e forjam o conhecimento da vida cotidiana (SCHUTZ, 1979, p. 178).

Por último, outra fonte das ideias postuladas pela Etnometodologia foi o Interacionismo Simbólico, corrente teórica que tem sua origem na “Escola de Chicago”. Semelhante ao que vinha se desenvolvendo e construindo, do Interacionismo Simbólico, a Etnometodologia adota a visão de que “o autêntico conhecimento sociológico nos é concedido na experiência imediata, nas interações de todos os dias” (COULON, 1995, p. 15). Para os interacionistas, os objetos sociais são construídos e reconstruídos de forma interminável e indeterminada, no sentido de que os seus significados se devem ao fato dos indivíduos lhes darem sentido no decurso de suas interações. Ainda compartilhando das premissas dessa corrente, a Etnometodologia dá ênfase às críticas direcionadas ao modelo sociológico tradicional, ainda marcado pelo uso recorrente de pesquisas quantitativas e as concepções de rigor e causalidade nas ciências sociais, revelando vieses positivistas.

Assim formulada por Garfinkel (2018), a Etnometodologia, nas palavras de Heritage (1999, p. 333), trouxe à tona e tornou empiricamente problemático o fato dos atores saberem o que estão fazendo – distinguindo-se das concepções sociológicas normativas –, e que este fazer é pautado pela compreensão reflexiva da organização do mundo social. A partir dos pressupostos explicitados, a Etnometodologia forja para si um vocabulário particular que, segundo Coulon (1995, p. 29) não é inteiramente novo, mas reconfigurado conforme os seus interesses. Dentre os conceitos que compõem esse arcabouço teórico, destacam-se: 1) prática, realização; 2) indicialidade; 3) reflexividade; 4) accountability e; 5) noção de membro.

Já nas primeiras linhas do primeiro capítulo de seu estudo inaugural sobre a Etnometodologia, intitulado “O que é etnometodologia”, Garfinkel (2018, p. 14) afirma que suas pesquisas buscam “[...] tratar atividades práticas, circunstâncias práticas e raciocínio sociológico prático como tópicos de estudo empírico e, ao dedicarem às atividades mais comuns do cotidiano a atenção usualmente dispensada a eventos extraordinários, procuram estudá-las como fenômenos em si”, chamando logo a atenção para a noção de prática e sua associação as ações e realizações corriqueiras. Visando estar mais próximo das realidades comuns da vida social, a ideia de prática como uma das premissas etnometodológicas revela uma visão das ações dos sujeitos como de ordem eminentemente prática e reflexiva, itens que compõem e constroem a realidade.

Arelada ao sentido de prática, a indicialidade assevera que “a vida social se constitui através da linguagem: não a dos gramáticos e dos linguistas, mas a da vida de todos os dias” (COULON, 1995, p. 32) e suas respectivas ações, que são atravessadas por propriedades indiciais. Melhor dizendo, não há um indício ou origem específica e única para as práticas ou seus significados, que devem sempre ter os seus contextos remetidos a fim de se obter uma interpretação mais profícua. Sobre isso, Coulon (1995, p. 37) reforça que falar em indicialidade significa que o sentido é sempre local e dependente de sua instância de produção, não possuindo generalização possível. No caso da conversa, a ideia de indicialidade é exemplar pelo fato de que uma palavra ou sentença em específico poderá ter significado distinto em cada situação particular em que a ação ou prática se desdobre. Adotando este caráter, na prática etnometodológica, se faz necessário que se vá além das informações que são previamente apresentadas, o que desvela o campo da Etnometodologia como também sustentado por métodos reflexivos.

A noção de reflexividade, por sua vez, como o próprio termo indica, refere-se à percepção de que em suas práticas cotidianas os sujeitos refletem sobre aquilo que fazem, não meramente reproduzindo o que lhes rodeia. “A reflexividade designa a equivalência entre

descrever e produzir uma interação, entre a compreensão e a expressão dessa compreensão” (COULON, 1995, p. 42). Nesses termos, os processos de descrição, interação, compreensão e expressão são tidos como momentos em que a reflexividade é realizada, com vistas a produzir e dar sustentação às trocas interativas. Porém, nem sempre há uma consciência evidente disso por parte dos sujeitos, assinala Coulon (1995, p. 41), o que reforça o sentido de uma racionalidade reflexiva prática. Já a *accountability*, termo inglês que uma vez traduzido significa prestação de contas e denota transparência e responsabilidade, é utilizado na Etnometodologia associado ao ponto de vista de que o mundo social é *accountable*, isto é, descritível, analisável e inteligível. Dessa maneira, compreende-se que a descritibilidade das práticas e dos métodos nelas impregnados são tangíveis e necessários no que se refere à sua compreensão.

Por último, a noção de membro não diz respeito tão somente, como em outros casos, à pertença a determinado grupo, mas ao domínio e (re)conhecimento da linguagem utilizada por ele (COULON, 1995, p. 47). Tornar-se um membro, assim, é mais que filiar-se a um grupo, pois exige o interesse pela aquisição da linguagem comum ali partilhada, a qual não se refere somente à uma gramática verbal, mas também as regras que estão inscritas nas práticas daquele agrupamento. “Um membro não é portanto apenas uma pessoa que respira e pensa. É uma pessoa dotada de um conjunto de modos de agir, de métodos, de atividades de *savoir-faire*, que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca” (COULON, 1995, p. 48). A partilha dos etnométodos entre aqueles que compõem o grupo, ou o seu aprendizado por parte dos recém-chegados é, então, o que lhes dá o *status* de membro, noção que demonstra o quanto os conceitos-chave mencionados estão interligados, pois para ser membro há a necessidade da comunhão de um conjunto de práticas que são reflexivas e descritíveis, além da inscrição em um contexto que lhes fornece as indicialidades. Contudo, é válido ressaltar que esta interrelação não quer dizer que as práticas sejam uniformizadas, mas apenas fornece indícios para melhor interpretá-las.

Promovidas essas discussões, qual seria, afinal, a relevância ou aplicabilidade da Etnometodologia para a Análise da Conversa (AC)? Em um primeiro momento, há de se lembrar que a AC tem a sua emergência no campo supracitado, com os estudos sobre os processos conversacionais, seus turnos e pares, desenvolvidos por Sacks, Schegloff e Jefferson (2003). Hoje, a AC também é desenvolvida por muitas outras áreas (como a linguística aplicada, estudo de gênero, pragmática, etc.), porém, é conveniente lembrar que independentemente do viés de abordagem, a sua característica principal permanece: o caráter prático das trocas informacionais.

Com o objetivo de definir a AC de ordem etnometodológica, Watson e Gastaldo (2015, p. 88) atestam:

[...] o termo Análise da Conversa designa a análise de senso comum, os etnométodos empregados pelas pessoas enquanto conversam, visando a produzir não somente frases, mas perguntas, respostas, convites, saudações, despedidas etc. Esta “análise prática” ocorre durante as conversas dos interlocutores, que ao mesmo tempo produzem e monitoram sequências discursivas alternadas, na complexa atividade prática de conversar.

Corroborando com o exposto, Coulon (1995a, p. 40) pontua que a AC de abordagem etnometodológica tem como objeto a linguagem natural expressa pelas conversas, ressaltando que esse natural deve ser entendido não como algo que se distingue do social, mas no sentido de uma linguagem cotidiana e ordinariamente compartilhada, a qual não sofreu nenhuma interferência do pesquisador, acreditando que nela se expressa um sistema de organização bem estruturado e metodicamente organizado. Isso quer dizer que quando um indivíduo formula e expressa um texto verbal, há um processo de reflexividade prática que lhe possibilita a escolha de determinados termos, por exemplo, para cada situação comunicativa. Esse processo é permeado pelo uso de métodos ou etnométodos distintos, que uma vez articulados com o contexto, os interesses e objetivos demandados, são postos em cena. O viés etnometodológico possibilita, então, para a AC, um modo de leitura e interpretação que ultrapassa as ideias de causalidade ou prática irrefletida, desvendando não só os mecanismos pelos quais se estrutura e organiza a conversa, mas também os seus sentidos.

No campo da Etnometodologia, a AC é vista como o programa mais avançado (COULON, 1995; COULON, 1995a; WATSON, GASTALDO, 2015), pelo menos nos Estados Unidos, haja vista a sua irrupção logo após os estudos inaugurais de Garfinkel (2018), chegando em alguns momentos a ser considerada como um campo autônomo distinto da Etnometodologia. A AC também é vista como a abordagem microssociológica mais radical, pois “[...] como seria possível imaginar quadro menor de análise do que aquele que se realiza nas interações verbais efetuadas no decorrer de nossa vida cotidiana?” (COULON, 1995a, p. 39). Todavia, reforça-se que por ser classificada como uma microssociologia, não quer dizer que o macro não esteja presente, pois é na conversa, segundo Coulon (1995a, p. 41-42) que há uma efetiva interação entre ambas as perspectivas – macro e micro sociológica –, pois “enquanto conjunto coerente de práticas ou regras sociais, a conversação constitui uma “estrutura de ação” e escapa assim à polaridade entre individual e coletivo”.

Para se proceder a aplicação da AC, Watson e Gastaldo (2015, p. 112) sublinham uma questão básica: “[...] é preciso estar socializado(a) em uma competência conversacional cotidiana, isto é, ser nativo de uma linguagem”. Além disso, crê-se como necessário também que os processos conversacionais em análise sejam materializados em algum suporte, seja gravado ou transcrito, para que dessa forma se possa sempre retornar a eles para se investigar a sua constituição. No caso das conversações analisadas nesta tese, o seu suporte material tem como base arquivos de dados produzidos em *softwares* de edição e tabulação (*word* e *excel*, por exemplo), compartilhados e resguardados em nuvens digitais, além das próprias páginas na internet em que as conversas foram produzidas.

Enquanto uma atitude metodológica, a Etnometodologia requer “[...] que o pesquisador perceba o mundo do ator “do ponto de vista do ator”, a fim de poder identificar e compreender suas ações” (COULON, 1995a, p. 29), evitando a ocorrência de (pré)conceitos, desvelando suas proximidades com as pesquisas etnográficas (COULON, 1995, p. 85), nas quais se faz necessário transformar o exótico em natural e o natural em exótico. Outra característica da prática etnometodológica é o uso da descrição como ferramenta interpretativa, pois “na medida em que essa corrente tem como objetivo mostrar os meios utilizados pelos membros para organizar a vida social em comum, a primeira tarefa de uma estratégia de pesquisa etnometodológica é descrever o que fazem os membros” (COULON, 1995, p. 111).

Acredita-se que juntos, todos esses elementos têm fundamental importância para se observar as conversações estabelecidas nas páginas das revistas já citadas no *site* de rede social *Facebook*, possibilitando mais do que a compreensão da organização das conversas, a identificação e compreensão dos sentidos que dão sustento as sociabilidades emergentes e as emoções delas advindas. Relativo a este último ponto, propõe-se o acompanhamento da concepção elaborada por Aristóteles, para quem não há discurso sem *pathos*, pressuposto aventado por Courtine (2016), ao responder sobre como abordar o problema das emoções, quando afirma que aquilo “o que produz os laços entre as emoções e o discurso é o caráter coletivo de muitas dessas emoções, o caráter histórico de todas elas [...]” (COURTINE, 2016, p. 20). Courtine (2016, p. 22) ainda ressalta que as emoções não podem ter outra existência material que não seja a linguagem, ou seja, o próprio discurso, que sempre está amarrado a condições de produção históricas, sociais e culturais particulares. Tais pressupostos são compartilhados pela perspectiva etnometodológica, haja vista o olhar voltado para o contexto de produção de seus objetos de análise, compreendidos também pelo seu caráter prático-reflexivo e formas de expressão que se dão por meio de métodos culturais específicos. No

sentido de apreender melhor esses elementos, se mostra a necessidade de discorrer e refletir sobre a base por meio da qual as sociabilidades e emoções investigadas se exteriorizam: a conversa.

1.4 A conversa como ponto de partida

A conversa (ou conversação²⁵, entendida como o ato de conversar) pode ser vista como uma das práticas mais recorrentes da vida cotidiana, de modo que seria difícil imaginar a formação e desenvolvimento das sociedades sem a sua presença. Através dela, as pessoas interagem e se relacionam, momento no qual podem ser expostas e compartilhadas opiniões e ideias. Também considerada como a primeira forma de comunicação verbal a que os indivíduos são expostos, a conversa é tida como uma “matriz para a aquisição da linguagem” (LEVINSON, 1983, p. 284), haja vista as trocas que se estabelecem desde a formação da criança, de tal modo que durante o curso da vida nunca é abandonada, mas reestruturada.

Em *A retórica*, Aristóteles (2007) toma a conversa (no sentido de debate ou uma discussão) a partir da perspectiva da persuasão, indicando que os envolvidos sempre exercem, um sobre os outros, influências mútuas, havendo casos em que o principal interesse da conversa é de fato persuadir ou convencer o outro a partir de técnicas específicas (como no caso dos discursos ou debates mais formais). Na Grécia antiga, a dialética foi entendida como a arte do diálogo, isto é, a arte de conversar, sendo esta concepção uma das bases da filosofia desenvolvida por Platão. Para este último, a verdade tem como uma de suas bases ou princípios o diálogo, no sentido de que a partir da troca de ideias, o sujeito se aproxima da concepção do verdadeiro. Esse posicionamento, porém, pressupõe que o diálogo acontece sobre um princípio de identidade, ou seja, entre iguais, que possuem objetivos semelhantes. No entanto, outro filósofo, Heráclito, já apontava que a conversa existe somente entre os diferentes, acreditando que não é a concórdia que conduz o diálogo, mas a divergência e a possibilidade de conflitos (DURANT, 1996).

Para Marcuschi (2003, p. 5), a conversa é “[...] a prática social mais comum no dia-a-dia do ser humano”, perspectiva semelhante à de Sacks, Schegloff e Jefferson (2003) quando também a definem, como já visto, como o gênero mais básico dos processos de interação humana, posição também compartilhada por Simmel (2000), ao considerá-la como o instrumento mais utilizado na constituição das interações e base das sociabilidades que se

²⁵ Apesar do reconhecimento das diferenças lexicais entre conversa, diálogo e conversação, esses termos serão utilizados como sinônimos no decorrer do trabalho.

produzem na vida em comum, possuindo, segundo o autor, um fim em si mesma, de modo que os conteúdos que carrega, por sua vez, são os fios condutores que atuam na sua estimulação e produção de sentidos que vão demarcar as trocas e possibilitar a vivacidade das relações, sendo de fundamental importância, nessa direção, a presença de um outro. Esse ponto de vista é compartilhado por Elias (1995), ao tratar da questão das relações sociais, quando defende que nas interações, o que pode ser estendido para a conversação, a relação com o outro é responsável por motivar e desafiar a apresentação de outras proposições, de modo que os envolvidos incorporam os enunciados alheios, mesmo sem se darem conta, muitas vezes para o desenvolvimento de seus próprios argumentos, havendo, portanto, uma relação de interdependência ou interinfluências que redefinem mutuamente os significados das trocas empreendidas.

De modo similar, Goffman (1981) estuda a conversação como o equivalente a um encontro falado, dando atenção ao seu caráter ritualístico, considerando-a como um processo atravessado pela dimensão cultural. Enquanto um ritual, o autor assinala que nos processos conversacionais podem ser observadas formas determinadas de agir para se iniciar, manter ou terminar uma conversa, por exemplo, as quais por serem rituais e se apresentarem em determinado contexto, são reciprocamente entendidas. Outro ponto destacado pelo autor é que durante as conversas, os atores constroem e fornecem voluntária ou involuntariamente, mecanismos que produzem modos de expressão de si mesmos, o que pode contribuir para influenciar os sujeitos envolvidos.

Por sua vez, Flusser (2007, p. 58) destaca que aquilo “[...] que transforma o caos em cosmos é a possibilidade de conversação, é o vai e vem da língua [...]”, apontando que o intelecto e o território da realidade são expandidos por meio da conversação, fenômeno identificado pelo autor como o alicerce da ciência. Ou seja, é a partir das trocas, discussões e debates que os diferentes pontos de vista ganham organicidade e possibilitam o surgimento de uma nova compreensão, a qual também nunca é estanque.

Como fator unificador entre esses autores, se observam concepções sobre a conversa que se mostram direcionadas principalmente para as interações orais que ocorrem através de encontros presenciais ou, em alguns casos, nas conversas mediadas pelo aparelho telefônico. Além disso, é partilhada a visão de que a conversa não é um fenômeno anárquico, aleatório e desorganizado. Ao contrário, trata-se de prática social negociada e organizada, passível de ser estudada cientificamente, seja pela sua estrutura, organização, significados, trocas sociais, constituição de sociabilidades, fenômeno a partir do qual as emoções se expressam etc., sendo essas últimas perspectivas as assumidas nesta tese.

O sentido de encontro, no qual são partilhadas informações, anseios, emoções, etc. também é comumente associado ao ato de conversar - troca simbólica básica e indispensável para a manutenção da vida em sociedade. Com a conversa, as pessoas se relacionam e tomam conhecimento de mundos distintos dos seus, ampliando seus conhecimentos e constituindo uma rede de laços sociais. Enquanto uma forma de comunicação, a conversa também só se efetiva quando se chega ao pressuposto do comum, ou seja, quando as mensagens trocadas são reciprocamente entendidas e abrem caminhos para outras formas de sociabilidade.

Em sua análise elementar, Marcuschi (2003, p. 15), aponta cinco características básicas da organização da conversa:

- (a) interação entre pelo menos dois falantes;
- (b) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes;
- (c) presença de uma seqüência de ações coordenadas;
- (d) execução em uma identidade temporal;
- (e) envolvimento numa interação ‘centrada’ (MARCUSCHI, 2003, p. 15).

Tais aspectos indicam a conversação como uma interação verbal com estrutura e organização particulares. Nela, é indispensável a participação de pelo menos dois falantes que devem estabelecer entre si trocas a partir de ações coordenadas (a pergunta e a resposta, por exemplo), em um contexto de identidade temporal partilhado e com interesses mútuos ou centrados em determinado tema, pois para produzir e sustentar uma conversa, os envolvidos devem partilhar de um mínimo de conhecimentos, como a aptidão linguística. Essas trocas, vale salientar, não possuem como condição básica a interação face-a-face, aspecto já apontado por Marcuschi (2003, p. 15), ao apontar o caso das conversas telefônicas, o que se aplica e se estende também às conversações contemporâneas que ocorrem nos *sites* de redes sociais, quando há uma reconfiguração de alguns desses elementos, o que será tratado em capítulo posterior.

Afora os elementos já citados, Marcuschi (2003, p. 16) também divide os diálogos estabelecidos nas conversações de duas formas: a) diálogos assimétricos e, b) diálogos simétricos. O primeiro diz respeito à quando determinado participante inicia, orienta, dirige e conclui a interação, exercendo domínio e pressão sobre os demais participantes, como acontece em entrevistas de emprego, inquéritos policiais ou algumas formas de interação em sala de aula. Já os diálogos simétricos se caracterizam pelo tipo de conversação em que os diversos participantes possuem o mesmo direito à palavra, podendo discutir o tema tratado a qualquer tempo, tal qual ocorre nas conversações diárias que não possuem maiores formalidades ou não estão relacionadas a formas conversacionais mais institucionalizadas.

Frente a isto, se tem um fator essencial para se situar e compreender as conversações e seus modos de estruturação e organização: o contexto (MARCUSCHI, 2003, p. 17). Toda e qualquer conversa sempre está situada e engajada em alguma circunstância ou contexto interpretativo. Assim, possui importância imprescindível tanto para aqueles que estabelecem as trocas conversacionais – no sentido de saber o que deverá ser dito, considerando a contextura em que se está envolvido –, quanto para a interpretação dessas conversas, haja vista que uma vez descoladas de suas condições de produção, podem levar a leituras equivocadas.

Outra questão indispensável referente à conversação é a sua organização no que concerne aos turnos que a compõem. Os turnos correspondem “[...] aquilo que um falante faz ou diz enquanto tem a palavra, incluindo aí a possibilidade do silêncio” (MARCUSCHI, 2003, p. 18). Relacionado a esse conceito, se tem a concepção de par adjacente ou par conversacional, termo introduzido por Schegloff (1972) correspondente a sequência de turnos entre duas ou mais pessoas que dialogam e correspondem entre si o exercício da conversa. Em se tratando dos turnos, este ponto foi refletido minuciosamente no estudo seminal de Sacks, Schegloff e Jefferson (2003) sobre a organização da tomada de turnos. Nele, os autores desenvolvem um modelo para essa organização, percebendo as trocas de turnos como fatores gerenciados e administrados pelos indivíduos envolvidos na conversa.

Para chegar a esta constatação, os autores realizaram em sua pesquisa gravações em áudio de conversas de ocorrência natural – ou seja, aquelas que se dão cotidianamente. Como resultado, foi observado que em qualquer conversa: 1) a troca de falantes pode se repetir; 2) fala um de cada vez; 3) a ocorrência de mais de um falante por vez é comum; 4) transições entre os turnos podem ocorrer sem intervalos ou sobrepostas; 5) não há uma ordem fixa para os turnos; 6) o tamanho dos turnos também não é fixo; 7) não há uma especificação prévia sobre o tamanho da conversa; 8) o que será dito também não é previamente especificado; 9) a distribuição dos turnos, de igual modo, não é determinado antes da conversação; 10) a quantidade dos participantes pode variar; 11) a fala durante os diálogos pode ser contínua ou descontínua; 12) um falante corrente pode selecionar um falante seguinte ou auto selecionar-se; 13) os turnos podem ser projetados em uma palavra ou podem ter a extensão de uma sentença e; 14) existem mecanismos de reparo para lidar com erros e violações durante a tomada de turnos²⁶ (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2013, p. 13-14).

²⁶ Para exemplos de cada uma das características elencadas pelos autores, consultar o texto original: SACKS, H., SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. In.: **VEREDAS** - Rev. Est. Ling. Juiz de Fora, v.7, n.1 e n.2, p.9-73, jan./dez. 2003.

É fato que as suas regras podem variar e modificar as estruturas conversacionais, porém, isso não é tido como um aspecto que pormenoriza as trocas, mas as enriquecem ainda mais, sendo comum a todos os pontos elencados o caráter absolutamente interacional da conversa. Possuindo uma forte vinculação às conversações de tradição oral devido ao momento histórico e social em que foram desenvolvidos, estes estudos são basilares para se entender as formas de conversação que hoje emergem e se reconfiguram diante de um contexto fortemente marcado pelos processos de mediatização, onde grande parte das trocas e interações sociais se dão de forma mediada.

Neste sentido, é válido e necessário se discutir sobre como as conversações se estabelecem através da mediação. Quais marcas das conversações face-a-face perduram? O que a conversação mediada traz de novo? Como estudar e compreender essa novidade? Relacionadas as discussões já realizadas, tais indagações são de suma importância para se entender as práticas conversacionais e são aprofundadas quando do desenvolvimento deste trabalho, haja vista ser a conversação que se estabelece através dos comentários nas páginas da *Veja* e *Carta Capital* o seu ponto de partida, aquilo que dá base e sustenta a formação de sociabilidades e a produção de determinadas emoções.

Isto posto e seguindo com as premissas e objetivos já apresentados, os quais versam sobre a análise das sociabilidades e emoções engendradas pelos comentários, esta tese defende que a crise (cenário contextual e recorte temporal) tem como efeito, entre outras questões, o acirramento do conflito, entendido como uma forma de sociabilidade, o que se acentua quando da sua articulação com as emoções, dando vazão a outras experiências e modelos de convívio entre os brasileiros, os quais apontam para horizontes de justiça e de moralidades calcados em ódios e ressentimentos. Visando dar conta desse argumento, além desta introdução, o trabalho é estruturado em mais três capítulos. A questão da conversação no âmbito da mediação é abordada já no primeiro tópico do capítulo seguinte (o segundo), quando discussões teóricas são entremeadas a observação da composição da conversação em rede produzida especificamente no *Facebook*, *lócus* desta pesquisa. Logo em seguida, passa-se a análise das sociabilidades formadas a partir desse contexto, em um processo de reflexão contínuo e sempre associado à empiria, quando se percebe a emergência da sociabilidade do conflito e de emoções controversas tingidas de ódios e ressentimentos que passam a ocupar o espaço público das conversações.

Em seguida, no terceiro capítulo, procede-se a um exercício de descrição e análise das condições que possibilitaram a constituição do cenário no qual a empiria está inserida, considerando a indicialidade dos processos investigados, momento em que é realizada uma

discussão do cenário de crise política e econômica brasileira – um dos fios condutores que possibilitaram a irrupção e tessitura das conversações, sociabilidades e emoções da forma apresentada e não de outra, bem como se debate sobre a midiaticização da crise, especialmente a partir da descrição quantitativa da abordagem do tema nas páginas das revistas *Veja* e *Carta Capital*, tanto em sua versão impressa quanto digital.

No quarto e último capítulo, a questão das emoções reverberadas pela rede de sentidos até então trabalhada é aprofundada. Nessa esteira, discute-se sobre o quanto as conversações e sociabilidades pesquisadas são tingidas por culturas emocionais que tem a sua insurgência no cenário de crise. As emoções mais recorrentes na empiria são, então, refletidas, quando se destacam a raiva, o ódio e o ressentimento como modos de sentir que apontam outros modos de ser e estar, desvelando contradições com os sentidos comumente associados ao Brasil e aos brasileiros. Ressalta-se que em todos estes capítulos, as análises, descrições e interpretações são realizadas ao mesmo tempo em que são promovidas as discussões das bases teóricas e metodológicas empregadas, com vistas a um processo de hibridização destes elementos.

Todas essas questões são, por fim, retomadas e refletidas quando das considerações finais, oportunidade em que se realiza um apanhado geral dos esforços realizados, de modo a traçar diagnósticos, apontar algumas conclusões e resultados, assim como são lançados os últimos olhares – mas não finais – sobre a temática tratada, indicando seus possíveis desdobramentos para o campo acadêmico e a vida em sociedade.

2 CONVERSACÕES E SOCIABILIDADES EM REDE

2.1 A conversação mediada: tecendo os fios das trocas em rede

Posto que a conversação é o gênero mais básico da interação humana (MARCUSCHI, 2003), é indispensável que se olhe para ela como elemento que não apenas se dá em determinado contexto, mas que também é afetada por ele. Em um mundo permeado pelas tecnologias, não é de se estranhar que a conversação seja por elas tocada e a partir daí passe por reconfigurações, as quais tem seu início mais representativo a partir das ligações telefônicas e posteriormente com o advento da chamada Comunicação Mediada pelo Computador (CMC).

Não sendo um campo de estudo inteiramente novo, a Comunicação Mediada pelo Computador (CMC), segundo Recuero (2014, p. 23) “[...] foi consolidada como a área de estudo dos processos de comunicação humanos realizados através da mediação das tecnologias digitais”. De modo amplo, a CMC pode ser definida como qualquer mensagem transmitida e/ou recebida entre os seres humanos através do computador. Neste sentido, trata-se de um novo uso feito pelos sujeitos em relação às ferramentas dispostas pelas tecnologias. E é justamente esse uso e apropriação que passa a constituir um novo motor de relações sociais e formas emergentes de conversação.

Levando em conta essa discussão, Recuero (2014, p. 25) foca na conversação como a principal forma de CMC e apresenta alguns de seus elementos diferenciais quando comparado as outras formas de conversação tradicionais. São elas: 1) um tipo de conversação que privilegia o anonimato em detrimento da identificação, principalmente nos primórdios desse tipo de interação; 2) o distanciamento do espaço físico entre os envolvidos, tornando mais elástico o conceito de unidade temporal; 3) a persistência, no sentido de que muitas das interações estabelecidas persistem no tempo e podem ser acessadas posteriormente e; 4) grande parte das principais ferramentas utilizadas ainda tem a sua base na textualidade, como ocorre nos *Blogs, Twitter, Facebook, fóruns* e etc. (RECUERO, 2009, p. 3-4), o que já vem se modificando em alguns casos com o surgimento de outros recursos, os quais permitem o uso de diversos elementos (texto, imagem, áudio, vídeo, *emoticons*, etc.), seja conjuntamente ou não, indicando a presença da multimodalidade. Tais inovações permitem o estabelecimento de novos rituais de interação, possibilitando a superação de algumas limitações nos processos comunicacionais em rede, demonstrando que o espalhamento através da propagação e

apropriação das ferramentas técnicas da internet modificou incisivamente as formas pelas quais as pessoas se comunicam.

Herring (2010), uma das precursoras do estudo das conversações mediadas pelo computador, afirma que em um primeiro momento a CMC foi vista a partir de uma concepção polêmica, especialmente pelo fato de que as trocas textuais via computador eram consideradas mais como metáforas para a conversação e não como uma conversação em si mesma, o que segundo os críticos só ocorria através da fala. Todavia, com o crescimento das pesquisas sobre a temática, evidências cada vez maiores passaram a demonstrar que a conversação mediada possui elementos típicos e semelhantes ao da conversação oral. Nesse sentido, as tecnologias passaram a proporcionar novos espaços conversacionais, isto é, outros modos de interação para os indivíduos com contornos análogas aos das conversações estabelecidas com base na co-presença, tendo igualmente o objetivo de formar ou manter os laços sociais, devendo ser entendida como uma outra configuração ao invés de simulação ou metáfora.

Para Araújo (2014, p. 13), a conversação estabelecida em rede “[...] não é somente aquela conversa tão antiga quanto a linguagem, mas no contexto das ferramentas digitais, ela é uma “conversação emergente” que, em função dos usos das ferramentas computacionais, passa por vários processos de reelaborações”. Por esse ângulo, é um tipo de conversa que tem a sua irrupção a partir de condições próprias, as quais passam a reconstruir as conversações baseadas na co-presença com o impacto da mediação, quando as tecnologias e seus recursos vão sendo incorporados ao dia-a-dia das pessoas que, com interesses e motivações variadas, ressignificam as potencialidades das ferramentas dispostas, reforçando o caráter da conversação mediada ou em rede como uma apropriação (RECUERO, 2014, p. 35). Com efeito, se tem uma forma de conversação que não foi inventada pelos dispositivos tecnológicos, mas emerge a partir dos usos e apropriações que os sujeitos comuns fizeram deles.

A apropriação é, nos termos de Lemos (2015), a essência da cibercultura, que em sua visão não é um domínio à parte da cultura, mas entendida como “[...] uma sinergia entre a vida social e os dispositivos eletrônicos e suas redes telemáticas” (p. 10). Nessas redes em que a sinergia tece outras e novas possibilidades, a apropriação é vista como resultado do uso das tecnologias pelo homem, possuindo duas dimensões: uma simbólica e uma técnica (LEMOS, 2015, p. 238). Enquanto a apropriação técnica compreende os processos de aprendizado de uso das ferramentas, a simbólica remete as construções de sentidos e significados que se depreendem dos usos dessas ferramentas, na maioria das vezes de forma desviante, saindo do escopo inicialmente formulado pelos dispositivos.

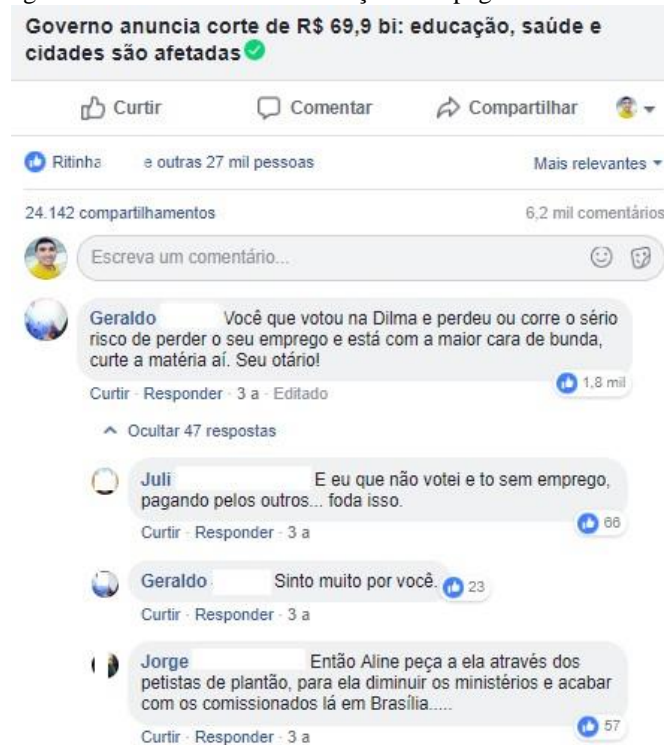
No caso das conversações produzidas no *Facebook*, tem-se um imbricamento entre a apropriação técnica e simbólica, pois ao mesmo tempo em que ocorre o aprendizado do uso das ferramentas, pode também ocorrer o desvio dos objetivos inicialmente propostos por elas, suplantando os limites técnicos e inovando criativamente as possibilidades de interação, as quais, vale lembrar, são igualmente oriundas de uma estrutura emergente advinda da interconexão dos sujeitos em rede, nos espaços *on-line*. Exemplar disso é o uso de seus recursos para o agendamento e promoção de movimentos sociais ou protestos, ou quando o uso de imagens ou *gifs* são mobilizadas para dar lastro a preconceitos, entre muitos outros casos que desconsideraram a intenção inicial das ferramentas, utilizando-as com finalidades bem distintas.

Tendo como ambiente interacional de desenvolvimento a cibercultura, a conversação em rede demonstra resquícios das trocas face-a-face, principalmente uma escrita ainda “oralizada” (RECUERO, 2014, p. 45). Como novidade, observam-se conversas em sua maioria públicas, exceto nos casos em que as ferramentas e *softwares* utilizados possibilitam a sua privacidade. No *Facebook*, as conversas públicas são aquelas que tem a sua existência permeada por trocas iniciadas através de comentários tanto em postagens de amigos quanto em páginas, já as privadas se estruturam com base em um recurso específico para trocas de mensagens em janelas particulares, por meio do *messenger*²⁷, função também disposta pelas páginas institucionais. Outra característica da conversação em rede é que ela pode migrar entre diferentes plataformas (RECUERO, 2014, p. 60). Melhor dizendo, uma conversa pode ser iniciada em um *site* de rede social como o *Facebook*, por exemplo, e migrar para outro, como o *Twitter*, o que pode acarretar dificuldades quanto ao seu acompanhamento e sistematização.

Como ocorre com as demais formas de conversação pública da rede, nas páginas investigadas, a conversa tem seu início a partir de um *post* em específico, o qual passa a gerar discussões quando das respostas que recebe em forma de comentários, como pode ser visto nas imagens 1 e 6.

²⁷ Lançado em 2011, a ferramenta possibilita interações em janelas particulares, seja através de textos, áudios ou vídeos. Também possui aplicativo próprio e independente do uso do *Facebook*, que pode ser baixado em computadores ou celulares.

Imagem 1 – Estrutura das conversações nas páginas do *Facebook*²⁸.



Fonte: *Post Revista Veja*, 22 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/veja/posts/10152887766950617>. Acesso em: 31 jan. 2018.

À primeira vista, a disposição desse tipo de conversação pode parecer se apresentar em uma estrutura caótica (principalmente devido ao grande volume de comentários que pode ter – imagem 1), mas tal qual a conversação oral, possui um mínimo de organização para que sua realização seja possível. Considerando que os turnos e suas trocas entre os pares de adjacência (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2013) são os modos mais elementares de organização de uma conversa que sempre é negociada entre e pelos falantes, na mediação do computador, as trocas de turno se dão em sua maioria de forma determinada pelos *softwares*, plataformas ou *sites* que os sujeitos fazem uso.

No *Facebook*, as conversações públicas se organizam a partir da postagem e o espaço para a produção de comentário sobre ela, disposto logo abaixo (*escreva um comentário...* – enunciado apresentado abaixo das informações sobre o engajamento que a postagem provocou); tendo ainda a função respostas, direcionada para os próprios comentários, demonstrando o poder da ferramenta em determinar a estrutura conversacional, o que obviamente varia conforme a plataforma observada, mas se reproduz no que se refere à outras

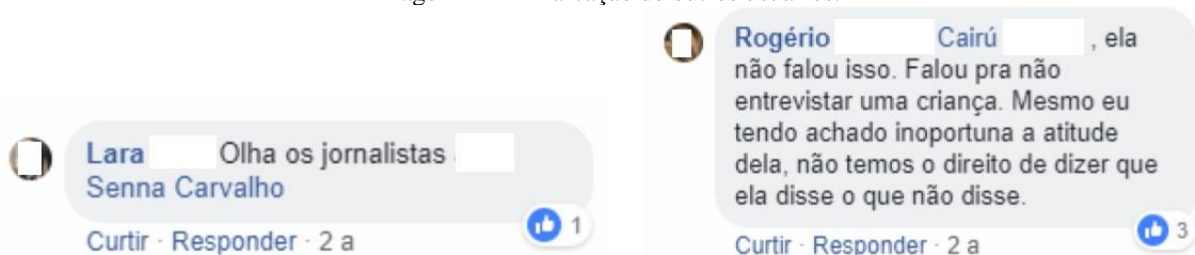
²⁸ As conversações analisadas nesta tese possuem um caráter público, uma vez que são dispostas como comentários nas postagens selecionadas das páginas das revistas *Veja* e *Carta Capital* que também são públicas. Apesar disso, considerando questões éticas, as imagens e os sobrenomes dos comentadores não serão expostos, sendo apresentado para identificação apenas os primeiros nomes.

páginas existentes no mesmo *site*, o que quer dizer que a organização das conversas nas páginas da *Veja* e *Carta Capital* é a mesma, haja vista a sua existência no âmbito do *Facebook*.

Não obstante, uma das características que distingue as conversações nas duas páginas diz respeito a sua extensão, pois enquanto na página da *Carta Capital* se encontram com facilidade comentários e respostas mais longas, na *Veja* se observam trocas conversacionais mais curtas, o que não quer dizer que seja uma regra. Sobre este ponto, é importante salientar que diversos fatores podem implicar ou dificultar o início ou manutenção de uma conversa no *Facebook*, como a forma de acesso (se com o uso de computador ou *smartphone* – levando em conta a sua variedade de modelos) ou até mesmo o interesse de conversar por meio do ato de digitar. Em outras palavras, apesar da similaridade objetivada pelas ferramentas dos *sites* de redes sociais, pode ser que alguns indivíduos ainda não as vejam como um ambiente recomendado ou propício para a sustentação de diálogos mais longos.

A premissa “fala um de cada vez”, comum as interações face-a-face, é projetada pela ferramenta conforme o momento em que a mensagem é enviada. Em uma conversa mediada, muitos indivíduos podem falar ao mesmo tempo, porém em nenhum momento uma fala será sobreposta a outra, mas organizada verticalmente pelo *software* de acordo com o horário de envio da mensagem, caracterizando uma organização de turno disrupta e descontínua. Com isto, pode ocorrer que determinada mensagem postada se perca em meio às muitas outras mensagens que ali são produzidas. Com o objetivo de reduzir essas ocorrências, os *sites* de redes sociais disponibilizam já há algum tempo estratégias de marcação entre os interagentes, como acontece com o uso do @ no *Twitter* ou a marcação do nome do usuário no *Facebook* (textualmente, o nome do usuário citado também é destacado, tornando-se um *hiperlink*), que ao ser mencionado recebe notificação em seu perfil pessoal, favorecendo a formação, manutenção e reconhecimento dos pares em suas trocas de turnos (imagem 2).

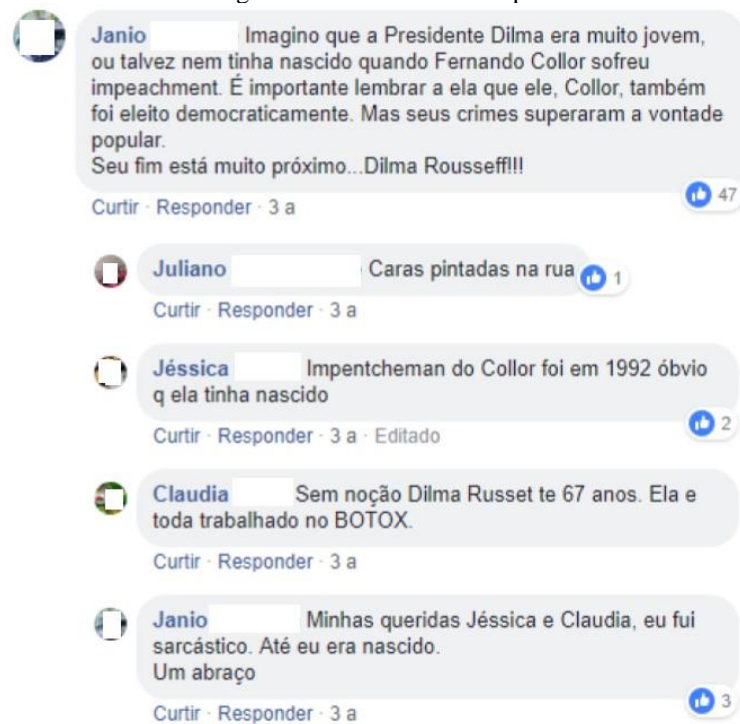
Imagem 2 – A marcação de outros usuários.



Fonte: *Post Revista Carta Capital*, 16 de março de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/CartaCapital/videos/907431169278298/>. Acesso em: 15 abr. 2018.

Contudo, como pode ser percebido (imagem 1 e 3), nas conversações realizadas nas páginas este aparato não parece ser muito utilizado, sendo mais comum o uso do recurso de respostas ao comentário ou de respostas às próprias respostas para a construção e trocas dos turnos entre os pares. Outro elemento recorrente das conversações face a face que se mostra presente na rede é o mecanismo de reparo (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2013, p. 13-14), utilizado para corrigir o que foi dito com vistas a dar continuidade a uma interação mais clara ou exitosa. No *Facebook*, o reparo pode ser feito tanto através de outro comentário que possa corrigir o que foi anteriormente enunciado, quanto pela ferramenta de edição da mensagem, ofertado pelo próprio *site* (imagem 3).

Imagem 3 – Mecanismo de reparo.



Fonte: *Post Revista Veja*, 07 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/veja/posts/10152905935160617>. Acesso em: 17 abr. 2018.

A textualização de mensagens com ares da oralidade é recorrente e vista como forma de marcar a coloquialidade, resquício que favorece um sentimento de proximidade e partilha, assemelhando-se a co-presença, reproduzindo o ambiente da conversação face a face (RECUERO, 2014, p. 74). Algumas estratégias textuais-discursivas com esse objetivo são utilizadas, como a transcrição de palavras tal qual o seu som (kakaka, naum, eh, etc.), assim como, em algumas vezes, o uso de *emoticons* para expressar ironia, riso, alegria, tristeza, etc. sobre determinado conteúdo, a fim de lhes proporcionar maior verossimilhança e suprir a

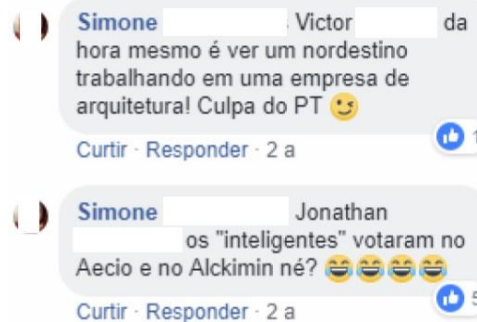
ausência de algumas deixas simbólicas (THOMPSON, 2011) produzidas pela co-presença, como uma piscadela ou levantar de sobrancelha.

Imagem 4 – O uso de *emoticons*.



Fonte: *Post Revista Veja*, 07 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/Veja/posts/10152905935160617>. Acesso em: 14 maio 2018.

Imagem 5 – O uso de *emoticons*.



Fonte: *Post Revista Carta Capital*, 15 de março de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/CartaCapital/videos/907431169278298/>. Acesso em: 14 maio 2018.

Muitos elementos da conversação tradicional são, assim, reconfigurados pela mediação e assumem formas distintas conforme o mecanismo em que são (re)articuladas (se conversas privadas, em comentários, ou outros).

De modo específico, o espaço dos comentários, segundo Primo e Smaniotto (2006, p. 5), é um dos recursos mais importantes para o desenvolvimento e fomentação da conversação em *blogs*, o que pode ser estendido a outros espaços, como o *Facebook*. Organizado de forma cronológica, as trocas interativas e conversacionais dispostas nos comentários revelam reações e posicionamentos diversos. Não raro, muitas vezes a conversa ali produzida pode tomar, inclusive, outros rumos, abarcando variados temas e migrando para outras direções, demonstrando nas palavras de Primo e Smaniotto (2006, p. 5) uma conversação que “escorre” entre temas e plataformas, ultrapassando a mera interação reativa (PRIMO, 2007, p. 228) – baseada no clicar, curtir ou compartilhar –, construindo interações mútuas pautadas pela reciprocidade entre os interagentes no transcurso da conversa.

Ambos os tipos de interações propostos pelos autores são bem recorrentes nas páginas da *Veja* e *Carta Capital*, sobressaindo-se, ainda, as de caráter reativa, quando as interações baseadas na curtida (levando em conta suas variações – “*amei*”, “*haha*”, “*uau*”, “*triste*” e “*Grr*”) e os compartilhamentos são predominantes se comparado à quantidade de comentários. Geralmente, sobretudo nas conversas privadas, alguns rituais básicos da conversação são

adaptados à rede, como os referentes à abertura e fechamento (o *olá, bom dia* – para iniciar; e o *tchau* ou *até mais* – como finalização; entre outros), estabelecendo o sentido de presença. Nas páginas, se tem trocas mais diretas e objetivas (imagem 6), certamente pelo fato dos usuários não se conhecerem ou por estarem tratando de assuntos que já possuem um direcionamento dado pela postagem que passam a ser debatidos, contribuindo para que os rituais de abertura ou fechamento de uma conversa sejam suprimidos.

Imagem 6 – O caráter objetivo das conversações.



Fonte: Post Revista Carta Capital, 08 de janeiro de 2015. Disponível em:

<https://www.facebook.com/CartaCapital/photos/a.398773133477440.85693.229151370439618/872290662792349/?type=3&theater>. Acesso em: 14 maio 2018.

Compreendendo essas características, é notável um caráter mais impessoal, fluido e dinâmico das conversações, que ainda podem ser síncronas ou assíncronas (RECUERO, 2009, p. 4; 2014, p. 51). A primeira forma se refere ao compartilhamento do mesmo contexto temporal e midiático, ou seja “[...] conversações que acontecem entre dois ou mais atores através de uma ferramenta de CMC, e cuja expectativa de resposta dos interagentes é imediata” (RECUERO, 2014, p. 51). Nessa modalidade de interação, os aspectos característicos da conversa elencados por Marcuschi (2013) são mais evidentes, como o centramento da interação e o compartilhamento de uma mesma identidade temporal. Já a conversação assíncrona é aquela que se estende no tempo e, muitas vezes, migrando entre

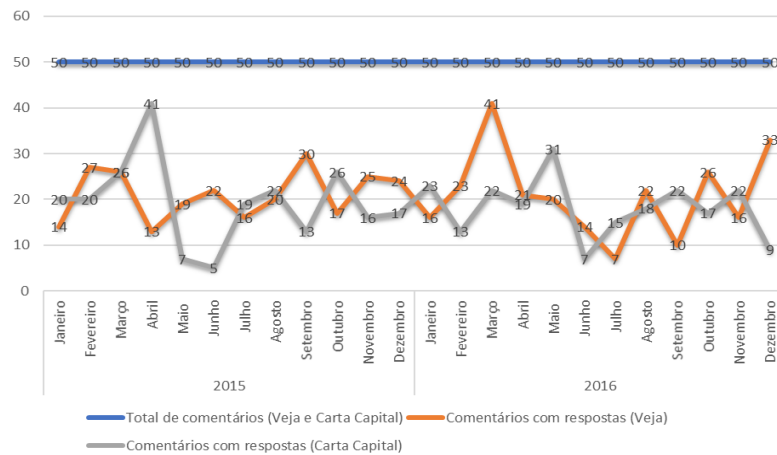
várias plataformas, contudo, centradas em um mesmo tópico. Enquanto a identificação dos pares na conversação síncrona é mais visível, na assíncrona este aspecto é dificultado.

Observando estes elementos, principalmente os relacionados à assincronia, Herring (1999) propõe que as trocas conversacionais mediadas por computador possuem menor costura interna quando comparado com os intercâmbios face-a-face. Isto porque, com frequência, as respostas podem ser produzidas bem distantes dos turnos que as evocam. Ademais, há uma degradação mais rápida dos significados em meio a multiplicidade de mensagens que as vezes se sobrepõem, já que as violações sequenciais são regras e não exceções, contudo, isso não quer dizer que a coerência conversacional não possa ser mantida, apenas que pode tornar-se mais complexa.

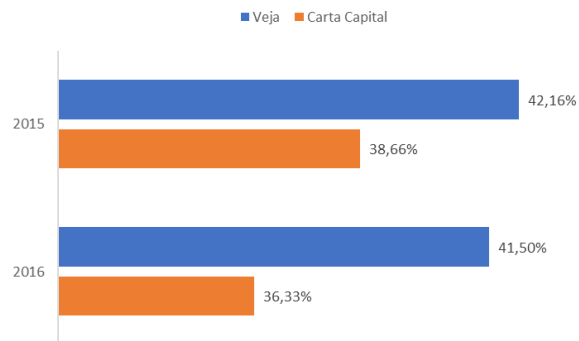
É válido mencionar que os conceitos de sincronia e assincronia quando aplicados à conversação em rede podem ser um tanto quanto limitados (RECUERO, 2014, p. 53). Isto pelo fato de que uma conversa síncrona pode facilmente tornar-se assíncrona e vice-versa. Basta lembrar das conversas via e-mail, tradicionalmente vistas na categoria assíncrona para exemplificar esta questão, pois se os sujeitos envolvidos nas trocas de mensagens responderem e passarem a conversar via e-mail, logo se torna uma conversação síncrona. Neste caso, tais características decorrem mais uma vez dos usos e apropriações dos interlocutores que das ferramentas ou tecnologias em si.

Além disso, devido ao caráter mutante das conversas em rede, pode ser que não haja conversações puramente síncronas ou assíncronas. Em se tratando do desenvolvimento de estudos acerca dessas duas modalidades de conversação, Recuero (2014) enfatiza que são mais comuns as reflexões que se dedicam aos aspectos síncronos da conversação. No caso investigado, as duas formas se mostram presentes, notando-se uma predominância das que possuem um viés síncrono, ou seja, a maior parte das conversações nas postagens são produzidas em um curto intervalo de tempo, já que a maioria dos comentários e respostas quando não possuem uma mesma data, o são muito próximas.

Nos comentários das postagens selecionadas que compõem o *corpus* desta pesquisa, é observado que apesar da recorrência de conversas, nem todos os comentários geram necessariamente a conversação propriamente dita (gráfico 2), no sentido de alguns não obterem nenhuma resposta como retorno (gráfico 3), não gerando, portanto, uma troca conversacional por menor que seja.

Gráfico 2 – Comentários com respostas (*Veja e Carta Capital*, 2015-2016).

Fonte: elaborado pelo autor, 2018.

Gráfico 3 – Índice de retorno (respostas que geraram conversação) nos comentários (*Veja e Carta Capital*, 2015-2016).

Fonte: elaborado pelo autor, 2018.

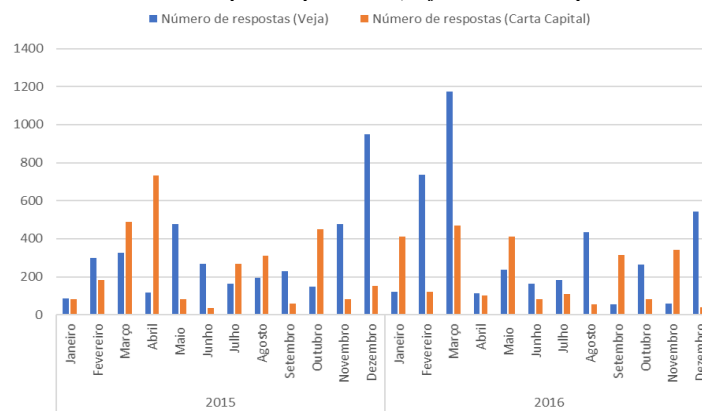
Uma vez comentado o *post*, a emergência da conversa (com o comentário inicial + respostas) parece ser motivada, além da necessidade do sujeito em discursivizar a sua opinião e posicionamento, especialmente por dois fatores: a concordância ou discordância, de modo que o segundo é efetivamente o que dá maior sustento para a manutenção de trocas conversacionais mais longas e complexas nas duas páginas, principalmente quando são travados debates com sujeitos específicos que se mantêm na conversa argumentando e respondendo uns aos outros, diferente daqueles que respondem e somem ou respondem e demoram muito para retomar a discussão.

Esses elementos são associados aos temas discutidos pelas páginas em cada mês, sendo os que mais chamaram atenção e geraram conversação na *Carta Capital* as manifestações pró e contra o *impeachment* de Dilma, caracterizado pela revista como um golpe político e institucional, enquanto para a *Veja* os debates mais acaloradas se deram quando das postagens sobre os casos de corrupção do governo Dilma e Lula, cortes econômicos (especialmente no Bolsa Família), bem como *posts* sobre o afastamento de Dilma

Rousseff e Eduardo Cunha, demonstrando dentro do escopo da crise política e econômica brasileira, interesses distintos entre as pautas mais discutidas entre os seguidores de ambas as revistas.

Um ponto que deve ser ressaltado é a grande quantidade de respostas que os primeiros 50 comentários de cada postagem selecionada recebeu em cada mês, demonstrando a manutenção e potência da conversação ao longo dos dois anos analisados (gráfico 4), o que tem sua maior expressão na página da *Veja* e pode estar associado ao fato dela possuir maior número de curtidas e seguidores.

Gráfico 4 – Número de respostas por mês (*Veja* e *Carta Capital*, 2015-2016)²⁹.



Fonte: elaborado pelo autor, 2018.

Devido ao maior dinamismo e volatilidade, as conversas desenvolvidas em rede nas duas páginas são mais efêmeras do que as que se estabelecem nas relações face-a-face ou mesmo nas plataformas digitais privadas. A efemeridade está no fato de ser uma conversa que pode ser iniciada e finalizada com maior facilidade, sem levar em conta os seus rituais, isto, principalmente, por se dar entre pessoas que não possuem qualquer tipo de relação mais aprofundada. Muitas vezes, essa conversa é formulada apenas por um comentário acrescido de uma resposta, o que já é visto como uma conversação. Noutras, é produzida pelo comentário inicial mais muitas outras respostas (em março de 2016, um único comentário em *post* da *Veja* gerou 590 respostas), se estabelecendo entre usuários que se apropriam das ferramentas e do tema tratado, discutindo-o sob diferentes vieses. Esses aspectos configuram uma forma específica de conversação e sociabilidade, elementos que não deixam de existir, mas passam por mutações.

²⁹ O gráfico apresenta o número total de respostas dos 50 primeiros comentários da postagem selecionada em cada mês, desconsiderando as respostas eliminadas pelos critérios de análise discutidos no primeiro capítulo.

Em meio a um cenário em que milhares de atores estão interconectados por todo o globo, negociações são construídas e interações difundidas. Com isto, laços são produzidos, mas também podem ser facilmente desfeitos. As conversações, no sentido de estruturas que sustentam os agrupamentos humanos são (re)constituídas e (re)apropriadas. Além das especificidades do meio analisado como fatores que devem ser levadas em conta para se refletir sobre a conversação, outro ponto importante é a observação cuidadosa do contexto – nunca dado ou estanque – desses processos conversacionais, já que é elemento fundamental para se compreender aquilo que é dito e discutido na rede, especialmente quando se considera que nas conversações nela estabelecidas o contexto precisa ser construído, reconstruído e recuperado a cada interação (RECUERO, 2014, p. 96).

Essencial à organização da conversação, o contexto pode definir os rumos e caminhos da interação, favorecendo uma leitura interpretativa mais profícua especialmente para a compreensão das conversações assíncronas, quando há uma necessidade de sua recuperação e atualização. A conversação mediada é a responsável pelo compartilhamento de ideias, informações, memes, disputas etc., bem como pela promoção e organização de protestos, fornecendo subsídios para a formação de vínculos e sociabilidades diversas.

2.2 Sociabilidade em rede

Embora o conceito de sociabilidade seja central para que se possa pensar sobre as relações que se estabelecem na vida em sociedade, é notável a inexistência de uma definição que dê conta de todas as suas minúcias e características. Conforme Cipryano (2013, p. 97), o termo comumente refere-se a três ordens de significação: 1) à qualidade de ser sociável; 2) inclinação para a coletividade e; 3) ser capaz de por em exercício determinadas regras de convívio.

A partir dessas três características, identifica-se que a sociabilidade está relacionada ao estar com o outro, envolvido em um ato em que há o compartilhamento de determinada situação através dos processos de interação. Na vida cotidiana, o exercício da sociabilidade se dá, então, a partir das trocas que os indivíduos estabelecem e fomentam entre si, demarcando um cenário em que se efetiva a reciprocidade entre os sujeitos envolvidos naquele contexto de ação. De acordo com Maffesoli (1987), a sociabilidade diz respeito a vivência compartilhada entre os sujeitos, o que se estende para a partilha de determinados valores, comportamentos e emoções, expressando uma multiplicidade de formas de “estar junto com”. Nesse sentido, a

sociabilidade está relacionada com a construção de um lugar “comum” entre as partes envolvidas, mesmo que seja momentaneamente.

Em um constante processo de produção, nunca sendo inteiramente dada, a sociabilidade, na concepção de Simmel (1983) – um dos mais importantes intelectuais que se dedicaram sobre essa questão – diz respeito a uma forma de sociação, entendendo esta última como “[...] a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses” (SIMMEL, 1983, p. 166), as quais “[...] quer sejam sensuais ou ideias, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, casuais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas” (SIMMEL, 1983, p. 166). Enquanto forma, é o processo de sociação que irá possibilitar a tessitura das relações e seus conteúdos, assim como favorecer a manutenção da sociedade, vista pelo autor como resultante das ações e reações dos indivíduos entre si, ou seja, as suas interações.

É justamente esse um dos pontos mais inovadores do pensamento do sociólogo: a sua noção de sociedade. Simmel (1983) evita enxergá-la como uma totalidade dada ou estanque, o que também faz com o conceito de sociabilidade. Em sua concepção, esses conceitos podem ser tomados mais como processos, algo que está em um contínuo fazer-se, nunca acabado. À vista disso, para o autor, é imprescindível se ter em mente que os seres humanos estão atrelados ao fato de viverem em ação recíproca uns com os outros, assim formando a sociedade, que só é possível devido a existência das formas de sociação, o *a priori* lógico que a possibilita (MORAES FILHO, 1983, p. 22; SIMMEL, 1983, p. 61), uma vez que os processos de sociabilidade dizem respeito ao jogo pelo qual se faz a sociedade, já que “[...] a própria sociedade em geral se refere à interação entre indivíduos” (SIMMEL, 1983, p. 165).

Entendida pela perspectiva simmeliana como uma forma pura de sociação, denotando uma apropriação dos tipos ideais weberianos, a sociabilidade é tomada como uma forma ideal típica em que interações mútuas ocorrem. Como parte do processo social básico, o conceito de sociação revela o dinamismo que compõe a vida social, não podendo ser confundida com associação ou socialização, já que se refere não aos conteúdos, mas as formas pelas quais os indivíduos interagem, só podendo haver sociação quando indivíduos antes isolados passam a se relacionar, a “ser com e para o outro”. Além disso, a sociação pode ser de graus variados, conforme o nível de intimidade que perpassa a interação, “[...] desde a união efêmera para dar um passeio até a família, desde as relações por prazo indeterminado até a pertinência a um mesmo Estado, desde a convivência fugitiva num hotel até a união estreita de uma corporação medieval” (SIMMEL, 1983, p. 60), a depender de seus conteúdos, que nesse cenário correspondem aos propósitos ou impulsos pelos quais os indivíduos são levados a agir

mutuamente, envolvendo tudo o que pode estar presente nos processos de interação entre os indivíduos. Esses conteúdos também não são pré-determinados, se efetivando nos momentos em que as trocas emergem, podendo “[...] engendrar ou mediar influências sobre outros, ou que receba tais influências [...]” (SIMMEL, 1983, p. 166). As formas pelas quais as sociabilidades se efetivam, por sua vez, reforçam a premissa de fluxos interacionais mútuos entre indivíduos, no sentido de que o estar com um outro, para ou contra um outro é visto como o objetivo principal, propiciando a partilha e satisfação em torno dos vínculos estabelecidos.

A composição desses vínculos, muitas vezes, se dá através de necessidades específicas, como fazem os homens que se unem em associações econômicas, irmandades de sangue, sociedades religiosas e/ou quadrilha de bandidos, argumenta Simmel (1983, p. 168), evidenciando a questão da reciprocidade, assim como ocorre nas outras formas de sociabilidade, baseadas por um sentimento de satisfação entre os membros relacionados de estarem sociados. Os vínculos se compõem, outrossim, a partir dos propósitos objetivos e/ou subjetivos, permitindo formas distintas e muito próprias de constituição das ações recíprocas que costuram as sociabilidades, afirma Simmel (1983).

Além do vínculo e da partilha de um sentimento de satisfação por estar sociado, outra característica concernente ao conceito de sociabilidade apontada por Simmel (1983) é o seu caráter lúdico, condição necessária para que a sociabilidade possa cumprir seu propósito, já que “[...] seu alvo não é nada além do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele” (SIMMEL, 1983, p. 170). Todavia, o lúdico não deve ser pensado como correspondente a uma espécie de ausência da realidade, mas uma estratégica abstração de determinados contextos e relações para que as trocas possam transcorrer de forma exitosa. Nos processos de interação, o seu desenvolvimento se dá considerando algumas qualidades que possam estimular uma relação mais harmônica, com refinamento, cordialidade, amabilidade, etc., com vistas a não ressaltar de maneira demasiada as personalidades envolvidas, desvelando mais uma vez a confecção e manutenção de um jogo pelo qual a sociedade é produzida.

Como base das formas de sociação, a ludicidade se expressa e pode ser entendida também quando das análises empreendidas por Goffman (1999) sobre a representação do eu na vida cotidiana, a partir das quais o autor reflete sobre os jogos de cena ativados pelos atores para construir e manter suas personas públicas, de modo que nestes processos o lúdico é acionado para promover coerência para as interações e trocas sociais que também constituem a sociabilidade.

Com isto, é esperado que as trocas realizadas entre os envolvidos se deem de forma equilibrada, pois em sua forma pura, um dos atributos chave da sociabilidade é a busca de uma ação recíproca, daí a importância de seu aspecto lúdico, no sentido de que “a sociabilidade é o jogo no qual se “faz de conta” que são todos iguais e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular; e “fazer de conta” não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devido ao seu desvio da realidade” (SIMMEL, 1983, p. 173). O sentido de desvio da realidade, nesse caso, diz respeito ao fato de que nos processos de interação os sujeitos não se colocam por inteiro (mesmo quando se dizem o mais verdadeiro possível), mas obedecem a preceitos determinados que os fazem se colocar de uma forma e não de outra, cabendo mencionar que este caráter não remete a uma negação ou falseamento do real, mas a sua construção alicerçada justamente na ludicidade dos processos sociais, haja vista que as vivências e linguagens do cotidiano são por ela permeados.

É o aspecto lúdico inerente às formas de socialização que confere às relações sociais o sentido de jogo. A percepção de jogo social implica dizer que através dos diversos modos de apropriação, os indivíduos partilham e fazem uso de suas formas de interação como se fizessem parte de um jogo. E o seu significado sociológico, imbuído de uma ludicidade manifesta, também parece ser igualmente compartilhado. Ser ou estar sociado, neste sentido, é estar imerso no jogo que assegura e sustenta a vitalidade da sociedade. Porém, os limiares desse jogo ou da própria sociabilidade em sua forma pura se tornam visíveis quando há uma violação quanto ao uso do lúdico, melhor dizendo, quando os sujeitos interagem motivados não pela satisfação do estar juntos, mas “[...] por propósitos e conteúdos objetivos e quando seus aspectos subjetivos e inteiramente pessoais se fazem sentir” (SIMMEL, 1983, p. 171). Nesses casos, o objetivo da interação deixa de ser a sociabilidade propriamente dita, se tornando, conforme o autor supracitado, uma conexão “formalista e superficialmente mediadora”. Há, assim, uma reconfiguração em torno dessa interação, o que não quer dizer que deixe de se caracterizar como um tipo de sociabilidade, sendo mais uma alteração no que diz respeito ao afastamento de seu modelo ideal típico proposto Simmel (1983).

A conversação é uma prática elucidativa dessas dinâmicas interativas que compõem e dão relevo para a sociabilidade enquanto uma forma lúdica de socialização. Enquanto uma das formas mais básicas em que a sociabilidade se manifesta, a conversação, segundo Simmel (1983, p. 176) é “[...] o veículo mais genérico para tudo aquilo que os homens têm em comum”, sendo o instrumento mais extenso e utilizado nas trocas simbólicas durante toda a vida humana em sociedade. Como uma forma pura de sociabilidade, na conversação, o conteúdo é indispensável.

[...] na seriedade da vida, as pessoas conversam por causa de algum conteúdo que querem comunicar ou sobre o qual querem se entender, enquanto que numa reunião social, conversam por conversar. No primeiro caso, a conversa atinge seus verdadeiros fins, mas não no sentido naturalista que faria dela mera tagarelice, mas como *arte* da conversação, que possui suas próprias leis artísticas. Numa conversação puramente sociável, o assunto é simplesmente o meio indispensável para a viva troca de palavras revelar seus encantos (SIMMEL, 1983, p. 176).

Como visto, diferentes modos de conversação revelam distintos graus de sociação. Por conseguinte, a conversação se demonstra como um tipo de interação valiosa que pode demonstrar variados aspectos sobre a produção de vínculos e sociabilidades. Simmel (1983, p. 177) chega, inclusive, a afirmar que dentre todos os fenômenos sociológicos, com exceção do “olhar um para outro”, a conversa seria a forma mais elevada e pura de reciprocidade. O seu propósito não estaria tão somente no tema da conversa, mas na conversação em si mesma, pois o assunto debatido só tem importância quando traduz o prazer do encontro com o outro, o que explicaria o fato de nos momentos em que se contam anedotas ou piadas, ser o mais relevante não os conteúdos do que foi contado, mas o estar juntos, forma pura de sociação igualmente cimentado através do lúdico. “A conversa é desse modo a realização de uma relação que, por assim dizer, não pretende ser nada além de uma relação – isto é, na qual aquilo que usualmente é a mera forma de interação torna-se seu conteúdo auto-suficiente” (SIMMEL, 1983, p. 177).

Considerando as condições de produção de seus escritos, é válido destacar que Simmel (1983; 2000) refere-se especialmente as sociabilidades estabelecidas a partir das relações face-a-face, haja vista a inexistência da grande maioria dos dispositivos tecnológicos e midiáticos contemporâneos em sua época, através dos quais outras formas de sociabilidade têm sua irrupção. Porém, isso não quer dizer que muito do seu arcabouço teórico desenvolvido e aqui discutido perca a sua validade. Muito pelo contrário, tais mudanças demonstram ainda mais a proficuidade dos escritos do autor para se entender as novas relações que se constituem atualmente, especialmente aquelas que se dão a partir das redes sociais expressas pelos *sites* de rede social. De acordo com Adriana Braga (2011, p. 100), “nas redes sociais, a teoria de Simmel parece adquirir um considerável campo de aplicação, na medida em que estes ambientes são regidos por uma dinâmica de sociabilidade, de “falar” (por escrito) pelo prazer de falar”.

Na atualidade, muitos dos “jogos de sociedade” têm a sua existência em um imbricamento entre as redes sociais baseadas na co-presença e as redes sociotécnicas, onde os

sites de redes sociais têm sua vazão. Não diferente, esses “jogos de sociedade” em rede trazem consigo o caráter lúdico da sociabilidade, assim como a satisfação de estar junto com e para o outro. É fato, porém, que por terem sua emergência ou existência nas redes sociotécnicas, tais sociações podem ser vistas como fúteis ou superficiais, especialmente nos primórdios desse fenômeno. Hoje, alguns preconceitos ainda perduram, contudo, olhares que veem as sociabilidades em rede como formas de interação que ultrapassam o sentido de um mero passatempo atentam para o aspecto de que esta é uma forma de sociação já consolidada entre as diferentes faixas etárias (com destaque para as que são compostas por jovens). De acordo com Marques (2009, p. 2),

Na web (e também fora dela), os cidadãos constroem e se apropriam cotidianamente de alguns contextos comunicativos nos quais podem sustentar conversações a respeito de seus interesses e necessidades, desenvolvendo assim não só laços afetivos de proximidade e pertencimento, mas também capacidades de argumentação, reflexão e domínio cognitivo dos diferentes tipos de informação aos quais estão expostos.

Há, assim, a produção de outros modos de “estar junto” com os outros, mesmo que se pautem em trocas mais fluidas ou estabelecidas informalmente. Pensar essa forma de sociabilidade que emergiu com o advento da *web* e da CMC ainda é, no entanto, um desafio para muitos pesquisadores, sobretudo devido a sua volatilidade e efemeridade. Em *A galáxia da internet*, Castells (2003, p. 107) formula que “a grande transformação da sociabilidade em sociedades complexas ocorreu com a substituição de comunidades espaciais por redes como formas fundamentais de sociabilidade”. Seu argumento aparece associado à noção de que as relações sociais tiveram seu espectro ampliado a partir da comunicação à distância e em rede, o que motivou transformações nos modelos de amizade e situações de trabalho, que passaram por reconstruções importantes.

O interesse de Castells (2003) acerca das sociabilidades em rede parece estar mais associada à preocupação sobre a natureza dos laços que os sujeitos tecem por meio das tecnologias, entendidas por ele como suportes materiais dos “novos” processos de interação. Conforme o autor, os laços das sociabilidades em rede são em sua maioria “laços fracos”, o que em suas palavras, “[...] não significa que são desprezíveis”, mas “[...] fontes de informação, de trabalho, de desempenho, de comunicação, de envolvimento cívico e de divertimento” (CASTELLS, 2003, p. 107). Hoje, essa visão parece perder um pouco de sua validade, considerando que muitos laços, no caso “fortes”, são engendrados pelas tecnologias e suas redes. Além do mais, não se trata tanto da passagem de uma coisa para outra (aquilo

que seria o território físico para outro, digital ou virtual), mas de processos complexos fomentados sobretudo pelas apropriações que os sujeitos fizeram e fazem dessas tecnologias.

Nesse sentido, as transformações em torno das sociabilidades acarretadas pela instância da mediação aparecem também como desdobramentos dos modos de apropriação que os indivíduos fazem das tecnologias – a sua constituição não apenas como redes telemáticas, mas redes propriamente sociais. Entra em cena, dessa forma, uma mudança no que concerne a utilização da *web*, reavivando a perspectiva apontada por Lemos (2015) sobre as dimensões técnicas e simbólicas da cibercultura. Se em um primeiro momento a internet e suas funcionalidades eram utilizadas com objetivos instrumentais - como pesquisa, difusão de informações e dados, aprendizado, etc. – quando não como um modo de obter status social, logo passa a ter sua relevância para trocas interativas e colaborativas, quando surgem as suas redes sociais, haja vista a emergência de uma *web* com um caráter mais relacional.

O momento que marca a grande virada da *web* instrumental para a social ou relacional pode ser visto quando do surgimento da chamada *web 2.0* (O'REILLY, 2005). Comumente chamada de segunda geração da internet, a *web 2.0* é caracterizada principalmente pela abertura para a participação dos usuários da rede, potencializando as formas de organização, compartilhamento e publicação das informações, ao mesmo tempo em que também amplia os espaços e possibilidades de interação entre os indivíduos envolvidos nesse processo. Enquanto a primeira geração da *web* era marcada por *sites* caracterizados como unidades isoladas, com a *web 2.0* passa-se para uma estrutura de rede com maiores funcionalidades e integração com outros recursos. O'Reilly (2005) enfatiza, como exemplo, a passagem da publicação de conteúdos (salientando como mera emissão ou transmissão) para a participação, como ocorrem com os *blogs* e seu espaço para a produção de comentários ou sistema de assinaturas, bem distinto das páginas de internet antes estáticas e atomizadas. Com efeito, a participação passa a ser também estimulada por meio dos novos sistemas, que vão sendo apropriados pelos sujeitos e fomentando o que alguns autores tem chamado de cultura da participação (SHIRKY, 2010), cultura expressiva (ALLARD, 2007) ou cultura participativa (JENKINS, 2008).

Os modelos de interação na *web* se modificam, provocando rearranjos nas formas de sociabilidade, evocando o seu sentido de algo em constante movimento. A sociabilidade em rede traz consigo muitas das características da interação face-a-face, contudo, devido as particularidades das trocas mediadas, alguns elementos acabam sendo deixados de lado, acarretando perdas efetivas para os processos interativos, o que chegou a ser inicialmente uma

preocupação. Thompson (2011; 2018) aborda um pouco dessa questão ao se referir às interações mediadas e interações mediadas *on-line*.

Segundo o autor, a interação mediada implica sempre o uso de um meio técnico (como o papel, fios elétricos, o computador, a internet, etc.), a partir do qual é possibilitada a relação, quando conteúdos simbólicos são partilhados entre indivíduos situados em espaço-tempo divergentes, prescindindo da co-presença. Tomando como base essa perspectiva, como não há o compartilhamento dos mesmos referenciais espaciais e temporais nas trocas estabelecidas em rede, o entendimento mútuo dos conteúdos simbólicos trocados não pode ser presumido, fornecendo um estreitamento das deixas simbólicas entre os participantes (como um olhar, piscadela, movimento de sobrancelha, etc.), podendo vir a acarretar ruídos ou a produção de ambiguidades.

Os sujeitos envolvidos nesses processos deverão, nesse sentido, recorrer a recursos próprios para interpretar as trocas estabelecidas, as quais podem vir a requerer maiores esclarecimentos. Grande parte dessas preocupações, todavia, parece já ter sido superada pelos próprios processos de apropriação dos elementos da rede, pois outras deixas simbólicas foram se formando com vistas a superar os ruídos comunicacionais e interativos como, a princípio, as carinhas formadas a partir de determinados caracteres para expressar estados de ânimo (=D, :(, :), :P, :@, etc.) através da textualidade, logo transformados em *emoticons* dos mais variados (imagens 4 e 5).

Tais aspectos são reconfigurados e explicitam estratégias e transformações do que o autor recentemente denominou de interação mediada *on-line*, sendo a principal diferença em relação a interação mediada, o fato da interação mediada *on-line* ser orientada para uma multiplicidade de destinatários (muitos para muitos) e não um para um (THOMPSON, 2018, p. 20), de modo que a unidirecionalidade foi substituída pela multidirecionalidade, acarretando transformações para além das formas de sociabilidade (poder interagir com pessoas até então desconhecidas ou com várias ao mesmo tempo) e também para a visibilidade dos conteúdos produzidos (a mensagem de qualquer sujeito, quando colocada no modo público, pode ser vista, comentada ou compartilhada por uma infinidade de pessoas). Os sites de redes sociais são, na visão do autor, o cenário perfeito para a interação mediada *on-line*.

Uma das características das sociabilidades em rede, especialmente considerando a interação mediada *on-line*, é o fato de que ela deixa rastros, mesmo que sejam configuradas em discursos muitas vezes difusos e dispersos. Nos *sites* de redes sociais, estes rastros são em sua maioria inscrições textuais, além de imagens e vídeos. Quando implicam em conversação,

os vestígios podem dar margem para leituras e interpretações das formas de sociação ou das trocas interativas entre os indivíduos, considerando seus interesses, motivações e escolhas, bem como apontar para a emergência de outras sociabilidades, podendo fazer falar sobre as suas mudanças no decorrer do tempo. Uma característica desses *sites* que não pode se deixar de lado, segundo Santos e Cypriano (2014) é que eles são

[...] ambientes de expressão pública de subjetividades, dão lugar a formas inovadoras de debate público, na medida em que, uma vez publicada, a informação é objeto de toda a sorte de comentários, correções, adendos, modificações, transformando a esfera pública num local em que coletivos discutem as questões de seu interesse, sem as limitações costumeiras impostas pelo tempo e pelo espaço (SANTOS, CYPRIANO, 2014, p. 74).

Como o próprio nome indica, os *sites* de redes sociais são serviços destinados, primordialmente, à composição de redes baseadas nas relações sociais, objetivando ampliá-las. As suas formas de acesso são geralmente gratuitas. Enquanto redes de relacionamentos, a sua variedade pré-define determinados interesses de seus usuários. Existem, por exemplo, *sites* cuja finalidade é a formação e manutenção de redes de amigos, como o *Facebook*; enquanto outros são concebidos com fins mais específicos, visando a formação de redes profissionais, como o *LinkedIn*. Outros são específicos para o compartilhamento de vídeos, como o *Youtube*, ou dão suporte para a partilha de fotos, como o *Flickr* e o *Instagram*, esse último recentemente absorvido pelo *Facebook*. A especificidade do *site* de rede social vai ter influências diretas nas formas de sociabilidade que neles se formam. Em todos, porém, é válido ressaltar a promoção e cultivo de laços sociais (sejam fracos ou fortes), possibilitando redes de sociabilidade que produzem rastros datificados.

Considerando a multiplicidade dos *sites* de redes sociais, bem como os seus objetivos e conteúdos, Keenan e Shiri (2009, p. 439) os classificam a partir de duas categorias: *sites* de redes sociais focados em pessoas e *sites* de redes sociais focados em atividades. O primeiro conjunto se refere aqueles *sites* que enfatizam a interação social principalmente por meio de conteúdos pessoais, em sua maioria centrados em torno de perfis particulares (como é o caso do *Facebook* e o antigo *Orkut*). Já os *sites* de redes sociais focados em atividades enfatizam a interação social através dos conteúdos específicos que lhes caracterizam, tendo, portanto, um foco temático para seus usuários. Há uma grande variedade de *sites* com esse viés, seja para ouvir música ou assistir vídeos (como o caso do *youtube* - focado mais na postagem e visualização de vídeos do que propriamente nas interações interpessoais), namoro (*badoo*, *par perfeito*, entre outros), encontrar emprego (*LinkedIn*), etc.

Há casos, no entanto, em que as categorias citadas pelos autores podem se hibridizar, no sentido de haver uma intermediação entre as redes sociais focadas em pessoas e as redes sociais focadas em atividades, o que ocorre graças a atualização, sofisticação e convergência constante desses *sites*, que passam a oferecer ferramentas que possam dar conta de vários objetivos, como é o caso do *Youtube*, que além do serviço de postagem e visualização de vídeos, possui espaço também para a promoção de conversação, características que também são verificadas hoje no *Facebook* a partir da produção e compartilhamento de vídeos, não sendo mais restrito as trocas textuais e imagéticas.

Tratado de modo particular, o *Facebook* é um *site* de rede social que mobiliza e fomenta a sociabilidade em seus diferentes níveis e formas, produzindo, ele mesmo, uma variabilidade de redes sociais (de amizade, familiares, colegas de escola ou trabalho, etc.). Com o seu foco principal voltado para as pessoas e a constituição de laços, o *site* busca representar ou dar continuidade as redes sociais anteriormente já existentes. Prova disso é o seu estímulo inicial a formação de amizades com indivíduos previamente conhecidos por meio da anuência de um pedido de amizade, de modo que aqueles que são desconhecidos são situados a margem da rede do indivíduo particular.

O *Facebook* incentiva a produção de sociabilidades representando as conexões já existentes, tornando-as acessíveis também pela *web*. A sua ênfase é apresentar e motivar identidades que possam se relacionar em um ambiente confortável, privado e familiar. Tais aspectos são reforçados especialmente, segundo Keenan e Shiri (2009, p. 443), devido ao uso de nomes/identidades verdadeiras³⁰ (pelo menos na maioria dos casos, já que o *site* possui uma política de combate aos perfis falsos), acesso restrito ao perfil (só tem acesso ao perfil completo do usuário aqueles que são seus amigos), ambiente social (obedecendo as características de uma *web* mais relacional, 2.0) e a interface de mídia simples (facilidade de navegação e usabilidade).

Com essas características, se observa desde a formatação e estrutura do *site* o seu trabalho em incentivar a sociabilidade, seja através de interações reativas, com o curtir (e suas variações) ou compartilhar; ou mútuas, quando há trocas relacionais mais elaboradas (como acontece nas conversações produzidas nos comentários) (PRIMO, 2007). Muito do incentivo ao aspecto relacional proposto pelo *site* se expressa pela sua arquitetura de rede ou design de

³⁰ A utilização pelo *Facebook* dos nomes verdadeiros dos usuários se caracterizou conforme Keenan e Shiri (2009, p. 443) como uma novidade e marco para os *sites* de redes sociais, já que antes se tinha uma cultura de rede em que o uso de *nicknames* (apelidos) era constante.

interface³¹, e isto está posto desde o sentido de proximidade e intimidade que a rede propõe quando questiona na caixa de texto da sua página inicial “No que você está pensando, + nome do usuário?”.

Apesar de possuir uma diversidade de modalidades interativas que favorecem a emergência de sociabilidades (a partir das postagens nos perfis pessoais, comentários realizados nas postagens de outros usuários, diálogos promovidos através da ferramenta *Messenger*, etc.), constituindo-se como uma rede social abrangente e ao mesmo tempo singular, salientamos o interesse pelas sociabilidades que irrompem nas conversações dos *posts* acerca da crise política e econômica brasileira nas páginas das revistas *Veja* e *Carta Capital* durante os anos de 2015 e 2016, objeto de interesse desta tese.

A análise dessas relações demonstra a existência de um caráter mútuo (PRIMO, 2007) entre usuário-rede social e entre usuário-usuário, configurando trocas simbólicas que são efetivadas através das conversações estabelecidas no espaço direcionado para a produção de comentários, os quais tem o seu centro mediador articulado aos conteúdos das postagens. Essa conversação é iniciada quando determinado usuário comenta e revela a partir de sua produção discursiva determinado posicionamento sobre o *post*, o que logo fomenta a produção de outros comentários – seja em relação ao *post* ou como resposta a outros comentários – sendo este último o momento em que as relações sociais emergem e dão espaço para as trocas que fundamentam formas específicas de sociabilidade, conforme se observa na imagem 7, quando a partir do comentário do usuário *Elisson*³², relativo à sua opinião sobre o conteúdo da postagem (“empreiteiras querem levar Lula e Dilma à roda da justiça”), outros comentários em forma de resposta logo são produzidos.

Como sociação, se observam nessas trocas interações que se constituem na maior parte do tempo entre sujeitos que não possuem proximidade prévia nem estão interligados na rede por laços de amizade. Suas características apontam uma sociabilidade calcada na brevidade (interações por meio de comentários curtos), instantaneidade (se efetiva naquele espaço e parece não se estender para outros) e falta de interesse ou radicalidade que facilmente assume (o usuário pode, a qualquer momento, deixar de responder e dialogar com o outro), aspectos

³¹ Segundo Keenan e Shiri (2009, p. 441, tradução nossa), o design de interface “[...] rege como um usuário interage com esse sistema. Em termos de aplicativos *on-line*, o design da interface é a representação visual e a mecânica por trás de um sistema. Um design de interface ruim estraga a experiência de um usuário”. No original: “Interface design, the visual and structural design a system, governs how a user interacts with that system. In terms of online applications, interface design is both the visual representation and the behind-thescenes mechanics of a system. system. A poor interface design ruins the experience of a user”.

³² Para diferenciar o nome dos usuários e seus comentários do restante do texto, eles serão destacados com o uso do itálico.

que remetem a algumas das discussões promovidas por Bauman (2004) sobre as relações sociais efetivadas através da internet, sobretudo acerca da maior facilidade de decomposição dos laços formados, haja vista que, segundo o autor, é muito mais fácil terminar um relacionamento existente na rede através da opção delete, bloquear ou desfazer amizade do que realizar a mesma operação em um ambiente de co-presença, onde os constrangimentos seriam bem maiores.

No cenário analisado, as características vistas por Bauman (2004) como “fragilidades” compõem um quadro em que as sociabilidades são contrastantes se comparada com outras, mas não o deixam também de ser sociações, pois apresentam formas – a conversa e a interação – e conteúdos – argumentação de concordância, discordância, aprofundamento das questões lançadas pelo *post* ou por outros usuários, particulares.

Imagem 7 – A sociabilidade nos comentários da *Veja*.



Fonte: *Post* Revista *Veja*, 31 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/Veja/posts/10152887766950617>. Acesso em: 31 jan. 2018.

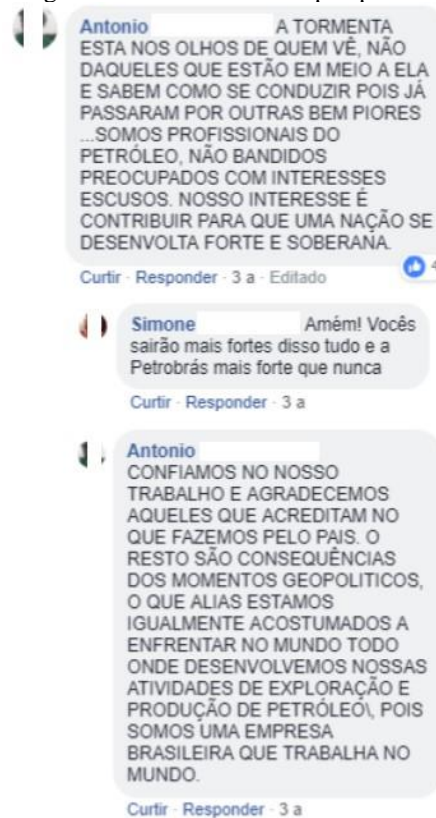
Essa (re)configuração demonstra um jogo de trocas interativas que se efetiva entre desconhecidos e é composta pela efemeridade, pois as interações são momentâneas, não possuindo um passado ou futuro – considerando serem raros os casos que resultam em laços de amizade – estando fincados prioritariamente no presente em que transcorre, desvelando os diferentes graus pelos quais a sociação pode se constituir (SIMMEL, 1983, p. 60). Raramente os mesmos atores se cruzam ou voltam a dialogar entre si entre um *post* e outro, tanto pelo

grande volume de comentários que se forma, dificultando esse (re)encontro ou (re)conhecimento, quanto pela própria falta de interesse entre os sujeitos em constituir vínculos mais duradouros. Quando ocorre o (re)encontro, isso se dá na maioria das vezes em uma mesma postagem (quando um sujeito discute algo nos primeiros comentários e depois se depara com a mesma pessoa mais adiante), permanecendo a relação anteriormente construída (de concordância ou discordância).

São, nesse sentido, sociabilidades constituídas mais do que pela necessidade, pelo prazer ou satisfação de fazer parte da discussão através do ato de comentar ou responder o que foi dito pelo outro, como explicitado na imagem anteriormente disposta, quando a concordância dos posicionamentos implica um sentimento de satisfação que parece dar sustento à relação, o que também ocorre de modo diferente quando da discordância. O estar com ou para o outro é, então, mobilizado pela necessidade de fazer parte daquele debate, se posicionar e interagir, agenciando modos de satisfação (gratuidade ou interesses da relação) e ludicidade (as formas pelas quais os posicionamentos e interações se apresentam com vistas a cimentar o estar juntos) que demonstram reconfigurações importantes em relação a outras formas de socição.

Ademais, são sociabilidades comumente marcadas pela assimetria. Na imagem 7, esse elemento é visto quando se leva em conta a quantidade de usuários que passaram a dar atenção ao primeiro comentador, implicação que incide em mais uma diferença em relação ao modelo de sociabilidade de Simmel (1983), pois segundo o autor, a sociabilidade em seu estado ideal deve possuir simetria. Se nas relações cotidianas produzidas no âmbito da co-presença essa simetria já é de difícil manutenção, na rede se torna ainda mais volátil. O sistema do *site* de rede social (*Facebook*) até favorece e permite igualdade entre os indivíduos, já que eles possuem acesso as mesmas ferramentas, supondo *a priori* a ideia de simetria, mas esse ideal é reconfigurado de acordo com os capitais sociais dos envolvidos e as (re)apropriações que fazem do sistema e das próprias relações engendradas. Sociabilidades simétricas (ou o mais próximo disso) são vistas nas conversações quando há além da maior reciprocidade entre os interagentes, um alinhamento de perspectivas que possibilitam trocas mais harmônicas, o que se dá com o engendramento de diálogos entre usuários particulares, como na imagem 8, quando *Antonio* e *Simone* dialogam sobre a crise e seus reflexos no que diz respeito a Petrobras.

Imagem 8 – Alinhamento de perspectivas.



Fonte: *Post Revista Carta Capital*, 08 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/CartaCapital/photos/a.398773133477440.85693.229151370439618/872290662792349/?type=3&theater>. Acesso em: 17 jun. 2018.

Referente ao *post* da *Carta Capital* que enuncia o enfrentamento de uma tormenta por parte da Petrobras (imagem 6), o comentário de *Antonio* (imagem 8) contrapõe e ressignifica a mensagem enunciada (“Petrobras na tormenta”), o que tem concordância por parte de outra usuária (*Simone*). Nesse momento, são identificadas perspectivas que se alinham e se aproximam da ideia de uma sociabilidade na qual a reciprocidade da conversa favorece os ideais de simetria nos termos de Simmel (1983). Essa simetria, porém, parece se exaurir a partir da própria concordância, insumo ou investimento nos laços que ligam os usuários, mas que nas conversações analisadas não gera novas interações. O “entre” das relações simétricas se apresenta nesses casos como limitado, pois encerra rapidamente outras interações e a manutenção da própria sociabilidade. Nas palavras de Primo (2007),

A interação social é caracterizada não apenas pelas mensagens trocadas (o conteúdo) e pelos interagentes que se encontram em um dado contexto (geográfico, social, político, temporal), mas também pelo relacionamento que existe entre eles. Portanto, para estudar um processo de comunicação em uma interação social não basta olhar para um lado (eu) ou para o outro (tu, por exemplo). É preciso atentar para o “entre”: o relacionamento. Trata-se de uma construção coletiva, inventada pelos interagentes durante o processo,

que não pode ser manipulada unilateralmente nem pré-determinada (PRIMO, 2007, p. 11).

A partilha de opiniões similares entre os interagentes indica maior harmonia e simetria para as interações, ao passo que a discordância gera unilateralidade e assimetrias, já que se observa a formação de agrupamentos que passam a enfrentar combativamente os comentários ou respostas produzidas por aqueles que pensam de forma diferente. Nas análises, se identifica um maior número de interações nas conversações pautadas pela discordância e contradição, elementos vistos de suma importância para a manutenção das sociabilidades, haja vista que o estar “contra o outro” também é uma forma de sociação, a qual aponta para a constituição de um “entre” mais consistente para as relações engendradas. É válido ressaltar que a contradição ou discordância podem se apresentar tanto no nível simétrico quanto assimétrico, possibilitando no primeiro a atenção para o que está sendo discutido entre as partes envolvidas, com o uso de argumentos que apesar de distintos, não se digladiam. Na empiria, o que ocorre com maior facilidade é o segundo caso (assimetria), quando se tem debates com afirmações assertivas que são colocadas pelos indivíduos como as mais corretas, o que parece lhes dar anuência para as tentativas de sua imposição.

A contradição favorece a construção de diálogos mais longos, podendo fomentar tanto a confirmação dos laços sociais entre os participantes, manifestando o prazer pela sociação, quanto enfraquecê-los, quando a composição de grupos contrastantes se desenvolve, se radicaliza e busca eliminar os dissensos através de disputas. Nos comentários, essas formas de sociação são desenhadas pelo conflito, que segundo Simmel (1983) também é uma forma pura de sociabilidade.

2.3 O conflito

Apesar de parecer contraditório, o conflito, de acordo com Simmel (1983, p. 122), não pode ser tomado como algo patológico ou nocivo para a vida social, pois é uma forma pura de sociação, necessária e de grande relevância para a manutenção da vida em sociedade, especialmente por produzir nos envolvidos certo interesse ou reconhecimento da divergência, pois quando há a exposição de pontos de vista distintos, por exemplo, a temática abordada se torna centro de reflexões, o que pode enriquecer e ampliar a discussão ou, em outros casos, torná-la mais frágil, o que vai depender dos rumos e configurações que os dissensos venham a tomar.

Segundo Giddens e Sutton (2016, p. 311), o conflito é tão antigo quanto a própria sociedade humana e, “[...] embora hoje nós o consideremos como algo inaceitável e que deva ser evitado, em termos históricos mais abrangentes, conflitos e conquistas influenciaram o universo humano e resultaram na expansão da humanidade pelo globo”. Os estudos sobre o conflito, segundo os autores, se popularizam e ganham corpo como uma resposta ao paradigma funcionalista estrutural e ao aumento na quantidade de conflitos na e entre as sociedades, correspondendo ainda à visão de que os conflitos não são exclusividade das lutas de classes, como pregado pelas teorias marxistas, podendo “[...] se basear em diferenças políticas, competição por *status*, divergências de gênero ou ódio étnico, todos podendo ser relativamente desconexos ou independentes de classe” (GIDDENS, SUTTON, 2016, p. 313).

De diferentes formas, o conflito é parte constituinte dos sujeitos, suas relações e da própria sociedade, sendo visto como um dos principais elementos nos processos de transformação e mudança. Conforme Simmel (1983, p. 124), “o indivíduo não alcança a unidade de sua personalidade exclusivamente através de uma harmonização exaustiva – segundo normas lógicas, objetivas, religiosas ou éticas – dos conteúdos de sua personalidade”, desvelando que o homem sempre viveu mergulhado em conflitos, contradições e paradoxos, seja consigo mesmo ou em relação aos outros, o que é tido como inerente e necessário para a sua formação e desenvolvimento. A existência de uma unidade social coerente e harmoniosa também é tida pelo autor como uma irrealidade, aspecto que fundamenta a sua visão positiva sobre o conflito por possibilitar o reconhecimento do outro e de seus modos de vida, complexificando as relações sociais e a própria sociedade pela observação de que o contraditório também lhe é parte constituinte.

Em todo caso, se percebe que alguns custos são inerentes aos interlocutores que se envolvem nos conflitos, entre os quais pode-se citar questões de disponibilidade e tempo para lidar com aquela situação, a disposição para dialogar com alguém que discorda dos seus posicionamentos, o que provavelmente irá demonstrar a necessidade de argumentação e envolvimento de recursos cognitivos que não são utilizados com sujeitos que partilham um mesmo posicionamento, entre outros fatores. Nas redes sociais, tais aspectos podem ser ainda mais complexos, seja devido a necessidade de se colocar e se defender textualmente (o que demanda aptidão não somente técnica, mas também reflexiva para lidar com a questão de forma na maioria das vezes instantânea), seja pela visibilidade e exposição que se coloca, pois um comentário pode ser respondido de formas indefinidas por um número indeterminado de outros sujeitos, bem como ser compartilhado por outras pessoas ou páginas.

Nas conversações informais ocorridas nas redes sociais, as relações conflituosas são uma constante, além de principal responsável para a produção de interações mais longas e complexas. Nos comentários das páginas da *Veja* e *Carta Capital*, o conflito se configura de múltiplas formas, seja em relação à revista, ao *post* e ao seu conteúdo ou entre os próprios usuários, cenário em que se apresenta com maior intensidade.

No que remete à revista, se percebe que o conflito se inicia quando a sua posição para abordar determinado tema é vista pelos seus seguidores como parcial ou equivocada, promovendo desacordos e o esgarçamento dos vínculos entre usuário/leitor e revista. As acusações de que as informações publicadas pelas revistas são manipuladas ocorrem e são corriqueiras nas duas páginas e produzem relações conflituosas. As denúncias de filtragem dos entrevistados para falar sobre o projeto de terceirização em vídeo de manifestação que pedia o afastamento de Dilma (imagem 9) explicitam bem essa relação, já que para alguns comentadores a postagem mostrava claramente o posicionamento da revista, acusada de “selecionar”, “filtrar” ou “editar” o vídeo da reportagem apenas com respostas desconexas e contraditórias dos entrevistados, a fim de caracterizá-los como manifestantes com visões despolitizadas, o que seria feito com o objetivo de desqualificar o próprio movimento e as suas pautas. É o que acontece também com a *Veja*, acusada de enganar os “menos informados” por meio de suas publicações (imagem 10).

Imagem 9 – O conflito entre seguidor e revista (*Carta Capital*).

12 de abril na Paulista: O que você acha da terceirização?

CartaCapital

2,6 mi visualizações · há cerca de 3 anos

#tvCarta CartaCapital foi a avenida Paulista neste 12 de abril perguntar aos manifestantes sobre o projeto de terceirização aprovado na última semana na câmara dos deputados. Assista às respostas.

← Comentários (5,1 mil)

Marcelo Filtraram, né CC? Cataram a miúdo né? Curtir · Responder · 3 a 204

Jalusa Pensei a mesma coisa, Marcelo. Curtir · Responder · 3 a 13

XTiago duvidas ??? com certeza só filtrou quem falou merda. Curtir · Responder · 3 a 23

Josh Só idiota não consegue enxergar. Eles fazem várias entrevistas e escolhe as piores respostas para desqualificar o movimento. Idiotas têm em todos os lugares. Numa manifestação na rua também tem. Na imprensa nem se fala! Curtir · Responder · 3 a 52

Camila A impressão que me deu foi de edição, escolhida a dedo! CC é ridículo querer manipular a opinião dos outros editando entrevistinhas de maneira tao tosca!! Curtir · Responder · 3 a 2

Fonte: *Post* Revista *Carta Capital*, 12 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/CartaCapital/videos/921566767864738/>. Acesso em: 14 maio 2018.

Imagem 10 – O conflito entre seguidor e revista (*Veja*).

Fonte: *Post Revista Veja*, 19 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/veja/posts/10153385687875617>. Acesso em: 13 maio 2018.

A distinção entre as posições assumidas pelos usuários/leitores e as revistas é a principal fomentadora desses conflitos (“*filtraram, né CC? Cataram a miúdo, né?*”; “*A impressão que me deu foi de edição escolhida a dedo. CC é ridículo querer manipular a opinião dos outros editando entrevistinha de maneira tão tosca!!!*”; “*Enganar os menos informados já é trabalho da Veja*” – imagens 9 e 10), demonstrando que o tratamento de determinados conteúdos enfrentarão questionamentos advindos especialmente da diversidade de orientações políticas ou modos de ver o mundo, articulando modelos específicos de reflexividade e racionalização sobre alguns conteúdos, resultando em discórdias e disputas que se exprimem por meio da contestação. Muitas vezes, a disjunção é construída por atores ou grupos que visitam as páginas simplesmente para acusá-las ou contradizer as suas postagens, não sendo necessariamente seguidores, já que essa não é uma condição para a produção de comentários.

Nesses momentos, é comum que outros usuários adeptos dos preceitos da página e suas abordagens a defendam argumentando sobre a veracidade dos conteúdos publicados. Algumas vezes, essa defesa se dá por acusações que são direcionadas a sua concorrente, vistas como de fato “*mentirosas*”, “*vendidas*” e/ou “*parciais*”, como ocorre quando os comentadores da *Carta Capital* mandam aqueles que estão reclamando irem comentar na página da *Veja*, e vice-versa. Noutras vezes, a defesa se dá por meio da própria revista, que chega a responder as denúncias (“*Estamos apenas noticiando o fato, da mesma forma que noticiamos quando*

foi contra a presidenta” – imagem 11), defendendo a abordagem do conteúdo veiculado, asseverando seu posicionamento e buscando, através dele, demonstrar isenção e imparcialidade.

Imagem 11 – O conflito entre seguidor e revista (*Carta Capital*).



Esses conflitos, que tem a sua existência possibilitada pelos processos de convergência e de participação engendrados a partir da internet, demonstram mecanismos de disputa de poder na produção de sentidos, especialmente em torno do que seria o “verdadeiro”, já que os sujeitos envolvidos na interação assentam posições de poder afirmar, questionar ou defender suas narrativas com o uso de recursos argumentativos e simbólicos, atributos dos processos de sociação em evidência, que tentam dar conta de uma “verdade” que não é compreendida ou publicizada pelas páginas. A disputa em torno do sentido de “verdadeiro” é o que caracteriza igualmente os conflitos entre os comentadores, com destaque para a sua radicalidade, já que pode ser mais fácil e confortável se discordar de alguém com quem não se compartilha a co-presença. Essa configuração, no entanto, não presume o término das relações e interações, mas a complexifica, como já citado, induzindo as partes a se reconhecerem, ainda que seja uma relação calcada em antagonismos, o que pode se mostrar em alguns casos como produtivo.

Nas conversações, a dimensão produtiva do conflito é identificada quando há discussões acaloradas sobre posições distintas e são acionadas estratégias argumentativas que não se limitam a um jogo de influências ou se fundamentam em xingamentos, de modo que os usuários se mostram abertos ao ouvir (no caso, ler) o que os outros estão dizendo. A proficuidade dessas relações é explicitada também por manter sociados sujeitos que mesmo não se conhecendo pessoalmente ou possuindo laços de amizade na rede, fazem uso de seu tempo para estar com um desconhecido apenas pelo prazer de conversar, debater e estar junto, mesmo levando em conta os seus interesses em justificar suas posições a partir da desconstrução dos argumentos do outro.

Essas características são evidenciadas quando da análise da conversa entre *Thiago* e *Matheus*, em *post* do mês de agosto da *Carta Capital* referente a uma reportagem em vídeo que questionava o que os manifestantes que defendiam a estadia de Dilma no poder diriam aos que participavam de um ato oposto, que pedia justamente a deposição da presidenta.

Imagem 12 – O conflito como discussão de ideias.

The image shows a screenshot of a Facebook post with several comments. The post title is 'Comentários (1,5 mil)'. The main comment is from Thiago, asking for historical context. Below it are three numbered points: 1. A country that prospered with socialism, communism, or any left-wing ideology. 2. A left-wing country where the people are free and live well. 3. The difference between the Collor impeachment and the 'golpe' against Dilma. Below these points is a paragraph questioning the PT government and another paragraph about the PT's historical stance. To the right, a comment from Matheus is partially visible, listing three points: 1. Nordic countries with welfare states. 2. Iceland, Malta, and France. 3. The impeachment of Collor. Below this is a paragraph about the PT government and another paragraph about the PT's historical stance. Further right, a comment from Jhonatan is partially visible, and below it, a comment from Fernanda is partially visible, discussing the meaning of 'left' and 'right' in politics. At the bottom right, another comment from Thiago is partially visible, discussing social measures and Nordic countries.

Fonte: *Post* Revista *Carta Capital*, 21 de agosto de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/229151370439618_989086111112803. Acesso em: 15 maio 2018.

Ressalta-se que em alguns aspectos, os comentários de *Thiago* e *Matheus* retomam o que é abordado na reportagem publicada pela página da *Carta Capital* (como a necessidade de se estudar história, respeitar a democracia, entre outros temas), mas o que merece maior

atenção é o modo como a conversa, mesmo que implique o conflito, se produz. A discordância (evidenciada pela denúncia de erros ou análises equivocadas) tem a sua presença, mas não a ponto de limitar ou exaurir as trocas efetivadas, que tem continuidade e passa a agregar outros atores (*Jhonatan e Fernanda*), apesar de manter-se centrada entre *Thiago e Mateus*, reiterando que a manutenção da sociabilidade se mostra como mais produtiva quando realizada entre um número menor de interagentes, bem como articulada sobre temas e sujeitos de mútuo interesse.

Essa produtividade do debate não é, porém, o expoente mais significativo e expressivo das conversações nos dois anos analisados, haja vista que as observações e análises apontam que o grande destaque se dá em relação aos conflitos mais diretos, que vão se desenhando e ganhando maior espaço conforme o aprofundando da crise política e econômica, com ênfase para a especulação, naquela época, do afastamento de Dilma por meio do processo de *impeachment*. Com efeito, se percebe mudanças significativas nos métodos ou etnométodos utilizados pelos atores para a manutenção das conversações, sendo crescente o uso de estratégias para diminuir o outro e os seus posicionamentos, bem como a articulação desse conflito já existente com o campo das emoções de forma mais contundente, favorecendo um cenário de acirramento e radicalização dos embates.

Tal quadro é apresentado quando as diferenças relativas aos posicionamentos dos atores sobre os acontecimentos vão se tornando mais rígidas, a ponto de os dissensos assumirem um caráter particular, já que o conflito deixa de se restringir às ideias e alcança o próprio sujeito que a defende. Anterior ao *impeachment*, merece destaque o conflito referente a constitucionalidade ou não do afastamento de Dilma, alimentado tanto entre as duas revistas (que assumiram posições distintas³³), quanto entre os seus seguidores. Nesse ínterim, a troca de acusações contra figuras do campo político além de Dilma, como Lula, Aécio, Temer, Cunha, etc. foram frequentes, ao mesmo tempo em que as acusações entre os comentaristas também cresciam. Os termos *coxinha*³⁴ (para os que defendiam a saída de Dilma) e *mortadelas*³⁵ (para os que a apoiavam) passaram a ser utilizados para caracterizar os grupos

³³ A *Carta Capital* produzia *posts* que classificavam o processo de *impeachment* como sendo claramente uma tentativa de golpe, enquanto a *Veja* assumia uma posição que legitimava os acontecimentos em curso.

³⁴ Não há consenso quanto aos significados do termo, mas é utilizado pejorativamente para descrever pessoas muito preocupadas com a aparência e *status* social, ao mesmo tempo em que escondem as suas contradições. O termo também passou a ser utilizado em referência as pessoas que apresentam tendências políticas e morais conservadoras

³⁵ Em referência aos lanches (pão com mortadela) que eram oferecidos aqueles que participavam das manifestações em apoio à Dilma e conta o processo de *impeachment*.

conflitantes, ressaltando que essas denominações foram feitas a partir de um grupo sobre o outro.

Na convulsão enunciativa, o apoio dado a presidenta era visto pelos atores que lhes eram contrários como estando associado à manutenção da corrupção e injustiça, podendo ainda representar algum tipo de dependência financeira daqueles que a apoiava, ao passo que os favoráveis ao processo de *impeachment* eram vistos pelo seu grupo opositor como sendo adeptos de um modelo de justiça seletiva, sujeitos que não se conformaram com a derrota nas eleições de 2014 e não respeitavam o processo democrático (imagens 13 e 14).

Imagem 13 – As disputas em torno da constitucionalidade do *impeachment* (Veja).

VEJA.ABRIL.COM.BR

Acuada, Dilma pede mobilização contra 'golpismo'?

Curtir Comentar Compartilhar

24 mil Mais relevantes

10.361 compartilhamentos 7,3 mil comentários

Escreva um comentário...

Rosangela Golpismo???

Golpismo foi o que você e o PT fizeram com o BRASIL. ACORDA POVO!!!!

Curtir · Responder · 3 a

Valdeci isso e uma sinica safada e toda cupola deste partido de corrupto impeahment ja demoro

Curtir · Responder · 3 a

Hiroshi GOLPE? Os Governos Lula e Dilma aplicam golpes ao povo brasileiro, todos os dias: Sem hospitais, Sem segurança, Sem estradas. Aumento dos impostos, desvios do dinheiro para Cuba, Bolívia, Venezuela, roubalheiras. Chega o Brasil e os brasileiros não aguentam mais 4 anos com essa baderna e esse mar de lamas !!!

Curtir · Responder · 3 a

Silvana Golpe?? de quem do MP da PF. ?? Ou do povo que não aguenta mais tanta mentira?

Curtir · Responder · 3 a

Escreva uma resposta...

Célia Muito engraçado, eles quem dão o golpe nos cofres do Brasil e vem dizer que os golpistas são da oposição? Impeachment já!

Curtir · Responder · 3 a

Chico e nao e golpe derrubar presidente eleita democraticamente pelos votos ?

Curtir · Responder · 3 a

Doralice Louca de pau

Curtir · Responder · 3 a

Célia O Collor também tinha sido eleito democraticamente, e ele era fichinha diante do que estamos vendo. Impeachment já!

Curtir · Responder · 3 a

A opção "Mais relevantes" está selecionada; portanto, algumas respostas podem não ser exibidas devido ao filtro.

Escreva uma resposta...

Lidice Tá com medo!!! Kkkkk.Golpismo foi essa eleição baseada em mentiras e enganações, sem contar as suspeitas de fraude!!!!

Curtir · Responder · 3 a

Simone Fraude fraude e fraude!tenho certeza

Curtir · Responder · 3 a

Marcelo Fraude eleitoral; vi vários videos que as urnas computavam votos sozinha. Pra quem? Hehehe

Curtir · Responder · 3 a

Maria Golpismo é roubar a Petrobras, Golpismo é roubar o dinheiro público, golpismo é mentir para se reeleger, golpismo é o juros que estamos pagando, golpismo é a conta de luz, golpismo é blindar o safado do Lula, Golpismo é comprar os votos do congresso, golpismo é dar o calote nas contas do governo!!! Golpismo é o pt no poder....

Curtir · Responder · 3 a

Escreva uma resposta...

Fonte: *Post Revista Veja*, 07 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/veja/posts/10152905935160617>. Acesso em: 13 maio 2018.

Imagem 14 – As disputas em torno da constitucionalidade do *impeachment* (*Carta Capital*).



Fonte: Post Revista *Carta Capital*, 10 de dezembro de 2015. Disponível em:

<https://www.facebook.com/CartaCapital/photos/a.398773133477440.85693.229151370439618/1040466689308078/?type=3&theater>. Acesso em: 15 maio 2018.

Os conflitos discursivos sobre o “*impeachment*” ou “golpe” estiveram presentes em todas as conversações analisadas, tendo em vista que desde as postagens e, principalmente, os comentários de janeiro de 2015, já era levantada a discussão de que Dilma não era mais capaz de conter a crise, argumento que sustentava a necessidade de sua deposição, o que para outros não passava de uma tentativa de golpe. Porém, é somente depois de aceito para análise, em 02 de dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), que o tema assumiu o centro das discussões dos comentários.

Os debates iniciais diziam respeito à própria nomeação que o processo deveria receber, se propriamente *impeachment* ou *golpe*, classificação que tem todo um peso para definir o acontecimento. Por uma parte dos comentaristas (com ampla presença na página da *Carta Capital* e menor incidência na página da *Veja*), se tratava de uma tentativa de golpe político e institucional que contava com o apoio, inclusive, da própria *Veja* e outros segmentos da mídia brasileira, como a Rede Globo de Televisão (“*e não é golpe derrubar presidente eleita democraticamente pelos votos?*” questiona o usuário *Chico* – imagem 13; ao mesmo tempo que outro comentarista em postagem da *Carta Capital* – *Barreto* – sugere que o

outro usuário estude o que de fato caracteriza um *impeachment*, defendendo que a tentativa de afastamento de Dilma seria um golpe – imagem 14). Já entre os comentaristas da *Veja*, “golpismo” era o que o PT tinha feito ao Brasil depois de 13 anos (“*Muito engraçado, eles quem dão o golpe nos cofres do Brasil e vem dizer que os golpistas são da oposição? Impeachment já!*”, defende *Célia*, o que é respaldado por outros comentaristas, como o faz *Lidice* – “*Golpismo foi essa eleição baseada em mentiras e enganações, sem contar as suspeitas de fraudes*”, apontando outros elementos que constituiriam, em sua visão, o fato do PT ser o verdadeiro golpista da estória – imagem 13), defendendo o pedido de deposição de Dilma como justo e legítimo, tendo ocorrido anteriormente, inclusive, com o apoio do próprio PT (em referência ao processo de *impeachment* de Fernando Collor de Melo, em 1992 – “*O Collor também tinha sido eleito democraticamente e ele era fichinha diante do que estamos vendo. Impeachment já*”, argumenta *Célia* – imagem 13), justificando ser uma expressão da vontade da grande maioria da população brasileira (imagens 13 e 14). Pelo viés desses últimos, a saída de Dilma seria apenas um começo de um processo de “limpeza” ética, política e moral necessária para o Brasil, a partir da qual o país tomaria rumos mais satisfatórios e voltaria a se destacar economicamente, como se estivesse aberta a caça aos políticos corruptos e logo fosse ser iniciada a fase de prosperidade.

A possibilidade de quebra das regras do jogo político brasileiro motivou e acirrou a presença do conflito nas conversações analisadas, promovendo uma cisão entre os atores. Logo, o espraiamento dessas relações produziu negociações para a constituição dos grupos, entendidos por Simmel (1983, p. 126) não como coisas silenciosas ou coerentes, mas produtos provisórios que unem rumores semelhantes, produzindo distinções com base no alinhamento de percepções. Neles, o estar junto é justificado pela partilha de posições, bem como devido ao estar junto contra um outro, aspectos que motivam a intensa cooperação entre os membros no interior dos grupos, principalmente quando da necessidade de defesa de seus pressupostos, mas pouca ou nenhuma cooperação entre aqueles que lhes são distintos (SENNETT, 2015, p. 119).

Simmel (1983, p. 127) atesta que o conflito é a força integradora dos grupos, de modo que a oposição passa a ser o elemento da própria relação, que está entrelaçada com outros motivos de existência, preservando e a constituindo. Gomes (2013, p. 623) afirma que uma vez configurada a relação de conflito, é comum que surjam seus protagonistas, isto é, aqueles que são vistos como os responsáveis pelas ações dos grupos, “[...] que passam a representar “causas” coletivas, encarnando os extremos da estrutura na qual estão inseridos”. Considerando a multiplicidade de usuários que compõem os grupos em conflito, não há como

indicar os seus protagonistas de forma efetiva, já que há uma mobilidade na formação desses grupos e seus atores, que entram em cena e tomam as rédeas das discussões conflituosas. Assim, os protagonistas variam na conversação de cada *post*, apesar de se repetir em alguns momentos, como poderá ser visto mais adiante.


A negociação e disputa de sentidos acompanha o desenrolar das interações conflituosas, repercutindo na evolução das conversações, alguma mais rápidas e breves, motivada por acusações e pouco desenvolvimento, outras, desdobradas com maior argumentação, demonstrando e fortalecendo as posições defendidas pelos grupos, reverberando a vitalidade dos processos interativos e do próprio conflito no estabelecimento e manutenção das trocas sociais, assumindo importância como fator de socialização, ao contrário da indiferença, que pode interromper e até mesmo inviabilizar a manutenção da interação.

Nos comentários do *post* da *Veja* de dezembro de 2015, quando a página divulga que “Eduardo Cunha dá largada em processo de impeachment de Dilma Rousseff”, a predominância do conflito e a formação dos grupos pode ser identificada explicitamente (imagem 15).

Imagem 15 – O conflito como forma de sociação (Veja).

VEJA
2 de dezembro de 2015

Presidente da Câmara acatou argumentos apresentados pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale. Processo será votado em plenário



VEJA.ABRIL.COM.BR

Eduardo Cunha dá largada em processo de impeachment de Dilma Rousseff | VEJA.com

Curtir Comentar Compartilhar

Karina e outras 95 mil pessoas Mais relevantes

59.803 compartilhamentos 5,3 mil comentários

Escreva um comentário...

Tati Desculpa, mas vocês falam em impeachment como se fosse a salvação para todos os problemas do país! Que falta de consciência e discernimento achar que a culpa é toda de uma pessoa só!
Curtir - Responder - 2 a 1,3 mil

A opção "Mais relevantes" está selecionada; portanto, algumas respostas podem não ser exibidas devido ao filtro.

Mi Verdade 9
Curtir - Responder - 2 a

Bárbara Concordo com você 9
Curtir - Responder - 2 a

Suely concordo!!! 4
Curtir - Responder - 2 a

Jorginho Não só de uma pessoa, mas culpa de um Partido inteiro que é o PT. 42
Curtir - Responder - 2 a

Rose Me desculpe Tati mas já é um bom começo, poderia até defender essa senhora mas o convívio dela nessa roubalheira é inegável! Pode ser que voltemos a ser vistos não como um país de corruptos mas como um povo que só quer trabalhar, pagar seus impostos e se respeitado nas suas necessidades mais básicas!
Curtir - Responder - 2 a 43

Angra É culpa do partido!!
Curtir - Responder - 2 a

Jose Sério mesmo que ainda tem gente que apoia o PT?
Curtir - Responder - 2 a 36

Luisa Com certeza não é de uma pessoa só, até porque os corruptos estão em todos os partidos, todos os lugares, mas ela se supera na burrice. Cada vez mais afundando nosso país!! Acho que o impeachment dela ia ser uma boa salvação sim!
Curtir - Responder - 2 a 15

Tati Aham, como se a política brasileira não fosse podre antes do PT né?
Curtir - Responder - 2 a 29

CeciliaeRoberto Não é salvação, mas é esperança de um futuro melhor, onde roubar não tenha vez nesse país! Tá triste por ela? Então, chora
Curtir - Responder - 2 a 14

Dani Mas já é um começo!!! O que não dá é pra ficar como está
Curtir - Responder - 2 a 10

Victor A prova que nao é uma pessoa só é que no mesmo dia aprovaram as contas com um rombo gigantesco, impossibilitando o crime de irresponsabilidade fiscal.
Curtir - Responder - 2 a

Alissa Concordo!!! Muita gente culpa a Dilma e o PT por tudo, mas nunca vejo essa revolta quando se trata dos outros partidos. Até porque se o Brasil está passando por tudo isso, muita gente está envolvida e tem culpa no cartório. Mas não, fica fácil culpar apenas um lado, enquanto o outro esconde a sujeira por debaixo dos panos e tem apoio da mídia imparcial.
Curtir - Responder - 2 a 7

Yasmin Concordo contigo Tati! E o Eduardo Cunha? Não vai cair não? Pagou o silêncio da mídia com as contas da Suíça? Hahaha, sujo gerenciando impeachment de mal lavado. Aooooo Brasil!
Curtir - Responder - 2 a 2

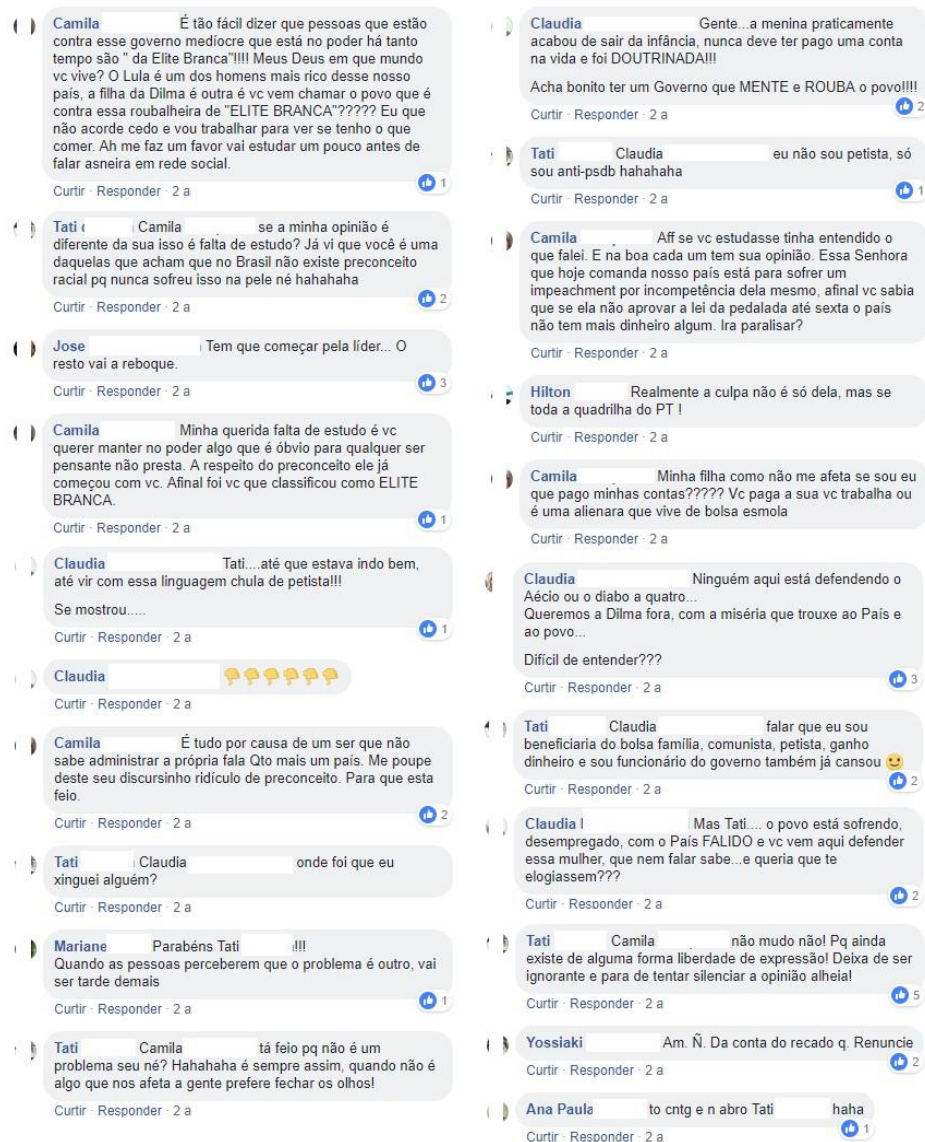
Lucas NÃO INTERESSAAAA, é menos dois corruptos que ele vai cair junto com ela.
Curtir - Responder - 2 a 6

Fonte: Post Revista *Veja*, 02 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/Veja/posts/10153589838075617>. Acesso em: 17 jul. 2018.

Os conflitos sobre a legalidade ou necessidade da abertura do processo renderam em apenas um comentário que argumentava que o *impeachment* não era a salvação do país (“*Desculpa, mas vocês falam em impeachment como se fosse a salvação para todos os problemas do país! Que falta de consciência e discernimento achar que a culpa é toda de uma pessoa só!*”, declara Tati – imagem 15), 510 respostas, as quais explicitavam a composição de três grupos: 1) os favoráveis a abertura do processo; 2) os que eram contrários e; 3) os pretensamente apolíticos. Com argumentos distintos, o alinhamento de posicionamentos marca a união dos usuários em grupos, que por meio de algumas “lideranças” ou “protagonistas” (os usuários com argumentos mais fundamentados e que

permaneciam na discussão, respondendo e lançando outras questões) constituiu um conflito que pode ser ainda considerado como produtivo, já que mesmo quando na conversação os membros de um grupo buscavam convencer ou influenciar o outro, mesmo que deslegitimando os seus argumentos, a conversa não somente se mantinha, mas ganhava mais força, envolvimento entre as parte e complexidade, não possuindo, portanto, o sentido de indiferença, entendido como total desprendimento ou falta de interesse por aquilo que o outro diz. A usuária *Tati*, que inicia as discussões, é identificada como a líder que arregimenta os argumentos contrários ao *impeachment*, enquanto *Camila* e *Claudia* lideram as argumentações favoráveis. Salienta-se que os seus diálogos são intermediados pela participação de muitos outros atores, que vão se alinhando nos grupos de seus interesses (imagem 16).

Imagem 16 – A composição dos grupos (*Veja*).



Fonte: *Post Revista Veja*, 02 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/Veja/posts/10153589838075617>. Acesso em: 17 jul. 2018.

Como pode ser visto, nesse *post* o desenvolvimento da conversa se prolonga por uma grande quantidade de comentários e a discussão vai ganhando um caráter cada vez mais pessoal. Inicialmente, a discussão é travada por *Tati* e *Camila* (ver dois primeiros comentários da imagem 16), porém, a usuária *Claudia* entra na discussão e logo se associa a esta última, fortalecendo a contraposição à *Tati* (“*Tati... até que estava indo bem, até vir com essa linguagem chula de petista!!! Se mostrou...*”, escreve *Claudia*). Há, aí, a união de *Camila* e *Claudia*, mesmo sem possuírem outros laços prévios, que estreitam suas relações a partir do alinhamento e partilha de posições que possuem a finalidade de identificar e atacar as fraquezas argumentativas de *Tati*, evidenciando a cooperação entre os membros dentro de um mesmo grupo, que se sustenta justamente pelo seu caráter conflitivo com o outro (SIMMEL, 1983, p. 163), ou seja, um oponente externo, como se houvesse um adversário a ser vencido. Para os líderes ou protagonistas da discussão, os embates gerados pelo conflito se tornam uma questão pessoal (“*Me poupe deste seu discursinho ridículo de preconceito. Para que está feio*”, diz *Camila* à *Tati*, o que é reforçado com *Claudia*: “*A menina acabou de sair da infância, nunca deve ter pago uma conta na vida e foi DOCTRINADA!!!*”; o que é respondido por *Tati* da seguinte forma: “*Deixa de ser ignorante e para de tentar silenciar a opinião alheia*” – imagem 16), elementos que demonstram a existência de uma disputa que deve ser vencida, mesmo que para isso tenha que desqualificar os argumentos ou o próprio oponente, enquanto para os outros sujeitos que vão se integrando a cada grupo, o conflito representa a possibilidade de se unir e reafirmar valores e crenças (“*Parabéns Tati!!! Quando as pessoas perceberem que o problema é outro, vai ser tarde demais*”; “*To cntg e n abro Tati haha*” defendem *Mariane* e *Ana Paula*, respectivamente; ao passo que, do outro lado, outros usuários como *José*, entre outros, reforçam a posição de *Camila* e *Claudia*: “*Tem que começar pela líder... o resto vai a reboque*”, retomando a ideia de que o afastamento de *Dilma* representaria uma limpeza ética na política – imagem 16).

Os argumentos utilizados na discussão se centram em torno da questão da corrupção, crise, seletividade, retoma a questão da luta de classes entre elite e proletariado, além de acusações de preconceito e doutrinação ideológica, mecanismos que são amplamente repercutidos e igualmente utilizados por outros usuários que entram na conversa e também fazem uso dessas premissas argumentativas, defendendo ou atacando os posicionamentos expressos de acordo com os grupos aos quais se alinham. É importante mencionar que o

término da discussão entre as usuárias evidenciadas como líderes se dá pela desistência em continuar com o debate, quando aos poucos uma vai deixando de responder a outra, considerando a ausência de um consenso, elemento que no caso não chega a ser o objetivo da relação, mas que mesmo assim a mantém viva.

Nos momentos em que a conversação se desenvolve e toma rumos em que a discordância se torna evidente, o fluxo das trocas se torna mais disperso e os comentários passam a ter como característica principal a tomada de posições, muitas vezes explícitas, dando margem para negociações de argumentos que na maioria das vezes devem ser justificados, o que nem sempre quer dizer que a partir disso se produza um consenso. É aí que há também o aprimoramento dos argumentos, formatados em resposta aos questionamentos feitos pelo outro ator envolvido naquele processo de interação, não ocorrendo, em grande parte, de forma dialógica.

Ao contrário dos diálogos regulados pela dialogia, se tem a premissa da dialética nessas conversações. Para Sennett (2015, p. 37), ambas (a dialética e a dialogia) são formas de se praticar uma conversa, de modo que a primeira é marcada por um jogo de contrários e a segunda pelo ricochetear de pontos de vistas e experiências. Gomes (2013, p. 620) considera que na dialogia pode ser que os sujeitos envolvidos abram mão de suas certezas, o que é mais difícil de ocorrer na dialética. Isso não quer dizer, destaca o autor, que a dialogia seja marcada por um pacifismo ou que a partir dela se resolvam todas as questões. Trata-se mais do sentido de se considerar as trocas como elementos chaves para o entendimento recíproco, de modo que se chegue a determinadas conclusões, havendo uma confrontação atenciosa, o que não acontece com a dialética.

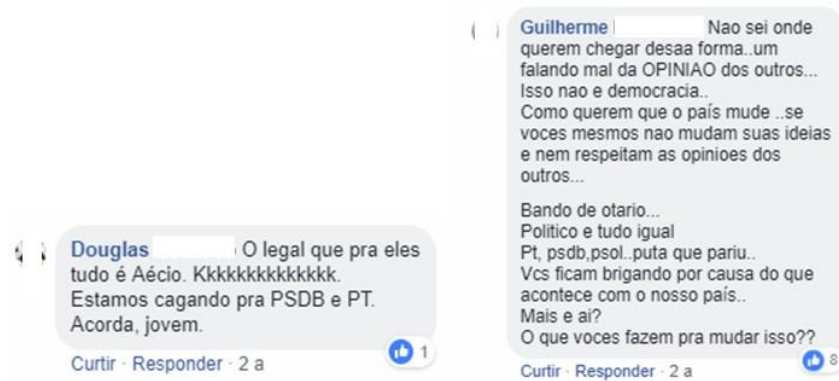
Nos comentários, as conversações não parecem visar um acordo, pois o que se tem corriqueiramente é um “fetiche da afirmação”, ou seja, “[...] o impulso de enfatizar um argumento como se seu conteúdo tivesse toda a importância do mundo” (WILLIAMS apud SENNETT, 2015, p. 31), o que é observado com a reiteração de argumentos que sempre são (re)utilizados, como a prerrogativa de que quem é contra o *impeachment* foi doutrinado, não estudou, é do PT, comunista ou recebe Bolsa Família e, do outro lado, os argumento de que quem é favorável ao *impeachment* é do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), da elite ou frustrado por ter votado em Aécio Neves e perdido (imagem 16), elementos que corroboram para a pouca capacidade de escuta entre os envolvidos, já que uma afirmação excessivamente enfática ou repetitiva pode anular o interesse daquele que recebe a informação. Kim e Kim (2008, p. 61) afirmam que a conversação informal e cotidiana, tal qual se apresentam as conversações em rede, “favorece oportunidades para refletir a respeito

de nossas próprias ideias, reduzindo sua inconsistência cognitiva e aumentando a qualidade das opiniões e dos argumentos individuais”. Não é isso o que ocorre, ou ao menos transparece nos casos analisados, se tratando mais de embates diretos que se acirram em momentos determinados, nos quais há também uma maior fixação pela busca de certezas e verdades, quando a dialogia perde espaço e, por conseguinte, passam a ser mais visíveis a vinculação dos posicionamentos com a questão das emoções.

A confrontação, no entanto, não abre mão da atenção recíproca, pois é notável o quanto as usuárias esperam as respostas aos seus posicionamentos, as quais geralmente não trazem aspectos novos, mas afirmações ainda mais assertivas que impedem que a conversa tome outros rumos distinto do dissenso (imagem 16). Concomitantemente, é premente a redução da diplomacia cotidiana, já que a polidez inerente as relações face a face vai se tornando rara nessas formas de sociação em rede. Nada estáveis, essas relações se mostram como responsáveis pela fluidez das conversações, dando origem a outras trocas e redes sociais com topologias variadas. Com outras configurações, os grupos citados são os mais comuns nas conversações dos dois anos.

O outro grupo mencionado – o dos pretensamente apolíticos –, é menos significativo em termos de discussão, pois não é tão proeminente no que diz respeito a quantidade de comentários e respostas. No entanto, também aparece em meio as conversações desse período e merece destaque. O grupo é composto por aqueles sujeitos que diziam não ter culpa do “caos” político e econômico instaurado, pois não tinham votado em Dilma nas últimas eleições. Com efeito, mesmo afirmando não ter culpa (“*Essa culpa eu não carrego!*” – imagem 19), é um grupo que muitas vezes direcionou esse sentimento para a figura de Dilma, se alinhando mais ao agrupamento favorável ao *impeachment*, mesmo sem se apresentar dessa forma, aspecto que justifica a nomeação aqui dada ao grupo. Quando questionados por outros usuários em quem tinham votado, os pretensamente apolíticos também não declaravam apoio à Aécio Neves (PSDB) (“*O legal que pra eles tudo é Aécio. Kkkkkkkk. Estamos cagando pra PSDB e PT. Acorda, jovem*” – imagem 17), afirmando que tinham votado em candidatos que não foram para o segundo turno, momento em que dizem ter votado em branco, nulo, ou foram obrigados a escolher Aécio, já que Dilma não representava suas ideias. Contudo, com o aumento dos escândalos de corrupção envolvendo Aécio, os argumentos utilizados por alguns membros do grupo são modificados, já que se passa a utilizar a premissa de que nenhum político presta (“*político é tudo igual*” – ver imagens 17, 18 e 19).

Imagens 17 e 18: Os pretensamente apolíticos (*Carta Capital*).



Fonte: *Post Revista Carta Capital*, 15 de março de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/CartaCapital/videos/907431169278298/>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Fonte: *Post Revista Carta Capital*, 20 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/CartaCapital/videos/1018067151548032/>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Imagem 19 – Os pretensamente apolíticos (*Veja*).



Fonte: *Post Revista Veja*, 22 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/Veja/posts/10153161698120617>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Um aspecto evidente nos comentários analisados é a questão da politização dos discursos dos atores envolvidos nas discussões, mesmo que o sentido ou a prática da política

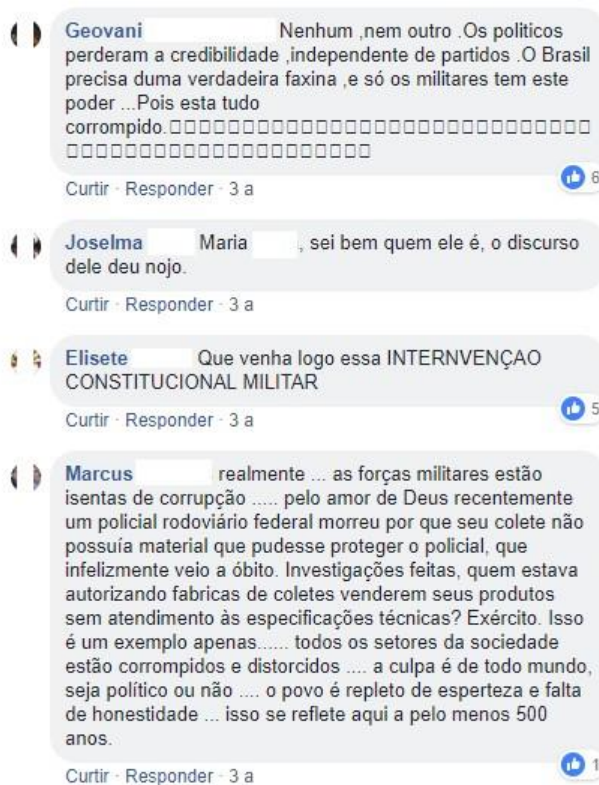
em seu sentido mais aprofundado, como um campo de discussões e troca de ideias, não se efetive, já que acaba se reduzindo a confrontos muitas vezes particulares, pautados não pela politização, mas na politicagem. Essa vinculação, por sua vez, também promove e dá sustentação a uma aproximação afetiva entre os participantes de cada grupo, bem como indicam as formas de se sentir em relação aos outros. Isso não quer dizer, entretanto, que não ocorram conflitos dentro dos próprios grupos. Como já aferido, apesar de aparentar coesão, os grupos são compostos por contradições, as quais são mais aparentes no grupo favorável ao *impeachment* de Dilma. As suas controvérsias são demonstradas pela postura de alguns membros que para muito além de apoiarem a derrubada da presidenta, pedem uma intervenção militar, contraditoriamente, vista por eles como constitucional e democrática, único meio capaz de colocar uma nação “corrompida nos trilhos” e pôr fim à corrupção (“*Os políticos perderam a credibilidade, independente de partidos. O Brasil precisa de uma verdadeira faxina, e só os militares tem este poder... Pois está tudo corrompido*”, defende Geovani; o que é correspondido por outros comentaristas, como Eliste: “*Que venha logo essa INTERVENÇÃO CONSTITUCIONAL MILITAR*” – imagem 21). A primeira vez que esse pedido, muitas vezes como campanha (imagens 20) aparece nas conversações analisadas das duas revistas é no mês de fevereiro de 2015, passando a ser recorrente nos demais. Outros comentaristas, no entanto, logo passam a refutar e questionar esse movimento, argumentando que os militares não são isentos de corrupção (“*[...] todos os setores da sociedade estão corrompidos e distorcidos*”, argumenta Marcus – imagem 21), bem como sobre as próprias características de um governo desse viés.

Imagem 20 – Intervenção militar (*Carta Capital*).

The image shows a WhatsApp chat interface with several messages. The first message is a long text block starting with "Cesar" and discussing military intervention. The second message is a long text block starting with "CARA, MILHOES IRAO MORRER" and discussing corruption and military power. The third message is a long text block starting with "escravizarem o povo, 'DAREM O GOLPE PODRE'" and discussing the need for military intervention. The fourth message is a long text block starting with "no Brasil" and discussing the need for military intervention. The fifth message is a long text block starting with "Olavo de Carvalho, eu, e milhares de outros que temos estudado" and discussing the need for military intervention. The sixth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventh message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The tenth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eleventh message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twelfth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirteenth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fourteenth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fifteenth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixteenth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventeenth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighteenth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The nineteenth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twentieth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twenty-first message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twenty-second message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twenty-third message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twenty-fourth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twenty-fifth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twenty-sixth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twenty-seventh message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twenty-eighth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The twenty-ninth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirtieth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirty-first message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirty-second message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirty-third message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirty-fourth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirty-fifth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirty-sixth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirty-seventh message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirty-eighth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The thirty-ninth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fortieth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The forty-first message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The forty-second message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The forty-third message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The forty-fourth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The forty-fifth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The forty-sixth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The forty-seventh message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The forty-eighth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The forty-ninth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fiftieth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fifty-first message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fifty-second message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fifty-third message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fifty-fourth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fifty-fifth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fifty-sixth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fifty-seventh message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fifty-eighth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The fifty-ninth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixtieth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixty-first message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixty-second message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixty-third message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixty-fourth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixty-fifth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixty-sixth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixty-seventh message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixty-eighth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The sixty-ninth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventieth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventy-first message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventy-second message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventy-third message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventy-fourth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventy-fifth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventy-sixth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventy-seventh message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventy-eighth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The seventy-ninth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eightieth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighty-first message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighty-second message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighty-third message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighty-fourth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighty-fifth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighty-sixth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighty-seventh message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighty-eighth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The eighty-ninth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninetieth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninety-first message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninety-second message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninety-third message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninety-fourth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninety-fifth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninety-sixth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninety-seventh message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninety-eighth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The ninety-ninth message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention. The one hundred message is a long text block starting with "www.youtube.com/watch?v=3Ku7d4p36J0" and discussing the need for military intervention.

Fonte: Post Revista *Carta Capital*, 17 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/CartaCapital/videos/890985507589531/>. Acesso em: 11 jan. 2018.

Imagem 21 – Intervenção militar (*Veja*).



Fonte: Post Revista *Veja*, 15 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/Veja/posts/10153302851555617>. Acesso em: 11 jan. 2018.

Os comentários pró-intervenção militar dão indícios da complexidade e multiplicidade dos conflitos em voga, os quais abrem espaço para as hostilidades latentes ou meio esquecidas, eclodindo muitas vezes como raiva, ódio ou ressentimentos que crescentemente vão se desenvolvendo, já que o motivo daquilo que impede que as pautas de determinado grupo avance parece estar justamente nas ações defendidas pelo outro que não cede nem abre mão dos seus pressupostos.

Analisando os comentários entre 2015 e 2016, é verificado que os seus conflitos vão se estendendo e se avolumando conforme os desdobramentos da crise política e econômica brasileira. Há, nesse sentido, um acirramento dos processos de conflito que reverberam na rede os movimentos de sentidos que possuíam seu trânsito na sociedade de uma forma mais geral, haja vista as manifestações pró e contra o *impeachment* que eram realizadas em todos os Estados do Brasil. Na rede, as discussões se tornam cada vez mais incisivas e os argumentos dão lugar a ataques de ordem pessoal. Os grupos radicalizam suas formas de ação

com racionalidades mais acusatórias. O conflito assume um novo contorno e xingamentos emergem em grande volume como a sua marca, seja em relação aos personagens políticos que protagonizam a crise, seja entre os próprios comentaristas.

O reconhecimento do outro vai ficando restrito ao sentido de diferença, aquele que não se é e com o qual se discorda, mas mesmo assim constitui relações com o sujeito. O conflito persiste e se alastra, mas é válido lembrar a partir de Simmel (1983) que ele pode ser processo fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra. Os antagonismos se acentuam e colocam em xeque as próprias sociabilidades, já que elas passam a ser compostas cada vez mais por elementos que se articulam intimamente com o desprezo e o desdém pelo outro, indicando uma percepção em que há um reconhecimento sensível da presença de um outro, porém, que não merece consideração ou respeito, uma vez que é visto como inferior. Se tem, assim, um representativo rebaixamento da capacidade de escuta. A arte da argumentação pautada na dialogia se torna escassa, de tal modo que a sociabilidade passa a ser vista neste momento principalmente como o estar contra o outro. Simultaneamente, intolerâncias e emoções controversas, como raiva, ódios e ressentimentos vêm à tona e ganham o espaço público. Entender essas emoções como inerentes ao conflito é essencial para que se compreenda as relações sociais do tempo presente. Antes, porém, é necessário se refletir sobre o macrocontexto ou as condições que possibilitaram esse cenário, ou seja, os meandros que compuseram e ainda compõem os sentidos da crise política e econômica brasileira.

3 AS VÁRIAS CRISES CONTEMPORÂNEAS

3.1 Crise, mas que crise?

Crise. Certamente, esta é uma das palavras mais ouvidas e enunciadas na contemporaneidade. É um verbete que parece estar na moda. Todos falam sobre crise na economia, na política, nos modelos históricos, éticos e morais, nos paradigmas socialmente construídos, etc.. No discurso da mídia, o termo passa por um intenso processo de produção e circulação que lhe fornece significados diversos. Mas, qual seria, de fato, o seu significado? Há um significado? Como encontrá-lo diante de um contexto em que de tanto ser mencionado, os seus sentidos são esvaziados frente a uma discursivização que é cada vez mais subjetiva e atende a princípios próprios? Crise é crise, poderia responder o senso comum, o que lembra a assertiva de Nietzsche (2007, p. 36-37) sobre a constituição da verdade, ao dizer que são moedas que perderam o seu troquel, evidenciando sua crítica aquilo que está posto e é tido como determinante e acabado. É papel da crítica, dessa forma, não ceder a estas verdades ou as suas vontades (FOUCAULT, 2011), principalmente em momentos de crise, quando pode haver, ao mesmo tempo, um cerceamento e/ou dilatamento no território de possibilidades.

Advinda da palavra grega *Krisis* (κρίσις), o termo crise tem como significado o “resultado de um juízo”, “ponto crítico”, “decisão”, “disputa”, etc. (SERRES, 2017; BAUMAN, BORDONI, 2016). Tais sentidos revelam aspectos que tem sido recorrentes não só na sociedade brasileira contemporânea, mas em todo o globo terrestre, os quais, como podem ser observados a partir dos significados do verbete, são multifacetados, o que já de início desconsidera visões sobre a crise como sendo algo com uma ordem determinada, pronta e acabada. Sua etimologia desvela uma origem jurídica, no sentido de tratar-se de um momento que requer uma decisão, isto é, um julgamento. Com sentidos polissêmicos, na medicina hipocrática, crise significa o momento que antecede e define o ponto culminante de alguma doença, podendo orientar-se tanto para o agravamento quanto para a cura. É, assim, um momento de transição, para o bem ou para o mal, entre uma fase de prosperidade e depressão. Por este viés, é cenário para a emergência tanto da novidade como da obsolescência.

Ainda em relação ao léxico no sentido médico, Serres (2017, p. 10) sugere que a crise descreve “[...] o estado de um organismo que enfrenta o crescimento de uma doença, infecciosa, nervosa, sanguínea, cardíaca, até um ápice local e catastrófico que põe em risco

ele todo crise de nervos, de asma, de apoplexia, epiléptica, crise cardíaca...”, situação que mais uma vez retoma a necessidade de uma decisão ou julgamento. “A crise lança o corpo na direção da morte ou na direção de uma novidade que o force a inventar” (SERRES, 2017, p. 11).

A noção de crise – tema que parece cada vez mais atual e excede qualquer limite geográfico – está associada a um momento de necessária reorientação, de abandono a um sentimento de estabilidade rumo às incertezas. Bauman e Bordoni (2016, p. 9) afirmam que na atualidade a palavra “crise” perdeu o seu significado produtivo e assumiu uma conotação majoritariamente econômica e negativa. Os autores reforçam que outras leituras são possíveis acerca do verbete, pois pode remeter a algo positivo, criativo e otimista, envolvendo mudanças ou transformações profícuas após a sua passagem. Analisando o uso do termo na mídia, postulam que se trata de uma palavra frequentemente utilizada nos meios de comunicação para definir dificuldades financeiras, aumentos de preços e de juros, de modo que qualquer acontecimento adverso passa a ser visto como “culpa da crise”.

Como visto, os sentidos em torno da crise evidenciam a passagem por um momento de instabilidades, um período de pretensa anormalidade que irrompe em determinado cenário, podendo compreender desde a vida pessoal e subjetiva (crises de ansiedade, por exemplo), a sociedade e seu estatuto moral (crise do modelo de família nuclear e patriarcal), a economia (queda nos lucros), entre muitos outros aspectos. Atualmente, muito se comenta, especialmente, sobre a crise dos refugiados (com destaque para o cenário europeu), crise do capitalismo (com a retração da economia em alguns países ocidentais, como EUA, Alemanha, Grécia e outros), crise ambiental (efeito estufa, desmatamento da Amazônia, produção crescente do lixo), crise nas relações políticas internacionais (vide EUA e Coreia do Norte), etc., demonstrando a amplitude do termo e suas variadas aplicações. No Brasil, especificamente, tem destaque a crise política e econômica que vem se arrastando já há algum tempo, ainda sem indicativos de saída.

As crises são fenômenos recorrentes na história da humanidade, em suas diferentes formas e dimensões. No entanto, para Bauman e Bordoni (2016), esses fenômenos vêm tendo intervalos de tempo cada vez menores e o presente parece estar imerso em um estado de crise sem precedentes e sem rumos previsíveis, já que ela se alastrou, ao mesmo tempo, para diversos campos, apontando um período que requer decisões, atitudes, reorientação e, por consequência, mudanças, as quais, vale ressaltar, nem sempre são positivas – haja vista a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, por exemplo, após a primeira guerra mundial e crise de 1929. Considerando o cenário contemporâneo, Bauman e Bordoni (2016, p. 7)

afirmam que “a crise enfrentada pelo mundo ocidental não é temporária, mas sinal de uma mudança profunda que envolve todo o sistema social e econômico e que terá efeitos de longa duração”.

Se os seus efeitos ainda parecem não ter um fim previsível, as marcas mais imediatas das crises são sentidas em curto prazo. Nestes tempos, o sofrimento social emerge de maneira mais imediata, caminhando ao lado de sentimentos relacionados à insegurança, ao risco e ao medo, afinal, como vislumbrar o futuro quando a crise paralisa os agentes sociais?. Não à toa, Bauman e Bordoni (2016) reforçam que é o sujeito e as suas sociabilidades que são atingidas de forma mais direta, a tal ponto que há nesses períodos um aumento no número de suicídios: “conta-se que houve mais de 1.200 casos de suicídio só na Grécia por causa da crise econômica” (BAUMAN, BORDONI, 2016, p. 14). Costa e Gonçalves (2006) atestam que no transcorrer das crises o sujeito identifica aspectos que apresentam e edificam o presente como um tempo crítico, o qual exige decisões e respostas de forma imediata a fim de se recuperar ou estabelecer novas rotas para a (re)construção de ações futuras. Dessa forma, as crises não podem ser definidas apenas como uma pane nas sociedades capitalistas, sendo necessário, como argumenta Touraine (2011, p. 93) reconhecer que ela pode destruir a sociedade e as suas formas onde ela explode, reflexão consonante à de Serres (2017, p. 35) quando afirma que a crise “[...] não afeta apenas o mercado financeiro, o trabalho e a indústria, mas o conjunto da sociedade, toda a humanidade”.

Especificamente em relação às crises atuais que parecem assolar diversos países, Bauman e Bordoni (2016) atestam que um dos fatores que a possibilitam, além dos econômicos, é a crise do próprio modelo de Estado, que parece não acompanhar as transformações históricas e sociais, pelo menos não em benefício da população, se voltando em muitos casos para a ética neoliberal. Para eles, durante a crise de 1929, as pessoas tinham a quem pedir auxílio, o que não ocorre no presente, pois o Estado já não mais consegue responder aos anseios das populações. Ademais, ressaltam que a crise em curso é financeira, ao passo que a de 1929 foi industrial (BAUMAN, BORDONI, 2016, p. 40). Em um cenário de crise, instalam-se exigências por decisões e respostas para a construção de ações futuras, uma vez que o momento também denota algo passageiro, o que não desvalida a necessidade de um olhar sobre o passado e presente para a definição do futuro. Logo, seus sentidos passam a ser resultantes das constantes reconstruções que vão se efetivando a partir da economia, cultura, política e sociedade, não se esquecendo do papel exercido pelos meios de comunicação na construção discursiva da crise a partir de vieses distintos.

Os episódios de crise mais significativos na história recente, como os que ocorreram nas décadas de 1920/1930 (o *crash* da bolsa de Nova York ou a grande depressão), ou ainda na década de 1970 (crise do petróleo), não encontram equivalentes no momento atual, dada a sua singularidade, bem como o fato de que as crises, apesar de poderem ter aspectos semelhantes, sempre são distintas entre si, uma vez que as suas condições históricas e sociais de produção são contrastantes. Grespan (2009) afirma que tem sido muito comum que se utilize o termo crise de forma mais imediata no sentido estritamente econômico, mesmo que nem sempre este seja um dos fatores mais corriqueiros, tendo que ser considerada, além disso, os modos pelos quais a economia é manejada, assim como as relações que possui com outros setores da sociedade, como a política.

Até hoje, a crise de 1929 talvez ainda seja a mais citada quando dos debates sobre crises. Também conhecida como a grande depressão, esta crise, iniciada no ano citado, persistiu durante toda a década seguinte, culminando somente após a segunda guerra mundial. Ela é considerada a pior de todo o século XX, sendo o período mais longo de recessão até então. Nele, houve um aumento expressivo do desemprego, considerando o fechamento de muitas empresas, além das quedas brutais do PIB (Produto Interno Bruto) de diversos países e de suas produções industriais - de 1929 a 1932, o PIB mundial caiu cerca de 15%, puxados, sobretudo, pelos Estados Unidos.

Na terceira-feira negra, como também é conhecido o dia 24 de outubro de 1929 (dia do *crash* da bolsa de Nova York), milhares de acionistas perderam grandes somas em investimento, salientando que muitos perderam, efetivamente, tudo o que tinham. Com diferentes graus de intensidade, os efeitos dessa crise foram sentidos em muitos outros países, como Alemanha, Reino Unido, Canadá, França e Itália. Na então União Soviética não foram sentidos efeitos expressivos, considerando a sua economia socialista, a qual não mantinha relações econômicas com os países capitalistas. No Brasil, país ainda pouco industrializado naquela época, a crise de 1929 afetou especialmente a economia do café, ao mesmo tempo em que reforçou a necessidade de aceleração da sua industrialização, o que deu espaço para a revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

Entre as causas conjunturais dessa crise, destaca-se o crescimento e acúmulo da produção ao mesmo tempo em que o consumo apresentava crescente retração. Com o fim da primeira guerra mundial, muitos países, especialmente os europeus, passaram a consumir em larga escala os produtos dos EUA, já que estavam devastados e com a economia enfraquecida. Porém, com o reestabelecimento da economia europeia, os seus países foram deixando de consumir os produtos norte-americanos, tendo em vista a sua produção local. Com a queda do

consumo do mercado europeu, as indústrias dos EUA não tinham mais para quem vender. Logo, havia mais mercadorias produzidas do que consumidores, isto é, a oferta era maior que a demanda. Os preços caíram e, como consequência, o desemprego aumentou, os lucros desabaram e o comércio ficou paralisado, o que resultou na quebra da bolsa. Como forma de contornar esse quadro, em 1933, o presidente Franklin Delano Roosevelt propôs e aprovou o *New Deal* (novo acordo), plano que adotava diversas medidas para superar a crise, como o investimento maciço em obras públicas (o que gerou novos empregos), aniquilamento do estoque de gêneros agrícolas (visando conter a queda dos preços), diminuição das jornadas de trabalho (a fim de abrir novos postos), etc..

Já na década de 1970, outra crise, com configurações bem distintas, emergiu. Trata-se da crise do petróleo, como ficou conhecida naquele momento e ainda é até hoje ensinado nos livros de história. Essa crise teve início quando, naquele contexto, se descobriu que o petróleo não é um recurso natural renovável, o que foi utilizado como pretexto para variações e subida dos preços na década de 70. Para se ter uma noção, entre outubro de 1973 e janeiro de 1974, o preço do barril de petróleo aumentou 400%³⁶, o que causou reflexos imediatos em países da Europa e Estados Unidos, que tinham e ainda tem como matéria prima para a sua produção industrial o petróleo. No Brasil, a crise coincidiu com o fim do “milagre econômico” durante a ditadura militar.

Afora a consciência de o petróleo ser um recurso não renovável, outras questões também fizeram parte dessa crise, como a Guerra dos Seis Dias (1967), Guerra do Yom Kippur (1973), a Revolução no Irã (1979) e a Guerra Irã-Iraque (1980). Apesar de passados estes momentos e de haver em dadas ocasiões um apaziguamento, outros desdobramentos vem indicando que a crise do petróleo é intermitente, como a Guerra do Golfo (1991), que induziu novamente ao aumento dos preços, bem como os movimentos especulativos de escala global que em 2008 fizeram com que o preço do produto aumentasse em 100%.

Por sua vez, no que diz respeito à crise que emerge nos últimos anos da primeira década dos anos 2000, mais precisamente a partir de 2008, sabe-se que ela está associada em um primeiro momento aos Estados Unidos e aos seus investimentos imobiliários, os quais causaram falência de importantes bancos e motivaram diversas mudanças. Além de causar problemas na economia estadunidense, a crise mostrou os sinais do desgaste político de George W. Bush, que já estava com sua imagem comprometida devido a Guerra do Iraque.

³⁶ Conforme informações disponíveis em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=2. Acesso em: 23 mar 2017.

Segundo Bauman e Bordoni (2016), a análise do desenvolvimento das crises na história prova que elas são cíclicas e conjunturais, parte efetiva do transcorrer da própria história e das sociedades, enfatizando que a condensação e recorrência das tensões conjunturais do capitalismo vêm configurando uma situação de crise permanente e latente – já que o próprio sistema demonstra cada vez mais ser constituído por tensões, a partir das quais se reconfigura e se fortalece. Em relação à crise contemporânea, os teóricos afirmam tratar-se de um evento que passou a se apresentar em escala planetária.

A sua intensidade e amplitude, são, neste sentido, novidades quando comparadas as outras crises. Isto, devido principalmente à atual configuração do sistema econômico, baseado em redes de interdependência global, fundamentada na forte interconexão dos sistemas de comércio e mercados financeiros (CASTELLS, 2003; 1999), pressupostos que apontam para o fato de que se há um novo modelo econômico para as relações comerciais e financeiras, as suas crises também serão moldadas pelos processos específicos que as caracterizam.

A ausência do Estado para lidar com a situação, aspecto já indicado por Bauman e Bordoni (2016), é uma preocupação também apresentada por Touraine (2011). Em suas palavras, “na “megacrise” que se manifestou nos Estados Unidos a partir de 2007 e 2008, o que mais me preocupa é seu caráter global, que explica a destruição de todas as instituições que outrora transformavam as situações econômicas em elementos de uma vida social controlada pelo Estado” (TOURAINÉ, 2011, p. 17). Destarte, se os problemas são cada vez mais globalizados, não significa dizer que são mais simples ou fáceis de resolver, atesta. Touraine (2011) propõe algumas hipóteses para se refletir sobre as possibilidades de saída da crise, as quais, segundo ele, devem contribuir para um debate nem sempre fácil, o qual não possui a pretensão de fornecer soluções prontas, dada a sua inexistência. Entre as hipóteses, o autor destaca o imperativo de que os Estados acreditem na necessidade de sua própria intervenção, ao invés de ficarem aguardando saídas fáceis ou que tudo se resolva com o curso dos acontecimentos.

Na busca pela superação, Serres (2017), com base na metáfora médica, sugere que o caminho que levou o corpo até aquele estado de crise seja esquadrihado e analisado, ocasião em que se esclarece que aquele mesmo caminho não servirá como rota para a cura, senão as mesmas faltas e equívocos seriam repetidos e a crise voltaria a se apresentar, postulando que a cura nunca apresenta uma volta para trás. Dessa forma, a visão do autor é de que há a necessidade de se reconhecer nos casos das crises contemporâneas os fatores que a propiciaram, os quais devem compor um quadro a não ser repetido.

Nos EUA, a criação de novos tipos de financiamento, a partir do fim da década de 70, permitiu que os mais pobres pudessem comprar a casa própria e que as famílias de classe média conseguissem bancar o ingresso de seus filhos em universidades de ponta, antes restritas aos mais ricos ou aos poucos que obtivessem uma bolsa de estudo. Isso ajuda a entender por que o PIB per capita do país mais que dobrou desde 1988, aumentando de 21.000 para 46.000 dólares. Mas, nos últimos anos, o endividamento dos americanos fugiu do controle. De acordo com Sister (2009, p. 58), o complexo imobiliário, fonte muito importante de renda (geração de empregos, insumos e serviços) passou a incluir na clientela pessoas que não podiam pagar pelas casas. A oferta de crédito era tão convidativa que muitas vezes ele era liberado sem a comprovação de qualquer renda por parte do comprador, daí o apelido técnico de *subprime* (crédito de risco). Sister (2009) diz que essa foi uma das formas que o mercado dos EUA viu para aproveitar a liquidez e impedir o esfriamento do mercado produtivo. Porém, com a venda contínua de títulos, ao mesmo tempo em que muitos compradores deixavam de pagar as prestações, a rentabilidade dos papéis foi caindo e as fontes de refinanciamento secando, promovendo a quebra e fechamento de alguns bancos.

Levando em conta esses fatores, Conceição (2009) assevera que essa crise é de ordem financeira e foi impulsionada pelos acontecimentos no sistema de financiamento do mercado imobiliário dos EUA, que levou aos extremos os problemas e contradições do modelo neoliberal, o qual na visão do autor já apresenta o seu esgotamento. Para Serres (2017, p. 94), o segredo da crise está nas defasagens escancaradas entre o cassino da bolsa e a economia real, aspecto também enfatizado por Touraine (2011), ao afirmar que “os créditos extrapolaram cada vez mais, em valor, aquilo que os garantia” (p. 36), promovendo um verdadeiro desequilíbrio.

As ordens de crédito foram congeladas, e o crédito, como diz Tavares (2009), é o sistema circulatório do capitalismo, sem ele, o sistema fica entupido e a economia não funciona. Com a redução do crédito, as empresas que não possuíam reservas líquidas tiveram que suspender o pagamento de suas dívidas, que foram ganhando volume e tendo consequências em vários setores da sociedade. Originada no centro do sistema nervoso do capitalismo internacional, a crise se expandiu por todo o globo e afetou todo o sistema econômico com retração dos mercados, dos empregos e do crédito financeiro.

Todos esses acontecimentos só reforçam, segundo a visão de Touraine (2011), uma busca exacerbada pelo lucro e redução da sociedade e de seus vínculos ao reino do mercado, o que por si só já é preocupante e sintomático de uma mudança contundente de valores e prioridades. Conforme o autor,

Por detrás desta crise que revela a fragilidade do poderoso capitalismo americano e inglês, como não perceber igualmente o declínio de um mundo feito mais de dinheiro do que de máquinas e produtos? Um mundo escondido, mas todo-poderoso, onde, como na corte palaciana dos reis, o esplendor se avizinha ao vício, não aquele do sexo, mas aquele do lucro desassociado por sua rejeição a todos os limites e normas (TOURAINÉ, 2011, p. 26).

Todavia, o autor reconhece que essa mercadorização da sociedade e de seus atores e a financeirização da economia, associadas à busca do lucro, não é uma novidade que se apresenta somente agora, muito menos as crises que são desencadeadas. A diferença está em sua generalização e redimensionamento que reflete não apenas no que concerne ao âmbito territorial, mas também relativo aos modos de vida que são rapidamente fragilizados.

A crise atual foi precedida por várias outras, menos massivas, mas que testemunham a fragilidade do sistema financeiro. Por exemplo: em 1990, a crise dos “Saving e Loans”, isto é, das caixas econômicas americanas, teve um papel importante na recessão de 1991-1992. Em 1995, a queda retumbante do Banco Barings, na Grã-Bretanha, e em seguida, em 1998, o esvaziamento de alguns fundos especulativos anunciaram as tormentas vindouras. Após a explosão da bolha informática em 2001, seguida pelo escândalo Enron (31 de outubro de 2001), pelo *Krach* do fundo Amaranth, pela crise dos *subprimes* nos Estados Unidos a partir de 2007, tudo culminou numa crise generalizada. A falência do Lehman Brothers, no dia 15 de setembro de 2008, detonou a catástrofe (TOURAINÉ, 2011, p. 46. Grifos do autor).

Quando em 15 de setembro de 2008 se alardeou a notícia do pedido de falência do quarto maior banco mundial, o Lehman Brothers, o colapso ruidoso da centenária instituição tornou-se o símbolo da crise econômica que se estende até hoje. Logo, ficou claro que a quebra dos bancos norte-americanos e europeus resultaria no corte de créditos e investimentos globais. Com isso, a recessão voltaria a bater às portas, além de se espalhar e produzir efeitos cascata em outros países, tanto os de economia mais forte, quanto os mais dependentes de auxílio externo. Os mercados, de própria voz, ou através de seus dispositivos midiáticos, cobraram e ainda cobram austeridade, cortes de gastos e juros estratosféricos para financiar o *déficit* público.

Estas são as estratégias de saída da crise adotadas pelos governos, as quais se amparam em práticas que tendem a ampliar os níveis de pobreza e miséria. Porém, como pontua Touraine (2011, p. 58), “[...] não podemos continuar imaginando que a solução para a crise seja encontrada na volta ao operariado, ao elogio permanente do trabalho e dos

trabalhadores”. Desta feita, é válido advertir que a intervenção do Estado não pode significar apenas uma socialização ou partilha das perdas, já que no período precedente, quando houve expressivo crescimento, houve uma privatização dos ganhos.

A situação se apresenta de modo particular em cada país que enfrenta a crise. De uma forma ou de outra, seus reflexos se expandem e um cenário com necessidade de mudanças se anuncia, pois “financeira e econômica, envolvendo as bolsas de valores, a crise que hoje nos sacode, sem sombra de dúvida, esconde e revela rupturas que transcendem no tempo a própria duração da história [...]” (SERRES, 2017, p. 7-8). Concomitantemente, alguns estudiosos pensam se tratar da maior crise do capitalismo, pelo menos desde 1929. Já outros, chegam a evocar um tom mais apocalíptico: seria o fim do próprio capitalismo.

A reversão da crise não é tarefa fácil ou simples. Ela possui uma dinâmica própria e é de difícil controle. Conceição (2009, p. 34) diz que quando iniciada, a crise faz movimentar um capitalismo com crescimento às avessas. Como em uma bola de neve, para utilizar a analogia do autor, uma crise vai puxando outras: da recessão do crédito, passa-se a redução dos investimentos e da geração de empregos, por conseguinte, haverá inadimplência, que torna ainda mais complexa a questão do crédito. Tem-se ainda o apodrecimento dos títulos financeiros (perda dos seus valores), tendência comum em períodos de recessão. Nessa bola de neve, notícias e mais notícias ruins podem ir se acumulando. Deveras, muitos economistas ainda vêm tentando entender os fatores que motivaram a crise, buscando suas variadas causas e possíveis saídas. Mais do que isso, muitos refletem sobre como a crise não foi prevista e advertida. O olhar unilateral ou a forte crença em um sistema que se adapta as adversidades é comumente apontado como justificativa.

Não obstante, a ocorrência das crises demonstra uma ruptura pelo seu aspecto conflitante e desordenado de abertura para o novo, contradizendo qualquer explicação que se queira totalizante ou determinada. São nesses momentos em que emergem e passam a ter vazão outros discursos, acontecimentos e sociabilidades, haja vista as novas condições históricas e singulares.

3.2 Crise à brasileira

Se as crises, em suas variadas formas, se tornaram cada vez mais recorrentes e tiveram os seus raios de expansão ampliados, não há como negar os seus efeitos e reconfigurações em território brasileiro. Em um primeiro momento, a crise que se estabeleceu a partir de 2008 nos EUA pareceu não provocar muito alarde ou receio no governo da época (sob o comando de

Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores). Segundo Carvalho (2018, p. 35), “a crise de 2008-9 chega ao Brasil com efeitos similares aos que atingiram outros países emergentes: contração do crédito, queda no preço das commodities e, com a forte saída de capitais estrangeiros, desvalorização do real em relação ao dólar”, o que resultou em uma contração substancial nos dois trimestres consecutivos de queda do PIB. Logo, foram tomadas iniciativas que pudessem deter a chegada ou estadia da crise, como a oferta de crédito para manter a economia aquecida, incentivo ao comércio externo, redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de produtos da chamada linha branca³⁷ visando estimular o consumo, etc., o que fez com que a economia voltasse a crescer já no segundo trimestre de 2009 (CARVALHO, 2018, p. 37)

Com efeito, havia duas perspectivas para interpretar a fissura que já se apresentava: de um lado, alguns alarmavam que se trataria de uma das maiores crises já enfrentadas pelo Brasil. De outro, afirmava-se que a crise de fato chegaria ao país, mas não com tanta intensidade: “há controvérsia quanto à duração da crise, mas um grande número de economistas, entre os quais nos incluímos, acredita que o período de maiores dificuldades residirá no primeiro semestre de 2009” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 48). Naquela época, o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, respondendo as perspectivas mais apocalípticas, chegou a afirmar que a crise era um tsunami nos EUA, mas se chegasse ao Brasil, seria apenas uma “marolinha”³⁸. Muitos analistas, atentos, passaram a refletir sobre os desdobramentos dessa crise em território brasileiro.

Com a quebra dos bancos nos EUA e Europa, a cotação de algumas empresas na Bovespa caiu consideravelmente, sem citar a alta do dólar e desvalorização do real, que provocaram prejuízos para as empresas exportadoras, evidenciando, segundo Sister (2009), a entrada da crise no Brasil pela porta financeira. Com efeito, a existência ou os reflexos da crise econômica logo se tornaram inegáveis em solo brasileiro, ao mesmo tempo em que medidas eram tomadas visando o seu contorno, especialmente por parte do Estado, o que foi balizado pela busca de consolidação do mercado interno e manutenção da capacidade produtiva.

Há de se ressaltar, porém, que o aspecto que tornou o quadro nacional mais complexo em relação a crise foi a entrada do fator político, que produziu um padrão de instabilidades bem mais confuso e complexo. Dentre os fatores que demarcam essa dimensão, três merecem

³⁷ Classificam-se como produtos da linha branca eletrodomésticos de maior porte, como geladeiras, micro-ondas, fogões, freezers, etc.

³⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>. Acesso em: 23 mar. 2017.

maior destaque: as jornadas de junho de 2013, as eleições presidenciais de 2014 e o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

Ainda tratada como foco de reflexões, haja vista a sua complexidade, muitos estudiosos apontam as jornadas de junho de 2013 como um dos elementos que possibilitaram o redimensionamento da crise brasileira, quando movimentos heterogêneos saíram às ruas com reivindicações diversas (CEI, BORGES, 2015). Um dos primeiros desses movimentos foi a Revolta do Busão, iniciada em 15 de maio de 2013, em Natal – RN³⁹, contra o aumento das tarifas de ônibus de R\$ 2,20 para R\$ 2,40, sem a existência de um diálogo com a população. Em São Paulo – SP, maior cidade do hemisfério Sul, manifestação semelhante ocorreu no dia 02 de junho de 2013 (BORGES, 2015, p. 20), também contra o aumento da passagem de ônibus, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, fato que levou milhões de cidadãos às ruas para protestar.

Esses movimentos tiveram o seu planejamento e agendamento a partir das redes sociais, especialmente através do *Facebook* e *Twitter*, expressando naquele momento um novo quadro de experiências, comportamentos e sociabilidades. Vale ressaltar que a sua emergência se deu em um período próximo ao das manifestações que ocorriam em muitos outros países, como Egito, Tunísia, Líbia e Síria (a primavera Árabe⁴⁰), além da Espanha – “os indignados⁴¹” – e EUA – “Occupy Wall Street⁴²”, cada uma com objetivos e finalidades particulares, excetuando-se, conforme Castells (2013), a busca similar por mudanças de ordem política ou econômica, aspectos que evidenciam uma vinculação estreita com a crise econômica mundial que se estabelece após 2008, como é o caso dos protestos na Europa e EUA, os quais questionaram o sistema capitalista neoliberal globalizado, desnudando as desigualdades por ele promovidas em seus países e propondo modelos econômicos pautados por maior distribuição de renda.

No Brasil, além das cidades já mencionadas, as manifestações passaram a ter repercussão e reprodução em muitas outras, chegando a ocorrer em todos os Estados da federação. Pelo seu potencial mobilizador, foram consideradas como as maiores

³⁹ Conforme informações disponíveis em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/06/protestos-por-melhorias-no-transporte-chegam-ao-9-ato-em-natal.html>. Acesso em: 27 maio 2016.

⁴⁰ Nomenclatura dada aos movimentos pró-democracia que ocorreram no Oriente Médio e Norte da África a partir de dezembro de 2010.

⁴¹ Movimento iniciado em 15 de maio de 2011 em Madri, na Espanha, contra o alto índice de desemprego no país (20%), a intensa recessão econômica que refletiu no aumento da pobreza e a forte influência das instituições financeiras nos rumos da política nacional.

⁴² Inspirado no movimento espanhol, em 17 de setembro de 2011, milhares de pessoas passaram a ocupar Wall Street - centro do setor financeiro de Nova York, para protestar contra a desigualdade econômica e social, a má distribuição de renda e contra a corrupção.

movimentações populares desde o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, em 1992. Outro ponto que revela a proeminência e relevância dos movimentos é a sua aprovação por 89% da população brasileira, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria em parceria com o IBOPE (2013, p. 10). Em muitas cidades onde ocorreram os protestos, houve intensa repressão policial. Mesmo assim, os manifestantes conseguiram a redução do valor das passagens e reforçaram que a luta empreendida não se dava por apenas 20 centavos (valor que seria acrescido no preço das passagens), o que se tornou um dos slogans e bandeira de luta das manifestações.

Na medida em que o movimento foi ganhando força e tendo algumas de suas pautas atendidas (como a redução do valor das passagens), as suas bases, assim como suas bandeiras, se tornaram cada vez mais heterogêneas. Em uma torrente, uma multiplicidade de manifestações e subjetividades passaram a marcar presença nas ruas com reivindicações e slogans dos mais diversos, pedindo o fim da corrupção, reforma política e serviços de saúde, educação e mobilidade de qualidade, ao mesmo tempo em que criticavam os gastos excessivos e esquemas de corrupção na realização das obras da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, eventos esportivos que seriam realizados no Brasil. Também havia muitos protestos vagos e despolitizados, como o caso de pessoas que expunham cartazes solicitando a redução do preço da ração dos seus animais de estimação até outros que convocavam a volta da ditadura militar⁴³.

A miscelânea de vozes e interesses desafiavam e ainda desafiam as interpretações de estudiosos, dos políticos e da imprensa (que em um primeiro momento criminalizou as manifestações). De acordo com Pinto et al (2017, p. 11-12), o levante das jornadas de junho de 2013 criou uma dificuldade contundente para o modelo petista de governar e fazer política⁴⁴, tendo em vista a tradição de ter os movimentos populares sempre ao seu lado. Tal

⁴³ Para uma melhor visão sobre a multiplicidade de vozes presentes nos protestos, bem como sobre a diversidade de pautas, acessar o *site* “Grafias de Junho”, desenvolvido pelo pesquisador Roberto Andrés (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), no qual são reunidas imagens que visam jogar luz sobre o que se dizia nas mobilizações a partir de faixas, bandeiras e pichações. Disponível em: <https://www.grafiasdejunho.org/principal>. Acesso em: 01 jun. 2018.

⁴⁴ O PT (Partido dos Trabalhadores) é uma agremiação político-partidária fundada em 1980 por um grupo heterogêneo de sindicalistas e intelectuais em oposição à Ditadura Militar brasileira, possuindo uma forte vinculação com a classe trabalhadora da cidade e do campo. O partido é fruto da aproximação entre diversos grupos sindicais da região do ABC paulista que se organizaram em greves entre 1978 e 1980, agregando militantes da esquerda brasileira. A sua bandeira de luta sempre esteve associada aos trabalhadores e menos favorecidos, sendo uma peça importante no processo democrático nacional em episódios como as Diretas Já (1984) e *impeachment* de Fernando Collor de Melo (1992). O seu maior expoente e presidente de honra, Luiz Inácio Lula da Silva, foi eleito presidente do Brasil nas eleições de 2002, após ser derrotado três vezes (em 1989, 1994 e 1998). Com sua chegada ao poder, um modelo de governo marcado pelo desenvolvimento e igualdade social foi iniciado, sobretudo através de políticas públicas inclusivas, como o Bolsa Família. A sua política econômica foi pautada por práticas que situaram a função do Estado como mecanismo para o desenvolvimento

concepção é compartilhada por Singer (2018, p. 28), ao afirmar que as jornadas de junho dividem o período Dilma em dois: até março de 2013, Dilma era avaliada como tendo um governo ótimo e bom para 63% dos brasileiros, conforme pesquisa do IBOPE encomendada pela Confederação Nacional do Comércio (CNI)⁴⁵. Em julho do mesmo ano, no entanto, essa aprovação desaba para 31%, explicitando que os fatores que vem em seguida ao movimento intensificaram os desgastes que culminaram com a deposição da presidenta.

Com a pluralidade de manifestações, outro aspecto foi emergindo: a polarização política. Prado e Prates (2017, p. 3) sugerem que após as manifestações de 2013, este fator ganhou forte impulso, principalmente entre os grupos de esquerda e direita, o que teve reflexos nas eleições de 2014 e ainda se estende até a atualidade. Em termos de circuitos emocionais, entende-se a partir de Castells (2013, p. 19), bem como de outros autores que investigam as relações entre as emoções em manifestações, protestos e movimentos sociais (JASPER, 1998; 1997; GOODWIN, JASPER, POLLETTA, 2001), que assim como na Primavera Árabe e nos movimentos que se sucederam na Europa e EUA, as Jornadas de Junho de 2013 compõem igualmente movimentos emocionais, uma vez que ressalvadas as suas singularidades, são insurgências que tiveram o seu início no instante em que as emoções foram transformadas em ação: supera-se o medo e reconhece-se a empatia, instante em que se percebe a vivência de experiências semelhantes que provocam e motivam o acesso emocional, suplantando os receios de enfrentar o desconhecido rumo à esperança ou à oportunidade de lutar por questões que são vistas como de direito. Somada à crise econômica, as manifestações que passaram a ocorrer em território nacional complexificaram o cenário brasileiro, demonstrando e constituindo um quadro de crises composto não somente por questões econômicas ou políticas, mas destes e de muitos outros aspectos amalgamados.

Para Dobry (2014), no que concerne as crises políticas especificamente, estas não devem ser tratadas como imprevistos ou patologias, mas como normas das relações sociais. Em sua obra, o autor não desconsidera os fatores históricos das crises, o que deve ser reforçado, uma vez que o conceito de crise não pode ser generalizado, haja vista o risco de perder as suas especificidades históricas e teóricas. Respeitando a historicidade das crises, Dobry (2014) intenta construir um esquema teórico que ultrapasse essa singularidade e indique fragmentos de saber de ordem nomológica, isto é, o reconhecimento das regras e/ou

econômico e social, em oposição a ética neoliberal. O partido também buscou se manter ao lado dos Sindicatos e Movimento Sociais.

⁴⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html>. Acesso em: 29 jul. 2013.

normas que se repetem nos períodos de crise. Os resultados das crises não são interesse de sua obra, mas as causas que levaram a sua constituição, enfatizando que o seu empenho é voltado para as crises políticas que são associadas às mobilizações que afetam as esferas sociais e fazem emergir um novo processo de rupturas, entendendo mobilizações sociais como eventos que incidem diretamente na mudança ou transição para outros modos de vida.

Segundo o autor, as mobilizações atuam como uma forma de ativação de recursos até então relegados ao ostracismo, de modo que os sujeitos envolvidos veem uma oportunidade de requerer determinadas demandas. As mobilizações, por sua vez, possuem duas modalidades: mobilizações multissetoriais e mobilizações restritas. “Chamaremos, no mais, de *mobilizações multissetoriais* as mobilizações que serão localizadas ao mesmo tempo em várias dessas esferas e de *mobilizações restritas* aquelas que terão por sítio um só dentre elas” (DOBRY, 2014, p. 46). No caso das mobilizações brasileiras ocorridas em 2013, são entendidas como multissetoriais, levando em consideração a sua multiplicidade. A maioria das grandes crises políticas, como as que se desenvolveram a partir de mobilizações sociais na França entre 1947-1948, 1958-1962 e a de 1968, podem ser caracterizadas como multissetoriais, reforça Dobry. Sincronicamente, enquanto atuam objetivando outros modos de vida em sociedade, as mobilizações também operam na arquitetura dos processos de deslegitimação.

[...] os processos de deslegitimação são pensados, de início, enquanto formas particulares de redução do apoio difuso e, não sem fugidias hesitações, enquanto *evoluções a longo prazo* em que as retiradas de legitimidade correspondem a uma lenta erosão de sentimentos ou de crenças na legitimidade do regime ou das autoridades e se situam, por consequência, *a montante* das crises políticas que elas contribuem para produzir (DOBRY⁴⁶, 2014, p. 212. Grifos do autor).

Associada a crise econômica em curso, as manifestações ocorridas em junho de 2013 intensificaram o processo de deslegitimação de Dilma Rousseff e inseriram a questão política no contexto da crise. As mobilizações colocaram à prova o potencial de abertura para o diálogo da presidenta Dilma, que segundo Castells (2013, p. 146) foi a primeira autoridade,

⁴⁶ Apesar de promover análises profícuas para o cenário de crises a partir das mobilizações sociais, um ponto negativo da obra de Dobry (2014, p. 47) é o fato de restringir suas discussões a este fator, desconsiderando, portanto, as possíveis relações e interconexões com outras crises, como as econômicas ou de governabilidade, o que justifica a ausência do uso de suas discussões a *posteriori*, pois a crise brasileira se dá não somente motivada pelas manifestações, compreendendo diversos outros fatores. A perspectiva adotada por Dobry revela ainda uma visão cíclica da história, como se tudo se tratasse de meras repetições de fatos – daí sua visada nomológica – dificultando a compreensão da diversidade de crises que se estabelecem nos variados setores da sociedade e suas particularidades.

em mais de 90 países, a declarar que tinha que ouvir a voz das ruas, legitimando os movimentos e recomendando a suspensão do aumento das tarifas. Contudo, segundo o autor, esse diálogo mais aprofundado entre o governo e as ruas foi dificultado pelo próprio aparato do PT, que bloqueou ou retardou o debate em torno da possibilidade de reformas mais amplas (CASTELLS in COLOMBO, 2015). De acordo com Singer (2018, p. 119), junho demonstrou o encontro de correntes sociais e ideológicas que trafegavam em sentidos opostos: uma que se constituía como esquerda ao PT, objetivando discutir questões da nova classe trabalhadora e, a outra, uma classe média tradicional “cansada” dos últimos governos. Foi problemática, na visão do autor, as respostas dadas a essa primeira corrente, quando o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e outros partidos pequenos assumem a dianteira dessas pautas, ao passo que a resposta dada para a corrente de direita foi dada por grupos conservadores que se aproveitaram para moldar e explorar politicamente a insatisfação, fortalecendo e estruturando os movimentos que iriam desaguar na pré-candidatura de Jair Messias Bolsonaro à presidência em 2015, tendo como base os discursos contra a corrupção e a busca de um projeto de país idealizado a partir de visões conservadoras (patriotismo, modelos de família tradicional, etc).

Apesar do quadro de dificuldades, Dilma reagiu e em agosto (período visto para alguns como já tardio) do mesmo ano (2013) endureceu a legislação contra a corrupção (uma das pautas mais citadas nas jornadas), com a promulgação da lei nº 12850, definindo organização criminosa e regulamentou a delação premiada, instrumento que mais tarde se voltaria contra o seu mandato e o seu próprio partido.

No ano seguinte ao conjunto de mobilizações que ficou conhecido como as jornadas de junho, em 2014, ocorreram as eleições majoritárias (quando são escolhidos os governadores dos Estados, Deputados Federais e Estaduais, Senadores e Presidente da República). A crise econômica foi uma das principais pautas dos debates eleitorais, especialmente entre os candidatos à presidência, tendo em vista a estagnação do crescimento do PIB, que teve aumento de 0,1% comparado ao ano anterior (pior resultado desde 2009)⁴⁷ e a queda de investimento em diversos setores (imobiliário, automobilístico, etc.), redução dos níveis de consumo das famílias e das exportações, sem citar o crescimento do número de desempregados e a desconfiança do setor empresarial. A eleição não foi decidida no primeiro turno e passaram para o segundo os candidatos Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT). Nos debates, enquanto o candidato Aécio Neves destacou a alta da inflação e deterioração das

⁴⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/27/politica/1427458565_874347.html. Acesso em: 14 abr. 2015.

atividades econômicas, defendendo uma política mais austera, Dilma Rousseff responsabilizava a crise internacional pelo desempenho mais problemático da economia:

Ainda no primeiro turno, no debate da TV Bandeirantes, Dilma Rousseff, por sua vez, afirmou que, ao enfrentar uma das mais graves crises internacionais da história, tinha recusado “a velha receita”, ou seja, aquela que deixava “a conta para o trabalhador pagar, desempregava, arrochava salários, aumentava impostos e aumentava tarifas” (CARVALHO, 2018, p. 96).

Como pode ser observado, dois caminhos para lidar com a crise econômica foram apresentados, cada um representando modelos econômicos e ideológicos distintos. Na eleição mais acirrada desde a redemocratização do país⁴⁸, Dilma saiu vitoriosa para um segundo mandato, ao mesmo tempo em que diminuía os números da bancada petista na Câmara e Senado, ocasião em que também era eleito um dos congressos mais conservadores de toda a história brasileira⁴⁹, composto principalmente por membros de oligarquias, elites econômicas ou grupos religiosos, os quais já vinham se articulando e conquistaram terreno na Câmara e no Senado, tendo sido frustrada, no entanto, as expectativas de transição de poder via eleitoral para o cargo de presidente. Com o resultado das urnas, houve um rechaço por parte das oligarquias políticas e elites empresariais, assim como pelo próprio candidato derrotado, Aécio Neves, que chegou a pedir uma auditoria da votação, alegando descrença quanto a confiabilidade da apuração dos votos, o que nunca havia acontecido desde o período pós-ditadura militar⁵⁰, o que foi acompanhado por alguns grupos da direita que começaram a difundir a proposta de *impeachment* de Dilma por meio de pequenas manifestações nas redes sociais e nas ruas. Logo, um severo processo de deslegitimação política continuou a perseguir Dilma Rousseff, tendo início a partir das manifestações de 2013, o que ganha corpo quando das eleições de 2014, se intensificando durante o seu processo de *impeachment* propriamente dito em 2016. Tudo isso acompanhado, espetacularizado e reforçado pela mídia, como será visto mais adiante.

⁴⁸ A eleição de 2014 foi a mais acirrada do país desde a sua redemocratização. O seu resultado foi definido por uma diferença de 3,6 pontos percentuais.

⁴⁹ Mais conservador, congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>. Acesso em: 13 abr. 2015.

⁵⁰ PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>. Acesso em: 14 fev. 2015.

No primeiro ano do segundo mandato de Dilma (2015), alguns entraves se apresentaram e dificultaram as estratégias da petista para sair da crise. Muitos dos seus projetos foram repelidos pela Câmara dos Deputados, de acordo com Singer (2018, p. 191), ainda como uma reprimenda às faxinas éticas feitas pela presidenta durante o seu primeiro mandato, bem como se aproveitando da vulnerabilidade dela naquele momento através da votação de pautas bombas. Nas ruas, sua popularidade caía a largos passos⁵¹. Em termos econômicos, segundo Pinto et al (2017, p. 7), o quadro era o seguinte:

A crise econômica em 2015 pode ser ilustrada mediante alguns dados expressivos: retração do PIB em 3,8%; desmoroamento do investimento (FBCF) em 14,1% (R\$ 75 bilhões), sobretudo no setor público; aumento do desemprego nas regiões metropolitanas de 5,8% em fev./2015 para 8,2% em fev./2016; queda de 8% da renda real entre jan./2015 e jan./2016; e a significativa redução das taxas de rentabilidade de boa parte dos setores produtivos com - exceção do setor bancário-financeiro.

Os dados expostos explicitam que a acumulação de capital travou em 2015 e assim continuou durante 2016, fortalecendo a crise e os adversários de Dilma, que viram nela a representação de alguém que não tinha habilidade para reverter a situação ou, mais do que isso, uma figura que não cederia as pressões do mercado. Segundo Carvalho (2018, p. 97), na defensiva, logo após vencer as eleições, Dilma surpreende e nomeia Joaquim Levy para ministro da Fazenda, nome fortemente ligado ao neoliberalismo, contrariando todas as expectativas construídas durante a campanha. Contudo, as políticas econômicas recessivas propostas por Levy, pautadas na redução dos gastos públicos, aumento dos impostos, a volta da cobrança do IPI para veículos, entre outras medidas de menor impacto não alcançaram êxito, de modo que ainda em 2015, diante do fracasso da estratégia, Dilma anuncia a substituição de Levy por Nelson Barbosa, que até então comandava a pasta do Planejamento. Mesmo diante da mudança, o cenário não se modificou, de modo que outros acordos que favoreciam os setores da elite em detrimento da população mais necessitada ganharam espaço. Nas palavras de Singer (2018, p. 218) “o governo rodopiava e, em lugar de ganhar apoio, perdia dos dois lados, cavando um fosso em torno de si”.

De início driblada pelos subsídios em determinados setores (automóveis e eletrodomésticos) e pela agressiva expansão no crédito voltado ao consumidor, a crise iniciada em 2008 pelo âmbito econômico se agravou radicalmente no fim do primeiro e início

⁵¹ Em pesquisa realizada entre os dias 18 e 21 de setembro de 2015 pelo CNI/IBOPE, 69% dos brasileiros entrevistados disseram que o governo de Dilma era ruim ou péssimo, maior percentual já registrado nos últimos 27 anos, pelo menos até aquele momento, enquanto apenas 10% afirmaram que o governo era ótimo ou bom.

do segundo mandato de Dilma, já atrelada a uma gama de fatores ainda mais complexa. Uma vez instalada e tendo uma expressão cada vez maior, os motivos ou as causas da crise continuaram a ser buscados. Todavia, como relata Conceição (2009), as crises possuem dimensões variadas, não tendo um único viés ou “culpado”, mas condições várias. Em sua análise, o autor destaca duas das possíveis dimensões para se analisar e refletir sobre as crises: a dimensão estrutural e a dimensão objetiva/subjativa. A primeira diz respeito a análise dos aspectos ou modelos que estruturam ou estruturavam a base de desenvolvimento econômico e financeiro, os quais vão dando sinais de esgotamento diante da sua não adequação aos fluxos e transformações da vida em sociedade. Ao analisar esta dimensão, Conceição (2009, p. 22) reforça o início da atual crise em 2008, quando se tornaram prementes os primeiros sinais de esgotamento do modelo econômico neoliberal, de modo que em sua visão, a não intervenção do Estado foi uma das molas propulsoras para o desencadeamento da crise nos EUA (com o *déficit* no mercado imobiliário), que como uma epidemia foi se expandindo para outros setores e países, considerando a existência de um capitalismo financeiro e informacional e uma economia estabelecida em rede (CASTELLS, 2003; 1999). Nesse sentido, na concepção do autor, não se trata de um fenômeno episódico, mas de uma série de fatores que vai se acumulando e passa a ter influências e consequências em todo o globo, pois diferente da crise de 1929, as atuais crises não podem ser restringidas a um único país ou região, levando em conta a existência de um mercado econômico global e interdependente.

Já a dimensão objetiva/subjativa é relacionada aos fatores mais imediatos das crises, entendida da seguinte forma: os fatos e acontecimentos em sua forma genuína e objetiva (déficits financeiros, quebra de bancos, aumento do desemprego e de dívidas) e o modo como estes são apreendidos e reproduzidos com marcas nitidamente subjativas, na contemporaneidade, principalmente pela mídia, que passa a reconstituir a crise muitas vezes sob vieses alarmantes, sinalizando que “[...] as informações sobre a crise não são “neutras” ou totalmente transparentes. Em suma, a mídia tem o poder de criar e eliminar sentimentos de pânico, que são desproporcionais aos elementos objetivos envolvidos” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 36). A partir das elaborações produzidas pela dimensão subjativa, até mesmo as instituições sólidas que não foram em um primeiro momento afetadas pela crise se tornam temerosas e passam a agir na defensiva, congelando os seus investimentos e deixando de efetuar contratações, por exemplo, intensificando o sentimento de crise.

A análise e preocupação com a dimensão objetiva/subjativa da crise feita pelo autor acima mencionado reforça a necessidade de olhares mais cuidadosos em relação aos discursos da mídia e aos seus processos de mediação e midiatização, pois como assevera Sodré (2006),

neste território, o sismo e o sismógrafo podem ser a mesma coisa. Melhor dizendo, o sismógrafo da mídia pode muito bem criar e produzir sismos, a depender dos seus interesses políticos e econômicos. É nesse contexto que Carvalho (2018, p. 98) indica que a crise econômica não foi o único fator que contribuiu para a desaceleração econômica e uma das maiores crises da história, uma vez que a crise política, os efeitos da operação lava-jato e a atuação da mídia também tiveram papel preponderante.

Aproveitando a situação de crise, em outubro de 2015, o então vice-presidente Michel Temer e um grupo de empresários paulistanos lançam o programa “uma ponte para o futuro”, indicando a necessidade de um maior ajuste fiscal, flexibilização das leis trabalhistas e previdenciárias, fim da obrigatoriedade dos gastos com saúde e educação, aumento de impostos, entre outros fatores que, conforme a visão do documento, colocaria o Brasil de volta aos trilhos do progresso e desenvolvimento econômico, mas ao mesmo tempo apontava que as ideias presentes na atual constituição (principalmente relativas à conservação dos direitos básicos) não caberiam no orçamento desse novo Brasil (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015). Alguns dias depois do lançamento desse documento, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) oficializa seu apoio ao *impeachment*. O apoio por parte do empresariado é, na visão de alguns estudiosos, como Singer (2018, p. 57), um enigma, principalmente pelo fato de que durante o seu segundo mandato, Dilma deu espaço antes nunca imaginado para o capital privado, contradizendo suas promessas de campanha e atendendo muitas pautas que não possuíam afinidade com a perspectiva econômica e ideológica de seu partido. Mesmo assim, parece não ter sido o suficiente e, nesse movimento, parece ter reforçado o isolamento da presidenta, uma vez que ela acaba desagradando a diversos setores.

Ampliando ainda mais os sentidos da crise, em 2015, uma forte campanha pelo *impeachment* de Dilma começou a ser empreendida. As acusações contra a presidenta iam das mais banais, como as que afirmavam que ela não possuía mais condições de governar, haja vista a dificuldade de lidar com a crise, até outras marcadas por denúncias de corrupção e crime de responsabilidade fiscal. As acusações foram ganhando corpo e fôlego, especialmente através das queixas empreendidas pelos partidos de oposição. Em decorrência disso, em 02 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), acatou denúncia contra a Presidenta, acusada de cometer crimes de responsabilidade fiscal, os quais diziam respeito à Lei Orçamentária e à Lei de Improbidade Administrativa. Importante destacar que Cunha aceita o pedido logo após os deputados do PT anunciarem que votariam pela continuidade de seu processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara. Para alguns

setores da economia e da política, o *impeachment* mataria dois coelhos com uma cajadada só, atesta Carvalho (2018, p. 108), pois se pensava que isso resolveria não só o impasse político, mas também a ausência de investimentos privados, desconsiderando que as novas políticas implantadas por Dilma já estimulava, para além do esperado por seus correligionários, o investimento privado. Acompanhando a abertura do processo na Câmara, manifestações populares pró e contra o *impeachment* ganharam força em todo o Brasil.

Ainda em dezembro, outro episódio asseverava a crise política e deixava claro o fosso existente entre Dilma e Temer. No dia 07, o vice-presidente envia uma carta à Dilma, missiva que foi subestimada e motivo de piadas e chacotas em diversos setores, mas que mais tarde provaria ser um aviso do que estava em marcha. Nela, Temer fazia uma revisão do seu relacionamento com Dilma e o PT, apontando o olhar sempre desconfiado de que ele e o seu partido foram vítimas e o quanto foram deixados de lado nas discussões mais importantes para o país, afirmando que no primeiro mandato, ele (Temer) “perdeu todo o protagonismo político”, uma vez que foi relegado a um “vice decorativo”. No entanto, o vice-presidente ainda não proponha um rompimento, mas apenas a “reunificação do país”⁵², o que mais tarde se apresentou de outra forma, quando a bancada do PMDB votou em massa pelo afastamento de Dilma.

Em 17 de abril de 2016, após sessão que durou 9 horas e 47 minutos, televisionada na íntegra, o pedido foi aberto e aprovado na Câmara, tendo 367 votos favoráveis e 137 contrários. Na visão de Carvalho (2018, p. 112-113), essa votação serviu para desnudar o que havia de mais assombroso no sistema de representação política do Brasil, o que pode ser entendido especialmente quando se analisam as justificativas dos deputados quando da expressão de seus votos. Família, Deus, justiça e até torturadores⁵³ fizeram parte das justificativas adotados e expressas pelos deputados para explicarem os motivos de seus votos, havendo, por sua vez, pouca ou até mesmo sendo inexistente por parte de alguns parlamentares critérios técnicos para avaliar e julgar a situação. Uma vez aprovado, o parecer da Câmara foi enviado ao Senado, onde também foi aprovado por uma Comissão Especial e, em 12 de maio, o afastamento de Dilma por 180 dias foi confirmado, assumindo

⁵² Para consultar a carta em sua íntegra, consultar: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

⁵³ Ao pronunciar seu voto defendendo a cassação de Dilma, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro (então PSC/RJ – Partido Social Cristão e hoje PSL – Partido Social Liberal), atual presidente do Brasil, fez menção ao Coronel Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido pela justiça brasileira como torturador da Ditadura. "Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim" – foi o trecho final do discurso de Bolsonaro, em meio a vaias e aplausos. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 22 abr. 2016.

interinamente o seu vice, Michel Temer (PMDB). Um quadro de instabilidades estava, então, desenhado, e a composição da crise ia se reconfigurando: manifestações (que continuavam a ocorrer, tanto a favor quanto contra o *impeachment* de Dilma), estagnação econômica, impopularidade da presidenta, escândalos de corrupção vindo à tona (nas obras da Copa e Olimpíadas, bem como a Lava Jato⁵⁴), afastamento da presidenta, sem falar nos jogos de cena empreendidos na espetacularização midiática sobre os acontecimentos.

Analisando os cenários de instabilidade que se apresentam no campo político, Pérez-Liñan (2007) propõe que eles se baseiam em quatro fatores: a situação econômica desfavorável, os escândalos midiáticos, as mobilizações nas ruas contra o/a presidente/a e a ausência de apoio parlamentar. De uma só vez e justapostos, todos os pontos elencados produziram uma instabilidade sem precedentes para o governo Dilma. Para Pérez-Liñan (2007), durante os anos 90 um grande período de instabilidade política ocorreu nos países da América Latina devido a uma situação econômica muito negativa, bem como pela adoção de políticas neoliberais impopulares por parte dos governos, o que gerou mobilizações e queda de muitos presidentes. No entanto, na primeira década dos anos 2000, os governos estiveram bem estáveis graças às condições econômicas favoráveis. A instabilidade, nesse período, não pareceu um problema, mas retorna agora com o ressurgimento da crise econômica em nível global.

Nos anos de 1990, os quatro fatores citados que propiciam a instabilidade tiveram muita energia e, hoje, voltam a debilitar alguns presidentes. Isto demonstra, conforme o autor, uma descoberta: a falta de apoio por parte da população pode afetar qualquer presidente, não se restringindo aos neoliberais. Em entrevista, Pérez-Liñan (in CHAGAS, 2016) diz que dois conceitos são chaves para entender esses processos de instabilidade, bem como para barrá-los: o escudo legislativo e o escudo popular.

O primeiro é o que poderíamos denominar de escudo legislativo do presidente. Esse seria o grupo de membros no Congresso que estão dispostos a respaldar o presidente quando acontecem mobilizações populares pedindo a renúncia do governante. Este escudo legislativo tem a ver com condições institucionais, como sistema de partidos, sistema eleitoral, porém também depende do talento do presidente em negociar com o Congresso e formar coalizões. Quando estudamos os casos de maneira qualitativa, aparece claramente que existem presidentes que possuem mais talento para negociar alianças em Congressos que outros. O segundo conceito-chave [...] é o que poderíamos chamar de escudo popular do presidente, o outro lado do escudo legislativo. O escudo popular é o setor ou grupo da população que está disposto a respaldar o presidente mesmo em situações que existam

⁵⁴ Segundo Silva e França (2017, p. 13), em 2016 “[...] as atividades da Lava Jato desempenharam um papel importante no contexto do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff [...]”.

escândalos de corrupção ou então que membros do Congresso queiram iniciar um júzo político contra o governo. Este escudo popular do presidente é muito mais forte em períodos que há crescimento econômico e a população está satisfeita com o governo. Por outro lado, o escudo popular se debilita muito em períodos de recessão econômica e inflação (PÉREZ-LIÑAN in CHAGAS, 2016, p. 108-109).

No tocante a situação de instabilidade política brasileira, representada pela figura de Dilma Rousseff, o escudo legislativo se mostrou como contraditório. O seu partido – PT – e algumas siglas da esquerda (como o PSOL – Partido Socialismo e Liberdade –, PDT – Partido Democrático Trabalhista e PC do B – Partido Comunista do Brasil) mantiveram coerência e tentaram resguardar o mandato da presidenta, enquanto outras agremiações partidárias que eram aliadas, como a do vice, Michel Temer – PMDB, se colocaram como contrárias a manutenção da presidenta no poder, objetivando interesses próprios. Na visão de Singer (2018, p. 179), “o complicado vínculo entre o PT e o PMDB constitui um dos elementos fulcrais para aquilatar a trajetória lulista”.

Apesar dos conflitos, o modelo presidencialista de coalisão, constituído pelo fechamento de acordos e alianças entre partidos políticos com ideologias distintas visando objetivos específicos compartilhados (ABRANCHES, 1988), parece ter dado certo nos dois primeiros mandatos do ex-presidente Lula (PT) e seu vice, José de Alencar (PMDB), apesar da existência de tensões em determinados momentos, sustentando-se, ao mesmo tempo, em suas bancadas na Câmara e no Senado. Contudo, conforme Singer (2018, p. 184), o cisma entre Dilma e o PMDB se expressou logo após ela ser eleita, em 2010, quando na montagem de seu gabinete, a presidenta tira nomes do PMDB de pastas importantes, que passam a ser assumidas por outros nomes do próprio PT, o que não agradou muito aos seus aliados e já promoveu rupturas em relação ao modelos lulista de governar. Outro conflito entre Dilma e o PMDB se dá quando a imprensa divulga, em 2011, que a presidenta estava realizando uma “faxina” ética. Tal limpeza amplia as tensões, pois nomes do PMDB, como Alfredo Nascimento, do Ministério dos Transportes, são afastados por denúncias de superfaturamento em obras da pasta, o que se estendeu para outros nomes de partidos aliados envolvidos em suspeitas e escândalos de corrupção (ver SINGER, 2018, p. 185-194).

Em suma, com Dilma, o PMDB perdeu posições, o que mais tarde traria dificuldades para a presidenta, pois suas bases de sustentação foram ficando cada vez menores. “A questão fundamental que o ensaio de Dilma não respondia era: ao afastar os que não se comportavam de maneira republicana, mas tinham votos no congresso, com quem ela estabeleceria alianças?” (SINGER, 2018, p. 189). O escudo popular da presidenta, por sua vez, demonstrou

força a partir de estratégias de luta nas redes sociais e nas ruas, mesmo após os ajustes recessivos que a presidenta tinha jurado, durante a campanha, não realizar, mas não foi suficiente diante do crescimento da impopularidade de Dilma, sobretudo nas classes A, B e C.

Apesar da perícia realizada pela comissão do *impeachment* concluir que não houve crime de responsabilidade fiscal, o processo contra Dilma não foi descontinuado e seguiu para julgamento e votação no Senado. Em 29 de agosto de 2016, Dilma vai pessoalmente ao Senado se defender das acusações, quando passa quase 13 horas respondendo aos questionamentos de senadores sobre os supostos atos de irresponsabilidade fiscal. Em 31 de agosto, o afastamento de Dilma deixa de ser um espectro que rondava o governo e se constitui como uma realidade, quando após realização da votação no Senado Federal, 61 senadores foram favoráveis a retirada de Dilma do poder, enquanto 20 foram contrários. Finalizado o processo, Dilma Rousseff foi definitivamente afastada, porém, em deferência especial, os senadores decidiram não cassar os seus direitos políticos. Logo em seguida, a presidência passou a ser ocupada, agora, efetivamente, por Michel Temer.

Partindo do pressuposto de que não existe uma origem ou uma causa para a irrupção dos acontecimentos, pode-se resumir – sem a pretensão de esgotar qualquer análise – a emergência da crise brasileira da forma como se conhece e se vivencia a partir das seguintes contingências ou condições de possibilidades: 1) a intensa crise econômica enfrentada pelo país nos últimos anos, ainda como ressaca da crise de 2008, iniciada nos EUA; 2) as jornadas de junho de 2013, quando, em uma torrente, uma multiplicidade de manifestações e subjetividades passaram a marcar presença nas redes e nas ruas com reivindicações e slogans muitas vezes vagos e despolitizados, colocando abaixo a percepção da sociedade brasileira como não muito afeita aos conflitos, isto, pelo menos naquele momento, haja vista o silenciamento de alguns daqueles grupos políticos nos dias de hoje; 3) a entrada do fator político, trazendo consigo inúmeros escândalos de corrupção e a deposição de Dilma, elementos que deram fôlego para um intenso embate político, em que o diálogo e a discussão de opiniões vão se tornando cada vez mais escassos, momento em que emoções como a raiva, o ódio e o ressentimento vem à tona; 4) o tratamento dado à crise por parte da mídia corporativa nacional, que ao construir e reiterar narrativas mais espetaculares do que informativas, acaba por reforçar o seu sentido, como mencionado por Souza (2017). Por último, menciona-se 5) um forte retorno do conservadorismo, fator possibilitado pela eleição em 2014 de uma bancada ruralista, evangélica e retrógrada, bem como a ascensão daquilo que Ribeiro (1995) denominou como ranço classista, ao referir-se às visões preconceituosas e reducionistas das classes mais abastadas em relação ao restante da população.

Estes são, por sua vez, apenas alguns fatores identificáveis, que associados, possibilitaram o cenário para esta ruptura e seus desdobramentos, cabendo ressaltar que não se trata de causa e efeito, mas de aspectos diversos que, juntos, instauram um contexto de crise novo e singular (FOUCAULT, 2013; 2013a). Todos esses aspectos, atrelados, produziram nas palavras de Castells (in COLOMBO, 2015), uma “tempestade perfeita”, termo que o teórico utiliza para definir o quadro ainda em 2015, mas que pode ser aqui empregado para designar o cenário que acabou por destituir uma presidenta democraticamente eleita, ao passo em que a crise ganhou outras extensões.

No caso brasileiro, a crise é, então, bem mais complicada. A deposição de Dilma Rousseff expressa um momento de forte volubilidade. Para a economia, a sua queda significou uma maior abertura para a ética neoliberal, modelo visto como esgotado por Conceição (2009), mas tido por determinados setores da política e economia como promissor. Com a entrada incisiva da dimensão política, a crise brasileira foi redimensionada tanto estruturalmente como objetiva/subjetivamente. Neste sentido, não se trata de uma crise com um único viés, como muitas vezes enunciado pela mídia ou pelas análises mais apressadas, mas multifacetada. Mesmo que por motivos diferentes, várias crises se somaram para construir a crise atual. Uma verdadeira crise à brasileira.

Apesar de ser vista como uma das formas que favoreceriam a superação da crise – segundo prometido por alguns políticos e parte da mídia –, a deposição de Dilma não fez com que a crise cessasse. De acordo com Carvalho (2018, p. 114), Michel Temer assume o governo com a missão de manter o bloco da direita coeso, “[...] comprometendo-se tanto com a aprovação de reformas estruturais e a não elevação dos impostos, quanto com o estancamento da sangria⁵⁵ causada pelas investigações”. No entanto, em muito pouco tempo, a crise econômica se agravou e novos escândalos de corrupção surgiram. Com Michel Temer no poder, diversas investigações e escândalos de corrupção envolvendo seus ministros, pessoas próximas e até ele mesmo foram desencadeadas e sua popularidade logo caiu vertiginosamente, de modo que o então presidente chega ao fim de seu mandato como o mais

⁵⁵ Expressão utilizada pelo ministro do planejamento Romero Jucá (PMDB-RR) em conversa gravada de forma oculta com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, dias antes da votação da cassação de Dilma na Câmara, sugerindo que uma mudança no governo federal resultaria em um pacto para “estancar a sangria” representada pela Operação Lava Jato, que investiga ambos. Tal gravação assevera a perspectiva dos pactos e acordos empreendidos por grupos políticos e empresarias para a retirada de Dilma do poder, a fim de com isso parar as investigações da Lava Jato, operação da Polícia Federal que sempre foi incentivada por Dilma, mesmo diante da implicação de alguns nomes do seu partido nas investigações. Mais informações em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2016.

impopular desde o fim da ditadura⁵⁶. Ao mesmo tempo, diversas leis, como a que proibia as pedaladas fiscais⁵⁷ e motivou o *impeachment* de Dilma, foram revogadas apenas dois dias após o seu afastamento⁵⁸, demonstrando que a sua saída se deu por motivos políticos. No campo da economia, ainda não é possível enxergar grandes melhoras. As taxas de desemprego cresceram e o mercado continua em queda. Algumas reformas já foram aprovadas, como a PEC dos gastos⁵⁹ e a Reforma Trabalhista⁶⁰, enquanto outras continuam em tramitação no governo de Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, como a Reforma da Previdência⁶¹. Defendidas como prioridades pelo Governo, as reformas são vistas como necessárias e urgentes para colocar as contas públicas em ordem, estimular a economia e gerar empregos, entendimento distinto de parte da população, que é contrária às iniciativas⁶². As reformas expressam a manutenção e defesa dos privilégios e lucros das empresas e dos mais ricos a qualquer custo, daí a sua impopularidade por parte dos segmentos mais populares. A divisão das perdas está, dessa forma, sendo realizada principalmente entre os mais pobres, tendo em vista as políticas de austeridade adotadas e os consequentes desempenhos não tão expressivos da economia, agravando a situação da população menos abastada e reforçando a condição de

⁵⁶ Segundo pesquisa realizada pelo DataFolha e divulgada pelo jornal Folha de São Paulo em dezembro de 2018, o governo Temer encerrou seu mandato com reprovação em 62%, número que apresenta redução se comparado aos 82% de reprovação que atingiu em junho do mesmo ano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-reprovacao-recorde-temer-encerra-governo-com-rejeicao-em-queda.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2019.

⁵⁷ Termo popularizado após a deposição de Dilma, referente as operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional que consiste em atrasar o repasse de verbas a bancos públicos ou privados com o objetivo de aliviar as contas federais para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria um equilíbrio entre os gastos e despesas das contas públicas. Tais práticas, no entanto, não estavam previstas na legislação quando realizada por Dilma, o que motivou o seu afastamento.

⁵⁸ “Dois dias após impeachment, União aprova lei que muda Orçamento”. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/brasil/2016-09-02/dois-dias-apos-impeachment-uniao-aprova-lei-que-muda-crime-de-responsabilidade.html. Acesso em: 03 set. 2016.

⁵⁹ Promulgada no Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2016, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) dos gastos (na Câmara, PEC 241 e no Senado 55/2016) impõe um teto que congela e limita por um período de 20 anos os gastos públicos a partir de 2017, tendo como base o orçamento do Governo em 2016. Informações disponíveis em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 22 jan. 2017.

⁶⁰ Aprovada no Senado em 11 de julho de 2017, a Reforma Trabalhista modifica as leis trabalhistas brasileiras, apresentando novas definições sobre férias, jornada de trabalho, descanso, remuneração, negociação, etc. Para mais informações ver: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129049>. Acesso em: 20 ago. 2017.

⁶¹ Uma nova proposta, que indica as idades mínimas de 65 e 62 anos para homens e mulheres, respectivamente, entre outros pontos, foi apresentado pelo presidente e sua equipe em fevereiro de 2019. Mais informações em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/20/reforma-da-previdencia-apresentacao-proposta.htm>. Acesso em: 22 fev. 2019.

⁶² Pesquisa divulgada pelo DataFolha em maio de 2017 mostra que 71% dos brasileiros rejeitam as reformas de Temer. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1880026-71-dos-brasileiros-sao-contrario-reforma-da-previdencia-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2017. Outra pesquisa, realizada pelo Palácio do Planalto, mostra que apenas 14% da população é favorável a Reforma da Previdência, especificamente. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1954879-pesquisa-do-planalto-mostra-14-a-favor-da-reforma-da-previdencia.shtml>. Acesso em: 04 fev. 2018.

condenados do sistema capitalista neoliberal, que encontrou no governo Temer e agora tem continuidade no governo Bolsonaro, as portas abertas para se instalar e se desenvolver.

3.3 O sismógrafo da mídia: a crise em *Veja* e *Carta Capital*

Partindo da premissa de que a crise brasileira é constituída por variadas dimensões, como visto anteriormente, qual o comportamento da mídia e seus discursos em relação a ela, considerando que na contemporaneidade os dispositivos midiáticos são os principais agentes que produzem e fazem circular as informações? Compreendendo que as práticas discursivas da mídia não são neutras e compõem a dimensão subjetiva para entender as crises, como o sismógrafo da mídia produziu enunciados a respeito desse momento tão confuso e conflitante? Antes de se passar a esta questão, faz-se necessário uma discussão em torno dos conceitos de mídia, medição e midiatização, a fim de melhor entender suas relações com a temática que envolve a crise.

As discussões em torno da mídia, suas formas de produção e circulação de discursos são recorrentes nos mais diversos setores. No campo acadêmico, tem se tornado nos últimos anos palco de profícuos debates, haja vista a sua centralidade no desenvolvimento da sociedade e de seus processos. Em um primeiro momento, é válido ressaltar que ao se falar de mídia, não se está fazendo referência ao fator tecnológico e instrumental de determinados aparatos técnicos de mídia, tais como a TV, o rádio, o celular etc. Trata-se, neste sentido, de um conjunto mais complexo de processos e relações que insurgem, os quais são formados, de acordo com Rodrigues (2016), por uma série de artefatos e dispositivos que passam a ser interiorizados e a habitar os sujeitos. Isto é, a mídia enquanto um dispositivo de enunciação.

Tratar a mídia como um dispositivo, por sua vez, requer explicitar que este último termo traz consigo uma série de acepções, podendo ter um caráter tecnológico, jurídico ou uma interpretação filosófica e sociológica. O uso adotado neste trabalho refere-se à última perspectiva indicada (uma interpretação filosófica e sociológica), tomando como base os pressupostos do filósofo francês Michel Foucault, para quem o dispositivo é uma rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos, que engloba “[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2013, p. 364). O dito e o não dito também são elementos que constituem o dispositivo, o qual é a rede que se pode estabelecer entre estes diversos elementos. O dispositivo atua na produção de sentidos, sendo um elemento balizador de determinadas

práticas. A partir dele, também são produzidas subjetividades e sociabilidades, o que ocorre através dos dispositivos midiáticos de enunciação, uma vez que a mídia condiciona e estrutura através de suas relações de saber e poder determinados padrões, ao mesmo tempo em que é condicionada de acordo com os usos e apropriações que são realizadas pelos sujeitos nos processos de mediação.

A utilização do termo mídia é recente nas pesquisas do campo da comunicação no Brasil e é somente a partir das últimas décadas do século XX que começa a ser empregado. Todavia, mesmo diante do seu emprego de modo corriqueiro, ainda é difícil se encontrar uma definição consensual entre os pesquisadores da área. De acordo com Marcondes Filho (2005), o conceito de mídia, que chegou ao território brasileiro mediado pelos Estados Unidos, trata-se de um neologismo, pois é o plural de *medium*, termo de origem latina que significa meio. Assim sendo, o plural é a palavra *media*, que nos EUA é pronunciada como *mídia*, em referência a cada meio de comunicação em particular. No caso do Brasil, adotou-se, então, *mídia*, em referência à pronúncia da palavra *media* nos EUA.

Em um breve apanhado histórico, pode-se identificar que a origem da palavra mídia está nas pesquisas que foram desenvolvidas pelos norte-americanos sobre os *mass media*, que tinham o seu foco voltado principalmente para as questões referentes ao comportamento eleitoral, opinião pública e propaganda, sobretudo no período das grandes guerras, aponta Wolf (2003). Com efeito, a palavra mídia é, assim, derivada do termo latino *media* (meios), plural de *medium* (meio). Para Rodrigues (2016), o termo foi introduzido na língua inglesa no final do século XIX, nos Estados Unidos, a fim de designar, naquele contexto, três inventos: o telégrafo, a fotografia e o rádio. A concepção de mídia, nesse primeiro momento, considerava os inventos citados por possibilitarem a transmissão de mensagens entre pessoas em localidades distantes.

A partir do advento desse fenômeno, desencadeiam-se novas relações sociais e outras formas de experiência, tendo em vista que a co-presença deixa de ser um fator determinante para os processos de comunicação. A mediação passa, então, a se mostrar cada vez mais como uma constante, favorecendo interações sociodiscursivas distintas das existentes até aquele momento. É nesse sentido que a comunicação e a mídia são vistas como instâncias articuladoras de práticas sociais e produtoras de sentidos, as quais podem ser percebidas enquanto estruturas de saber e poder, atravessadas por complexas relações que incidem na instituição e organização da vida social.

Refletindo sobre a mídia e as transformações a partir dela advindas, em sua teoria social, Thompson (2011) indica a passagem do tipo de interação face-face (onde a copresença

é um fator indispensável para o estabelecimento da situação comunicativa) para a interação mediada (aquela que faz uso ou necessita de determinados aparatos técnicos de mídia, como carta, telefone, etc., não sendo necessário a copresença, de modo que os sujeitos envolvidos podem estar em contextos espaciais e temporais distintos), abordando ainda sobre a quase-interação mediada (referindo-se aquelas que são estabelecidas pelos meios de comunicação massivos, em que a comunicação, apesar de se voltar para um grande contingente de espectadores é, na maioria das vezes, monológica) e, mais recentemente, para a interação mediada *on-line* (THOMPSON, 2018). Tais reflexões mostram o quanto os dispositivos de mídia vêm promovendo alterações nos modos de ser e estar no mundo.

O desencaixe da relação espaço-tempo (GIDDENS, 1991), ocasionado pela mídia e suas formas de mediação, demonstram que a vivência com os diferentes aparatos técnicos de mídia tornou-se algo muito comum, constituindo um novo ambiente para as experiências, que passam a assumir o caráter de mediadas. A mediação, por sua vez, diz respeito à compreensão de uma vasta gama de intersecções que se estabelecem entre as modalidades de comunicação que emergem com a dimensão política e cultural.

Para Martín-Barbero (2009, 1995), o conceito de mediação equaciona as diferentes possibilidades de apropriação, (re)codificações e (re)significações a partir da produção e recepção dos conteúdos da mídia. Com base no que é postulado pelo autor citado, Bastos (2012, p. 64) afirma que a mediação é o ponto central da produção do sentido social, além de ser “[...] a posição de onde é possível compreender a interação social entre emissão e recepção”. A mediação pode ser entendida como um fluxo de circulação dos significados que são produzidos pela mídia, ou como proposto por Rodrigues (2016), pelos dispositivos midiáticos de enunciação.

Hoje, a maioria das sociedades contemporâneas é vista como centrada na mídia, de modo que passaram a depender dos seus dispositivos de enunciação para diversos fins, seja para entretenimento ou informação, conforto ou segurança (SILVERSTONE, 2005). Com isto, instituições tradicionais como a família, a igreja, a escola, etc. vão tendo os seus espaços reconfigurados, pois a mídia passa a ser a responsável por promover “[...] algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência” (SILVERSTONE, 2005, p. 12).

Não por acaso, o momento acima descrito se dá justamente no período histórico em que autores como Giddens (1991) denomina de alta modernidade ou modernidade tardia, quando há uma considerável perda das referências que estiveram por tanto tempo a disposição, quando os modelos de família, escola e algumas práticas religiosas até então

dominantes já não mais dão conta das transformações ocasionadas a partir das novas demandas de ser e estar no mundo. Em relação a estas rupturas, Martín-Barbero (1995) indica a existência de um desencantamento do mundo devido à perda de autoridade da família, igreja e o estado, o que possivelmente forneceu condições para a emergência e efetivação dos dispositivos midiáticos de enunciação, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando há um intenso avanço tecnológico que induziu uma aceleração no desenvolvimento dos dispositivos técnicos de comunicação e informação.

A partir destas transformações, que tiveram sua inscrição em condições de possibilidades históricas dadas, o tecido social foi sendo reconfigurado e os meios de comunicação assumiram uma posição de centralidade. Mais do que isso, os dispositivos midiáticos de enunciação passaram a se constituir como setores estratégicos, tensionando os diversos outros campos sociais, interferindo na construção e manutenção da sociedade, tanto em se tratando dos dispositivos técnicos, como dos dispositivos de enunciação. Diante dessa problemática e em meio às mudanças significativas que vão se efetivando, passa-se da sociedade dos meios para a sociedade midiaticizada (FAUSTO NETO, 2008). As relações que vão se estabelecendo entre mídia e sociedade lembra a assertiva de Thompson (2011) de que o surgimento dos meios de comunicação teve papel fundamental na organização das sociedades modernas. Entretanto, salienta-se que isto se dá através de vias múltiplas e complexas, não se tratando de mera causalidade.

De acordo com Fausto Neto (2008), na sociedade midiaticizada,

ocorre a disseminação de novos protocolos técnicos em toda extensão da organização social, e de intensificação de processos que vão transformando tecnologias em meios de produção, circulação e recepção de discursos. Já não se trata mais de reconhecer a centralidade dos meios na tarefa de organização de processos interacionais entre os campos sociais, mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade [...] estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a 'cultura da mídia' (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

Nesta acepção, a existência dos dispositivos midiáticos de enunciação transforma de modo profundo a sociedade e a vida dos indivíduos que dela fazem parte, compreendendo desde o ambiente doméstico, até o do trabalho e o lazer, o que propicia outras sociabilidades. A midiaticização pode ser problematizada, neste sentido, como uma matriz que reconfigura a experiência social e delinea uma outra trama, com outros atores e relações de poder. Destarte, a midiaticização torna-se um conceito chave para descrever e entender questões referentes à comunicação e a mídia na contemporaneidade, considerando a necessária compreensão de

como os dispositivos midiáticos de enunciação vem contribuindo para mudanças expressivas na cultura e na sociedade.

Sobre isto, destaca-se que, para Hjarvard (2014), a midiaticização não é um processo isolado, mas recíproco, o qual não concerne à um tipo de colonização pela mídia no que diz respeito a outros campos, mas a uma crescente interdependência da interação entre mídia, cultura e sociedade. “Essas mudanças podem ser analiticamente entendidas como transformações de uma *configuração ou regime interinstitucional* a outro” (HJARVARD, 2014, p. 25). Ainda segundo Hjarvard (2014), existe hoje uma midiaticização intensificada da cultura e da sociedade, reforçando que não se limita ao domínio da formação da opinião pública, mas atravessa quase todas as instituições sociais e culturais. Conforme o autor, as mídias têm se constituído como “[...] coprodutoras de nossas representações mentais, de nossas ações e relacionamentos com outras pessoas em uma variedade de contextos privados e semiprivados, e deveríamos considerar essa *revolução* significativa também” (HJARVARD, 2014, p. 23-24). É fato que o autor reflete sobre a midiaticização em um contexto europeu, contrastante do brasileiro, todavia, há a necessidade de considerar que as suas preocupações sobre o fenômeno possibilitam olhares e leituras proveitosas para refletir sobre a realidade local, a qual na visão de Fausto Neto (2008), experimenta a vivência deste processo.

As discussões de Fausto Neto (2008) sobre a midiaticização são congruentes as reflexões de Braga (2006). De acordo com este último, a midiaticização ocorre em dois âmbitos sociais: no âmbito microssocial e no âmbito macrossocial. No primeiro, trata especialmente das instituições ou instâncias que recorrem ou incorporam os elementos da medialidade. Já no segundo âmbito, a midiaticização diz respeito aos processos de simulação e adaptação da própria sociedade e da cultura às lógicas mediais. Seguindo este ponto de vista, retoma-se Bastos, ao atestar que “a midiaticização seria, em uma palavra, uma perspectiva de longaduração sobre os efeitos cumulativos dos *media*. Inclusive os efeitos da mediação, dos *media* e do *medium*” (BASTOS, 2012, p. 74).

A mediação pode ser apontada como um primeiro estágio da midiaticização, sendo um estágio sempre inicial e necessário para a efetivação dos posteriores. Sodré (2006) reforça esta premissa afirmando que a midiaticização se dá através de uma mediação efetivada, assegurando que a mídia é hoje parte articuladora e constituinte de uma nova forma de vida que compõe um novo *ethos*. Com base nesta concepção, Sodré propõe a existência de um novo *bios*, o midiático. Este, por seu turno, é resultante da presença e evolução dos meios, assim como de sua profunda e progressiva intersecção com as formas de vida tradicionais até então existentes, fator reiterado ao seu modo por Silverstone (2005), quando infere que a

experiência da vida cotidiana não pode mais ser pensada fora de um quadro midiático. Na visão dele, a realidade social contemporânea não existiria, pelo menos não da forma como se conhece, sem a mídia.

Considerando as discussões até aqui promovidas, tem-se que os dispositivos midiáticos de enunciação se constituem como elementos que estão inscritos senão em todas, em quase todas as dimensões da vida, sendo esta uma característica das sociedades capitalistas na alta modernidade. A textura da experiência é reconfigurada, proporcionando transformações nas subjetividades e formas de sentir. Os dispositivos midiáticos de enunciação trabalham com a produção, representação e articulação de fatos e acontecimentos, como a crise política e econômica brasileira. Ao mesmo tempo, agenciam estados de ânimo, emoções e sentimentos, que são igualmente assinalados pelo processo de midiatização.

Diante do papel incisivo que os dispositivos midiáticos de enunciação demonstram, não é de se estranhar que a crise brasileira logo se tornou pauta nos mais variados veículos, sendo um dos assuntos mais enunciados pela agenda midiática. A excessiva circulação de informações, no entanto, nem sempre significa o esclarecimento da situação, muito menos a imparcialidades dos enfoques adotados. Acompanhando alguns dos enunciados que materializavam os fenômenos antecipadores da crise, Menezes (2016) observa um aumento sucessivo de enfoques dados à questão.

Se em um primeiro momento tinha-se uma disputa de narrativa sobre a crise – se era ou não uma realidade – com a vasta produção midiático-discursiva, isto vai aos poucos se tornando um consenso, consolidando os seus sentidos, pois “as reações à estimativa de instauração de uma crise acabam por consolidar a crise, pelo menos do ponto de vista discursivo, o que já é suficiente para formar os consensos, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder [...]” (MENEZES, 2016, p. 171). Perspectiva semelhante é apresentada por Silva e França (2017, p. 7), ao asseverarem que “[...] a grande divulgação midiática é, em si, criadora de acontecimentos, e que tais acontecimentos não são desvestidos de consequências. Eles não impactariam *a princípio*, mas terminam por impactar *pela força de sua divulgação*”.

A predominância dos assuntos que envolveram a crise nos discursos midiáticos se tornou tão representativo que alguns autores como Souza (2017; 2016) afirmam que a mídia teve um papel decisivo na constituição da própria crise, sobretudo, a política, devido aos jogos de luz e sombra promovidos em torno dos fatos que foram se desenrolando, moldando com base em interesses próprios os seus sentidos. Também em relação à crise em sua dimensão política, Pérez-Liñan (in CHAGAS, 2016, p. 112) adverte sobre a posição chave da imprensa

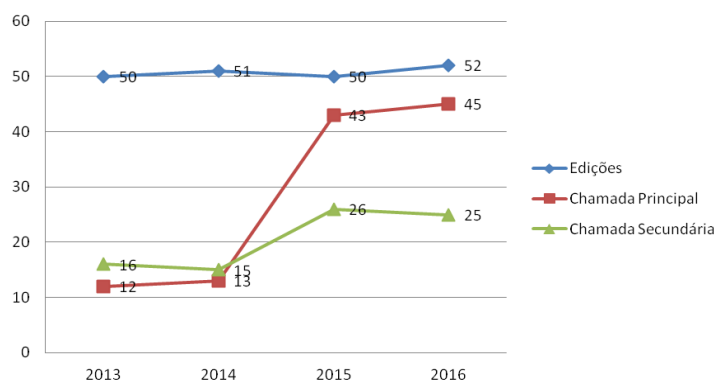
nos processos de *impeachment* – quando pelas lentes midiáticas os fatos logo são transformados em escândalos, se apresentando por meio de um tom novelístico e dramático, no qual qualquer descoberta ou novidade sobre os envolvidos, por menor que seja, assume o âmbito do espetáculo e das sensações.

Em análise comparativa sobre os processos de *impeachment* de Collor, no início dos anos de 1990 e o de Dilma, em 2016, e a atuação da mídia nesses períodos, Fausto Neto (2016, p. 64) aventa que no caso mais recente, “[...] as mídias rivalizaram com os campos político e judiciário operações de protagonismos”, desordenando e dilatando algumas fronteiras, agora, mais “zonas de contato”, bifurcações. Além disso, em alguns momentos, conforme o autor, as enunciações midiáticas mais do que informar, operaram manifestando formas de julgamento antecipado. De modo efetivo, esse processo de midiáticação da crise tem como reflexo a geração de “opiniões midiaticizadas” – novas práticas de leitura e de inteligibilidade dos acontecimentos que se dão através das elaborações discursivas apreendidas da mídia (FAUSTO NETO, 2016).

Assuntos como queda nos lucros, recessão, *déficits* econômicos, manifestações, corrupção e *impeachment* se mostraram como as pautas principais dos dispositivos midiáticos, em sua maioria, discursivamente alicerçadas em vieses sensacionalistas, escandalosos e alarmantes, produzindo verdadeiros sismos. Nas páginas da *Veja* e *Carta Capital*, objetos empíricos de análise desta tese, o tema da crise também foi uma das principais pautas. Ao realizar um levantamento da presença do assunto nas capas de suas edições impressas entre o período de janeiro de 2013 (ano em que são percebidos os primeiros reflexos da crise no Brasil, quando ocorreram várias manifestações, além de anteceder as eleições) e dezembro de 2016 (quando diversas crises já se avolumam), evidencia-se o quanto o assunto foi preponderante.

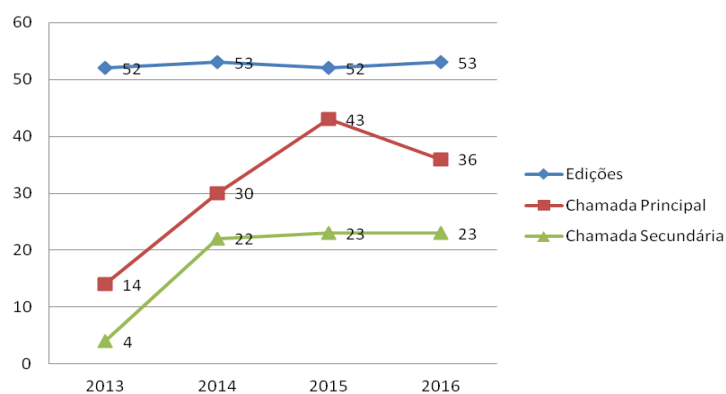
Nestes quatro anos, nas capas de ambas as revistas, como chamada principal ou secundária⁶³, a crise esteve presente, seja por meio dos movimentos desencadeados em 2013, a retração no PIB, redução do consumo, polarização política, escândalos de corrupção – principalmente a Lava Jato, o processo de *impeachment* de Dilma, entre outros, como pode ser visualizado nos gráficos 5 e 6.

⁶³ Adota-se o termo “chamada principal” para se referir à chamada que apresenta maior destaque na capa, sendo o elemento utilizado para chamar a atenção, seduzir e conquistar o leitor, enquanto “chamada secundária” é utilizado em referência aos aspectos que se apresentam, hierarquicamente, como de menor importância na composição da capa quando comparada ao seu aspecto principal.

Gráfico 5: A crise nas capas da Revista *Carta Capital* (2013-2016).

Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Como se pode observar, houve uma intensa discursivização da crise nas capas da revista *Carta Capital*, principalmente nos anos de 2015 e 2016, quando no caso brasileiro a crise vai ganhando novos contornos e se tornando mais complexa. De forma direta, como chamada principal⁶⁴, nesses anos, o tema é citado em quase todas as capas, havendo a sua ausência, nos dois casos, em apenas 7 (sete) edições, comprovando a intensa midiaticização da crise, de modo que a temática esteve presente como chamada principal durante os 4 (quatro) anos em 55,66% das publicações. Considerando apenas os últimos dois anos (2015 e 2016) esse percentual aumenta para 86,27%. Na revista *Veja* não foi muito diferente.

Gráfico 6: A crise nas capas da Revista *Veja* (2013-2016).

Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Assim como aconteceu com a *Carta Capital*, a enunciação em torno da crise na *Veja* se deu especialmente nos anos de 2015 e 2016, ocorrendo nesse último ano uma queda em relação ao anterior, graças aos números especiais dedicados às Olimpíadas, quando as capas foram elaboradas em referência aos jogos, seus atletas e números. Todavia, em 2014 há um

⁶⁴ Em alguns casos, o tema da crise é enunciada em uma mesma capa tanto como “chamada principal” quanto como “chamada secundária”. Durante os 4 (quatro) anos a que se refere o levantamento, isso ocorreu na Revista *Carta Capital* 25,12% das vezes. Já em *Veja*, 19,52%.

crescimento expressivo sobre a questão em relação a 2013, evidenciando ser um tema abordado com maior atenção e tratamento do que na *Carta Capital* no mesmo período. A midiaticização do fator crise esteve presente, assim, durante os 4 (quatro) anos em 58,57% das capas da *Veja*, quantitativo que tem aumento se analisados somente os dois últimos anos, passando para 75,23%, percentagem menor do que a verificada na *Carta Capital* no mesmo período.

Em ambas as revistas se notam uma lógica de enunciação sobre a crise: em 2013, se tem primeiro alguns indícios sobre a crise econômica, ainda como resultado da quebra dos bancos nos EUA em 2008 e seus efeitos em alguns países da Europa. O aumento da inflação, queda nos níveis de consumo e algumas reformas para barrar o *déficit* da economia são articulados como as principais pautas, até a irrupção das jornadas de junho, que assumem os debates. No fim de 2013, são feitas as primeiras elucubrações sobre as eleições do ano posterior, sempre focando nos desafios econômicos e políticos que o/a presidente vitorioso/a teria que enfrentar. Em 2014, esses assuntos vão ganhando relevo e assumindo novos patamares, ao passo que a crise vai se tornando consensual, utilizando as palavras de Menezes (2016), enquanto o tema da Copa do Mundo também adquire lugar privilegiado, inclusive, como questionamento: será possível realizar uma Copa diante de uma crise tão alarmante?, indagava a *Veja*. Os escândalos de corrupção explodem e nomes associados ao governo são citados⁶⁵: a operação Lava Jato chega para compor o cenário de crise institucional, estabelecendo uma potente aliança com os setores da mídia que deram amplo apoio à investigação, ao mesmo tempo em que os veículos midiáticos, por meio das fases da investigação, tinham amplo material para alimentar o noticiário com informações quentes e de última hora. Após o 7x1 sofrido pelo Brasil em jogo contra a Alemanha, as eleições assumem as discussões, mesmo que de modo reentrante a crise sempre esteja presente.

Com a vitória de Dilma, em 2015 são apresentadas nas capas narrativas que abordam os desafios que a presidenta terá de enfrentar, tanto no plano econômico quanto político. A Lava Jato segue o seu curso indicando novos nomes ligados ao governo, ao ponto de ser questionado em uma das capas da *Veja* se esta operação seria o fim do Partido dos trabalhadores. Em *Carta Capital*, é debatido o poder da operação e o quanto ela se mostrava seletiva. Os entraves postos pelo congresso ao governo também são discutidos, quando se observa o isolamento em que a presidenta estava sendo colocada. Pela ótica da *Veja*, é questionado se ela estaria apta para tal função, uma vez que o seu nome não era bem visto

⁶⁵ Como o do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, preso em 03 de agosto de 2014, acusado de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

pelo mercado. Já *Carta Capital* anunciava a constituição de um território de instabilidades e conflitos políticos. Os pedidos de *tchau querida*⁶⁶ são igualmente enunciados, porém com vieses bem distintos. Enquanto uma apoiava – a *Veja* – a outra revista – *Carta Capital* – via nessas manifestações seletividade e risco para o governo de Dilma e a democracia.

O *impeachment* começa a ser desenhado pelas capas, ganhando fôlego em muitas das edições do ano seguinte, 2016. Nestas, os esquemas de corrupção e as descobertas da Lava Jato são temas carimbados na *Veja*⁶⁷, reforçando o processo de deslegitimação do PT e Dilma, que tem a sua imagem corriqueiramente apresentada e representada nas capas, assim como Lula, com teor exclusivamente denunciatório. Na *Carta Capital*, são feitas indagações sobre o risco do processo de *impeachment*, tido como um complô e classificado como um golpe à democracia. No mês de agosto, estes temas tem uma pausa com a realização das Olimpíadas, em *Veja* especialmente, mesmo que em alguns momentos ainda chegue a ser atravessado pela narrativa de crise. Nos últimos meses do ano, já compreendendo a efetivação do *impeachment* e afastamento de Dilma, são enunciadas as reformas pretendidas pelo governo Temer e os seus possíveis efeitos para as classes menos abastadas na *Carta Capital*. Em *Veja*, se tem abordagens que desvelam a força da direita, o desenrolar da Lava Jato com novas delações e a busca de Temer pela estabilidade brasileira.

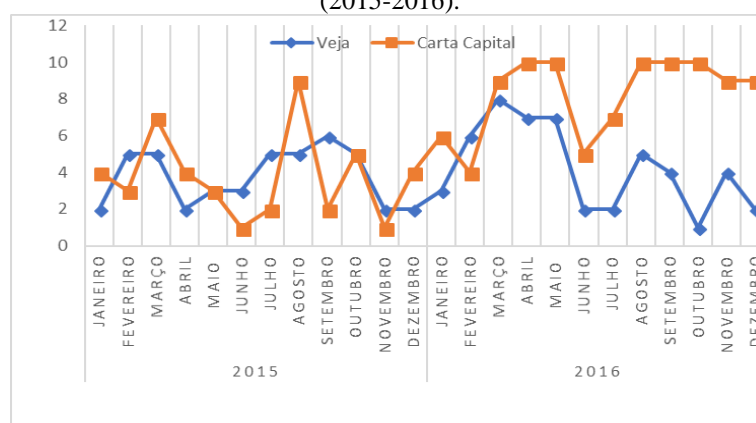
Com abordagens distintas, dadas as posições políticas e editoriais de cada uma das revistas, evidencia-se o quanto a crise foi se efetivando no discurso midiático, levando em conta o crescimento da pauta nos anos descritos. Foram construídas narrativas sobre o fenômeno que, a seu modo, propiciaram o consenso sobre o fato, além de fornecerem igualmente por vieses próprios mapas cognitivos para entendê-la, bem como estados de ânimo, alicerçados no sentido de caos da economia e da vida política. Isto não quer dizer que o sismógrafo da mídia produziu, por si só, os sismos referentes a crise, rachaduras profundas que não existiriam sem o seu auxílio, mas que teve importante atuação em seu agenciamento, principalmente quando articulada as outras condições de possibilidades já citadas. Cabe, assim, abandonar vieses que colocam a mídia e os seus discursos como produtoras da realidade de forma isolada, pois mais do que isso, os seus dispositivos de enunciação atuam em via de mão dupla, operando na sociedade ao mesmo tempo em que esta nela também opera, reciprocamente.

⁶⁶ Frase exaustivamente repetida pelos movimentos políticos e atores sociais que pediam pela saída de Dilma e apoiavam o seu processo de *impeachment*.

⁶⁷ Segundo Silva e França (2017) em artigo sobre a cobertura da Lava Jato na mídia, “[...] a revista *Veja* foi a que mais tratou da *Lava Jato*, com 146 matérias ao longo do ano, seguida pelas revistas Istoé, 124; Época, 122; os portais G1, com 100; UOL, 90; R7, com 87; e Terra, 63; a revista *Carta Capital*, com 52; e o Estadão, com 42” (p. 13).

Tanto a recorrência quanto as premissas apresentadas nas capas das versões impressas das revistas foram reverberadas em suas páginas no *Facebook* com uma maior amplitude, considerando-se a possibilidade de se produzir uma infinidade de *posts* em apenas um dia, ao passo que os conteúdos da versão impressa são produzidos e publicados semanalmente. É o que demonstra a análise dos 10 *posts* mais comentados de cada mês (gráfico 7).

Gráfico 7: Recorrência da crise nos 10 *posts* mais comentados de cada mês das páginas da *Veja* e *Carta Capital* (2015-2016).



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Como quando da análise das capas da *Carta Capital*, se percebe que no *Facebook* a revista também tomou a dianteira da enunciação sobre a crise, especialmente em 2016 e, sobretudo após a ocorrência do *impeachment* de Dilma. Uma resposta para essa configuração está no fato de que pelo olhar da *Veja*, quando a presidenta é afastada, a crise vai deixando de ser tão reverberada, enquanto na *Carta Capital* a sua discursivização ganha ainda mais espaço, o que evidencia as posições políticas e editoriais de ambas as revistas. A forte presença da crise nas duas páginas pode ser traduzida ainda pela reincidência de palavras como Dilma, Lula, *impeachment*, golpe, golpismo, Temer, Eduardo Cunha, PT, Petrobras, Lavo Jato, etc., que aparecem como as mais utilizadas nas postagens durante 2015 e 2016, isso quando se desconsidera outras palavras que são utilizadas cotidianamente para apresentar colunas ou cadernos (Lauro Jardim, Esporte, Entrevista, Política, Entretenimento, etc.) ou com vistas a convidar o leitor/usuário a acompanhar os conteúdos das páginas (confira, *Online*, assine, assista, entre outras).

esta já possui concordância, mas sobre quais os fatores que a motivaram e sobre os papéis desempenhados por algumas instituições e grupos políticos.

Na *Veja*, Dilma e Lula são sempre colocados como os culpados pelo estado de caos (não só através dos discursos verbais, mas também imagéticos – sempre pejorativos, enquanto as imagens de Temer possuem um cunho positivo, de homem qualificado e disposto a colocar o Brasil nos trilhos), enquanto na *Carta Capital*, o neoliberalismo, a direita e seus políticos são os principais atores que promoveram a intensificação da crise. Com isto, há a promoção de uma linguagem nova: para a primeira revista, crise, corrupção e Lava Jato passam a ser sinônimos de PT, Dilma, Lula ou Petista, enquanto para a segunda, os mesmos verbetes são sinonímias de golpe, mídia golpista, direita e neoliberalismo, o que indica o uso de etnométodos distintos por cada revista para lidar com a situação. Demonstra-se, com isso, uma disputa de narrativa que assevera a premissa foucaultiana do discurso como um campo de lutas e embates, aquilo pelo que se luta (FOUCAULT, 2011, p. 10).

Diante desta constatação e ciente de que os discursos sobre o poder midiático são bem menores que os poderes dos seus discursos, coloca-se uma questão: enquanto dispositivo midiático de enunciação, quais as sociabilidades e subjetividades que a intensa midiatização da crise produz? Qual a gramática que a partir daí é agenciada? Por meio do exercício de observação das palavras mais utilizadas também nos comentários, percebe-se que o vocabulário dos comentaristas amplia as lógicas e circuitos comunicacionais da crise, ao passo que evidenciam relações de aproximação e conflito entre os seguidores das duas páginas. Enquanto na página da *Veja* se tem como palavras mais recorrentes no período analisado termos como Dilma, dinheiro, golpismo, PT, presidente, Petrobras, país, *impeachment*, Lula, vergonha e *hashtags* #foraPT, #foraDilma, #acordaBrasil, #nojo, #jávaitarde, #Bolsonaro, #Bolsonaromerepresenta, entre outros, na *Carta Capital* se tem verbetes como Lula, PT, Dilma, PSDB, FHC, Brasil, corruptos, esquerda e *hashtags* como #foraDilma, #Vejalixosempre, #CartaCapitalrevistasuja, #soudadireita, entre outras, evocando modos específicos de leitura e interpretações sobre os *posts*, os quais muitas vezes, como pode se observar, foram pautados pelo conflito, dando também indício do surgimento de novos personagens para o cenário político, como é o caso de Bolsonaro (figuras 3, 4, 5 e 6).



Fonte: elaborado pelo autor, 2018.

Enquanto dispositivo, nó em uma rede, os discursos produzidos pelos comentadores mobilizam sentidos e práticas a partir de modalizações subjetivas, as quais se efetivam através da relação existente entre os sujeitos e os fatos enunciados, isto, não de modo pré-determinando, mas conforme as mediações e suas condições. No espaço dos comentários, os posicionamentos sobre a crise se tornam mais claros e definidos por meio das opiniões e interesses dos usuários, e os sentidos das práticas discursivas mobilizadas para referendar a crise refletem as suas formas de (re)apropriação e (res)significação, que desvelam modos de saber e vivenciar a crise.

Os comentários das postagens referentes a crise entre 2015 e 2016, articulados ao cenário explicitado de crise, evidenciam que as conversações atuam como mecanismos que favorecem e mobilizam o estabelecimento de trocas interativas que são inerentes a constituição de sociabilidades, as quais são pautadas tanto pelo estar com ou para o outro quanto contra o outro, momento em que o conflito emerge e ganha espaço, como visto no capítulo anterior, revelando a presença da crise também para as relações sociais estabelecidas entre os usuários, que se radicalizam e são acentuadas por meio das ondas de ódios e ressentimentos que irrompem nesse contexto, temática tratada no capítulo a seguir.

4 EMOÇÕES EM CAIXA ALTA

4.1 Identificando emoções, produzindo sentidos

Nas conversações estabelecidas a partir dos comentários dos *posts* das revistas *Veja* e *Carta Capital* durante o período analisado (2015 e 2016), se observam sociabilidades que se moldam com diversos interesses e objetivos. Uma característica visível inerente à essas conversações e, por conseguinte, também às sociabilidades analisadas, são as relações estreitas que possuem com as emoções, demonstrando que este é também um dos aspectos que as constituem, principalmente quando da ocorrência dos conflitos, ocasiões em que o vínculo com as emoções se torna ainda mais aparente. Na sociabilidade do conflito, emoções como raiva, ódio e ressentimento vêm à tona com maior intensidade, diferindo-se dos outros momentos em que há um alinhamento de posições e sociabilidades, quando as emoções compartilhadas são pautadas por maior simpatia e, conseqüentemente, bem-estar mútuo.

Partindo desse viés, considera-se de suma importância se entender os vínculos com as emoções que as sociabilidade até aqui analisadas possuem, pois acredita-se que elas reconfiguram a própria existência do conflito, lhe dando maior intensidade e, diferente do que muitos autores que colocam as emoções como sendo irracionais acreditam, pode possibilitar a capacidade de maior problematização sobre os temas discutidos. De acordo com Rosenwein (2011), as emoções são instrumentos de sociabilidade, indicando a sua existência, de diferentes formas, em grande parte das relações humanas. A autora defende que as emoções são instrumentos de sociabilidade não somente por serem socialmente construídas, mas por agirem sobre as relações humanas, de modo que não haveria como separar as emoções da produção de sociabilidade, que por si só já carrega traços além de lúdicos, também afetivos – considerando as influências recíprocas e os modelos emocionais existentes para lidar com a vida em comum. Essa perspectiva é compartilhada por Benetti e Reginato (2014, p. 893), autoras que afirmam que a emoção é constitutiva dos discursos e das relações sociais, uma vez que nas trocas efetivadas, “[...] o sujeito que interage está motivado e impulsionado por estados de ânimo, percepções e sensações provocadas por estímulos emocionais (BENETTI, REGINATO, 2014, p. 893). Dado esse entendimento, é válido se discutir sobre o que são as emoções, bem como sobre a sua constituição antes de se adentrar a sua identificação e análise no *corpus* deste trabalho.

Na perspectiva de Ahmed (2014), há a necessidade de se pensar as emoções por meio das relações sociais, sugerindo uma perspectiva política e cultural. Do latim *emovere*, o termo

emoção possui o sentido de mover para fora, movimento, mudança, saída (AHMED, 2014), de modo que esse movimento ocorre a partir de um endereçamento a um outro, repercutindo e ganhando forma nos processos de circulação, quando assume sentidos e valores conforme o contexto social, político e histórico. A posição de Ahmed (2014), no entanto, nem sempre foi considerada como a mais adequada para se tratar as emoções, haja vista a existência de outras correntes que colocam esse fenômeno como sendo de ordem inteiramente biológica e natural, desconsiderando, portanto, os fatores sociais e históricos. Por esse viés, as emoções seriam inatas e universais.

Esse modo de entender as emoções, apesar de ainda ser utilizado por alguns campos de pesquisa, já foi superado, especialmente nos estudos das áreas das Ciências Sociais e Humanas. O momento que marca a virada para uma perspectiva mais construcionista com o objetivo de se entender as emoções data da década de 1970, quando foram sendo elaboradas críticas aos modelos que biologizavam as emoções, destacam autores como Koury (2004), Clarke, Hoggett e Thompson (2006), Marcus (2000), Jasper (1998), entre outros. A visada construcionista sustenta que as emoções não são, tão somente, estados internos e subjetivos, mas frutos das relações sociais, “isso significa que as emoções não são constantes universais da natureza humana, mas variam de lugar para lugar e de tempos em tempos” (CLARKE, HOGGETT, THOMPSON, 2006, p. 7, tradução nossa⁶⁸). Tal pressuposto não implica a negação dos aspectos psíquicos e biológicos, mas amplia o campo de visão para se entender as emoções, defendendo o fator social como um elemento de destaque. Potkay (2007, p. 7) reverbera esse posicionamento e reforça que as emoções não são mecanismos inatos, dando ênfase a sua configuração também pela história cultural de cada indivíduo, explicando que aquilo que um indivíduo ama ou amará vai depender, em um primeiro momento, do que o seu contexto convencionou como sendo o amor e as formas de expressá-lo, em distinção das formas de se expressar outras emoções, revelando que apesar da existência de algumas características universais, as emoções sempre serão mediadas e condicionadas por contextos sociais, históricos e culturais particulares.

“As emoções não são apenas aqueles surtos espasmódicos de sentimento que surgem em resposta a estímulos externos”, ressalta Walton (2007, p. 20). Mais do que isso, “elas são os alicerces sobre os quais repousa grande parte de nossa vida social e cultural, se não toda ela” (WALTON, 2007, p. 20). As emoções propiciam o dinamismo e o tom das relações humanas, podendo, a partir de sua leitura e compreensão, dar margem para o entendimento da

⁶⁸ No original: “This means that emotions are not universal constants of human nature but rather vary from place to place and from time to time” (CLARKE, HOGGETT, THOMPSON, 2006, p. 7).

própria sociedade em que ela emerge, sendo parte do que a produz, ao mesmo tempo que também é produzido por ela.

Nesse sentido, já é fato, conforme alguns autores, a ancoragem que as emoções possuem no cultural e social, produzidas e produzindo ao mesmo tempo esses âmbitos (MARCUS, 2000; JASPER, 1998; KOURY, 2004; REZENDE, COELHO, 2010). Por muito tempo tidas como irracionais ou fatores que obscureceriam o entendimento, hoje se compreende que as emoções não atendem a esses pressupostos, já que possuem e expressam racionalidade, assim como podem lançar luz sobre os acontecimentos em voga, como argumenta Calhoun (2001), para quem as emoções especificam os domínios das ações nas quais os sujeitos se movem, se articulam e se posicionam, não estando, portanto, contrapostas às dinâmicas cognitivas. De acordo com Jasper (1998, p. 398, tradução nossa) “as emoções não são apenas parte de nossas respostas aos eventos, mas também, na forma de apegos profundos e afetivos, moldam os objetivos de nossas ações”⁶⁹ a partir de determinadas contingências.

Rezende e Coelho (2010, p. 11) reforçam que as emoções e os sentimentos “[...] são tributários das relações sociais e do contexto cultural em que emergem”. Dado esse caráter, não há como desconsiderar as condições de possibilidades históricas e sociais para a construção das emoções, vistas como “[...] parte de esquemas ou padrões de ação aprendidos em interação com o ambiente social e cultural, que são internalizados no início da infância e acionados de acordo com cada contexto” (REZENDE, COELHO, 2010, p. 30). Freire Filho (2013) amplia essa percepção quando afirma que as emoções se constituem a partir de gramáticas específicas que variam de acordo com a condição socioeconômica, idade, status, gênero, entre outros fatores, “[...] o que equivale a dizer que dinâmicas, expressões e performances emotivas são moldadas por hierarquias sociais e por relações cotidianas de poder” (FREIRE FILHO, 2013, p. 3)

A pedagogia das emoções é efetuada social e culturalmente por instituições como a escola, a igreja, a família e, mais recentemente, a mídia e seus dispositivos. Através da relação com estas instituições, os sujeitos vão vivenciando e apreendendo as gramáticas afetivas e emocionais existentes desde a infância. É assim que determinadas experiências, ambientes e atores vão se tornando amados ou detestáveis, objeto de alegria ou tristeza, de segurança, risco, medo, etc., compreendendo ainda as diversas variações e matizes relativos a estas emoções.

⁶⁹ “Not only are emotions part of our responses to events, but they also-in the form of deep affective attachments-shape the goals of our actions”.

Nessa perspectiva, levando em consideração que na contemporaneidade, já em seus primeiros dias de vida, os sujeitos estão imersos nos processos de mediação, sobretudo nas sociedades capitalistas, as suas emoções também se desenvolverão e tenderão a ser tributárias desse novo cenário, seja através de sua atuação na produção de modelos que agenciam formas e normas para as emoções (ditando regras para a felicidade ou quais emoções devem ser superadas, por exemplo), assim como, ampliando a sua circulação, como se identifica através da intensa participação dos atores nos comentários analisados e pelas emoções reverberadas.

Tendo como base esse viés, considerando a mídia, seus dispositivos e sua forte presença nas sociedades contemporâneas, é importante destacar o quanto elas podem agenciar, expressar e fazer circular uma diversidade de emoções, sendo um elemento importante na construção de determinados “regimes emocionais”. Rosenwein (2011, p. 41) denomina como regimes emocionais os modelos regimentares que vão sendo padronizados, induzindo sociabilidades, afetos e emoções modelares, os quais coincidem e se articulam com outros regimes políticos e sociais e por meio desta relação sincrônica passam a prescrever normas dominantes para a vida emocional. A partir desta ótica, como em um regime, algumas emoções são colocadas de forma mais positivas ou até imperativas, tal como a felicidade, ao mesmo tempo em que os dissensos, a partir das resistências também se efetuam, momento em que surgem emoções como a raiva, o ressentimento e o rancor, vistos em sua maioria como estritamente negativas, devendo, portanto, ser controladas.

Em *O processo civilizador*, Elias (2011) mostra as várias formas de controle das emoções ao longo do processo civilizador nas sociedades ocidentais, promovendo reflexões sobre os modos de controle dos sentimentos e emoções, defendendo que as formas hoje existentes são resultantes de um processo civilizatório, e não algo natural do homem. A capacidade de controlar e experimentar emoções “apropriadas” é entendida, por esse viés, como um triunfo do processo civilizatório, apontado para uma compreensão de que não possuir ou manter o controle é visto como um desvio ou ato incivilidade. A partir da ótica de Elias (2011), percebe-se que as formas civilizatórias de controle das emoções não cessaram, tendo em vista a partir das discontinuidades e rupturas históricas o surgimento de novos modos de controle, condução e expressão de comportamentos e subjetividades, que colocam determinadas emoções como sendo necessárias para a constituição adequada dos indivíduos, enquanto outras são descartadas e relegadas para o âmbito privado.

Há, nesse sentido, modelos emocionais que são apreendidos pelos sujeitos no decorrer de suas trajetórias e histórias de vida. Em uma sociedade mediada, estes modelos estão intrinsecamente relacionados às práticas sociais e à produção de sentidos dos dispositivos de

enunciação, os quais além de fornecerem formas e normas, também se demonstram como um mecanismo de vazão dessas emoções. Frente a isto, é válido lembrar que uma das características do dispositivo são as relações de saber e poder que possuem, que nesse caso mobiliza valores e regras que são (re)construídas e promovidas junto à sociedade, determinando o que seriam emoções positivas ou negativas. Cabe lembrar que o dispositivo também incide na produção de subjetividades e sociabilidades, favorecendo outras formas de ser, estar, agir e sentir, constituindo-se não apenas como espaço de tessitura do simbólico, de expressão de valores, materialidades, mas também de emoções, afetos e sentimentos.

Nas práticas sociais dos dispositivos midiáticos de enunciação, as emoções são elementos constituintes de representações, imaginários e sentidos. Sobre esse aspecto, Siqueira (2015, p. 10) afirma que nos processos de comunicação e da mídia “[...] a emoção cumpre um papel fundamental porque reforça vínculos além de um modo estritamente racional/objetivo”. Enquanto em alguns conteúdos midiáticos as emoções são vistas como condição necessária, em outros, vistos como mais objetivos, lá estão também as emoções, o que explicita a existência de determinados códigos e gramáticas afetivas, de ordem cultural e social, os quais permitem ou não a sua expressão. Elas estão presentes nos *reality shows*, no cinema, nas novelas, no telejornal, etc., que trazem consigo a alegria, o medo, a ansiedade, nojo, culpa e muitas outras emoções. No jornalismo, campo que alega trabalhar com os princípios da objetividade e imparcialidade, as emoções são, de igual modo, recorrentes em suas narrativas (EMEDIATO, 2007). Muitas delas, inclusive, têm nas emoções o foco principal para arregimentar a audiência, como os programas que fazem uso de um viés sensacionalista. Nesta esteira, a produção, expressão e circulação das emoções ganha novas possibilidades e territórios.

A internet, ambiência midiática e comunicacional de grande destaque e importância para a constituição das sociabilidades e subjetividades na contemporaneidade não fica de fora dessas discussões. Conforme Freire Filho (2013, p. 4), a internet se constitui hoje como um caudaloso oceano de emoções. Felicidades, raivas, ódios, tristezas, asco e toda uma diversidade de emoções transita nos espaços midiáticos da contemporaneidade, destacando que a internet não se trata, como defendido logo após ao seu surgimento, de um outro lugar ou espaço distinto do real (oposição entre o real e o virtual), mas à própria realidade. Por esse motivo, talvez seja um equívoco acreditar que no espaço das redes sociais da internet se tem apenas a experiência de uma maior liberdade ou facilidade para se expressar as emoções, ou se pensar que se tratam de emoções menos verdadeiras. Comunidades emocionais, no sentido proposto por Rosenwein (2011) se desenvolvem nessa ambiência, expressando felicidades,

desprezo, tristeza, ódios etc., conforme as expectativas e demandas de cada grupo, bem como acompanhando as transformações sociais, históricas, políticas e culturais.

Nas páginas da *Veja* e *Carta Capital*, se tem comunidades emocionais em que os sujeitos possuem e constroem vínculos afetivos com as próprias revistas, pautados em um primeiro momento nas relações de confiança (entre aqueles que seguem ou curtem a página) e desconfiança (como quando o sujeito interage na página somente com o intuito de questionar seus conteúdos), demonstrando os trânsitos e contradições que lhes são inerentes, pois não há um único conjunto de regras que governam ou gerenciam a vida de uma determinada comunidade emocional, coexistindo pontos de encontro e desencontro tanto internamente, quanto de modo mais efetivo na relação com outras comunidades ou grupos que possuem interesses, valores, estilos, posicionamentos e formas de julgamento bem distintos. Nas páginas das revistas investigadas, a produção e expressão de emoções é mais recorrente quando do choque ou encontro com formas bem distintas de se pensar e enxergar o mundo da política e quanto às motivações que resultaram na crise política e econômica brasileira, estando mais relacionado aos embates advindos a partir do trânsito de diferentes opiniões e posicionamento, envolvendo, portanto, julgamentos que levam ao conflito que é intensificado pela maior carga emocional que carrega, o que implica dizer que as sociabilidades e os conflitos por si só já estão associados às emoções, que podendo ser fortalecidos ou enfraquecidos com o aumento da carga emocional, seja através da intensificação do conflito ou pela possibilidade de quebras dos vínculos antes existentes.

Dessa discussão, destaca-se, então, a necessidade de formular e corrigir alguns pontos de orientação antes de dar prosseguimento às análises: 1) desconsiderar proposições naturalistas, universalizantes e subjetivistas sobre as emoções; 2) compreender a importância das estruturas sociais, históricas, políticas e culturais para se entender e decifrar as manifestações das emoções em determinada sociedade; 3) considerar a internet e suas redes sociais como ambiências que produzem e expressam os aspectos que constituem a sociedade e a realidade, não sendo um espaço distinto e; 4) as sociabilidades já são, por si só, constituídas por elementos afetivos, e suas relações com as emoções podem vir a não só dar manutenção, mas a intensificar ou diminuir os laços previamente existentes.

Apesar do papel e da importância das emoções na vida em sociedade, Clarke, Hogget e Thompson (2006, p. 5) afirmam que os estudos sobre essa questão têm sido, em geral, altamente marginalizados. Rezende e Coelho (2010) fazem o mesmo diagnóstico, afirmando que as discussões sobre as emoções ainda aparecem como secundários nos trabalhos de muitos antropólogos e cientistas sociais. No campo da comunicação não é muito diferente.

Visando dar conta dessa problemática, especialmente em relação ao campo da comunicação, Freire Filho (2016) questiona se a *emoção* é uma palavra-chave para a área da comunicação social. Na busca de respostas, o autor pesquisou a presença dos termos *emoção*, *afeto* e *sentimento* nos principais dicionários e enciclopédias que condensam e legitimam o conhecimento da área de comunicação e do estudo das mídias. Como resultado, chegou à conclusão de que a resposta para a sua indagação é não, o que demonstra a incipiência das análises sobre as relações entre mídia e emoções, assim como a necessidade de atentar para este fator, pois como diz Sodré (2006), os dispositivos midiáticos de enunciação têm como uma de suas principais características a presença das emoções e da estética.

Da expressão de uma multiplicidade de emoções, nos comentários analisados, tem maior destaque e ressonância a raiva, os ódios e ressentimentos que se produzem e ganham corpo por meio das textualidades das conversações, motivo pelo qual essas são as emoções que serão analisadas de forma mais contundentes no tópico posterior. Para se ter uma ideia em relação à presença dessas emoções nas redes e o quanto elas são tributárias do contexto de conflitos e das interações sociais daí articuladas, durante as eleições presidenciais de 2014, como já apontado, a mais acirrada desde a redemocratização, as denúncias de crime de ódio cometidos na internet aumentaram em 84%, segundo o jornal Folha de São Paulo⁷⁰. A análise dos comentários que compõem o *corpus* desta pesquisa mostra que esse cenário não foi aplacado.

A descrição, interpretação e análise dos componentes emocionais dos comentários é complexa, pois a sua identificação está associada a um contexto discursivo, articulado a outras mensagens. Mas alguns elementos facilitam o seu reconhecimento, como o uso de xingamentos, palavras de baixo calão, animalização do outro ou enunciados que deixam explícito a vontade de eliminar aquele que possui um posicionamento distinto, especificamente nos casos de raiva e ódio. Já o ressentimento pode ser identificado, para além desses elementos, pelas posições na maioria das vezes ocupadas pelos sujeitos, que se colocam na condição de vítimas de uma forma mais contundente, e algumas outras figuras, como Lula, Dilma, Temer e até usuários de programas sociais, como o bolsa família, na condição de seus algozes, em alguns momento demonstrando uma vontade de vingança em relação a eles, a qual sempre parece ser adiada pela ausência de autonomia e força política, como será visto mais adiante. A existência, expressão e circulação dessas emoções e não

⁷⁰

Disponível

em:

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1530211-crimes-de-odio-em-redes-sociais-disparam-no-periodo-eleitoral.shtml>. Acesso em: 10 out. 2016.

outras indicam, como diria Ahmed (2014, p. 202, tradução nossa), que as “emoções nos dizem muito sobre o tempo; as emoções são a própria “carne” do tempo⁷¹”. Entendê-las, nesse sentido, é imprescindível para se compreender a própria sociedade e suas transformações.

4.2 Raiva e ódio

Com maior repercussão nos circuitos midiáticos investigados, a expressão da raiva, assim como dos ódios e ressentimentos parecem dizer muito sobre o tempo presente. No *corpus*, o conflito (cap. 2) por si só já se apresenta com uma alta carga de tensão que desperta nos envolvidos o maior interesse em firmar posicionamentos, o que pode ser positivo devido a possibilidade de aperfeiçoamento dos processos argumentativos em curso, ampliando o horizonte das discussões e fazendo com que os sujeitos passem a ter acesso a outros pontos de vista, podendo, inclusive, vir a modificar os seus próprios posicionamentos. Contudo, nas conversações, tais casos não são tão recorrentes, de modo que se algum dos comentadores chegou a mudar de posição a partir da conversa, não deixou isso explícito pelas trocas efetivadas. O que aparece com grande efervescência é a radicalização do conflito, quando apesar das discussões, os sujeitos parecem não ceder à argumentação do outro. Ao invés disso, as perspectivas assumidas se tornam mais evidentes, dando margem para o acirramento dos conflitos, o que está relacionado principalmente à momentos-chave da crise política e econômica brasileira. São nesses momentos que as emoções são acionadas de modo mais efetivo, transbordando para além da superfície das relações, quando insurgem a raiva, os ódios e os ressentimentos.

Em suas políticas de funcionamento, os sites de redes sociais geralmente tendem a vetar a produção e circulação de conteúdos que sejam fundados em violência ou em ódio. No caso do *facebook*, seus termos de serviço tem como um dos pontos o combate a condutas prejudiciais, visando proteger e oferecer suporte para os seus usuários, discussão que se estende nas orientações acerca dos padrões da comunidade, no qual um dos tópicos aborda a questão dos comportamentos violentos e criminosos que devem ser evitados ou que podem causar a expulsão do usuário da rede social⁷². Mecanismos de denúncia para essas práticas também são mencionados e apresentados. Das duas páginas em que os comentários investigados são produzidos, apenas a *Veja* possui políticas específicas que buscam orientar a

⁷¹ No original: “Emotions tell us a lot about time; emotions are the very ‘flesh’ of time” (AHMED, 2014, p. 202).

⁷² Mais em: <https://www.facebook.com/legal/terms#other-terms-policies> e https://www.facebook.com/communitystandards/violence_criminal_behavior. Acesso em: 28 abr. 2016.

relação com os seus seguidores, bem como entre os próprios seguidores, especialmente no que diz respeito a produção de comentários. A *Carta Capital*, por outro lado, não possui em sua página nenhum elemento que problematize essa questão.

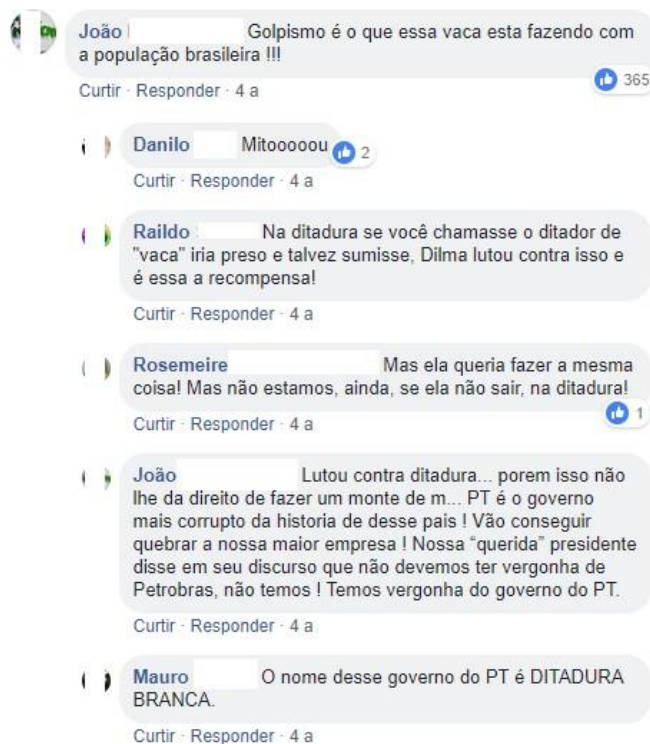
Leitores de @VEJA:

Aprovamos comentários em que o leitor expressa suas opiniões. Comentários que contenham **termos vulgares e palavrões, ofensas**, dados pessoais (e-mail, telefone, RG etc.) e links externos, ou que sejam ininteligíveis, serão excluídos. Erros de português não impedirão a publicação de um comentário (VEJA, *on-line*, 2019. Grifos nossos⁷³).

Entre outros pontos, em suas políticas, a *Veja* afirma que comentários alicerçados em termos vulgares, palavrões e ofensas serão excluídos. No entanto, ao analisar os comentários produzidos nessa página durante dois anos, constata-se que tal política não possui efetividade, o que dá espaço para a livre circulações de conflitos e emoções nem sempre produtivas.

Associadas aos conflitos, as emoções os fortalecem, dando um novo tom e uma nova dinâmica, tornando as discussões mais longas e acaloradas.

Imagem 22 – Conflitos em torno do golpe e raiva (*Veja*).



Fonte: *Post Revista Veja*, 07 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10152905935160617. Acesso em: 13 maio 2018.

⁷³ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/Veja/about/?ref=page_internal. Acesso em: 14 maio 2018.

As expressões de raiva são muito recorrentes, como no caso acima (imagem 22), quando as discussões visam dar conta do termo mais adequado para classificar o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, visto como um golpe pelos seus partidários e classificado como um processo legal de *impeachment* pelos seus oponentes, o que logo dá lugar a raiva e ódios. Os comentários dizem respeito a *post* que afirmava que, acuada, Dilma pedia mobilização contra o “golpismo”, palavra apresentada entre aspas no próprio texto da página da *Veja*, o que já mobiliza e induz determinados modos de leitura por parte do público que classifica o acontecimento como um *impeachment*, através dos comentários que refutam a colocação da presidenta, dizendo não se tratar de um golpe, ressignificando os sentidos do termo, pois golpismo, segundo eles, trata-se do que a presidenta fez com a população brasileira, comprovando o argumento de Blauvet (2007, p. 119 apud AHMED, 2014), de que a raiva “sugere ação, baseia-se na posse de direitos e implica poder”, elementos que são articulados e sustentam a produção e expressão da raiva.

Nesse caso, o conflito se articula com as emoções demonstrando um posicionamento específico em relação à Dilma, que inclusive é chamada de vaca, aspecto que, para além de um xingamento, promove a animalização do outro, uma das muitas estratégias utilizadas pelos mecanismos da raiva, uma vez que o sujeito que a enuncia busca se distinguir desse outro, tirando-lhe toda a humanidade. Tal comentário é respaldado por meio de outras respostas, exceto por uma que rememora as vivências da presidenta durante o período da ditadura, onde se expressar contra o representante máximo da nação poderia ter resultados muito negativos, o que também logo é respondido pela afirmação de que não se está vivendo em uma ditadura e de que apesar das lutas empreendidas por Dilma, ela não possui o direito de tomar medidas que, de acordo com o ponto de vista tomado, prejudica o país e todos o seu povo. Em uma única conversação, conflitos, raiva, ódios, ressentimento e misoginia se fazem presentes, aspecto que serão melhor elucidados mais adiante, mas que explicitam, desde já, que as emoções interagem umas com as outras de formas diabolicamente complexas (JASPER, 2006, p. 24, tradução nossa⁷⁴), o que é corroborado por Dunker (2017, p. 72), ao afirmar que “os afetos são recíprocos porque eles tendem a efetuar uma reprodução performativa de si mesmo no outro [...]”, muitas vezes não sendo possível, dessa forma, analisar uma emoção sem ter que também lidar com outras.

⁷⁴ No original: “Emotions interact with one another in devilishly complex ways” (JASPER, 2006, p. 24).

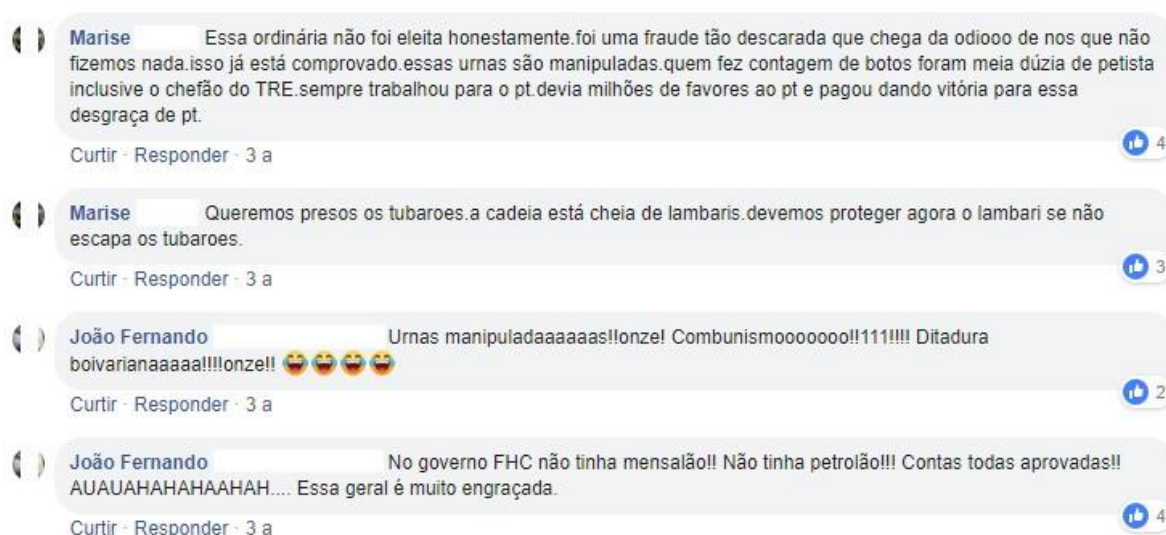
Segundo Ahmed (2014), alguns teóricos descrevem as emoções como sendo formas de julgamentos, o que se aplica ao caso da raiva, quando, como visto (imagem 22) a figura de Dilma Rousseff e suas ações são julgadas a partir de determinados vieses. Na elaboração dos pontos concernentes a esse julgamento, processam-se avaliações, atitudes e reflexões particulares, construídas conforme os modos de apreender o mundo daquele sujeito, o que implica dizer que as emoções não são irracionais, mas resultantes de esquemas e processos de reflexão particulares, o que se articula e fortalece o argumento etnometodológico de que as ações dos sujeitos são sempre reflexivas, racionalizadas e performativizadas de acordo com cada contexto de ação, o que se dá, nesse sentido, a partir de métodos específicos. Ou seja, através desse posicionamento permeados por emoções, que atuam como formas de julgamento, se revela o quanto os sujeitos são usuários astutos de métodos culturais para expressar suas opiniões e avaliações, o que implica dizer que os sujeitos possuem consciência do que estão fazendo. As emoções, nesse caso específico, a raiva, visa dar conta dos modos pelos quais o sujeito se sente em relação aos fatos e acontecimentos avaliados.

Para Dewey (1980, p. 94), “a emoção é a força motriz e consolidante. Seleciona o que é congruente e pinta com suas cores o que é escolhido, com isso conferindo uma unidade qualitativa a matérias externamente díspares e dessemelhantes”. Ainda conforme o autor, as emoções possuem um caráter argumentativo, pois permitem a elaboração de reflexões para o agir, logo, atuam na configuração dos posicionamentos e modos de ação dos sujeitos, o que não é restrito a persuasão ou retórica. O papel argumentativo das emoções se faz presente nas dinâmicas de interação discursivas engendradas na rede como uma forma de mobilizar o debate, ora buscando empatia e concordância (quando dos comentários que dialogam e tecem diversos motivos para a saída de Dilma do poder), convencimento (através das respostas aos comentários que lhe são contrários, visando um realinhamento de perspectiva) e até mesmo como um modo de demonstrar que determinada posição-sujeito seria mais “inteligente” e/ou “crível” (nos casos em que nem a concordância tampouco o convencimento produz efeitos, dando lugar a vociferação de emoções que buscam diminuir o outro).

Especialmente em relação à política e seu entrelaçamento com as emoções, levando em conta o caráter dos comentários ora analisados, se identifica uma articulação íntima desses campos desde Aristóteles e o desenvolvimento da retórica, quando se afirmava que um líder deveria saber usar a emoção para obter atenção e ganhar influência dos públicos (MARCUS, 2000, p. 222), reforçando o seu valor para a produção e avaliação das ações. Wolak et al (2003, p. 02) acentuam o quanto as emoções regulam não apenas a atenção dada pelas pessoas ao mundo político, mas também como facilita o engajamento dos indivíduos nos debates e

conversações. Os autores ainda destacam que em vez de obscurecer o julgamento e limitar a tomada de decisão racional, as emoções podem levar as pessoas a abandonarem hábitos de desinteresse, de modo a incentivar maior participação. Corroborando com esse pensamento, Marques (2010, p. 13) propõe que a política não deve ser tomada como sendo dissociada das emoções, pois não está unicamente relacionada a um regime de racionalidade cognitivo-instrumental em detrimento das emoções e experiências estéticas ou, apropriando-se de Ahmed (2014), não são só as emoções que são políticas, mas a política em si se baseia em grande parte nas emoções, como já identificado nas análises anteriores sobre os movimentos e protestos sociais políticos.

Imagem 23 – Urnas eletrônicas, contestação e raiva (*Carta Capital*).



Fonte: *Post Revista Carta Capital*, 20 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/CartaCapital/videos/1018067151548032/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

Xingamentos e palavras de baixo calão fazem parte do vocabulário da raiva, assim como a negação ou refutação de determinados acontecimentos, visando lhe dar descrédito por meio de avaliações e julgamentos que embora sejam reflexivos, não estão necessariamente amparados em fatos, como a acusação raivosa de que as urnas eletrônicas foram fraudadas para que Dilma pudesse ser eleita (imagem 23), o que é feito com elementos argumentativos que objetivam se afirmar e desvalorizar os outros, sendo recebido por meio de risos, dado a sua falta de fundamento para outros grupos. Em alguns momentos, como evidenciado pela comentadora *Marise*, a raiva é reconhecida e apontada como fase que antecede o ódio (“*chega dá ódio*” – indicando que já existia a raiva, que uma vez não aplacada, torna-se ódio), podendo ser vista como uma ira não curada, o que se efetiva, principalmente, quando tal

emoção (a raiva) passa além de objetivar que o outro pague pelos erros apontados (“*queremos presos os tubarões*”), seja eliminado em toda a sua existência.

Etimologicamente, a palavra raiva vem do latim *rabies*, a qual remete a acesso de fúria, um arrebatamento violento, cólera, o que a identifica como uma emoção que desponta a irritação e agressividade, elementos que podem ser motivados devido à ocorrência de aborrecimentos ou frustrações – como o contexto político e econômico, no caso dos comentários analisados. Por ser uma emoção que geralmente é vista como associada ao descontrole, a raiva é também uma das emoções mais depreciadas em meio a um regime emocional da positividade (FREIRE FILHO, 2014).

No entanto, outras perspectivas vêm indicando que a raiva pode ser politicamente importante, uma vez que motiva os sujeitos e a sociedade a alimentar o seu desenvolvimento a partir dos conflitos existentes (HOLMES, 2004, p. 123), podendo ser essencial quando se trata de uma resposta a uma injustiça percebida, o que pode se articular à emergência de movimentos sociais pautados na busca pela igualdade e justiça social. Porém, quando transformada em ódio ou ressentimento, todo esse potencial político é perdido, dado o entendimento de que passam postular outros objetivos, perdendo a sua produtividade.

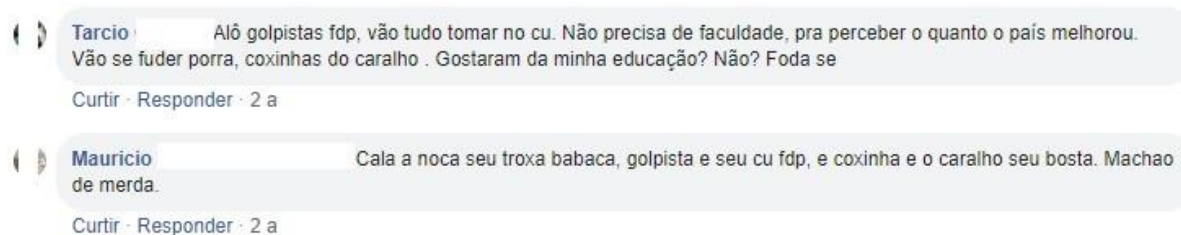
De acordo com Rezende e Coelho (2010), há um forte componente moral na raiva, explicitando que em alguns momentos se é mais aceitável senti-la que em outros, indo além de um sentimento que o indivíduo sente de forma privada. Conforme as autoras, “está em questão assim não apenas a pessoa que sente a raiva mas também o conjunto de relações sociais ao seu redor [...]” (p. 39). É nesse sentido que Walton (2007) afirma que “em alguns contextos culturais, exprimir a raiva é vergonhoso, um reconhecimento público de rendição à perda de controle e às paixões animais que campeiam intimamente” (p. 72). O autor reforça que em alguns países do Oriente, como no caso do Japão, a raiva não tem lugar no cenário público. Lá, há uma cultura de séculos marcada por uma etiqueta de autocontrole das emoções, de modo que os acessos de raiva ou a irrupção de determinadas emoções podem ser vistas como ausência de educação ou total descontrole (WALTON, 2007). Todavia, com a circulação fulgurante desta emoção nos comentários analisados, a sua demonstração nos fóruns do ciberespaço não parece ser motivo de vergonha no caso brasileiro. Inversamente, tais espaços passam a acolher e dar vazão as mais distintas especulações, posturas e ânimos de forma pública, delineando, como coloca Freire Filho (2014), um panorama dos sentidos de justiça e horizontes morais do Brasil contemporâneo.

No Ocidente, a raiva também é vista como um atestado de descontrole emocional que pode ser desencadeado por variados motivos: o medo, o descontentamento com dada situação,

a humilhação ou eventos que frustram desejos individuais (REZENDE, COELHO, 2010), etc. A partir disso, reforça-se o sentido das emoções como julgamentos sobre acontecimentos, culminando com a produção e expressão de determinadas emoções. Nos comentários, os sujeitos apontam o governo de Dilma e a sua figura como sendo os culpados pela crise política e econômica, daí serem os principais alvos da raiva. A gramática de comportamentos dessa emoção pode dar lugar a componentes diversos, como acusações, preconceitos, insultos, sarcasmos, vocabulário formado por termos depreciativos e não utilizados em outras situações etc., sendo comum o interesse da pessoa que está com raiva em fazer com que a outra pessoa passe pela mesma experiência que a levou até aquele ponto.

A raiva, no entanto, não se expressa somente entre comentador e suas relações com alguns personagens políticos, se mostrando entre usuário e revista, quando o primeiro se mostra em desacordo com a informações ou viés enunciado, bem como entre os próprios comentadores, em alguns casos, servindo como elemento que encerra a conversação.

Imagem 24 – Emoções e quebra da sociabilidade (*Carta Capital*).



Fonte: *Post* Revista *Carta Capital*, 17 de maio de 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/229151370439618_1134842853203794. Acesso em: 13 jun. 2017.

Os xingamentos, elementos básicos da gramática da raiva, quando usados de forma ampla, contundente e direcionado para uma pessoa em específico, tende a quebrar os laços de sociabilidade existentes na rede, como aconteceu com a conversação exposta na imagem 24 (“Alô golpistas fdp, vão tudo tomar no cu. [...] Vão se fuder porra [...]”), comenta Tarcio em *post* contra aqueles que defendiam o *impeachment* de Dilma, recebendo como resposta, por seu turno, outro xingamento: “Cala a noca seu troxa babaca, golpista e seu cu fdp, e coxinha e o caralho seu bosta. Machao de merda”, responde Mauricio), evidenciando uma sociabilidade que tem como base e objetivo tão somente a troca de farpas devido a existência da raiva, não se aprofundado. Quando não é logo quebrada, a sociabilidade é mantida graças a mais xingamentos que são reciprocamente produzidos e trocados, o que não se mantém por muito tempo, pois logo um dos envolvidos deixa de responder, sendo o desprezo o sinal de que aquela relação efetivamente não possui mais sentido nem produtividade.

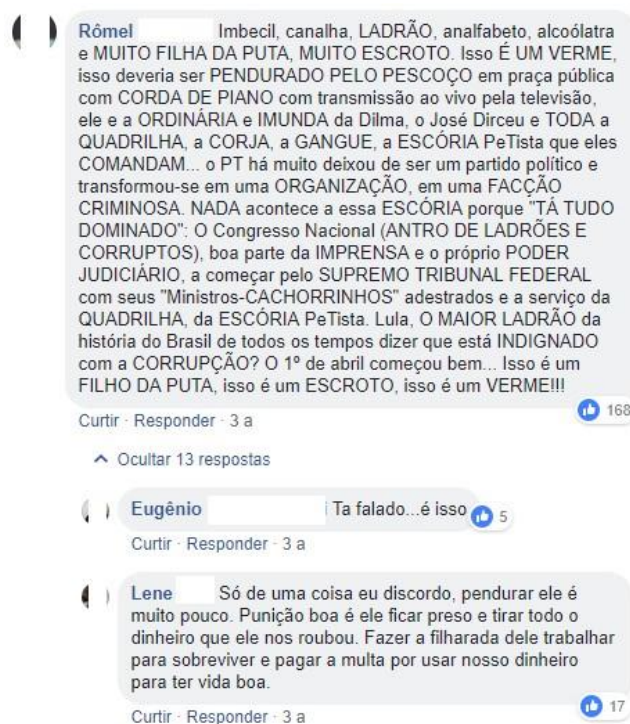
Hoepfner (2017, p. 32) reforça como sendo uma das características da raiva o desejo de fazer com que a outra pessoa identificada como causa daquele estado passe pela mesma situação, enquanto que para a pessoa que sente ódio, ver o outro enfrentar a mesma situação já não é mais suficiente, de modo que outros castigos mais severos se tornam necessários, alguns, podendo incidir sobre a eliminação da própria existência do sujeito causador. Na imagem 24, os xingamentos indicam a proeminência da raiva, a partir da troca de ofensas que parecem apontar para um estado de liberação da emoção. O ódio enquanto emoção tem uma atuação bem distinta, apesar de estar associado à uma mesma constelação afetiva, se assim for possível se denominar o grupo dessas emoções, considerando-se a dificuldade de se demarcar algumas fronteiras.

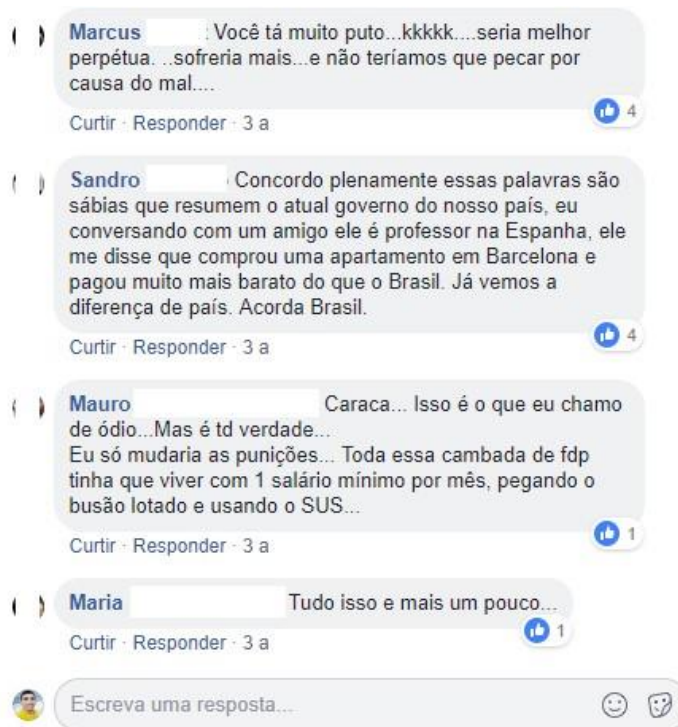
Diferente do que aconteceu com outras emoções, como o amor e a felicidade, que foram amplamente estudadas e debatidas por filósofos desde a antiguidade, o ódio não foi considerado como um foco de discussões, destaca Hoepfner (2017, p. 28), indicando que por muito tempo esta emoção foi tematizada quase exclusivamente em oposição ao amor, carecendo, portanto, de olhares mais aprofundados. Aristóteles (apud HOEPFNER, 2017) assinala as diferenças entre a raiva e ódio. Conforme o filósofo, enquanto a raiva é direcionada e sentida apenas por indivíduos particulares, o ódio pode ser direcionado e sentido por uma classe inteira de pessoas. Citando o pensamento do autor, Hoepfner (2017, p. 30-31) destaca que para Aristóteles, a pessoa raivosa quer que o outro sofra, enquanto aquele que odeia quer que o outro deixe de existir, não mais sentindo pena ou compaixão pelo seu objeto de ódio, o que ainda pode ser experienciado por aquele que sente raiva. Por esse viés, o ódio seria uma intensificação, ou manifestação crônica da raiva, sua forma envelhecida e não superada. Pela ótica da moral cristã, o ódio é uma emoção que deve ser evitada ou, quando já existente, deve ser reparada pelo exercício do perdão, não sendo desejável para a vivência harmoniosa e produtiva da comunidade, possuindo um valor moral que se distancia do sentido de virtude, sendo, portanto, moralmente pejorativo (HOEPFNER, 2017, p. 35). Apesar desses preceitos, o ódio, que etimologicamente provém do latim *odium*, referindo-se a um tipo de aversão, indignação, ira contida, ao mesmo tempo violenta e duradoura, como um profundo estado de inimizade (MOURA, 2016) é uma realidade e assume um valor moral de justiça em alguns dos comentários, especialmente naqueles que são direcionados para Lula e Dilma.

Imagem 25 – O ódio como o desejo de morte (*Veja*).

Fonte: *Post Revista Veja*, 31 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10152887766950617. Acesso em: 14 ago. 2017.

Nessas conversações, o ódio se traduz literalmente na vontade de eliminação do outro, no caso Lula (imagem 25 e 26) e Dilma (imagem 27), como se fosse um julgamento e posterior castigo pelas atitudes, conforme o olhar dos “juízes comentadores”, equivocadas, tomadas por essas figuras políticas. A concretude desse ódio é expressado por meio da linguagem textual que incita o excesso, em que o ódio é projetado no outro a quem se agride, de modo que a sua mera existência é sentida como fator que leva à ausência de um estado de satisfação ou felicidade, como se fosse uma ofensa à sua vida. Esse ódio se fundamenta em uma narrativa do dano, no sentido das figuras odiadas e condenadas a morte serem as culpadas por todos os problemas que levaram ao contexto de crise e seus desdobramentos: desemprego, pouca circulação de capital, fechamento de empresas etc.

Imagem 26 – O ódio como o desejo de morte (*Veja*).



Fonte: *Post Revista Veja*, 01 de abril de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10153040395845617. Acesso em: 18 mar. 2016.

Com uma gramática cultural própria, se observa o conteúdo performativo do ódio como emoção, de modo que postula as formas pelas quais os outros devem ser eliminados, colocados fora do jogo, deixarem de existir, sempre deixando se perceber como fundamento para esse posicionamento uma narrativa do dano – as diferenças dos preços em uma casa na Espanha e no Brasil (como enunciado por *Sandro*, imagem 26) ou os desafios de se viver com apenas um salário mínimo por mês – tentativa de equiparar a vida dos políticos com a vida da maioria dos empregados da sociedade brasileira (posição que se aproxima mais da expressão da raiva do que propriamente do ódio, já que prefere que o outro passe pela mesma dificuldade – ou dano – do que vir a ser eliminado, como proposto por *Mauro*, imagem 26). Em relação à Dilma, a lógica da narrativa do dano e o pressuposto de eliminação do objeto de ódio se repetem (imagem 27). Por suas ações julgadas como corruptas e, principalmente, por suas consequências, as quais são tomadas como de grande importância para a vida social brasileira, Dilma, assim como Lula, é posta no lugar de ré, a pessoa culpada pelo estado de coisas decorrente da crise, devendo, portanto, ser fuzilada (indica *Nagib*, imagem 27) ou até mesmo nem deveria ter chegado ao poder, pois melhor seria se ela tivesse sido morta quando torturada durante a ditadura militar brasileira (conforme indica *Paty*, imagem 27). Conjuntamente, se articulam horizontes de moralidade e justiça que avaliam os

acontecimentos a partir de vieses que não permitem ou dão margem para o erro, pelo menos não o do outro.

Imagem 27 – O ódio como desejo de morte (*Veja*).



Fonte: *Post Revista Veja*, 15 de março de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10152996972265617. Acesso em: 18 abr. 2016.

Importante destacar que o ódio se apresenta de forma mais contundente nas conversações do que propriamente a raiva, especialmente na página da revista *Veja*, enquanto na *Carta Capital* as trocas se traduzem mais em conflitos que projetam a raiva, que é voltada tanto contra os que estão mobilizados a destituir Dilma e tudo o que ela representa, quanto direcionada para aqueles que a defendem, ocorrendo principalmente quando há uma “invasão” de militantes da direita na página, o que é recebido em alguns momentos com maior argumentação, de modo que as respostas a esses comentários se tornam mais longos, assim como por risos em relação a determinados posicionamentos (como indicam os comentários *João*, imagem 23).

Na lógica do ódio, o outro é tomado como o inimigo, como indica o comentário de *Sonia* (“*não existe adversário, existe inimigo*”; imagem 27), não havendo espaço ou abertura para o contraditório, como pode se inferir quando do posicionamento distinto em relação à ditadura, no sentido de que nesse regime político, não há a garantia dos direitos mais básicos, como a liberdade, o que logo é apontado como algo a ser valorizado, mais uma vez indicando a sua necessidade para melhor lidar e castigar “terroristas”, como Dilma (imagem 27). A

partir desse viés que não se abre para o contraditório, formas de julgamento são estabelecidas e se assevera a premissa de que a responsabilidade sobre o dano e todas as intempéries sofridas está naquele que deve ser efetivamente objeto de ódio. A reflexão e cognição, nesse sentido, atua segundo perspectivas bem particulares, salientando que não deixam de ser reflexivas, pois faz algum tipo de sentido para aqueles que experienciam e expressam essas emoções. Buscar entender as motivações da raiva e do ódio pela perspectiva daqueles que os sentem, pode trazer e apontar para essa reflexividade baseada em avaliações e julgamentos que possuem justificativas, as quais por mais que possam ser criticadas ou não compartilhadas por outros, apontam para um processo de racionalização.

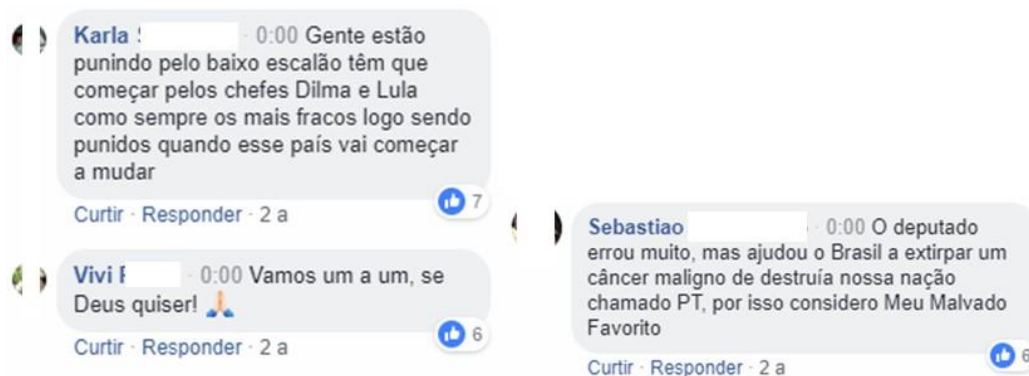
O ódio com base na narrativa do dano se apresenta como seletivo (o que também possui justificativas, como se verá adiante), já que se “escolhe” a quem odiar e culpar. Personagens que compuseram a crise política e econômica brasileira e que tiveram influências importantes na construção conflituosa desse momento, como Eduardo Cunha (ver capítulo anterior) são isentados, chegando ao contrário, a ser congratulado pela sua atuação no campo político, visto como alguém que facilitou o processo de “limpeza contra a corrupção” ou, em alguns casos, como um “mal necessário”, sendo enaltecido por suas ações no processo de *impeachment* de Dilma. Contraditoriamente, os fatos históricos e políticos mostram que Cunha tinha envolvimento direto com casos e processos de corrupção.

Desde dezembro de 2015, quando o pedido de *impeachment* foi aceito na Câmara dos Deputados, Cunha, então presidente da casa, passa a ter proeminência e a ser congratulado por suas ações “contra a crise” e “a favor do Brasil”. De modo intermitente, isso teve continuidade em outros momentos, como em maio de 2016, quando o STF (Supremo Tribunal Federal) confirma o seu afastamento e ressurge com maior intensidade em setembro do mesmo ano, quando o seu futuro foi decidido em votação na Câmara.

Em maio, a ação do STF chegou inclusive a ser vista como parcial pelos comentaristas, uma vez que não se estava punindo os verdadeiros corruptos (“*Gente estão punindo pelo baixo escalão tem que começar pelos chefes Dilma e Lula como sempre os mais fracos logo sendo punidos quando esse país vai começar a mudar*”, argumenta Karla, imagem 28). Nas conversações, entendia-se que aquilo era apenas jogo de cena, pois Cunha era um “peixe pequeno” e aquilo tinha como objetivo somente enganar o país, pois os verdadeiros corruptos continuariam no poder. Outros, viam o acontecimento como positivo, pois julgava-se que aquele era o início de um processo de limpeza mais amplo (“*Vamos um um se Deus quiser!*”, afirma Vivi, imagem 28). Já para os que defendiam o mandato de Dilma

e viam Cunha como uma ameaça, o afastamento desse último foi recebido ora com satisfação, ora como algo que acontecia tardiamente, pois o processo de *impeachment* já estava em curso.

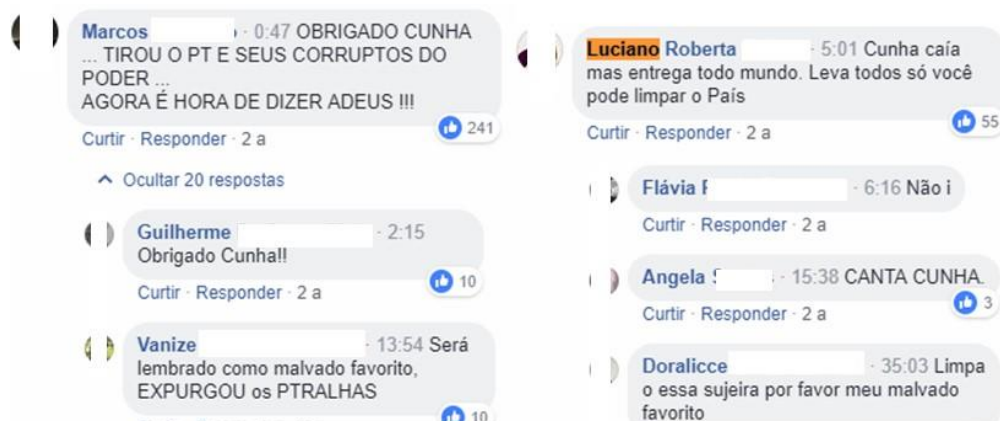
Imagem 28 – Cunha, malvado favorito.



Fonte: *Post* Revista *Veja*, 05 de maio de 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10153941778885617. Acesso em 13 jul. 2017.

Em *post* de setembro de 2016, quando a *Veja* enunciava sobre a votação na Câmara para decidir o futuro de Cunha, os comentários que produziram as conversações reforçaram a categorização do deputado como o “malvado favorito” (o que já ocorria em outros comentários de meses anteriores, como o de *Sebastião*, imagem 28 – “*O deputado errou muito, mas ajudou o Brasil a extirpar um câncer maligno de destruíra nossa nação chamado PT, por isso considero Meu Malvado Favorito*”), alguém que apesar das “suspeitas”, teve um papel muito importante na busca por uma política mais “limpa e ética” (“*Cunha caia mas entrega todo mundo. Leva todos só você pode limpar o País*”, comenta *Luciano*, o que é respaldado por outras respostas, como a de *Doralicce*: “*Limpa o essa sujeira por favor meu malvado favorito*”, imagem 29), especialmente por enfrentar e “expurgar” o “grande mal” da política nacional naquele momento, o PT, partido da presidência (“*Será lembrado como malvado favorito, EXPURGOU os PTRALHAS*”, defende *Vanize*, imagem 29).

Imagem 29 – Cunha, malvado favorito.



Fonte: *Post Revista Veja*, 12 de setembro de 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10154259586465617. Acesso em: 14 set. 2017.

Apesar de todo o histórico de envolvimento em casos de corrupção, Cunha é enaltecido e recebe agradecimentos (“*OBRIGADO CUNHA... TIROU O PT E SEUS CORRUPTOS DO PODER... AGORA É HORA DE DIZER ADEUS!!!*”; “*Obrigado Cunha!!*”, imagem 29), mesmo nos momentos em que é visto como um “mal necessário”. Quais significações em meio a esses processos conflituosos teriam contribuído para essa acepção, tendo em vista que outros personagens políticos logo são odiados quando das suspeitas de envolvimento em casos de corrupção? A resposta para esse questionamento está no fato de que Dilma e Lula são os rostos mais corriqueiramente associados ao processo de crise, sendo os nomes sempre lembrados e postos como culpados, principalmente pelos dispositivos midiáticos, quando da abordagem sobre a crise política e econômica brasileira, bem como pelos setores organizados dos grupos de direita. Logo, passam a ocupar o posto de principais responsáveis de todo esse contexto, os vilões que dão margem para a construção da narrativa do dano, os sujeitos que devem ser odiados por causarem todos os males existentes em consequência da crise. Cunha, por sua vez, por se posicionar contra Lula e Dilma, considerando fatores particulares, especialmente a perda de apoio por parte dos primeiros, passando a partir de sua posição na Câmara na época, a medir força com Dilma, Lula e a bancada do PT, logo assume a dianteira como alguém que poderia enfrentar e pôr fim ao governo então identificado como fonte de todos os males.

O grupo contrário à Lula, Dilma e o PT, vê então em Cunha alguém que agregaria na luta pelo afastamento de Dilma e contra toda a corrupção do PT, muitas vezes deixando passar a corrupção do próprio deputado. Isso está articulado também ao posicionamento dos grupos existentes, pois Cunha, devido interesses escusos, acaba fortalecendo a ideia

anticorrupção dos grupos contrários ao PT, por isso mesmo, é visto como um aliado e não um inimigo, significação que supera contradições objetivando a manutenção de um posicionamento – retirar o PT do poder –, o que reforça a ideia de que o ódio é a recusa de um pensamento ou formulação que seja distinto da perspectiva inicial (ALFORD, 2006; HOEPNER, 2017), carregando uma forte necessidade de autoafirmação que vai se constituir mais que pelos ecos encontrados, na recusa da perspectiva ou identidade do grupo que é odiado.

Uma implicação do ódio, nesse sentido, é estar ligado diretamente à violência, muitas vezes se tratando da postulação da violência física propriamente dita com a finalidade da eliminação do outro, como já inferido a partir da análise dos comentários. A sua externalização se dá, especialmente, quando do encontro com o outro, ou seja, com aquele que é odiado ou com quem o defende, o que explica porque os comentários dos *posts* que tratam ou citam Dilma, Lula e suas políticas serem aqueles em que o ódio se torna mais presente. Diferente do encontro entre os que partilham de uma mesma percepção, o encontro com o outro, objeto de ódio, é sempre violento e perturbador, apontando que a mera menção a esse outro ou os vestígios de suas políticas e ideias, atingiu aquele que odeia, que logo passa a vociferar os desejos de que o outro e tudo o que ele representa desapareçam.

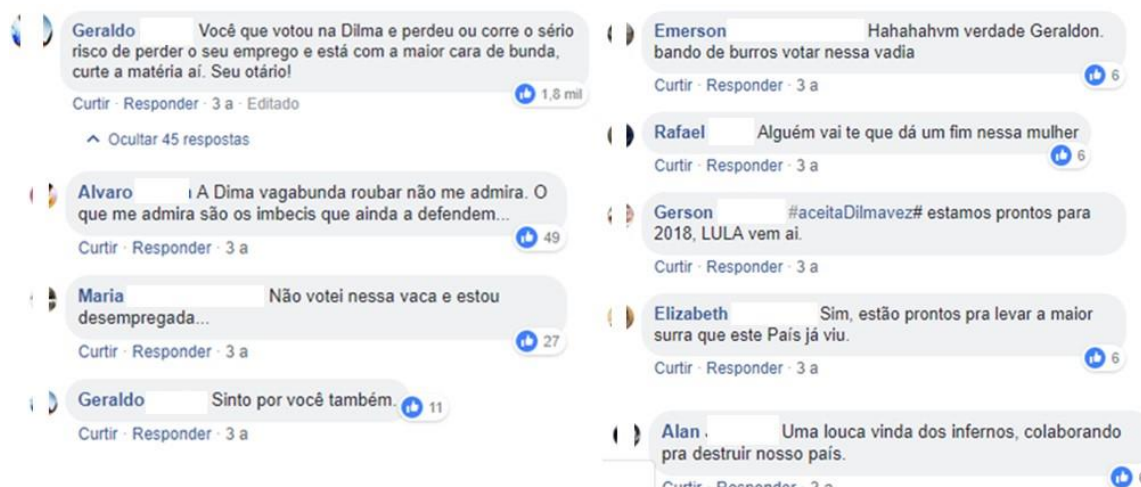
Hoepfner (2017) enfatiza que o ódio também atua na construção e fortalecimento de grupos, implicando o estabelecimento de identidade e subjetividades expressamente marcadas e produzidas pelo ódio, bem como, demarca as diferenças em relação aos outros, isto é, com aqueles que são odiados. Os sujeitos odiados, como Lula, Dilma e o grupo que os defende, são vistos como aqueles que o sujeito que odeia quer se distinguir, se distanciar, a tal ponto de propor e incentivar o seu desaparecimento, apontando a existência de julgamentos morais que buscam justificar esse posicionamento a partir de racionalizações pautadas em experiências, juízos de valor e sentenças. Articulado ao conflito, que também produz grupos, o ódio os reforça, nesse sentido. A partir das relações de ódio, se constrói não somente a identidade de quem odeia, mas também daquele que é odiado, classificado como um intruso, alguém que deve ser mais que evitado, eliminado, pois sua identidade é entendida como representante de tudo aquilo que possa ter causado danos e perdas, ou seja, culpada por todos os males que aconteceram a quem odeia. Esse outro faz com que os sujeitos do ódio pensem o seu sofrimento como causado por uma identidade intrusiva, que só atua com o sentido de perturbar a paz e harmonia antes existente. Essa perspectiva é compartilhada por Amaral (2011) ao afirmar que as disputas (e aqui incluímos os conflitos e os ódios) nos sites de redes sociais assinala também uma disputa por identidades, as quais tem como objetivo a

demarcação de territórios, o que Ahmed (2014) define como uma diferenciação entre o “nós” e o “eles”, destacando que essas construções se estabelecem a partir das relações de ódio. Dessa forma, os grupos e as identidades são fundadas, sustentadas e cultivadas em relações de antagonismos, sendo esse um elemento importante na construção de subjetividades e sociabilidades particulares, tanto de quem odeia, quanto de quem é odiado (HOEPFNER, 2017, p. 40).

Assim como postulado em relação as outras emoções, o ódio demonstra também esse processo de racionalização, que é pautado e alimentado pela necessidade de que o outro, identificado como elemento base de todo os males experienciados (no caso em análise, crise, desemprego, diminuição do poder de consumo etc.) seja extinto, dada a culpa que lhe é atribuída. Diferente da raiva, que possui uma constituição e expressão também pautada em julgamentos e avaliações, mas que logo são externalizadas e possuem também um caráter mais imediato, visando que o outro de quem se sente raiva experimente a mesma sensação de frustração, com o ódio, essa sensação não se exaspera ou se resolve com a sua expressão ou pela percepção de que o outro também necessita enfrentar o mesmo sofrimento, como já visto. O ódio vai sendo alimentado e ganhando outras dimensões, que vão estabelecendo significações cada vez mais fechadas. Sobre esse ponto, citando La Haine (2003), Hoepfner (2017, p. 39) reitera que o “o ódio é feito de sangue coagulado”.

Em relação especificamente em relação a Dilma, esse ódio é redimensionado devido ao fato de a ex-presidenta ser mulher. Isso é inferido por se identificar com grande recorrência verbetes e termos que são utilizados especialmente no que diz respeito à Dilma, tais como anta, vaca, dilmanta, pau mandada de Lula, entre muitos outros. Há, dessa forma, um processo de desqualificação da ex-presidenta que se radicaliza graças à sua identidade de gênero. A comprovação da existência desse ódio se confirma, ainda, quando se observa que o mesmo tratamento não é dado a figura de Lula, Temer ou Cunha, por exemplo. Sobre o primeiro, pairam termos que o classificam principalmente de pinguço, barba ou ladrão, como pode ser percebido nos comentários já apresentados. No que remente a Temer e Cunha, o jogo muda, pois Cunha, apesar de ser por alguns identificado como corrupto, é nomeado de “malvado favorito” e Temer muitas vezes nem chega a ser objeto de ódio, mas quando mencionado, recebe críticas que o acusam de golpista, vampirão, ou apenas alguém que logo será afastado da política (ideia de que primeiro cairia Dilma e logo em seguida todos os que fossem corruptos). Ou seja, sobre esses três últimos não se tem nenhum enquadramento dado apenas pelo fato de serem homens, diferente do que acontece com o tratamento dado a Dilma por ser mulher, a inferiorizando por esta condição.

Imagem 30 – O ódio contra Dilma (misoginia).



Fonte: *Post Revista Veja*, 22 de maio de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10153161698120617. Acesso em 04 jun. 2017.

Vagabunda, vaca, vadia, louca, alguém que veio dos infernos e merece ter um fim. São essas, em grande parte, as mensagens presentes nas conversações que são direcionadas a Dilma (“A *Dima vagabunda*”; “*Não votei nessa vaca*”; “*uma louca vinda dos infernos*”; “*bando de burros votar nessa vadia*” – imagem 30, grifos nossos). Em outras, mais raras (imagem 22), ela é colocada como alguém que é forte e lutou contra a ditadura, mas esse aspecto logo é desqualificado, sendo predominante as formas de tratamento ou enquadramento alinhavados pela raiva e o ódio, indicando a existência de um viés explicitamente misógino para se referir à Dilma, primeira mulher a ser eleita presidenta do Brasil, a qual também foi a primeira mulher a sofrer um processo de *impeachment* sem ter cometido crimes de responsabilidade, como já indicado em capítulo anterior.

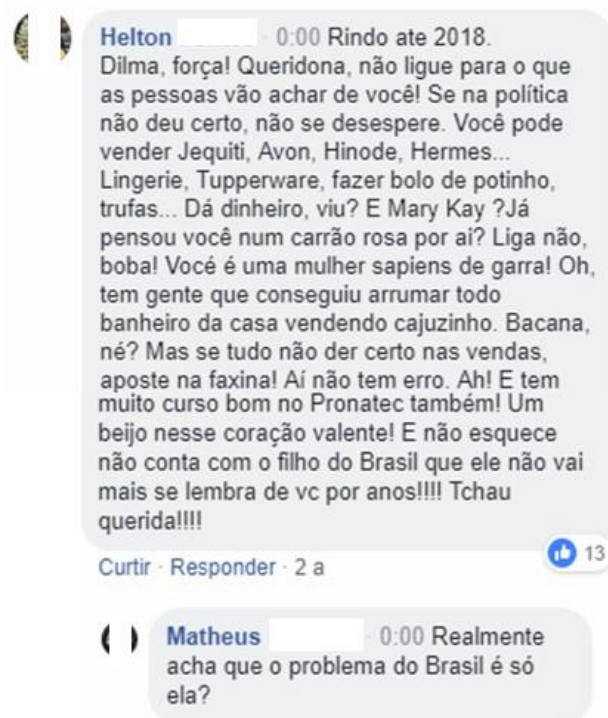
A misoginia atua justamente como um ódio que é voltado para a mulher por sua condição de mulher, atuando contra Dilma como se por esse motivo (sua condição de gênero), ela fosse menos qualificada. Importante ressaltar que o uso dos verbetes vagabunda, vaca e vadia são comumente utilizados em relação a mulheres que fogem dos padrões convencionais ou das normas que são socialmente impostas a sua condição, bem como para o fato de que tornar ou classificar o outro de forma animalesca é uma forma de roubar-lhe a humanidade, o que auxilia quando da questão da diferença, pois nem como um humano o outro continua a ser considerado.

Nesse sentido, tais acusações podem ser explicitadas justamente por esse caráter: Dilma fugiu dos padrões, foi a primeira mulher presidenta de um país historicamente marcado

pelo patriarcado e por possuir um modelo político construído e constituído por homens. O peso e as cobranças sobre o seu mandato, dessa forma, foram bem maiores. Tal qual os outros verbetes, a denominação de Dilma como louca também traduz muito do quanto a misoginia esteve presente ao longo de toda a trajetória de Dilma na política, mas, especialmente, a partir do momento em que ela foi candidata pela primeira vez, se radicalizando quando dos pedidos e manifestações pelo seu processo de *impeachment*, quando, inclusive, adesivos com a sua imagem hipersexualizada através de montagem gráfica passaram a ser produzidos, distribuídos e colados na entrada de tanques de gasolina de automóveis, algo que até então não tinha acontecido com nenhuma outra figura política no Brasil. Dilma é tida como louca por se desviar, de forma reiterada, daquilo que seria uma ordem natural para a vida da mulher: cassar-se, ter filhos, cuidar da família, manter-se no âmbito da vida privada. Ao chamá-la de louca, se tem um discurso que a torna irracional, desprezível, histérica, ao mesmo tempo que aqueles que a classificam dessa forma, se normalizam. Se antes as mulheres tidas como loucas deveriam ser internadas ou, no caso das bruxas, queimadas, esses processos ainda possuem muitos resquícios na contemporaneidade, como se pode inferir a partir dos elementos destacados. Em suma, todas as classificações parecem ter como objetivo um único aspecto: a necessidade de Dilma voltar para o seu lugar e ocupar o seu papel de mulher conforme imposto pela tradição.

De acordo com Holland (2010), a palavra misoginia vem do grego *miseó*, referente à ódio e *gyné*, que diz respeito a mulher. A etimologia do termo, refere-se, então, ao ódio, aversão, preconceito ou desprezo em relação as mulheres de modo específico, podendo se manifestar de maneiras diversas, incluindo desde hostilidades, discriminação, exclusão, depreciação, objetificação até mesmo a uma vontade ou necessidade violenta de lidar com as mulheres. Ainda segundo o autor, a misoginia não é uma invenção recente, mais perpassa a história desde os gregos até a contemporaneidade, passando por transformações e reconfigurações, mas sem alterar a sua característica principal: o ódio ou aversão em relação as mulheres, que agora se expressa também por uma maior diversidade de veículos, ampliando os ideais de dominação e violência.

Imagem 31 – O ódio contra Dilma (misoginia).



Fonte: *Post Revista Veja*, 17 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/Veja/videos/10153905338470617/>. Acesso em: 18 jan. 2018.

A questão da dominação, da violência e da busca por manter as identidades de gênero cada uma em seu lugar, conforme os modelos tradicionais, se tornam mais presentes em momentos específicos, de modo que tais comentários ganham fôlego quando da proximidade da deposição de Dilma, ainda que temporariamente e, depois, mais ainda quando do seu afastamento em definitivo, como se pode verificar a partir das conversações da imagem 31, produzidas logo após a decisão da Câmara dos Deputados em afastar Dilma da presidência. Para além do riso e comemoração, deve-se perceber no comentário de *Helton* as “dicas” ou “orientações” dadas a Dilma, que na visão dele não “deu certo” na presidência. Como novos campos de atuação possíveis, o comentador sugere que Dilma não se desespere (pressupondo que as mulheres são mais emocionais ou se desesperam mais facilmente), pois ela pode se tornar revendedora de produtos de algumas marcas como *avon*, *hinodê*, *jequití*, entre outras. Também sugere que fazer faxina pode render bons frutos (ênfase para o “*aí não tem erro*”), citando ainda que ela deve esquecer o “*filho do Brasil*” (Lula), pois ele a esquecerá tendo em vista o “*desastre*” de seu governo, concluindo seu comentário com “*tchau querida*”, frase que foi amplamente utilizada por alguns setores durante todo o processo de *impeachment*.

Nesse comentário, a diversidade de “dicas” e “orientações” sustentam e dão margem para a misoginia, pois tais “orientações” não foram dadas a outros políticos, como Lula,

Temer, Cunha, ou até mesmo Aécio Neves quando perdeu as eleições. Além disso, deve-se atentar para as funções sugeridas, que são aqueles comumente atribuídas como sendo o papel das mulheres (venda de produtos da área de cosmética ou alimentícios; fazer faxinas), o que reforça que para esses comentadores, Dilma, enquanto mulher, deveria voltar para o seu lugar, que na visão deles, não era na política. Afora isso, vale salientar mais uma vez o esforço de dizer que Dilma era um produto de Lula (o filho do Brasil), com quem ela já não poderia contar segundo o comentador, pois em sua perspectiva, Lula também já teria notado o erro que foi coloca-la no poder (reiterando que a chegada e estadia na presidência se deu graças a ele). Analisando esse e outros comentários semelhantes, o viés misógino no que diz respeito à Dilma se torna perceptível. Como resposta a esse comentário (imagem 31), outro comentador (*Matheus*) questiona se Dilma seria, de fato, a culpada por todos os problemas do Brasil. *Helton* não responde, mas ao se interpretar seu comentário inicial, pode-se inferir que em sua visão, sim, Dilma seria a fonte dos problemas, e tudo poderia ser resolvido se ela, agora, voltasse para o “seu devido lugar”.

Além do ódio em relação a Dilma por sua condição de mulher, outra emoção também é comumente identificada nos comentários a ela direcionados, a qual reforça a questão da misoginia, da identidade e diferença e a constituição dos grupos por meio do ódio. Trata-se do nojo.

Imagem 32 – Dilma, ódio, nojo e misoginia.



Fonte: *Post* Revista *Veja*, 28 de maio de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/229151370439618_943298739024874. Acesso em: 14 jan. 2018.

A figura de Dilma e o que ela representa é entendida por alguns comentadores como fonte para além de insatisfação, raiva e ódio, também de nojo, a ponto de algumas pessoas afirmarem que não conseguem nem olhar para a imagem da presidenta ou ouvir a sua voz (“*fico enjoado só de olhar para a foto dessa senhora*”; “*e a voz dela então? Insuportável*”;

“*detesto ver a cara dela*”; “*não suporto olhar a cara dessa vaca*”; “*todos nós cidadão de bem amigo temos nojo dessa mulher nojenta*” – imagem 32). Esse nojo, diferente daquele ligado às reações biológicas do corpo, está associado a um nojo moral, pois Dilma e as suas ações, julgadas moralmente como erradas, é que são nojentas, segundo a ótica dos comentaristas. A lógica do nojo, desse modo, atua como uma forma de distinção. Dilma é identificada como objeto de nojo por representar para esses comentaristas corrupção, sujeira, ou alguém que não é moralmente aceitável, pois não atuou em conformidade com os preceitos éticos estabelecidos como corretos por esse grupo de comentaristas. O nojo se associa à misoginia, nesse caso, pelo fato de que os outros políticos homens, mais uma vez, raramente são objetos de nojo como Dilma o é, ou seja, o fato dela ser mulher novamente implica em mais essa questão. Isso é visto e comprovado a partir dos comentários da imagem 32, recorte em que Dilma é reiteradamente colocada como o objeto de nojo, enquanto Lula é citado apenas uma vez. A questão da seletividade também se mostra como recorrente, pois assim como o ódio (que, como visto, é direcionado mais a Lula e Dilma do que a outros personagens políticos), o nojo também se volta contra figuras bem específicas, sendo a principal, a ex-presidenta.

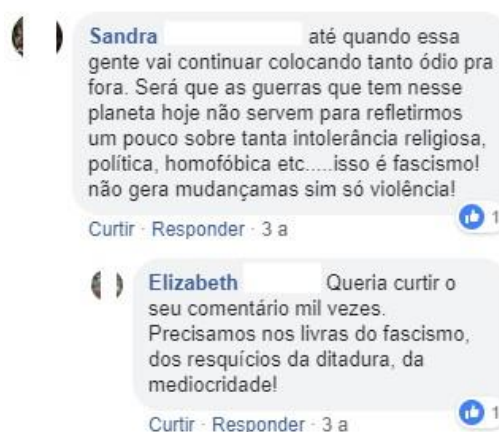
Esse ódio que é permeado pelo nojo reforça a questão das identidades, pois Dilma é vista como objeto de nojo por determinados elementos, os quais o sujeito que sente o nojo, afirma não possuir. Logo, pela negação da identidade do outro – daquele por quem afirmam sentir nojo –, os indivíduos acabam por reafirmar a sua própria, reforçando os grupos e os antagonismos. Esse grupo e identidade que não é objeto do nojo, é também aquele que busca, a partir da diferença, evitar os riscos à sua “pureza”, ou mais ainda, “limpar”, “curar” ou “purificar” a sociedade a partir do apoio ao afastamento de Dilma. Taylor (2007, p. 602), reforça essas premissas, pois, segundo a autora, os seres humanos classificados como nojentos não são vistos como agentes sociais efetivos, mas como verdadeiros perigos naturais, sujeitos que podem trazer riscos para a sociedade, infectá-la, devendo, portanto, serem afastadas do convívio social. O comentário de *Edson* (imagem 32) explicita bem esta questão, pois conforme as suas premissas, os que sentem nojo “*dessa mulher*” são os “*cidadãos de bem*”, enquanto que aqueles que a defendem são uns “*otários desgraçados*” que, subentende-se, não querem saber de uma limpeza no campo da política. Uma diversidade de fatores morais articulados com emoções determinadas produz e reforça, nesse caso, o ódio.

Interessante notar que alguns desses comentários que indicam a questão do nojo são produzidos por outras mulheres, o que faz emergir outros questionamentos que não compreendem os objetivos desta tese, mas que suscitam inquietações e demonstram que o ódio contra Dilma transcende algumas questões de identidade e reforça como elemento

principal do jogo o fato dela ter ido muito além do papel tradicionalmente atribuído à mulher na sociedade brasileira.

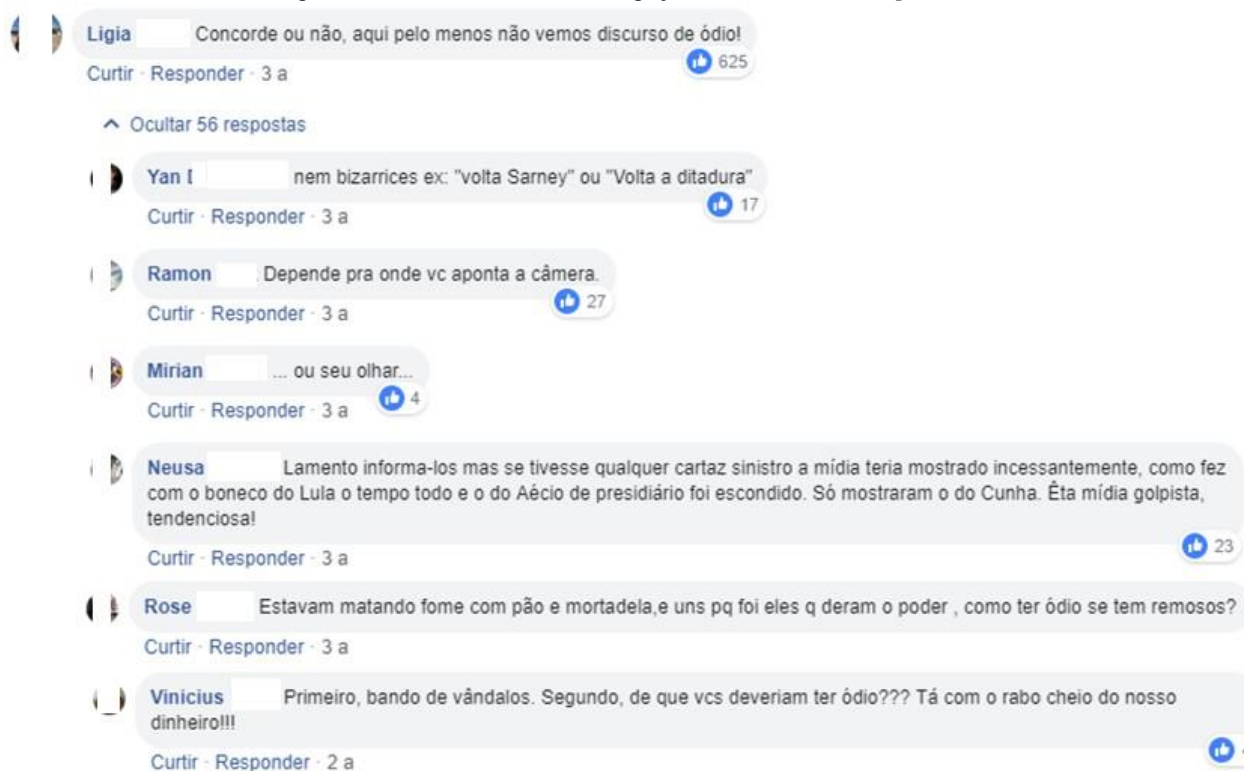
Em momentos raros, alguns dos comentadores reconhecem a existência do ódio nas conversações, ocasião em que até chegam a pedir a sua redução ou uma reflexão mais cuidadosa sobre o que está sendo dito e discutido (imagens 33 e 34).

Imagem 33 – Reconhecimento do ódio (*Carta Capital*).



Fonte: *Post Revista Carta Capital*, 20 de junho de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/229151370439618_954732727881475. Acesso em: 22 jan. 2018.

Imagem 34 – Reconhecimento e negação do ódio (*Carta Capital*).



Fonte: *Post Revista Carta Capital*, 21 de agosto de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/229151370439618_989086111112803. Acesso em: 22 jan. 2018.

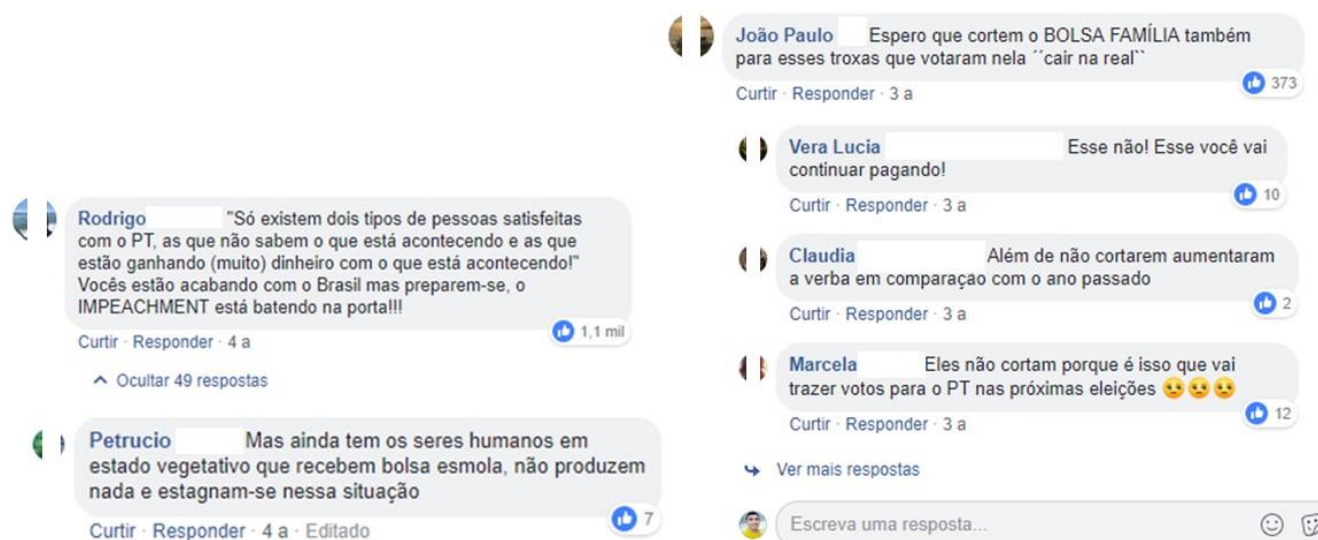
O reconhecimento ou acusação de que determinados grupos estejam fazendo uso do ódio pra externar as suas ideias e posições é feita principalmente pelo grupo apoiador de Dilma sobre aqueles que a condenam e pedem o seu afastamento. Para o primeiro grupo, é o ódio, inclusive, que parece justificar os posicionamentos do outro grupo, até mais do que propriamente a questão da crise política e econômica ou da corrupção, já que é comum se pedir para além das investigações e prisões, a morte de políticos como Dilma e Lula, aspecto que não é solicitado ou não tem o mesmo julgamento com outros políticos envolvidos em corrupção, indicando e reiterando a questão da parcialidade e seletividade. Esse ódio tende a não produzir transformações, reflete Sandra (“*até quando essa gente vai continuar colocando tanto ódio pra fora. Será que as guerras que tem nesse planeta hoje não serve para refletirmos um pouco sobre tanta intolerância [...]*”, imagem 33) em seu comentário. Segundo ela, o ódio só tende a gerar mais violência e desentendimento, não servindo para uma mudança propriamente dita.

O grupo ao qual pertence Sandra, que é mais articulado ao pensamento da esquerda, campo político de atuação da presidenta Dilma, é defendido como aquele que não atua com a produção e disseminação do “discurso de ódio”, como se identifica a partir da afirmação Ligia (“*concorde ou não, aqui não vemos discurso de ódio!*” – imagem 34), o que é contra argumentado pelo outro grupo, que afirma que o lado de Ligia não possui ódio por ter sido favorecido durante os governos do PT. Rose e Vinicius defendem esse ponto de vista com o argumento de que não há como ter ódio ou remorsos quando se estava “*comendo pão com mortadela*” ou quando se está com “*o rabo cheio de dinheiro*”.

Sem negar o ódio, os dois últimos comentaristas (imagem 34) acabam por justificar, a partir de seus modos de enxergar o mundo, tanto a existência efetiva do ódio, como explicitam suas motivações. Segundo as premissas adotados, quem não tem ódio está satisfeito e não quer mudanças políticas por estar sendo beneficiado, argumento que justifica a existência do ódio: o entendimento de que não foi beneficiado o suficiente. Nesse ponto, o ódio se estende para as ações dos governos do PT e seus projetos e ideais políticos, uma vez que para além de Dilma e Lula, que são personalizados como os sujeitos odiados e merecedores dessa emoção devido as suas atuações no campo da política e da economia brasileira e os seus reflexos para a vida particular dos sujeitos que os odeiam, outro elemento representativo do ódio está relacionado as ideias e visões de mundo desses ex-presidentes. O Bolsa Família, programa de distribuição de renda junto às famílias mais pobres, é corriqueiramente apontado como fonte de muitos dos problemas ocorridos na sociedade brasileira, assim como os sujeitos que são favorecidos por esse programa, vistos como

vagabundos, pessoas que não tem vontade de trabalhar, que pensam com a barriga (estavam se alimentando com pão com mortadela, como ter ódio?) etc.

IMAGENS 35 e 36 – Bolsa família.



Fonte: *Post Revista Veja*, 22 de maio de 2015. Disponível em:

https://www.facebook.com/109597815616_10153161698120617. Acesso em: 15 ago. 2018.

Fonte: *Post Revista Veja*, 31 de janeiro de 2015. Disponível em:

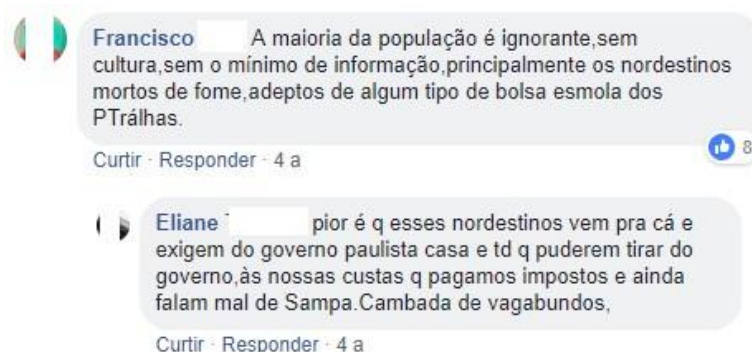
https://www.facebook.com/109597815616_10152887766950617. Acesso em: 15 ago. 2018.

Articulado às figuras de Lula e Dilma, políticos que em seus governos investiram e estimularam o desenvolvimento e manutenção de projetos de distribuição de renda, o bolsa família é odiado pois na visão dos comentaristas, foi esse programa e os seus beneficiários que ajudaram a eleger Lula em seu segundo mandato e Dilma (primeiro e segundo mandato). O programa, destinado a famílias de baixa renda é identificado como uma “*esmola*”, algo que não incentiva as pessoas a trabalharem ou buscarem outros meios de vida, como afirmado em comentário de Petrucio (“[...] *ainda tem os seres humanos em estado vegetativo que recebem bolsa esmola, não produzem nada e estagnam-se nessa situação*” – imagem 35), posicionamento que mais uma vez parte de julgamentos e percepções morais sobre aqueles que dependem do programa para sobreviver. O ódio contra o programa, pode ser visto como articulado aos conflitos de classes, pois alguns comentaristas acreditam que são eles (os não favorecidos pelo programa) que pagam para que outros que não querem trabalhar e se satisfazem com a “*esmola*” sejam beneficiados, ou seja, há o pensamento de que o fruto do trabalho de alguns, sustenta e dá margem para que outros não trabalhem e mesmo assim sejam favorecidos pelo bolsa família. Esse ódio, segundo Souza (2017), está articulado aos conflitos de classe por ser traduzido, muitas vezes, como um ódio aos pobres, o que na visão do autor é

uma continuação do ódio devotado ao escravo de antes. Há, inclusive, nesse sentido, o interesse de que “tudo volte a ser como antes” por uma parte da sociedade, infere o autor. A torcida para que o programa seja cortado ou que deixe de receber investimentos (“*Espero que cortem o BOLSA FAMÍLIA também para esses troxas que votaram nela “cair na real”*” – imagem 36) explicita bem esse ponto, o que na visão daqueles que defendem esse pressuposto, além de manter a divisão de classes de maneira mais demarcada, também faria com que os beneficiados buscassem trabalho, o que ajudaria a economia e, ao mesmo tempo, faria com que essas pessoas deixassem de apoiar Dilma, Lula e o PT, retornando a concepção de que aqueles que os apoiam são vagabundos ou, de algum modo, favorecidos. Revela-se, com isso, uma moralidade bem específica, a qual não busca a igualdade ou fraternidade, conforme pregado pelos ideais do cristianismo, mas outra que coloca os menos abastados sob formas cruéis e humilhantes, ao passo que, em seus julgamentos, há a indignação com um programa de distribuição de renda e com alguns políticos que nele investiram, mas não com outros políticos tão ou mais corruptos ou, até mesmo, com a corrupção cotidiana e comum no Brasil.

Em alguns momentos, o ódio contra o bolsa família se traduz em um discurso de ódio, especialmente contra os nordestinos, na visão de parte dos comentaristas, os mais beneficiados pelo programa (imagem 37). O discurso de ódio se distingue do ódio em si, pois não é voltado para um sujeito em específico, mas para características identitárias como raça, cor, gênero, etnia, nacionalidade, religião ou outras (WARNER, HIRSCHBERG, 2012, p. 19), sempre vistas por um viés depreciativo. Conforme Freitas (2017, p. 156), o discurso de ódio “[...] procura acentuar a inferioridade de seu alvo e o caráter inescapável de sua condição, naturalizada”, o que se difere do que alguns autores tem chamado de linchamento virtual, que não objetiva um modo de ser, mas uma ação ou comportamento que é moralmente reprovado.

Imagem 37 – Discurso de ódio.



Fonte: *Post* Revista *Veja*, 31 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10152887766950617. Acesso em: 14 jun. 2018.

Associado ao bolsa família (chamado de bolsa esmola – imagem 36 e 37), o discurso de ódio contra os nordestinos se articula no mesmo entendimento referente ao ódio contra o bolsa família. Os nordestinos, como grupo identitário, são compreendidos como ignorantes, sem cultura, pessoas que não tem acesso a um mínimo de informação, mortos de fome, logo, sujeitos que tendem a apoiar o bolsa família, ou seja, vagabundos, como se depreende a partir dos comentários de *Francisco* e *Eliane* (“*A maioria da população é ignorante, sem cultura, sem o mínimo de informação, principalmente os nordestinos mortos de fome, adeptos de algum tipo de bolsa emosa dos PTrálhas*”, afirma o primeiro; ao que a segunda responde: “*pior é que que esses nordestinos vem pra cá e exigem do governo paulista casa e td q puderem tirar do governo, às nossas custas q pagamos impostos e ainda falam mal de Sampa. Cambada de vagabundos*” – imagem 37). Esse discurso tende a reforçar estereótipos e estigmas sociais, alimentando um ódio contra o diferente, ao mesmo tempo em que retoma a culpabilização desse outro, reforçando a narrativa do dano comumente utilizada para justificar o ódio. O dano identificado e visto como causado pelo outro logo pode se converter em ódio, assegura Ahmed (2014, p. 42), explicando que esse mesmo ódio tem como objetivo a defesa contra a lesão que causou o dano. “Tais narrativas funcionam gerando um sujeito que é ameaçado por outros imaginários cuja proximidade ameaça não apenas tirar algo do sujeito (empregos, segurança, riqueza), mas tomar o lugar do sujeito” (AHMED, 2014, p. 43, tradução nossa⁷⁵).

Com efeito, aqueles que perpetraram o ódio ou o discurso de ódio colocam a si mesmos como as vítimas, pessoas que sofreram danos e que agora clamam por algo lhe é de direito,

⁷⁵ No original: “Such narratives work by generating a subject that is endangered by imagined others whose proximity threatens not only to take something away from the subject (jobs, security, wealth), but to take the place of the subject” (AHMED, 2014, p. 43).

como uma forma de justiça perante o mundo, o que sustenta suas perspectivas, mesmo que isso possa ocorrer através do redesenho dos fatos e se baseiem em argumentações que, para outros, podem soar contraditórias ou facilmente contestáveis. O ódio fomenta determinados posicionamentos, sempre marcando os aspectos críticos e danosos das relações ou pessoas que devem ser eliminadas, pois tais danos são sempre decorrentes de um “outro”. A causa dos problemas, é então, por essa perspectiva, a proximidade com esse “outro”, a fonte dos problemas, aqueles que são efetivamente culpados. Segundo Dunker (2017, p. 253), a emergência desse ódio está intimamente associado tanto aos acontecimentos ocorridos no Brasil desde 2010, se intensificando com as eleições de 2014 (o que se articula com os processos de crise), quanto com o rompimento dos pactos que recobriam experiências mais conflituosas, sendo um efeito ou reação colateral às demandas para dar conta dos novos traços identitários que insurgiram na cena pública (nova classe média, novos movimentos de direita e esquerda, movimentos feministas) etc. Os comentários descritos, interpretados e analisados explicitam bem isso, haja vista a formação de grupos identitários, assim como também demonstram que os conflitos e as emoções se expressam de forma performativa, ou seja, através do uso de métodos bem específicos.

Como pode se perceber pelas conversações analisadas, a raiva e o ódio estiveram mais presentes nos comentários da página da revista *Veja*, o que se justifica por lá também estar presente a maior parte dos conflitos (ver capítulo 2). Na *Carta Capital*, os comentadores, por vezes, chegam a problematizar o porque da raiva e do ódio quando se percebe a sua existência nos comentários (imagem 33 e 34), visando uma discussão livre de animosidades e percebendo essas emoções como prejudiciais ao debate político e ao próprio desenvolvimento da sociedade. Da forma que se expressa, a raiva e o ódio, especialmente esse último, demonstram uma articulação com uma outra emoção, especificamente quando se trata da culpabilização do outro e vitimização de si mesmo. Trata-se do ressentimento, emoção que ao contrário das outras citadas, não ousa dizer o seu nome (KEHL, 2015) devido ao fato de muitas vezes ser vista como muito mais negativa para a constituição do sujeito, suas subjetividades e relações sociais se comparado à raiva e ao ódio.

4.3 Uma emoção que não ousa dizer o seu nome: o ressentimento

Diferente da raiva e do ódio, que se expressam abertamente e muitas vezes se assumem enquanto tais, o ressentimento é uma emoção caracterizada pelo fato de ocupar e habitar espaços mais escusos, sendo raros os casos de sujeitos que se assumem como

ressentidos. Possuindo um caráter mais particular e introspectivo, a identificação do ressentimento se torna mais difícil, o que se complexifica ainda mais quando se quer diferenciar a raiva e o ódio do ressentimento. Em relação ao primeiro ponto, ao analisar alguns comentários, logo se percebem algumas das marcas do ressentimento como uma emoção que faz uso de algumas estratégias discursivas para não se nomear enquanto ressentimento, mas como uma busca por justiça. Já no que concerne a distinção entre a raiva, o ódio e o ressentimento, cabe lembrar a afirmativa de Jasper (2006) de que as emoções interagem umas com as outras de formas complexas. No entanto, buscando essas definições, ressalta-se que enquanto o ódio, entendido como ira radicalizada e continuamente realimentada e expressada, que pode ter a sua combustão quando eliminado o seu objeto, o ressentimento é colocado por Kehl (2015, p. 14) como a impossibilidade de se esquecer ou superar um agravo, em que o prefixo *re* indica o retorno da mágoa ou reiteração de um sentimento, estando relacionado não a uma vingança ou esquecimento efetivo de uma ofensa, muito menos na vontade de superá-la, tendo em vista que o sujeito ressentido não possui o poder de ação para tal, mas na reiteração ou continuação de uma emoção negativa, de uma raiva ou ódio que é recalcado, que não cede ou não é superado, constituindo no sujeito uma subjetividade pautada por um desejo de vingança que é sempre adiado, elemento que renova e atualiza o ressentimento, pois a vingança, mais uma vez, não foi possível devido a inexistência de uma ação política mais efetiva. A autora destaca ainda que o ressentimento pode ser constituído por mágoa não resolvida ou raiva não expressada, mas não deve ser confundida com essas emoções, pois a mágoa “[...] é a dor de uma ferida narcísica que ainda não deixou de sangrar” (KEHL, 2015, p. 25), ou seja, pode ser superada tão logo a ferida cicatrize; e a raiva, postula Kehl (2015, p. 26) possui um prazo de validade que pode encontrar resolução seja através da sua expressão ou na busca que o outro que a causou enfrente e sinta do mesmo mal. Nesse sentido, outras emoções podem ser “geradoras” de ressentimento, como as já citadas e, além delas, a inveja, o ciúme, o rancor, o desprezo, a humilhação etc.

Ansart (2001) indica que o ressentimento não pode ser definido exatamente como um sentimento. Kehl (2005, p. 163) reitera esse aspecto quando também afirma que o ressentimento não é tão somente um afeto, se tratando mais de uma constelação de afetos que despertam reações ambivalentes. Aqui, esses pressupostos são estendidos para a questão do ressentimento enquanto uma emoção, pois não se trata de uma emoção em si, já que se articula com a raiva e com o ódio. A distinção está no fato de que o ressentimento é marcado pela sensação constante de impotência, reiterando as diferenças em relação à raiva e ao ódio.

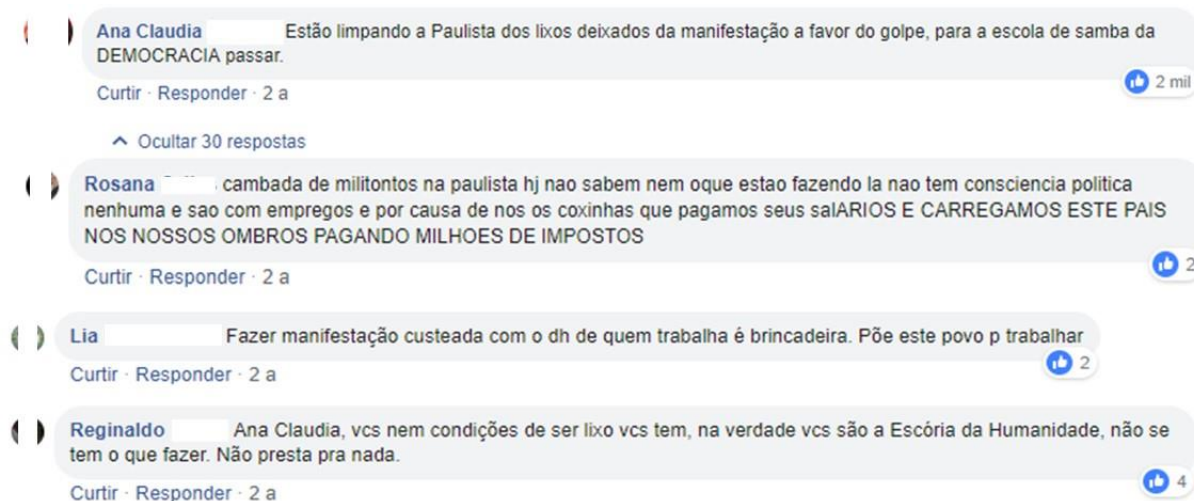
Nesse sentido, o ressentimento tem como peculiaridade a sua constituição como uma emoção que é reprimida e bloqueada por elementos como incapacidade ou medo, que retiram do sujeito o seu potencial político de ação, havendo, de sua parte, apenas reações, as quais possuem uma relação íntima com frustrações de forma reiterada. Ao buscar outras definições em autores como Nietzsche, Merton e Scheler, Moruno (2013) reafirma esses pressupostos, já que as conceituações desses autores reforçam o ressentimento como uma ruminação, inibido ou estado de impotência, sendo comumente associado às mulheres, que por muito tempo não puderam se exprimir através de emoções consideradas mais “explosivas”, como a raiva e o ódio.

Em Nietzsche (2017, p. 50), o ressentimento está associado a moral dos escravos, o que é articulado pelos valores impostos pelo cristianismo. Os escravos, diferentemente dos nobres, quando acometidos pela raiva se deixam apoderar pelos espíritos mais fracos. Para o autor, é na relação entre fortes e fracos, aristocratas e escravos, vencedores e derrotados que vai se desenvolver e se definir o ressentimento, de modo que enquanto os primeiros entregam-se de peito aberto à vida e assumem a responsabilidade por ela, os segundos, sempre temerosos e servís, apenas ruminarão suas ideias e projetos, o que efetivamente nunca poderá acontecer, pois o homem do ressentimento não possui poder de ação, sendo sua única *reação* o ato de ruminar continuamente sobre a sua posição considerada inferior ou de derrota. O ressentimento, para Nietzsche (2017), é, portanto, uma característica dos fracos, uma moral dos derrotados que não conseguem aceitar a sua condição de derrota (sempre atribuída a um outro e não a si mesmo), moral essa que foi criada pelos próprios homens, possuindo certo parentesco ou proximidade com a covardia e tendo como forte fator de impacto e impulsionamento para além do cristianismo, a domesticação dos cidadãos sob o julgo e a proteção da figura do Estado.

O sujeito ressentido sempre se vê como “bom” e “puro”, enquanto nos outros vê tudo aquilo que o oprime e fere. A lógica adotada pelo ressentido para lidar com esses outros, conforme Nietzsche (2017), não é se fortalecer e lutar, mas demandar que aquele julgado como seu opressor não seja forte. Em sua *Genealogia da moral*, Nietzsche (2017) não classifica os homens em bons e maus, mas em fortes e fracos, isto é, entre aqueles que lutam por aquilo que desejam e aqueles que se submetem ou ficam aguardando uma intervenção externa que os auxilie. O sujeito ressentido se encaixa nessa segunda concepção, indicando que a sua posição subjetiva, na visão do autor citado, é essencialmente passiva. De acordo com Nietzsche (2017), o ressentimento e o sujeito por ele acometido não possuem nenhum poder de ação, e a sua vingança imaginada é entendida como algo que deverá ser feita por

outros ou até mesmo por um Deus, desvelando um estado de espera que além de alimentar o ressentimento, aguarda pela ação de um outro na busca do sentido de justiça, já que o sujeito ressentido não tem o poder de ação ou a coragem para enfrentar o verdadeiro problema.

Imagem 38 – Ressentimento contra a esquerda (*Carta Capital*).



Fonte: *Post Revista Carta Capital*, 18 de março de 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/229151370439618_1094618213892925. Acesso em: 18 out. 2018.

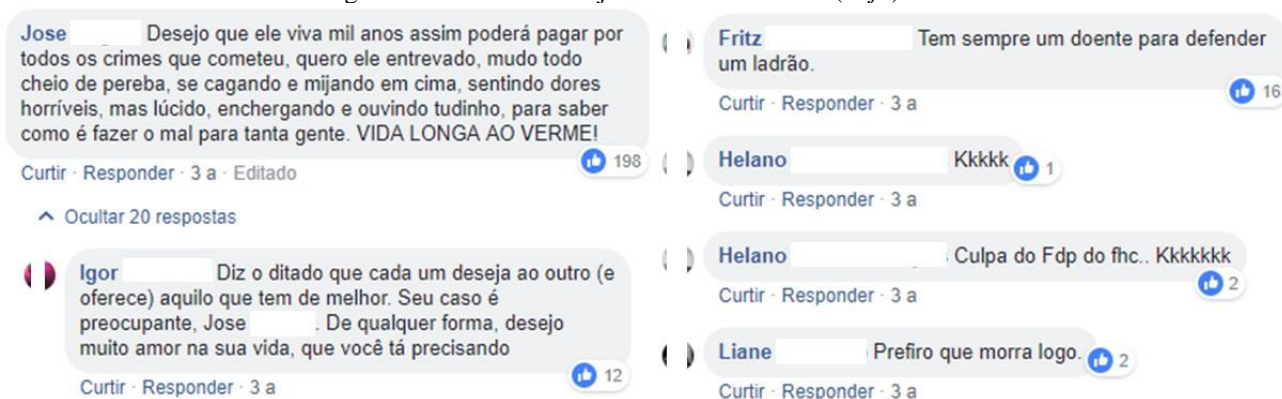
Semelhante ao que acontece com o ódio e a narrativa do dano, o ressentimento também atua com a percepção de que a culpa dos males que o seu sujeito enfrenta sempre está no outro, o que induz a produção de ruminções, isto é, reações que não possuem uma efetividade política, muitas vezes se tratando de reclamações ou acusações, como acontece com os comentários em postagem da *Carta Capital* em março de 2016, a qual anuncia que após manifestações pró-*impeachment*, a avenida paulista estava sendo limpa para receber outra manifestação, agora, contra o *impeachment* de Dilma Rousseff (imagem 38). Enquanto a comentadora *Ana Claudia* afirma que a limpeza realizada visa tirar o lixo deixado pelos que são a favor do golpe, o que abriria espaço para o desfile da democracia (percepção que carrega e explicita juízos de valores e posicionamentos políticos), outros comentaristas, respondem afirmando que é fácil fazer manifestações com o dinheiro dos outros que trabalham, os quais se colocam como os que “*carregam o país nos ombros*” e “*pagam milhões de impostos*”, como afirmado por *Rosana*, comentadora que explicita em sua resposta um posicionamento atravessado pelo ressentimento, pois em sua visão são pessoas como ela que contribuem para o desenvolvimento do país através do trabalho e dos impostos que pagam, destaca, enquanto outros, que não trabalham (aspecto que é reforçado pelo comentário de *Lia*) e só querem se beneficiar do governo, o defendem em meio a escândalos de corrupção (imagem 38). Essas respostas são carregadas de ressentimento no sentido de que em suas

construções discursivas, *Rosana* e *Lia* se colocam como aquelas que estão sendo prejudicadas mesmo estando em dia com as suas obrigações, e que a culpa por tal acontecimento (a crise e suas consequências) é, em suma, daqueles que estão indo se manifestar contra o *impeachment*.

Mais reações do que ações propriamente ditas, as respostas se constituem enquanto rumações, evidenciando uma posição que para as autoras talvez não se apresente como ressentida, mas mais como um senso de justiça. Mais do que a raiva e o ódio, que também são vistas como emoções que devem ser interdidas, o ressentimento parece o ser ainda mais. Conforme Kehl, “ninguém quer se reconhecer como ressentido; o ressentimento é condenado moralmente, tal qual a inveja, como uma disposição mesquinha. É um afeto que “não ousa dizer seu nome” (KEHL, 2005, p. 163). Se a raiva e o ódio são malvistas por serem consideradas emoções mais “baixas”, o ressentimento se camufla na ideia de que a sua não expressão atribui uma pureza moral ou nobreza de espírito para o sujeito. Nas conversações, a premissa da pureza moral que coloca alguns comentadores como vítimas e outros como culpados permanece, já o sentido de que o ressentimento não deve ser expressado parece perder espaço, pois são recorrentes nas conversações a presença de elementos que o indicam, mas sempre camuflado, de modo que enquanto em alguns momentos os comentadores reconhecem estar com raiva ou sentirem ódio, o mesmo não acontece com o ressentimento.

Assim como aconteceu em relação ao ódio e a raiva, o ressentimento também é uma emoção que nas conversações se expressam em direção a determinados personagens do período de crise política e econômica brasileira, especialmente Lula e Dilma, indicando mais uma vez a seletividade para se enxergar e vivenciar os acontecimentos em curso por determinados grupos de comentadores.

Imagem 39 – Lula como objeto do ressentimento (*Veja*).



Fonte: *Post Revista Veja*, 27 de outubro de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10153525502790617. Acesso em: 22 fev. 2018.

Em *post* de outubro de 2015 que enunciava sobre a passagem do aniversário dos 70 anos de Lula, bem como informava que o ex-presidente teria mandado cancelar comemorações, muitos comentários (imagem 39) expressaram raiva, ódio e ressentimento contra Lula, o que se estende em comentários de outras postagens de outros meses (imagem 40) compreendidos pelo recorte temporal investigado.

Imagem 40 – Lula como objeto do ressentimento (*Veja*).



Fonte: *Post* Revista *Veja*, 22 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10153692678445617. Acesso em: 14 nov. 2018.

Nos comentários desses *posts* (imagens 39 e 40), os sujeitos explicitam seu ressentimento contra Lula por mais uma vez o julgarem como um dos principais culpados pelo período de crise. Esse ressentimento atua por uma lógica que defende que Lula só pagaria verdadeiramente por seus “crimes” se vivesse muitos anos, contudo, que sua vida fosse marcada por patologias e dores muito difíceis de lidar (viver muito, porém “*ficar entrevado*”, “*cheio de perebas*”, “*se cagando e mijando*”, “*sentido dores horríveis*”), as quais devem ser experienciadas com total lucidez, pois só assim ele “*pagaria por todo o mal*” que fez à “*tanta gente*”, defende José (imagem 39). Atrelado à raiva, esse comentário é também carregado de ressentimento, principalmente pela sua construção metódica pautada em uma racionalização que expressa uma riqueza de detalhes que muitas vezes não são comuns quando da reverberação da raiva, que faz uso de métodos que possuem reflexividade, mas a partir de uma gramática demarcada pela urgência de se expressar o estado de cólera, o que reforça e indica o uso de métodos específicos para se expressar cada emoção, os quais contribuem para a sua performance.

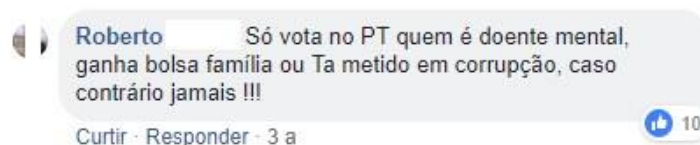
Semelhante ao desejo de José (imagem 39), também é o “*sonho*” de Márcia e Erika David (imagem 40) a efetivação da prisão de Lula, entendida como um modo da “*justiça ser*

feita”. As comentaristas destacam que se sentiriam realizadas se Lula fosse preso em uma cela comum, já que ele não possui ensino superior, adverte *Marcia*, colocando esse desejo como uma vingança, o que é subscrito por *Érica David*. Nesse caso, o ressentimento contra Lula reforça que a sua prisão se configuraria como uma vingança para essas pessoas que o enxerga como o grande algoz e culpado se não de todos, de quase todos os males que a população brasileira têm vivido. A seletividade novamente aparece, asseverando que tais comentários são mais rumações ressentidas sobre um personagem específico, não considerando que muitos outros já estavam envolvidos e sendo investigados por casos de corrupção, mas nem por isso foi desejado que eles tivessem o mesmo fim de Lula, o que reforça a premissa do ressentimento como uma reação, mas não uma ação voltada, de fato, para a mudança social e política.

Além disso, no comentário de *Marcia*, o ressentimento também expressa uma relação com o ódio de classe, pois se deseja que Lula seja preso e fique em uma cela comum devido ao fato dele não ter ensino superior. É possível, nesse sentido, que o fato de alguém considerado por muitos como analfabeto ter chegado ao cargo mais alto de uma nação (a Presidência da República) já dar margem, por si só, para reações ressentidas, já que se imagina que o lugar de alguém “mais preparado” ou com “ensino superior” está sendo tomado. Nas palavras de Kehl (2005, p. 164), “o que o ressentido cobra do mundo, com sua queixa repetida que na verdade não aceita nenhum desagravo, é a satisfação de um desejo diante do qual ele recuou (KEHL, 2005, p. 164). Por esse viés, ao invés de uma ação política para lidar com a situação de uma vez por todas, se tem reações ressentidas que deixam de lado outros envolvidos em casos de corrupção, favorecendo não uma mudança efetiva, mas apenas adiando a verdadeira mudança, elemento que não é, de fato, objetivo do sujeito do ressentimento.

Há, aí, uma espécie de covardia, a qual chega a se ofender com a “ousadia” daqueles que não partilham do mesmo pensamento, como acontece quando *Igor* responde ao comentário de *José* afirmando que cada um “*deseja ao outro o que tem de melhor*” (imagem 39), o que é entendido como uma ofensa por aqueles que tem o seu pensamento alinhando ao de *José*. Em relação a esses conflitos e, mais especificamente, a repetição e queixa contra um outro, Kehl (2005) destaca:

A repetição da queixa e da acusação contra um outro, supostamente responsável pelo prejuízo que sofreu, revela que ele não quer fazer justiça nem reparar o agravo. Na verdade, o ressentido tira alguma forma de prazer de seu lamento; a queixa funciona, ao mesmo tempo, como meio de gozo e



Fonte: *Post Revista Veja*, 01 de junho de 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/109597815616_10153199143465617. Acesso em: 20 jan. 2019.

Assim como em outros comentários já trazidos para análise sobre o bolsa família, no qual se procedeu análises sobre o ódio ou discurso de ódio que é direcionado ao programa, nas conversações em que os sujeitos se apresentam contrários a esse programa de distribuição de renda, se evidencia muito fortemente, de igual modo, a questão do ressentimento. Em *post* de junho de 2015 da revista *Veja* sobre o atraso do repasse de verbas para a gestão do bolsa família, a grande maioria dos comentários produzidos versaram acerca do desejo de que o programa realmente acabasse, indicando uma recepção positiva e até comemorando a informação que estava sendo noticiada, dando indícios do quanto tais posicionamentos são ressentidos, bem como indicando que, nesse caso, não bastou para os sujeitos ressentidos se satisfazerem com a notícia, no sentido de obter algum prazer pela vingança, realizada não por eles, mas por outros meios, havendo a necessidade também de expressar a manifestação do gozo sentido, como feito por *Jaqueline* (“*eu desejo mais PT na vida de quem votou nesse partido*” – desvelando ressentimento contra o partido, o programa social e os favorecidos), *Kleber* (que responde ao comentário de Jaqueline, reforçando sua declaração – “*uma maneira educada de dizer... vsf [...]*”), *Hermes* (“*é nós!*”), *Maria da Graça* (“*Gostei, kkkk*”), entre outros, indicando, mais uma vez, uma forma de identificação que tende a construir e fortalecer grupos.

Outros comentadores manifestam seu ressentimento pela premissa de que agora os “*bolsa esmola*” ou “*vagabundos*” terão que trabalhar (tal como os sujeitos ressentidos afirmam fazer), chegando inclusive a ofertar algumas possibilidades de trabalho as pessoas que deixarem de ser beneficiadas tendo em vista os cortes, como feito por *Tânia* (“*tou pagando o valor do bolsa família, por uma diária, pra fazer faxina ou lavar roupas. Perguntem se alguém quer trabalhar?*”), *Bruno* (“*QUE ÓTIMO AGORA VÃO TRABALHAR*”) e *Priscila* (“*vão ter voltar a fazer faxina, pedir emprego, vender coisa na rua, enfim, dar um jeito de se virar [...]*”), que após dar algumas “*dicas*” para que os sujeitos possam se “*virar*” sem o bolsa família, ainda diz que não julga as pessoas que são beneficiadas pelo programa, mas o governo que nunca quis resolver o “*problema*” direito (imagem 41).

A expressão do ressentimento nesses comentários se dá pela percepção de que outras pessoas são mais beneficiadas por receberem o bolsa família, o que se apresenta especialmente pela visão de que com os atrasos e cortes as pessoas agora terão, obrigatoriamente, que trabalhar para sobreviver, bem como pela sugestão de novos postos de trabalho, os quais, vale ressaltar, parecem buscar colocar os sujeitos favorecidos pelo bolsa família em seu “devido lugar”, já que as funções indicadas são aquelas historicamente ocupadas pelas classes menos abastadas, o que retoma a questão do ódio de classes já mencionado anteriormente, bem como a discussão sobre o ranço classista (RIBEIRO, 1995), o qual, como se percebe agora, também é perpassado pelo ressentimento. Sobre essa discussão, Kehl (2015, p. 303) propõe que o ressentimento viceja entre grupos ou classes que perderam seus privilégios históricos. Avaliar que outros não possuem as mesmas obrigações ou horários de trabalho, como acontece nos comentários, é um dos elementos que constitui o ressentimento, como se um outro estivesse sendo mais beneficiado e, por isso, estivesse se aproximando do mesmo patamar dos que trabalham, sem nenhum esforço para tanto, é um aspecto que quebra um pacto por tanto tempo instituído e que na visão de alguns, era sinônimo de estabilidade e prosperidade. Por esse viés, entende-se as motivações pelas quais o bolsa família é colocado como objeto de ódio e ressentimento.

O ressentido é um sujeito nostálgico, sugere Kehl (2015; 2005), é alguém que busca reestruturar a realidade a partir dos aspectos que julga ter perdido e que davam sentido a sua existência, percepção que se articula com a necessidade de se colocar as peças do jogo social brasileiro em seus respectivos lugares, como é sugerido pelos comentários analisados. No entanto, o ressentido se esquece que está em busca de um mundo que já não existe mais, o que não parece ser o suficiente para que ele pare de produzir rumações neste sentido, implicando, de certo modo, na persistência do sofrimento e, por outro lado, na atribuição a um outro, da responsabilidade por aquilo que faz o sujeito se ressentir e sofrer. Mais uma vez, se tem a lógica de uma responsabilidade que é delegado a um outro, a quem se pode culpar caso venha a fracassar, realimentando o ressentimento, que sempre é marcado por argumentos que se colocam como cobertos de razão.

A impossibilidade de esquecer o agravo passado é outra característica do ressentimento, que não é uma emoção que produz ou que tem a sua existência em um curto espaço de tempo. O ressentimento vai se constituindo e sendo tecido pelas vivências e experiências do sujeito, o qual não consegue se ver livre dessa emoção pela ausência de ações efetivas para lidar com a questão. O que se tem, são mais reações esporádicas que nunca enfrentam verdadeiramente o problema, por isso o sentido de uma vingança que é sempre

adiada, assim como o fato de estar associada a uma moral dos fracos, daqueles que não conseguem lidar e superar suas próprias questões (KEHL, 2015; 2005; NIETZSCHE, 2017).

A memória de seu sofrimento é o aspecto que alimenta o sujeito ressentido (ANSART, 2001; KEHL, 2015), evocando as vivências e experiências já passadas, mas ainda não superadas, produzindo novas ruminções e atualizando os desejos de vingança. No ressentimento, não há a intenção de se esquecer ou perdoar, pois, como assevera Kehl, “o ressentido não é alguém incapaz de se esquecer ou de perdoar; é um que não quer se esquecer, ou que *quer não se esquecer*, não perdoar, nem superar o mal que o vitimou” (KEHL, 2015, p. 14. Grifos da autora), de modo que o ressentimento passa a compor a própria identidade e estilo de vida de seu sujeito. O ressentido sofre com uma dificuldade que atua na reiteração de suas memórias que reforçam o seu lugar de vítima e a culpa de um outro, ressaltando que o ressentido não luta tanto para recuperar aquilo que possa ter perdido, mas, mais do que isso, para que o outro reconheça o mal que lhe fez (como nos comentários – imagens 39 e 40 – que coloca a necessidade de Lula viver muito, mas desde que seja nas piores condições, para poder perceber o mal que fez à população; o que também é desejado, de modo diferente, para os favorecidos do bolsa família – imagem 41 – quando se sugere alguns trabalhos determinados para que eles experimentem e reconheçam o verdadeiro valor do trabalho daqueles que “pagam” o seu benefício).

Os autores que discutem sobre o ressentimento (ANSART, 2001; KEHL, 2005; 2015; NIETZSCHE, 2017) indicam que a sua constituição e circulação se dá, principalmente, nas sociedades mais democráticas, onde a tutela do Estado se coloca como responsável pela vida de sua população. Nesse contexto, o ressentimento surge como uma reação às promessas não cumpridas, ou seja, quando há uma quebra das premissas que se colocavam como responsáveis pela proteção e reconhecimento dos esforços e valores dos sujeitos. Isso não quer dizer que a origem ou surgimento do ressentimento está no Estado, mas que está articulado à determinados modos de tutela e governo, os quais acabam por diminuir o poder de ação dos indivíduos nas sociedades. “A tutela da Igreja e a proteção do Estado enfraquecem os homens, que passam a esperar que venha sempre de um Outro, mais poderoso e mais forte, a satisfação que lhes foi prometida” (KEHL, 2005, p. 166). Tal pressuposto é reforçado pelo fato de que, não por acaso, o ressentimento só foi tomado como objeto de reflexão filosófica a partir do século XIX, quando os modos de vida explicitados já estavam mais fortalecidos, o que indica que a própria estrutura das sociedades passaram a ser forjadas pelo ressentimento, o que não se observa, segundo Kehl (2015) em outros modelos de sociedade, como a de castas, onde a tradição implica na constituição de valores já

estabelecidos, ditando o lugar dos cidadãos a partir de sua origem de sangue ou segundo outros critérios, os quais não dão aberturas para outras promessas.

Frutos de formas determinadas de sociedade, o sujeito do ressentimento não lida diretamente com as promessas não cumpridas, como acontece com os sujeitos da raiva, e os seus impulsos de revolta dão lugar a ruminções ressentidas. O ressentimento produz ações reativas, propõe os autores já citados. Contudo, a visão do ressentimento como uma emoção que é despida de ação política cabe alguns questionamentos, tendo em vista a recorrência dessa emoção nos comentários, os quais indicam algumas transformações, como o fato de expressar essa emoção no espaço público ou propor alguns modos de ação. Isso não quer dizer, ainda, que uma ação política mais eficaz está se estabelecendo, apontando apenas outros modos de orientação se comparado ao que postulam os autores aqui mencionados.

No Brasil, a expressão da raiva, do ódio e do ressentimento indicam transformações radicais para os modelos de sociabilidade e para os próprios modos de se pensar sobre o Brasil e os brasileiros, haja vista o fato do país ser tradicionalmente lembrado como uma nação acolhedora, cordial, alegre, aberta as diferenças e não afeita aos conflitos. O contexto da crise política e econômica brasileira parece ter dado margem para outras emoções (a raiva, o ódio, o ressentimento), as quais, vale ressaltar, não se acredita que eram inexistentes, mas relegadas a um lugar que estava fora do campo de visão. A produção e circulação dessas emoções tem promovido mudanças em torno dos imaginários sociais, estabelecendo embates e indicando contradições, fatores que podem revelar muito sobre a sociedade brasileira no tempo presente, considerando, como postulam Clarke, Hoggett e Thompson (2006, p. 4, tradução nossa⁷⁶), que as emoções “[...] podem ser fontes de informações valiosas sobre nós e o mundo ao nosso redor”. Com o objetivo de melhor entender a produção e circulação dessas emoções e, mais especificamente, quais mudanças possibilita para a sociedade, no tópico seguinte será discutido sobre quais imagens e imaginários vem sendo construídos para o Brasil nesse cenário.

4.4 Brasilidade em crise e emergência de outros sentidos

Em tempos de crise, quando o horizonte de certezas se abala e os sujeitos são obrigados a enfrentar mudanças, o campo das emoções parece passar por um processo de

⁷⁶ No original: “[...] emotions may be located in the body, they are not merely brute sensations like toothache. Instead they may be sources of valuable information about us and the world around us” (CLARKE, HOGGETT, THOMPSON, 2006, p. 4).

convulsão e reordenamentos. Refletindo sobre os momentos de ruptura, Safatle (2016, p. 16) assinala que “[...] quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos”. É válido salientar que as outras formas de circulação e agenciamento não fica restrito aos afetos, mas se estendem aos modos de sentir e se produzir as emoções, fenômenos que tem os seus regimes ou padrões abalados e reordenados quando da ocorrência de determinados acontecimentos, como é o caso do *impeachment* e da crise política e econômica brasileira no contexto brasileiro.

Analisando as conversações produzidas no espaço dos comentários das revistas *Veja* e *Carta Capital*, isso se apresenta de modo enfático. Nelas, o imaginário de um país não afeito aos conflitos, alegre e cordial é quebrado, já que emoções como a raiva, o ódio e o ressentimento têm preponderância. Pode-se questionar, todavia, que o *corpus* investigado se trata de um pequeno recorte da realidade, de modo a não corresponder a um horizonte mais amplo sobre as emoções que vem se constituindo e circulando no país. No entanto, quando articulado a outros acontecimentos recentes, se percebe que os conflitos e os vínculos emocionais apresentados nas páginas das revistas não se tratam de um fenômeno isolado. A denotação conflituosa e a reverberação de emoções convencionalmente classificadas como “negativas” têm se tornado habituais e ganhado o espaço público na história recente do Brasil, através, principalmente, das redes sociais. Não são raros, dessa forma, casos de intolerância religiosa⁷⁷, racial⁷⁸, de gênero⁷⁹ e étnica⁸⁰, os quais possuem relações diretas com as emoções aqui destacadas. Além desses, é válido citar outros três acontecimentos recentes que demonstram além de uma forte onda conservadora, a intensa presença da raiva, ódio e ressentimento como aspecto constituinte da subjetividade de uma parcela da população brasileira. O primeiro caso diz respeito a realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014 e as

⁷⁷ Menina de 11 anos é apedrejada na cabeça após festa de candomblé - <https://extra.globo.com/casos-de-policia/vitima-de-intolerancia-religiosa-menina-de-11-anos-apedrejada-na-cabeca-apos-festa-de-candomble-16456208.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

⁷⁸ Maria Júlia Coutinho, a Maju, é vítima de comentários racistas no Facebook - <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/07/maria-julia-coutinho-maju-e-vitima-de-racismo-no-facebook.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

⁷⁹ Maioria diz que mulher com roupa curta ‘merece’ ser atacada, diz IPEA - <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/27/maioria-diz-que-mulher-com-roupa-curta-merece-ser-atacada-aponta-pesquisa.htm>, acesso em: 22 jun. 18; Levantamento aponta recorde de mortes por homofobia no Brasil em 2017 - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁸⁰ Homem ataca haitiano que trabalha em posto de gasolina - <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/videos/rs-homem-ataca-haitiano-que-trabalha-em-posto-de-gasolina.7863115.html>, acesso em: 12 jun. 2018; Governo de Roraima pede ao STF para fechar fronteira com a Venezuela e impedir entrada de imigrantes - <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-de-roraima-pede-ao-stf-para-fechar-fronteira-com-venezuela-impedir-entrada-de-imigrantes-22587813>, acesso em 12 jun. 2018.

Olimpíadas de 2016 (ambos os eventos realizados no Brasil). A realização desses jogos foi palco para a expressão de emoções das mais variadas, porém, as que ficaram marcadas e ganharam a imprensa internacional foram as que vociferaram raiva, ódio e desrespeito, como o que aconteceu com a vaia e execração da presidenta Dilma Rousseff quando da abertura da Copa⁸¹, ou quando as Olimpíadas de 2016 ficaram conhecidas como as “olimpíadas da vaia”, devido ao constante uso desse artifício pelos torcedores para desestabilizar os atletas de outros países, especialmente quando concorriam com brasileiros, bem como ferramenta utilizada simplesmente para demonstrar antipatia por outros⁸².

O segundo caso remete ao falecimento da ex-primeira dama Marisa Letícia, esposa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 03 de março de 2017. A morte de Marisa, 66 anos, após AVC (acidente vascular cerebral) foi amplamente acompanhada e divulgada pela mídia, bem como comentada nas redes sociais. Um aspecto sobre o seu falecimento que chama a atenção e revela bastante dos tempos atuais foi a existência de torcida para a sua morte, até mesmo por parte de médicos do hospital em que ela foi tratada, assim como a sua comemoração quando o fato efetivamente ocorre, por meio de comentários em sites de notícias ou redes sociais⁸³, asseverando o intenso ressentimento que vem se firmando como marca da cultura e política contemporânea, como assinalado por Medeiros (2017) quando da análise deste caso.

Por último, destaca-se a visita da filósofa Judith Butler ao Brasil, em novembro de 2017, quando foi recebida com forte intolerância e até chegou a ser agredida no aeroporto quando já deixava o país⁸⁴. Na frente do SESC Pompéia, onde a filósofa palestrou sobre democracia, uma boneca com seu rosto foi queimada aos gritos de “queimem as bruxas” por parte de manifestantes que a acusavam de promover o aborto, a chamada ideologia de gênero, entre outras questões igualmente controversas. É certo que esses eventos são múltiplos e possuem vieses distintos, porém, partilham modos similares de ação. Ao mesmo tempo, na contramão dessas ocorrências, outros movimentos em defesa de direitos ou apoiando ações

⁸¹ Ver mais em: Lições do “Ei, Dilma, vai tomar...”, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/licoes-do-201cei-dilma-vai-tomar.201d-8226.html>, Acesso em: 08 jun. 2018 e em “Dilma, a vaia e o feminino” – disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/23/opinion/1403530401_546369.html. Acesso em: 12 jun. 2018.

⁸² O comitê olímpico internacional chegou, inclusive, a pedir aos brasileiros que parassem de vaiar estrangeiros. Mais informações em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/08/olimpiada-da-vaia-atletas-entre-critica-e-aceitacao-postura-do-publico.html> ou <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/atletismo/noticia/2016/08/thiago-braz-retorna-ao-engenhao-e-recebe-medalha-de-ouro.html>. Acesso em: 08 jun. 18.

⁸³ Mais informações: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/02/medicos-comemoram-e-satirizam-morte-de-dona-marisa-leticia.html>. Acesso em: 18 jan. 2019.

⁸⁴ Mais informações: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/judith-butler-11-tiros-no-rosto-aborto-e-a-semana-no-patriarcado-do-brasil>. Acesso em: 14 dez. 2017.

que preservem o sentido do comum também tem se espalhado, entretanto, ainda são vistos como incipientes em meio as ondas de intolerâncias que se (re)produzem a cada dia.

Quando relacionados à análise aqui proposta, esses diversos acontecimentos demonstram que a emergência de comentários conflituosos e a expressão de emoções dissonantes com as comumente associadas ao Brasil e aos brasileiros não é uma exclusividade de um momento específico ou de uma página vista como conservadora, mas sinais de processos mais amplos que direcionam reconfigurações em torno do Brasil e de seu povo, assim como as suas formas de sentir e expressar emoções. Os acontecimentos recentes ocorridos em território brasileiro vêm demonstrando a constituição de um momento histórico singular para se repensar e problematizar alguns dos elementos concernentes à cultura, identidade e, ainda, às emoções em voga no Brasil contemporâneo, quando irrompem discursos e narrativas que vem alterando ou lançando luz sobre determinadas relações de convívio sociais, nas quais o conflito se sobressai, ocasião em que outras reflexões sobre o Brasil e os brasileiros emergem.

Antes de se adentrar nessas discussões com vistas a melhor entender as transformações mencionados, acredita-se que é de grande importância, antes, se discutir sobre quais modelos e quais relações sociais estão em processo de mudança, motivo pelo qual no subtópico a seguir se discute acerca das imagens e imaginários que foram construídos em torno do Brasil e dos brasileiros durante anos, para, em seguida, continuar com a análise efetiva dos comentários e emoções que vem indicando algumas reconfigurações.

4.4.1 Imagens e imaginários do Brasil: revisitando conceitos

Comumente são atribuídas a identidade cultural brasileira características que tem se cristalizado nas imagens e imaginários sobre o país, construindo um sentido de brasilidade marcado pela visão de uma nação de povo alegre, cordial, acolhedora, entre muitos outros aspectos, os quais serão aqui brevemente discutidos com o intuito de fornecer pistas de leitura para a análise e interpretação dos comentários dos *posts* das revistas *Veja* e *Carta Capital* durante os anos de 2015 e 2016, atentando para as possíveis mudanças ou contradições que apontam acerca da identidade cultural brasileira nos tempos correntes, sobretudo no Brasil em tempos de crise política e econômica.

Conforme Ortiz (2006, p. 138) “a identidade nacional é uma entidade abstrata e como tal não pode ser apreendida em sua essência”, fator demonstrativo de que toda identidade se trata de uma representação, não sendo um dado concreto ou que possa ser elucidado ou

descoberto. Neste sentido, segundo o autor, o que se tem sobre a identidade cultural brasileira seriam mais representações simbólicas do que seria o país e os seus habitantes, uma construção social e histórica que passa a desempenhar formas de distinção entre o que é e o que não é ser brasileiro. Ainda, de acordo com Ortiz (2013, p. 609), a indagação “quem nós somos?” pode receber diferentes respostas dependendo da inclinação teórica, dos posicionamentos políticos e ideológicos e do contexto sócio histórico de quem responde. Todavia, alguns adjetivos sempre são retomados, reforçando o ideal do brasileiro como um povo festivo, aberto às outras culturas, afável etc.

Em seus trabalhos, Sérgio Buarque de Holanda (1995) dirá que o brasileiro é “cordial”, “aventureiro”, bem como “inclinado à desordem”. Ele também atesta que se trata de um povo que possui qualidades como a “bondade”, a “emotividade”, que foge dos conflitos diretos, que tem horror às distâncias; privilegiando ideias ligadas à afetividade – o acolhimento, relações baseadas no toque, nomes que são colocado no diminutivo –, refletindo também certa “tolerância” no que concerne às diferenças, haja vista o processo de miscigenação na construção do próprio país. O homem cordial é, inclusive, na visão de Holanda (1995, p. 146) uma contribuição brasileira para a civilização, avaliando que “a lhanheza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro [...]” (HOLANDA, 1995, p. 146). Não obstante, o autor ressalta que “seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante [...]” (HOLANDA, 1995, p. 146). A percepção de homem cordial se mostra, assim, como um ideal sociopsicológico do brasileiro, bem como de suas sociabilidades. O sentido de cordialidade no trabalho de Holanda (1995) não diz respeito a uma generosidade, inocência ou gentileza, mas visa explicitar como característica de um povo a sua sociabilidade pautada pelos sentimentos em primeiro plano.

Em um ambiente de instabilidades institucionais ou normativas, por exemplo, o homem cordial agiria no sentido de pacificar os conflitos, utilizando de lhanheza, reduzindo as diferenças e convertendo desconhecidos em amigos, a partir da interpretação dos benefícios e retribuições que isto poderia vir a ter. Nesse sentido, a cordialidade também atravessa um misto de esperteza e hipocrisia, porque, de fato, o sujeito se esconde nela para evitar confrontos, sejam eles políticos ou sociais. O homem cordial tem a sua expressão baseado em princípios emotivos, busca estabelecer relações de proximidade e pessoalidade, não agindo com cerimonialismo, mas a partir de impulsos de ordem afetiva. Ao mesmo tempo, também não é afeito às normas, ordens ou leis de caráter coletivo, sempre buscando por meio da sua

cordialidade superar estes fatores. Outrossim, a cordialidade estaria presente na própria essência dos brasileiros como parte constitutiva de sua identidade cultural, estando também sempre presente enquanto aspecto da memória coletiva de seu povo.

Os afetos, as emoções e os sentimentos são elementos recorrentes na construção dos sentidos sobre o Brasil e os brasileiros, os quais parecem sempre ser exacerbados quando comparado a outras nações. Seguindo esta prerrogativa, em trabalho de Freire Filho (2015, p. 406), é demonstrado o quanto a alegria se consolidou, especificamente a partir de 1930, como um componente marcante da *brasilidade*, sendo, conforme o autor, um aspecto decantado em prosa e verso e sempre enaltecido pela propaganda publicitária e por turistas saudosos. No entanto, Freire Filho (2015) já assinalava que alguns acontecimentos vinham demonstrando mudanças nos estados de ânimo dos brasileiros, como as jornadas de junho de 2013. Mesmo assim, reforça que historicamente a alegria é um traço constitutivo da identidade cultural brasileira, uma das bases da formação de seus imaginários.

Motivo de orgulho patriótico, a *típica alegria dos brasileiros* foi captada e cristalizada em um singelo conjunto de imagens, ritmos e símbolos: os saracoteios do samba na Sapucaí; as ruas ocupadas por foliões eufóricos e irreverentes; garis que removem os restos da festa, bailando felizes da vida; a descontração desnuda nas praias; o jeito lúdico de praticar e de apreciar o futebol; a forma risonha ou gaiata de aguentar o fardo de uma rotina de trabalhos estafantes e de direitos precários (FREIRE FILHO, 2015, p. 402).

Como visto, a alegria cristalizou-se como um elemento central da brasilidade, mesmo em cenários marcados pelo exercício da atividade laboral ou de dificuldades extenuantes, favorecendo de forma incisiva a constituição de ideais cercados de positividade. Todavia, alguns teóricos problematizaram esse excesso de positividade, como Darcy Ribeiro (2008, p. 21) com sua admiração em torno dessa expressiva alegria: “não sei por que tanta alegria, se metade desse povo passa fome”, afirmou o autor, que vê na intersecção das matrizes indígena, portuguesa e africana o estabelecimento de um caldeamento cultural que resultou em um “povo novo” totalmente aberto para o futuro (RIBEIRO, 1995).

Estas características e particularidades sobre o Brasil e o seu povo compõem na visão de Souza (2015, p. 48) a tese da “singularidade cultural”, isto é, a premissa de um povo que possui características únicas e inigualáveis. Assim posto, torna-se uma “segunda pele” para todos que aqui vivem, através de combinações múltiplas e heterogêneas que, mesmo em meio às diferenças, demonstrariam uma coerência ou sentindo em comum.

Souza (2015, p. 49) afirma que essa singularidade e coerência em meio às diferenças emerge principalmente a partir da ideia do Brasil pautada no encontro de raças, o que passa a ser visto como “virtude cultural”, sobretudo, após os trabalhos de Gilberto Freyre (2005), desenvolvidos durante o século XIX e com ressonâncias até os dias de hoje. Souza (2015) assevera que por muito tempo a miscigenação foi vista como um defeito a ser superado pelo Brasil. Entretanto, com a obra de Freyre (2005) construiu-se um sentido positivo sobre isso, favorecendo a emergência da ideia do vínculo afetivo do brasileiro, bem como de sua tolerância e abertura cultural, pois, como poderia ser empiricamente comprovável, a existência de pessoas com diferentes matrizes culturais que perambulavam pelas ruas não era motivo de conflito, revelando uma capacidade de articular e unir aspectos contrastantes, o que não deveria ser pretexto de vergonha, mas de orgulho, assegura Souza (2015) em suas análises da obra de Gilberto Freyre.

O elogio da unidade, da homogeneidade, da “índole pacífica do povo brasileiro”, do encobrimento e da negação de conflitos de toda espécie, assim como, no outro polo, a demonização da crítica e da explicitação de conflitos e das diferenças, ganham, a partir desse contexto discursivo e até nossos dias, sua articulação e legitimação máximas (SOUZA, 2009, p. 38).

Este ponto de vista, assinalado pelo viés positivo e de tolerância, caiu como uma luva para os interesses do governo de Getúlio Vargas e sua política industrializante (SOUZA, 2015, p. 50), já que a miscigenação atuava a partir de então como redutora das diferenças e fortalecia as percepções de calor humano, hospitalidade, cordialidade e tolerância do Brasil e de sua gente, a ponto de, em muitos momentos, ser uma “evidência não passível de discussão”, algo como uma “segunda natureza” vinculada a identidade de todos os brasileiros (SOUZA, 2015, p. 50). Em vista disso, constrói-se o que o autor passa a denominar de “mito nacional” (SOUZA, 2009, p. 29), forma moderna de constituição de todas as nações. Este mito objetiva um sentimento de pertencimento e solidariedade coletiva, através da busca por uma unidade que mesmo diante das diferenças, possa assegurar o compartilhamento de uma mesma narrativa que deverá ser internalizada como algo em que o sujeito brasileiro, no caso, se reconhece e se torna indissociável de sua personalidade. Por conseguinte, também deverá haver o sentimento de unidade na partilha de um mesmo destino.

Arelado às características até aqui mencionadas, a solidariedade e tolerância entre raças e culturas pode, segundo o discurso oficial (do Estado) e publicitário (midiático) ser visto nas ruas brasileiras a olho nu. Estes discursos também passam a ser reproduzidos nos livros didáticos, nos quais tais ideias sempre são reforçadas pelos seus conteúdos, motivando

comemorações romantizadas de datas como o descobrimento (22 de abril), a Independência (7 de setembro) e Proclamação da República (15 de novembro), celebrações que exacerbam a singularidade nacional e encobrem possíveis contra discursos que deslegitimem este ideal de brasilidade. Nas vezes em que isso acontece, é comum se ouvir, como aponta Souza (2009, p. 39) discursos de auto complacência nos quais se diz: “[...] tudo bem, temos lá nossas mazelas, nossos problemas, mas nenhum povo é mais caloroso, simpático e sensual neste planeta”.

Todas estas imagens e imaginários integram a identidade cultural brasileira e foram se constituindo ao longo da história e suas descontinuidades. A circulação destas ideias e ideais se dá de múltiplas formas, especialmente por meio dos discursos institucionais e midiáticos. Contudo, na contemporaneidade, verifica-se a irrupção acentuada de comportamentos, sociabilidades e subjetividades que, a partir de determinadas práticas sociais, vem produzindo discursos que contradizem os modelos de brasilidade ora apresentados, como acontece quando da análise dos comentários que compõem a empiria desta tese.

4.4.2 As emoções no/do Brasil contemporâneo

Considerando o caráter ininterrupto das formações sociais com seus acontecimentos e relações diversas, compreende-se o quanto cultura e sociedade não são fatos dados em si mesmo, muito menos estáticos, como já apontado inúmeras vezes pela teoria sociológica. Os primeiros sinais da mudança são indicados por pequenas fissuras que vão dando passagem ao novo e, muitas vezes, imprevisível. Com isto, disputas vão se formando, sobretudo no que concerne as práticas e os seus sentidos. No Brasil contemporâneo, entre os muitos embates que tem emergido, há um que diz respeito à própria sociabilidade de seu povo. Aqui, esse aspecto pode ser observado quando se analisam os comentários, já que as trocas ali presentes contradizem a visão de que “a aversão ao conflito seria o núcleo da “identidade nacional”” (SOUZA, 2009, p. 39) brasileira.

A mitificação do Brasil e de seu povo com base no afeto e acolhimento ainda se mostra como parte dos discursos postos em circulação sobre a brasilidade, mas outros vêm tendo a sua emergência, como mostram os comentários até aqui analisados. Tal questão tem preponderância em alguns momentos específicos, especialmente quando reflete acontecimentos de grande importância para a vida política brasileira, como aconteceu, para além dos comentários já analisados, nas conversações referentes ao *post* da *Veja* de agosto de 2016, mês em que a deposição de Dilma foi votada e definida no Senado Federal. Como resposta ao *post* que trazia o enunciado “*Maduro rompe relações com Brasil e chama*

embaixador de volta após impeachment”, a grande maioria dos comentários agradecia o desligamento de nações como a Venezuela e Equador com o Brasil e pedia que os seus embaixadores voltassem, de fato, aos seus países de origem, argumentando que o Brasil não estava perdendo nada, o que aponta contradições e modificações em torno da identidade cultural brasileira.

Imagem 42 – *Impeachment* e emergência de outros modos de pensar o Brasil.



Fonte: *Post Revista Veja*, 31 de agosto de 2016. Disponível em:
<https://www.facebook.com/Veja/posts/10154225344015617>. Acesso em: 14 nov. 2018.

Como pode ser visto (imagem 42), os comentários trazem consigo posições que contradizem explicitamente a visão do Brasil como um país de gente afável, que preza pelas relações interpessoais ou que não é dado aos conflitos e embates diretos, aspectos que já vinham sendo indicado pelos outros comentários até aqui analisados, mas não de maneira tão contundente. Nas práticas discursivas expostas, o que se percebe é a ausência de abertura para o diálogo ou, mais ainda, a inexistência da premissa de cordialidade elencada por Holanda (1995). Deste modo, revelam-se incongruências no que diz respeito aos discursos tradicionais, alicerçados em etnométodos que pressupunham uma afabilidade relacionada ao país e ao seu povo, quando o que se identifica nas conversações trazidas para reflexão são outros métodos culturais utilizados pelos indivíduos para se expressar, os quais denotam raiva, ódio e ressentimento, pautados especialmente nos embates e conflitos e utilizados estrategicamente com vistas a reduzir o outro.

O litígio e a não cordialidade dos comentadores foi estendida, inclusive, a países que ainda nem tinham se pronunciado sobre o *impeachment*, como Cuba, Bolívia e Uruguai, que antecipadamente também foram aconselhados a seguir o exemplo da Venezuela e Equador. Contrariando a suposição do país da alegria, o que se notam nestas conversações são emoções que dão sustentação a xingamentos e julgamentos que são ecoados nos comentários: “*leva o embaixador e devolve o dinheiro que roubaram do Brasil, palhaço*”; “*o nosso vizinho mais imbecil rompendo relações conosco. Só tenho pena do povo venezuelano obrigado a aturar esse tiranete*”; “*já vai tarde*”; “*é tudo que eu queria*”; “*leva a Dilma e uma galera de amigos*”, além de comentário marcados pelo riso sarcástico: “*Estou tão triste que nem me contento nas GARGALHADAS..... hehehehehe*”. Esses comentários e seus respectivos posicionamentos desvelam entrelaçamento entre as emoções e a política, elementos enredados que parecem tecer a complexidade dos agenciamentos que vem se estruturando na vida comum dos brasileiros. As emoções e os posicionamentos políticos em voga indicam especialmente a vociferação de entendimentos que buscam diminuir e se diferenciar do outro, no caso, os presidentes, os países citados e os seus povos.

Esses posicionamentos dizem bastante sobre o quanto a identidade cultural brasileira, construída a partir de narrativas baseadas na afetividade e positividade, está em um momento de recomposição e/ou problematização. Tomando a noção de condições de possibilidade de Foucault (2013) para entender essas alterações, reconhece-se que se trata de um momento de ruptura com os discursos tradicionalmente legitimados, uma descontinuidade da história

frente aos discursos lineares em que se baseiam os sentidos de brasilidade. As rupturas indicam quebras, o estabelecimento de cesuras, e são nestes instantes que os discursos outros surgem e passam a ter vazão, a partir de condições de possibilidades histórias e sociais dadas (FOUCAULT, 2013), algumas das quais já foram citadas quando da análise de alguns fatores que podem ter possibilitado a crise política e econômica brasileira.

Imagem 43 – *Impeachment* e emergência de outros modos de pensar o Brasil.



Fonte: *Post Revista Veja*, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/Veja/posts/10154225344015617>. Acesso em: 14 nov. 2018.

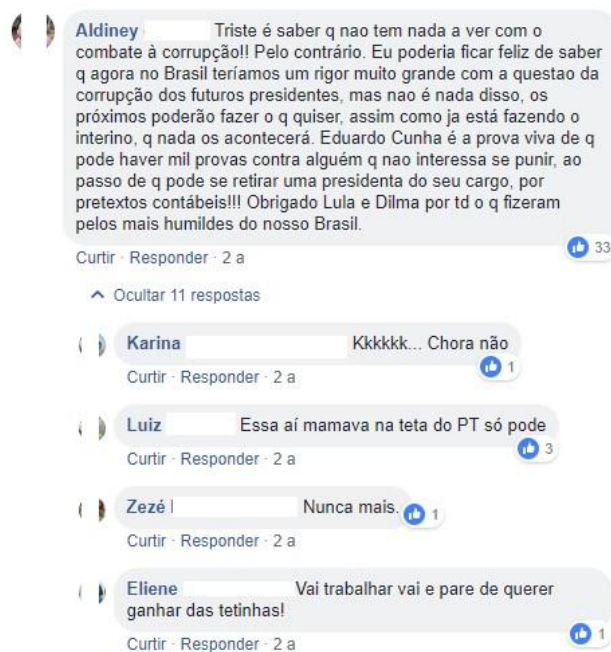
“*Se é por falta de adeus [...]*”, “*maldito [...]*”, “*tchau querido*”, “*[...] mande ele levar a bandilma também*”, “ *vamos cortar o suprimento de papel higiênico, aí quero ver ele continuar com erra birra*”, “*a nação brasileira só está recebendo notícias boas*”, “*tem mais embaixador para ir embora devolva o \$\$\$\$\$ antes de sair*”, enunciados produzidos e com grande respaldo nas respostas que recebe na página do *facebook* da *Veja* são ocorrências que expõem o quanto o conflito no Brasil já não se trata mais de uma questão interna, com comentadores discutindo entre si sobre os problemas locais, tendo agora ganhado outros territórios, se ampliando para outras dimensões, demonstrando que algo novo está ocupando o espaço público de discussões.

As respostas em que os atores se colocaram como contrários aos posicionamentos acima tiveram um número bem reduzido, os quais classificavam o *impeachment* como um golpe: “*Foi golpe*”; “*É golpe tirar uma pessoa inocente do cargo de presidente*”; “*De golpe*

os apoiadores do Temer e PSDB entendem muito bem 🙌”; “Perigoso é quem deu o GOLPE. Cuidado! 🙌”; “Esse golpe foi arquitetado para retirar a presidente e arquivar o processo da lava Jato”. A quantidade inferior de comentários com esta perspectiva já era esperada, pois para receber as notícias postadas pela página da revista, há a necessidade de a ter curtido ou ter se tornado um de seus seguidores, o que raramente é feito pelos atores que não estão de acordo com a linha editorial da revista *Veja*, claramente favorável a doutrina neoliberal e contrária aos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) e, por consequência, a Dilma Rousseff, evidenciando uma sociabilidade baseado como assimétrica em relação aos que discordam dos posicionamentos dominante.

Em alguns dos poucos comentários ou respostas que possuem esse viés – “foi golpe!” –, se percebe uma preocupação com o destino da democracia brasileira (“Triste é saber q não tem nada a ver com o combate a corrupção!!”, argumentou Aldiney – imagem 44), o que logo é recebido com chacotas e risos, elementos que explicitam um prazer que parece estar associado ao sentido de vingança proposto pelo ressentimento (“kkkkkk... Chora não”, responde Karina – imagem 44).

Imagem 44 – Tristeza e chacota (*schadenfreude*).



Fonte: *Post Revista Veja*, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/Veja/posts/10154225344015617>. Acesso em: 14 nov. 2018.

A tristeza ou frustração com a confirmação do *impeachment* logo dão margem as premissas de que a defesa de Dilma só pode ser explicada caso quem a defende fosse de

alguma forma favorecido pelo seu governo (“*Essa ai mamava na teta do PT só pode*”; “*Vai trabalha vai e pare de querr ganhar das tetinhas!*” – imagem 44), o que se repete nas duas revistas. Se na *Veja* houve uma maioria que comemorou o resultado do processo e até pediu que aqueles que fossem contrários deixassem o Brasil, na página da *Carta Capital*, o episódio do *impeachment* de Dilma foi recebido pela maioria dos comentadores com tristeza e frustração, de modo que para eles não se tratava de um *impeachment*, mas de um golpe orquestrado pelo PMDB e as forças conservadoras da direita. Essa posição foi recusada por outros comentadores que respondiam e contradiziam essas premissas, sempre lembrando que o *impeachment* é um instrumento constitucional e reforçando que quem elegeu Dilma, também elegeu Temer, o que servia de argumento para a visão de que não haveria motivos para reclamações entre os descontentes (imagem 45).

Imagem 45 – O *impeachment* na *Carta Capital*.



Fonte: *Post Revista Carta Capital*, 31 de agosto de 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/229151370439618_1206487462705999. Acesso em: 14 jan. 2019.

Um novo tipo de golpe, sem a utilização de armas ou sangue, é assim que a comentadora *Luana* classifica o que aconteceu (“[...] *Dia do golpe. Não foi preciso armas ou*

sangue. Bastaram microfones, canetas e câmeras. Assim sucumbe a jovem e frágil democracia brasileira”), o que logo é interpelado e respondido de modos distintos por outros comentaristas, os quais defendem que o *impeachment* não é exatamente uma novidade no contexto brasileiro, que o verdadeiro golpe é o sofrimento do povo com os descasos em saúde e educação, ou ainda, que seria muito pior com a estadia do governo de Dilma no poder (imagem 45). Outro comentarista chama a atenção para as comemorações que estavam ocorrendo em alguns comentários, argumentando que as pessoas pareciam não ter a verdadeira noção do quanto um *impeachment* pode ser ruim para um país (“*Incrível, estou vendo várias pessoas comemorando um impeachment, parece que essas pessoas não tem noção das coisas, que isso é ruim para o país*”, afirma Marcelo), o que é correspondido por outro comentarista que responde que tudo está sendo enxergado como se fosse um jogo ou campeonato entre a esquerda e a direita (“*Parecem torcidas de time, e o pior ainda é que comemoram como se o que acontece no nosso país fosse um campeonato entre direita e esquerda*”, responde Duda – imagem 45), reforçando os conflitos e exultação de emoções, como o ressentimento, que parecem ter encontrado uma forma de prazer e vingança nesse episódio.

As discussões propostas por esses dois comentaristas explicitam bem outro elemento que também faz parte das reconfigurações em torno do Brasil e dos brasileiros, o qual está articulado com as emoções e, em alguns casos, se mostra associado a um modelo moral que é entendido como negativo para as relações sociais. Trata-se do conceito de *schadenfreude*. De origem alemã, o termo *schadenfreude* diz respeito, segundo Freire Filho (2015, p. 414), a uma espécie de júbilo que os sujeitos sentem, de forma ocasional, pela desgraça alheia. Melhor dizendo, trata-se do deleite com o fiasco, derrota ou desventura de terceiros.

Na etimologia da palavra, que ainda não foi traduzida ou incorporada ao vocabulário brasileiro, *schaden* tem como significado um dano ou infortúnio, e *freude*, algum tipo de alegria ou satisfação. Mesmo sem haver uma tradução mais completa ou outra palavra que designe tal fenômeno, outras vivências e experiência indicam a existência da *schadenfreude* na sociedade brasileira, como quando se sente certa satisfação ao se ver um colega pelo qual não se nutre simpatia deslizar e cair em uma poça de lama, ou quando um time de futebol rival perde uma oportunidade de marcar um gol ou sofre penalidades. Nesses casos, e em outros semelhantes, muitas pessoas não sentem pena, mas muitas vezes se satisfazem com os acontecimentos, seja através de pequenos sorrisos ou até mesmo comemorações mais complexas, como as que podem ser observadas quando da deposição de Dilma. A *schadenfreude*, nesse caso, se mostra como uma comemoração ou como um riso que é

fundado no ressentimento, estabelecendo, no plano imaginário, a possibilidade de um reequilíbrio na balança das relações previamente estabelecidas, em que o sujeito se colocava na condição de vítima.

No que remete ao aspecto moral, a *schadenfreude*, por possuir uma conotação negativa, reflete uma reação emocional, reforçando a ausência de uma ação do sujeito que o expressa, daí sua articulação com o ressentimento, além de, segundo Boecker et al (2015, p. 3, tradução nossa⁸⁵), relacionar-se “[...] exclusivamente ao prazer que deriva do infortúnio de outra pessoa”, o que o contrasta e o diferencia da alegria e até do próprio humor, pois a alegria possui uma gratuidade e uma força política em sua expressão e, no caso do humor, diz respeito a algo que tem como finalidade levar justamente ao riso. Ainda para esses autores, a ocorrência da *schadenfreude* aumenta de acordo com as rivalidades já existentes, no sentido de que caso já haja um histórico entre os envolvidos, sua ocorrência terá maior possibilidade. A *schadenfreude* aparece sendo conceituada negativamente em *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles (2002), onde é vista como uma atitude maléfica, algo ruim em si mesmo, condenável, seja qual for o seu motivo ou a quem se direcione, pois é carregada de prejudgamentos morais na maioria das vezes negativos.

Schopenhauer (2004), no século XIX, classifica a *schadenfreude* também de modo negativo:

Um prazer malicioso com o infortúnio do outro, que é o pior traço da natureza humana. É um sentimento que se assemelha muito à crueldade, e difere dela, para dizer a verdade, apenas como teoria da prática. Em geral, pode-se dizer que toma o lugar que a piedade deve tomar — a piedade que é o seu oposto, e a verdadeira fonte de toda justiça e caridade real (SCHOPENHAUER, 2004, p. 42-43).

Para o autor, o aspecto negativo e moralmente danoso da *schadenfreude* está principalmente na supressão que estabelece com o sentido de piedade, que está associada a um tipo de justiça e até de verdadeira caridade. Nietzsche (2005), por sua vez, amplia esse entendimento, mostrando a *schadenfreude* como uma “alegria maliciosa” através da qual determinado sujeito, pelo dano sofrido por outro, pode abrandar o estado de inveja ou humilhação sentido, dando margem para a concepção de que a *schadenfreude* pode ser importante para o sentido de restauração de uma igualdade, sugerindo que é “apenas depois que o ser humano aprendeu a ver nos outros humanos os seus iguais, isto é, depois da

⁸⁵ No original: “In contrast to joy, schadenfreude exclusively relates to the pleasure which derives from another person’s misfortune” (BOECKER et al, 2015, p. 3).

fundação da sociedade, que existe *schadenfreude* (NIETZSCHE, 2005, p. 194)” que, salienta-se, segundo os autores, só existe em sociedade, não sendo uma reação espontânea ou um estímulo natural, mas uma resposta que é socialmente construída.

Assim como muitas vezes outras emoções se apresentam sem uma demarcação mais explícita de seus territórios, a *schadenfreude* é identificada em diversos momentos nos comentários analisados, estando mais presente naqueles em que determinado personagem do cenário de crise é afastado ou investigado, ou quando alguns dos seus programas de governo tem que enfrentar cortes. Como acontece em relação a raiva, o ódio e o ressentimento, a *schadenfreude* foi direcionada na maioria das vezes a Lula, Dilma, seus programas sociais e defensores. Os comentários contrários ao bolsa família (imagem 41) explicitam bem isso, uma vez que os comentadores comemoram os atrasos e cortes que o programa enfrentava, ou seja, rindo e oferecendo sarcasticamente ocupações de trabalho para aqueles que do programa dependem. Sobre Lula, a *schadenfreude* se dá relacionada a todo o conflituoso processo de crise, estando articulado com os pedidos de afastamento e *impeachment* de Dilma, o qual quando ocorreu foi festejado, mas a partir de uma comemoração alicerçada no dano causado ao outro, como se identifica nos *posts* de agosto de 2016 (imagens 43, 44 e 45).

Antes disso, Dilma e o seu governo também foram alvos de *schadenfreude*, como aconteceu nos comentários do *post* de abril (revista *Veja*) de 2016. Nesse mês, o *post* mais comentado trazia o anúncio de que o afastamento de Dilma da presidência havia sido definido após votação na Câmara e noticiava que, em decorrência disso, manifestantes celebravam o fato na Avenida Paulista com a presença e animação do grupo Carreta Furacão⁸⁶ (imagem 46).

⁸⁶ Carreta Furacão é um grupo de Ribeirão Preto (SP), atração principal de um trem voltado para passeios infantis. Os integrantes do grupo se fantasiam de personagens populares do mundo infantil, como Fofão, Popeye, Mickey, Capitão América e um palhaço. No entanto, na apresentação do dia 17 na paulista, o personagem do Fofão foi substituído pelo Goku (personagem protagonista da franquia Dragon Ball criada por Akira Toriyama), pois Orival Pessini, criador do Fofão, proibiu que seu personagem fosse usado em manifestações políticas. O diferencial do grupo é marcado pelo fato inusitado de que apesar de se fantasiarem dessa forma, os intérpretes realizam coreografias de ritmos adultos, como o funk ou pagode, além de executarem manobras arriscadas. Foi a partir deste aspecto que o grupo ganhou espaço na internet, com vídeos que já ultrapassam mais de 4 milhões de visualizações no youtube.

Imagem 46 – *Schadenfreude*.

Fonte: *Post Revista Veja*, 17 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/veja/videos/10153905338470617/>. Acesso em: 14 out. 2018.

Nos comentários referentes a este *post* (imagem 46), há um sentimento de comemoração e regozijo pelo fato de que o *impeachment* de Dilma seguiria para o Senado. Nas conversações, se tem a predominância de um riso, contudo, um tipo de riso que se apresenta em decorrência de um problema ou impasse que alguns personagens teriam que enfrentar, ou seja, um riso estabelecido a partir de um dano sofrido por um outro, indicando a *schadenfreude*, através de paródias, escárnio e o sentido de vingança que é postulado, classificando que os argumentos contra o *impeachment* seriam “*mimimi*”; que os “*petistas*” tinham que lidar com a derrota (“*chora petista*”); e que essa derrota poderia render bons lucros (“*vou abrir um negócio de lenços e ficar rico*”); entre outros comentários que explicitavam que o choro pelo então provável afastamento de Dilma era o que eles queriam

ver (“[...] agora ficam chorando”; “o choro é livre tio” – imagem 46). A *schadenfreude* ou o riso ressentido se acentua ainda mais no comentário que aponta Dilma como um “*câncer*” que corroía o país. O seu afastamento, comemorado nas ruas e nas redes, explicitam um ressentimento que agora ganha o espaço público, reconfigurando a própria forma de sentir e de expressar o ressentimento enquanto uma emoção que por mais que não chegue a ser ou efetivar uma mudança política, já não é inteiramente passiva.

Nesse ínterim, se tem um esgarçamento ou desgaste das relações sociais, pois já não há mais a piedade ou consideração do sofrimento do outro, que é comemorado publicamente. São inexistentes, nesse sentido, as formas de simpatia ou empatia com o sofrimento alheio, que dá espaço para uma satisfação ou prazer malicioso, em uma relação antagônica com o outro que sofreu o dano ou está infeliz, reforçando as contradições com as imagens do Brasil e de seu povo como acolhedores e aberto às diferenças. O regozijo com o insucesso alheio acaba se constituindo como uma vingança imaginária. Kushner (1988) tem uma interpretação em que percebe a *schadenfreude* como uma forma de demonstrar alívio ou gratidão pelo fato de algo ruim ter acontecido com um outro e não consigo mesmo, o que é uma leitura interessante por apresentar um viés distinto dos demais abordados. No entanto, no caso analisado, isso parece não se aplicar em essência.

Noutro *post*, de junho de 2016 (revista *Veja*), a *schadenfreude* contra Dilma se constitui pelo fato de um parecer limitar a utilização de aeronaves por parte da ex-presidenta, o que é defendido como uma direito pelos seus correligionário e simpatizantes, haja visto que ela ainda era a presidenta, mas recebido com comemoração pelos que torciam pela derrubada de Dilma, pois ela teria mais é que pagar pelos seus erros, argumentavam. A lógica de torcer para que o outro se dê mal e sua consequente comemoração atrelam à *schadenfreude* mais uma maneira de se construir identidades e grupos, dando-lhes coesão (CIKARA, BRUNEAU, SAXE, 2011, p. 151), desenvolvendo também a alteridade. Por se importar e possuir simpatia apenas por seu grupo, a *schadenfreude* é lida por Leach e Spears (2009, p. 664) como um fenômeno de caráter iminentemente egoísta, uma forma insidiosa de sustentar preconceitos, auxiliando no reforço das rivalidades já existentes, afinal, quem gostaria de ver a sua derrota ou dano sendo comemorado por outros?

Quando analisados, todos esses elementos parecem indicar alguma novidade em torno da sociedade brasileira e de suas relações de convívio. Como já dito, não é que nunca tenha existido, pois não há como negar a existência das emoções supracitadas em um país que tem a sua formação social, cultural e histórica marcada pela exploração e dizimação do seu povo originário – os índios –, uma nação que foi uma das últimas a abolir a escravidão, e que

enfrentou, há bem pouco tempo, uma ditadura militar. Essas emoções foram resguardadas em lugares onde não podiam ser vistas, com vistas a se construir uma identidade cultural em que a miscigenação e o convívio entre os diferentes povos sempre ocorreram sem maiores impasses ou dificuldades (HOLANDA, 1995), o que acaba por se constituir como um mito, assim como é a ideia de homem cordial. Souza (2017) propõe que é preciso reinterpretar a história do Brasil, tomando como uma de suas bases, a escravidão, elemento sempre visto como já superado, o que pode fornecer pistas para explicar as incongruências sobre a cultura e identidade brasileira que agora ganham o espaço público. Desse modo, o autor sugere que se passe a limpo a história e as teorias acerca do Brasil para que se possa compreender, de fato, não só a sua formação, mas suas idiossincrasias.

Kehl (2015; 2005) afirma que diante dos ideais ou imperativos da alegria, o que favorece o esquecimento de alguns agravos, os brasileiros não se reconhecem ou se consideram como ressentidos. A autora propõe que a ideia de que o Brasil é um país do futuro auxilia nessa construção, pois deve-se olhar para frente, esperando o futuro promissor que foi prometido, muitas vezes deixando o passado para trás (mesmo que mal resolvido) e esperando que o futuro, por si só, traga coisas positivas. Mesmo que não se reconheçam como ressentidos, a partir da análise dos dados, essa já não parece ser uma afirmação tão acertada para se referir aos brasileiros, mesmo que eles não se reconheçam enquanto tal. Kehl (2005) diz que o ressentimento, e aqui cabe inserir outras emoções, como a raiva e ódio, está disfarçado entre os brasileiros em formações de linguagens irônicas, argumentações cínicas ou queixosas, que se apresentam fantasiadas de críticas que visam o progresso em relação as falhas e insuficiências históricas, as quais sempre acabam por culpar um outro ao invés de se reconhecer o seu potencial político em mudar ou promover transformações mais amplas.

Essas emoções foram por muito tempo, então, camufladas, o que já não mais acontece nos sites de redes sociais, pois como defendido por Freire Filho (2014; 2013), nelas, dissensos e disputas se fazem presentes, são (re)produzidos ressentimentos, testemunhos raivosos, conflitos, que convivem com muitos outros discursos. Frente a esse contexto, as redes sociais passam a dar vazão aos sentidos ainda em trânsito do que é o Brasil e o brasileiro, como também ecoa, através dos usos que são feitos pelos atores, as emoções dessa gramática ainda desordenada, explicitando que não são espaços onde há uma tirania da positividade, como já aferido por outros trabalhos.

O compromisso com a festa, a alegria ou a cordialidade inerente ao Brasil e aos brasileiros estão em processo de desgaste, esgarçamento. Com isso, a busca por reparações por meio de sentidos e horizontes de justiça se apresentam, como se depreende a partir das

conversações, mostrando-se como um aspecto que parece compreender mais uma história e memória recente do que visa aprofundar outras questões mais problemáticas, o que reforça o ideal do ressentimento e suas ruminções. Isso é negativo por não colocar em jogo uma discussão mais ampla, problematizando a formação social e cultural do país. As injustiças do passado (dizimação dos indígenas, escravidão, ditadura militar) dessa forma, acabam sendo deixadas de lado mais uma vez, o que por outro lado pode alimentar e atualizar outros ressentimentos.

O fato de não abordar ou aprofundar essas questões desvelam traços da ideia de homem cordial, pois assim como atua esse personagem, que não lida diretamente com os problemas, mas os contorna a partir de jeitinhos particulares, a raiva, o ódio e o ressentimento expressos nas conversações também parecem se articular por meio desse modelo, negando ou não dando a atenção devida a outros inimigos ou a outras questões com vistas a manter benefícios particulares ou a voltar a um modelo de vida que foi perdido. Se produz uma visão pautada em uma orfandade que precisa ser recuperada, sem a necessidade de haver de fato uma emancipação, se conformando à submissão permanente de políticos e governantes que não propõe nenhuma nova mudança.

Por esse motivo, por mais paradoxal que possa parecer, “[...] o homem cordial é indissociável da modalidade brasileira do homem do ressentimento” (KEHL, 2005, p. 176). Segundo Kehl (2015; 2005), o homem cordial não aceita o seu desamparo, ou não reconhece o potencial de sua força e ação política, sempre esperando de outros (principalmente autoridades públicas) a satisfação de suas demandas, focando mais em “justiças particulares” do que universais. Dessa forma, o homem cordial acaba por não se reconhecer como agente da vida social, de sua própria história, responsável, coletivamente, pela resolução dos problemas que tem que enfrentar, não sendo um simples subordinado ou dependente servil das autoridades, que poderão reconhecer ou premiar o seu bom comportamento. Para as elites, a cordialidade é muito vantajosa, pois não implica uma real mudança, mas apenas agrados esporádicos, já do ponto de vista da população, ou da vida em sociedade, enfraquece a ação política e a busca por emancipação, alimentando ressentimentos.

Algo novo está em jogo na sociedade brasileira. Os sentidos de cordialidade, alegria, acolhimento, e outros, enfrentam problematizações. O que, enfatiza-se, não é inteiramente negativo. Assim como Souza (2017), que propõe outros modos de pensar o Brasil frente ao cenário atual, Safatle (2017) também sugere que agora é um momento muito propício para se conhecer e rever a história do Brasil, com vistas a revisitar as feridas que nunca foram fechadas, muito menos cicatrizadas, como é o caso da ditadura militar. O autor propõe que é

necessário se conhecer a verdadeira história, lidar e enfrentar os seus monstros. Em sua visão, caso isso não aconteça em meio a esse momento de crise e de reconfigurações, outras forças mais conservadoras e totalitárias o farão a seu modo (o que já vem acontecendo), e, inclusive, chegou a se apresentar nos comentários dos últimos meses do ano de 2016, quando o nome de figuras controversas como Jair Messias Bolsonaro (presidente eleito em 2018) se tornaram recorrentes, bem como os pedidos em torno da volta da Ditadura Militar, sob alegações de que é a única saída para o Brasil diante de tantos retrocessos. Kehl (2015; 2005) também defende que a história do Brasil não foi passada a limpo, concepção compartilhada por Safatle (2017) e Souza (2017). Para os autores, é essa ausência que dá margem para a ascensão de figuras autoritárias e de modelos conservadores de sociedade. Em meio a uma crise tão ampla, o tempo presente pode ser promissor nesse sentido, principalmente no investimento de uma potência do agir livre de rumações ressentidas, a qual vise, verdadeiramente, uma ação.

Ortiz (2013, p. 619) salienta que é importante saber que transformações no contexto nacional incidem de forma direta nas discussões sobre a identidade nacional, e é este aspecto que se verifica quando do empreendimento das análises apresentadas. Esta produção expressiva de comentários e os seus sentidos latentes denotam uma quebra da ordem dos discursos (FOUCAULT, 2011) no que diz respeito aos modelos de brasilidade reproduzidos não só pelas instituições tradicionais e a publicidade, mas também por diversas correntes teóricas. As emoções engendradas (raiva, ódio, ressentimento) acabam por revelar muito sobre o contemporâneo e suas possibilidades de desdobramento, indicando mudanças e transformações, pois como defendido por Ahmed (2014, p. 202, tradução nossa) “as emoções também abrem futuros, na forma como envolvem diferentes orientações para os outros⁸⁷”.

O mito da cordialidade, de um povo afetivo, positivo, apresenta-se em erosão quando se interpretam os enunciados trazidos para análise. Instaura-se, com isto, um panorama em que conflitos se radicalizam e emoções dissonantes vêm a público – o *riso ressentido* ou a *tristeza pelo impeachment*, a *raiva*, o *ódio* e o *ressentimento* que são direcionados à Dilma, Lula, aos favorecidos pelo bolsa família e até mesmo aos chamados “países bolivarianos” e ao seu povo. Ao mesmo tempo, outras emoções vão sendo encobertas ou tendo os seus significados esvaziados, como é o caso da *alegria genuína* corriqueiramente atribuída ao brasileiro. O *acolhimento* e *respeito* às diferenças também se tornam elementos desgastados. Se antes estas características diziam muito sobre a identidade cultural brasileira, hoje, como

⁸⁷ No original: “Emotions also open up futures, in the ways they involve different orientations to others” (AHMED, 2014, 202).

bem demonstram os comentários analisados, tais qualidades distintivas se apresentam como impressões já em processo de desbotamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Emoções nos dizem muito sobre o tempo; as emoções são a própria "carne" do tempo (AHMED, 2014, p. 202, tradução nossa⁸⁸).

A presente tese teve como objetivo analisar como se constituem as sociabilidades engendradas por meio das conversações estabelecidas nos comentários das páginas das revistas *Veja* e *Carta Capital* no *facebook* durante os anos de 2015 e 2016, atentando para a articulação que essas sociabilidades possuem com determinadas emoções. A investigação sobre o tema, desenvolvida com base nos preceitos da etnometodologia e da análise da conversa, revelou a constituição de sociabilidades que são formadas e possuem objetivos distintos, de modo que o sentido de relação, presente no estar com o outro, para o outro ou até mesmo contra o outro, se mostra como o principal pressuposto das trocas estabelecidas em rede, a qual, como discutido, é bem distinta da forma de sociabilidade formatada através das relações face-a-face, especialmente pelo fato de que a relação estabelecida se dá na grande maioria das vezes entre pessoas desconhecidas.

Com vieses variados, o estar contra o outro, enquanto aspecto constituinte do conflito, foi a forma de sociabilidade mais recorrente, o que se acredita estar relacionado com o seu contexto de produção: a crise política e econômica brasileira, acontecimento histórico, político e social que vem se desenvolvendo já a algum tempo e parece se aprofundar mais a cada dia, especialmente quando se considera a dimensão política da questão. A crise, cenário contextual ou condição de possibilidade do conflito enquanto forma de sociação, demonstra reflexos para além do econômico e político estritamente, já que se espalha para as relações sociais, induzindo a outras formas de ser e estar para lidar com os fatos em curso.

Em relação aos comentários e conversações analisadas, a crise é a base de seus conteúdos, elemento a partir do qual embates e disputas sobre quais seriam as suas causas ou os seus responsáveis tem vazão, momento em que irrompem os conflitos, aspectos que propiciam trocas conversacionais pautadas no choque de opiniões contrastante, implicando na construção de uma crise de determinadas formas de sociabilidade (estar com o outro ou para o outro), ao mesmo tempo que fortalece outras (estar contra o outro). No período de crise (recorte temporal da tese), se tem sociabilidades mais atentas, sobreavisadas, cuidadosas, considerando que as transformações em andamento desestabilizam o mundo e os modos de

⁸⁸ No original: "Emotions tell us a lot about time; emotions are the very 'flesh' of time" (AHMED, 2014, p. 202)

atuação de alguns sujeitos, principalmente daqueles mais atingidos com as mudanças. É nesse momento que todo e qualquer movimento que indique uma diferença de percepção passa a ser visto como estranho, uma vez que se contrapõe com os modelos antes vivenciados e compartilhados, resultando em olhares precavidos, vigilantes e que não abrem mão de seus pressupostos, dando margem para o surgimento do conflito.

Nas análises, esse conflito tem a sua emergência pelo estranhamento causado pelo encontro com o outro e suas posições, especialmente quando, nesse encontro, tais posições são percebidas como contrastantes com as já existentes. Trata-se, assim, de um conflito que habita o território das disputas pelo sentido do verdadeiro, o qual busca dar conta dos elementos pelos quais o Brasil está passando por uma crise, bem como sobre quais são os seus culpados. Nesse momento, elementos como a corrupção, fraude em urnas eletrônicas, políticos incompetentes, etc., vem à tona e disputam sentido com outros posicionamentos que apresentam como causa da crise o que vinha acontecendo na economia internacional e/ou o fato de alguns grupos políticos e empresariais não aceitarem a derrota durante as eleições de 2014. Com isso, personagens políticos (Dilma, Lula, Temer, etc.) e modelos de governo ganham o centro das discussões, ora sendo defendidos, ora acusados e, até mesmo, desconsiderados (como o fazem os “pretensamente apolíticos”), ao mesmo tempo que se identificam grupos para defender e compor os argumentos desses posicionamentos, os quais se fundamentam no sentido de uma identidade em comum que se constitui em oposição ou diferença as outras identidades ou grupos existentes, reforçando a ideia do conflito como uma forma de sociabilidade que pode se mostrar tão forte e rica quanto outras.

Com a formação e composição dos grupos, os conflitos revelam relações de poder e estabelecem modelos de identidade e diferença e, acompanhando o desenvolvimento das discussões sobre a crise política e econômica, se reconfiguram, tendo em vista que em determinados momentos se radicalizam, sobretudo, naqueles em que a crise se acentua ou quando os *posts* das revistas enunciam sobre elementos considerados como problemáticos pelo público, de modo que discussões conflituosas, mas ainda simétricas e dialógicas vão cedendo espaço para outras com base em assimetrias e na dialética. Essa última forma de conversação, bem como o conflito, são comuns nas páginas das duas revistas investigadas, de modo que tem maior preponderância em relação aos *posts* da revista *Veja*, ocorrendo na *Carta Capital* mais especificamente quando há uma invasão de comentaristas que fazem parte do grupo da direita, estratégia que não é utilizada por grupos da esquerda em relação à página da *Veja*. Ressalta-se que o conflito existente, em sua maioria, não está tão interessado em fazer com que o outro da relação entenda suas posições e argumentos (como acontece nos

comentários em que se tem uma discussão que se assemelha a uma troca de ideias, sendo, portanto, produtiva), mas objetiva impor ideias em relação ao modo de visão compartilhado pelo outro, reforçando assimetrias, relações de poder e discussões pautadas na dialética, não tendo como finalidade o convencimento ou a busca de um comum, como foi visto quando das análises empreendidas. Qual seriam, então, os elementos que sustentam essas sociabilidades? A partir das análises, a premissa que é reforçada consiste no sentido da relação, da partilha e da visibilidade em que se baseia, mesmo que fundado em sistemas de oposição e antagonismos.

Atrelado aos conflitos, que se acentuam e se radicalizam conforme os desdobramentos da crise e sua enunciação nos *posts* a partir dos quais os comentários são produzidos, emergem emoções que atualizam e reconfigura os embates já existentes. Sobre as emoções e sua relação com os conflitos, é importante destacar que enquanto fenômeno social, elas já possuem vínculos com a formação das sociabilidades, atuando tanto na sua manutenção (como as emoções relacionadas aos sentidos de amizade, amor, simpatia, empatia), quanto dando base para quebras e rupturas (através do asco e da indiferença, por exemplo). No caso das sociabilidades analisadas, com destaque para o conflito, as emoções também já lhes são inerentes, sendo a desconfiança e o desprezo ao ponto de vista do outro uma de suas principais características, porém, com a acentuação da crise e também dos conflitos, as emoções passam a se articular de outras formas, quando irrompem a raiva, os ódios e os ressentimentos, fenômenos geralmente desconsiderados pela sociedade ou até mesmo pelo campo acadêmico devido ao seu teor considerado negativo, mas de suma importância para entender o contemporâneo e as relações a partir dele desenvolvidas.

Considerar a relação entre o conflito e as emoções é dar margem para a investigação dos outros sentidos e rumos que as discussões e disputas tomaram, o que mais do que uma escolha, se apresentou como uma necessidade indicada pela própria empiria, haja vista que as emoções citadas se mostraram como latentes, dando outros matizes ao conflito. Partindo dessa perspectiva, é válido enfatizar que as emoções ampliam as formas de racionalização do conflito, que se torna mais pessoal e aponta para outras posições assumidas pelos sujeitos comentadores, ao mesmo tempo em que se constrói a posição do outro, condição que produz vítimas e culpados.

As emoções propiciam novos modos de sentir e lidar com os conflitos, reforçando a ocorrência de avaliações e julgamentos que justificam determinados posicionamentos, percepção que demonstra que as emoções não são formas irracionais de lidar com os acontecimentos, mas, assim como propõe a etnometodologia em relação à ação social, implica

reflexões e racionalizações práticas, no sentido de que as pessoas além de saberem o que dizem e fazem, sabem também porque sentem determinadas emoções e não outras em relação a alguns personagens do cenário de crise, como o caso dos que demonstram a raiva e o ódio contra Dilma e Lula, vistos como os principais culpados pela crise, personagens que merecem, portanto, na visão dos que os odeiam, passar por todos os sofrimentos que causaram a outros ou, mais do que isso, até mesmo, deixarem de existir.

Entender as motivações dos conflitos e das emoções de alguns grupos, visando identificar os porquês de determinados posicionamentos, não foi uma tarefa fácil, mas demonstrou-se como elemento de suma importância, pois como propõe a etnometodologia, para se entender as posições e os métodos de ação utilizados por determinado sujeito ou grupo, o pesquisador deve se colocar nas posições dos sujeitos ou grupos investigados, estratégia que facilitou o processo de compreensão em torno das avaliações e justificativas dadas, apontando, ainda, para o entendimento de que as emoções expressas não se tratam de meros efeitos naturais ou irracionais, mas de construções fomentadas por um processo de racionalização e reflexividade. Como visto quando das análises, os sujeitos que se colocam como vítimas e culpam Dilma e Lula acreditam que seus posicionamentos atravessados pela raiva, ódios e ressentimentos expressam um sentimento de justiça por se julgarem como tendo sido prejudicados pelas políticas e corrupção dos governos do PT.

A partir da narrativa do dano e da atribuição das posições de vítimas e culpados, os sujeitos que produzem comentários e estabelecem a conversação, demonstram suas motivações e justificativas para a raiva contra os posicionamentos enunciados pelas revistas, os ódios sentidos contra Dilma e Lula, bem como o ressentimento com o bolsa família e aqueles que são favorecidos pelo programa, as quais são calcadas em horizontes de moralidades particulares que objetivam o sentido de justiça, de modo que os sujeitos sentem-se no direito de enunciar suas avaliações e julgamentos, ocupando o espaço dos comentários para esse fim, desvelando mudanças em torno dos usos dos sites de redes sociais e, bem mais que isso, no que diz respeito às próprias emoções, que agora ganham vazão no espaço público, mesmo aquelas que por tanto tempo foram interdidas por serem vistas como inteiramente negativas, como é o caso das que são destacadas nesta tese: a raiva, os ódios e os ressentimentos, que são atreladas a modelos de moralidade e justiça que impõe e classificam sob um olhar particular, quem são os sujeitos culpados pela crise, estimando, com efeito, quais formas de pena ou castigo essas pessoas merecem.

O tipo de moralidade em que se baseiam os comentários e a premissa a partir da qual se emite as avaliações e os julgamentos não se fundam nos preceitos da empatia ou piedade,

mas no desprezo, riso e regozijo quando das desgraças alheias (a *schadenfreude*) e pela formatação detalhada dos desejos de vingança que estipulam qual modelo de sociedade deve existir. Tais emoções e moralidades tem um caráter essencialmente político e revelam novas formas de ação até de emoções que são consideradas pelos teóricos como marcadas pela passividade, como é o caso do ressentimento. Porém, a política dessas emoções, que é indissociável de julgamentos morais por ser um lugar de lutas por formas de vida, se caracteriza pela seletividade, já que aqueles de quem se sente raiva, ódio ou ressentimento são escolhidos segundo critérios particulares, compondo uma forma de ação e um modelo moral contraditório.

Como pode ser percebido, essas emoções, assim como os conflitos e os modelos morais permeados pela vingança são mais corriqueiras na página da revista *Veja*, o que é justificado pelo fato da revista ter um maior número de curtidas e seguidores, o que ocasiona uma maior produção de comentários, bem como pela observação de que muitas vezes os comentaristas da *Veja* vociferam seus posicionamentos em conjunto. Melhor dizendo, basta um comentário contrário que um grande contingente de comentaristas passa a responder com raiva, ódio e ressentimento, compondo um quadro de assimetrias. Na *Carta Capital*, a raiva, mais que o ódio e o ressentimento, é a emoção mais comum no período analisado, ao mesmo tempo em que outras também se apresentam, como a esperança de que o *impeachment* não iria ocorrer ou de tristeza quando ele ocorre.

A grande circulação da raiva, ódios e ressentimento revelam muito, também, sobre a própria contemporaneidade, assim como sobre as reconfigurações que vem ocorrendo no que remete aos imaginários relativos à identidade cultural brasileira. Ao analisar os comentários e relacioná-los com outros acontecimentos igualmente pautados em conflitos e emoções, depreende-se que um outro horizonte interpretativo para o Brasil e o seu povo está ganhando espaço, o qual contradiz os preceitos mitificados sobre o país como uma nação alegre, cordial, acolhedora e não afeita aos conflitos, como amplamente pregado por correntes teóricas, discursos institucionais e midiáticos.

Isso não implica dizer que as emoções que agora ganham o espaço público nunca tenham feito parte da história do país, mas indica que, antes, elas ocupavam um outro lugar, o que também não quer dizer que os elementos antes empregados para caracterizar o país deixaram de existir, apontando, apenas, que um outro panorama, com outras relações e características está emergindo, pressuposto averiguada e defendido nessa tese, tendo como base as análises e articulações promovidas acerca das sociabilidades, do conflito, da crise e das emoções, se depreendendo tal pressuposição a partir das reflexões desenvolvidas sobre a

empíria que compõe o *corpus* dessa pesquisa, haja vista a leitura, interpretação e análise de um total de 13.839⁸⁹ comentários das páginas das revistas *Veja* e *Carta Capital*.

Reforça-se, mais uma vez, que apesar de se tratar de um recorte da realidade, os resultados indicados se articulam a outros acontecimentos citados, os quais expõem a existência de novos regimes emocionais no Brasil contemporâneo, onde a cultura da raiva, dos ódios e dos ressentimentos se apresenta de forma contundente. Aqui, destaca-se que o termo cultura é utilizado tendo em vista o interesse de apontar o sentido de cultivo dessas emoções na sociedade. Um ponto a se destacar, no que remete a esse cultivo e as transformações em voga, é que não se trata de uma realidade exclusiva do Brasil, haja vista a proeminência que os conflitos arregimentados por emoções dissonantes das habituais (ausência da busca pela simpatia, empatia, piedade) vem mostrando em todo o globo terrestre (como a questão da crise dos refugiados, projetos de construção de muros para separar países, ódio contra minorias, etc.), o que é assinalado, também, pelo recrudescimento do conservadorismo.

Com essa tese, não se busca afirmar que as transformações em curso acerca do Brasil e dos brasileiros já tenha se efetivado ou que venha a ser um fator negativo. Pelo contrário, acredita-se que essas outras relações de convívio estão ainda emergindo, em um processo de vir-a-ser, o que é visto como sendo produtivo, principalmente pelo fato de colocar em cena e dar oportunidade para a promoção de discussões que foram invisibilizadas, como a escravidão e a ditadura militar, entre outras, sendo, inclusive, esse fato, um dos motivos pelos quais alguns autores citados indicam que esse momento de acerto de contas um dia teria que chegar, pois o pacto de convívio em que os conflitos não eram escancarados parece estar em processo de esgotamento, indicando que os modelos baseados na conciliação das diferenças já não mais dão conta da realidade. Visto pelo viés positivo, o conflito aponta para a mudança. Já as emoções que estão associadas a ele, demonstram um risco sobre quais seriam essas mudanças, já que pode dar margem tanto para a discussão de temas relegados ao obscurantismo ou esquecidos no passado, quando forjar outras formas de domínio constituídas por moralidades que não consideram o outro e suas especificidades.

Apesar de indicar os aspectos descritos como produtivos pelos motivos e possibilidades expostas, considerando os anos seguintes ao recorte temporal de análise, é perceptível que o conflito, as emoções e as moralidades apontadas passaram por um processo de aprofundamento. Diferente do que muitos pregavam, após o afastamento de Dilma, poucos

⁸⁹ Foram, respectivamente, 8107 comentários da *Veja* e 5732 da *Carta Capital*, totalizando 13839 comentários.

políticos tiveram o mesmo julgamento (o que comprova a ideia que afirmava “primeira a gente tira Dilma” como uma falácia). Os que tiveram julgamento e tem pago pelas acusações de corrupção, são os mesmos que estavam ao lado de Dilma, como é o caso de Lula, preso desde 07 de abril de 2018, sem a existência de provas contundentes para tanto, tendo sido impedido, devido a sua prisão, de concorrer às eleições presidenciais de 2018, as quais foram marcadas, bem mais do que as de 2014, pelo forte acirramento político.

As eleições de 2018 foram constituídas por conflitos e emoções que reforçam as moralidades já apontadas, as quais tiveram grande apoio do conservadorismo em marcha e das chamadas *fake news* (notícias falsas), que tiveram grande circulação nos sites de redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens, como o *whatsapp*. Jair Messias Bolsonaro (PSL – Partido Social Liberal), o deputado que homenageou o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra quando da votação do *impeachment* na Câmara, saiu eleito no segundo turno enfrentado contra o professor e ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT), o que diz muito sobre as forças conservadoras que tem tomado conta do Brasil, com o respaldo de alguns setores que compõem as elites empresárias (pelo menos inicialmente) e grande parte da população, o que atualiza a premissa de outros modos para se pensar o Brasil e o seu povo, considerando o fato de ter sido eleito para o cargo máximo do país alguém que elogia a tortura, afirma não ter existido ditadura militar, é contra as minorias, entre outros fatores.

Os primeiros meses de gestão do presidente têm sido marcados pela adoção de medidas neoliberais e de austeridade, não tratando diretamente do combate dos fatores que constituem a crise em sua dimensão econômica, como a questão do desemprego, pobreza e miséria, focando em uma política de reformas que podem aprofundar ainda mais o cenário caótico, principalmente para os mais pobres. No plano político, a sua atuação tem se restringido a disputas ideológicas, as quais, como cortinas de fumaça, tem atrasado possibilidades de avanço. A sua avaliação por parte da população, conforme apontado pelo DataFolha⁹⁰, é a pior entre os presidentes em primeiro mandato desde a redemocratização, indicando a atualização e reconfiguração da crise a partir de novos desdobramentos.

Ainda vivendo neste cenário, não há como fazer previsões a seu respeito, apesar de ter conhecimento das pautas conservadoras e elitistas que estão sendo colocadas em jogo pelo atual governo, discussão que ultrapassa os limites da discussão dessa tese e indica, ao mesmo tempo, que as suas discussões ou desdobramentos não se esgotam quando dessas

⁹⁰ Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-tem-pior-avaliacao-entre-presidentes-no-primeiro-mandato-aponta-datafolha-23580159?versao=amp&fbclid=IwAR1FZjtuHNfTxcQRFg_yRSGFHk4BHZDTykIMclPgPSNM-sV2D2ycy7pCjwY. Acesso em: 07 abr. 2019.

considerações finais. Reforça-se, contudo, a necessidade de diagnósticos sobre a composição deste quadro para que novos debates possam fomentar outras rotas de orientação, haja vista que em momentos como esse a crítica é ainda mais essencial, tendo em vista que as crises podem favorecer a ascensão de atores autoritários, os quais tendem a ganhar visibilidade e seguidores, como já vem acontecendo no Brasil. Neste contexto, o silenciamento ou estado de paralisação deve dar lugar a discussões e olhares críticos que visem o sentido do comum, antes que a condição experienciada faça prosperar um terreno onde a própria crítica seja cerceada.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Volume 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
- ADRIANA BRAGA. Sociabilidades digitais e a reconfiguração das relações sociais. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 9, ago/dez, 2011.
- AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014.
- ALFORD, C. Fred. Hatred of Thought. In: CLARKE, Simon; HOGGETT, Paul; THOMPSON, Simon. **Emotion, politics and society**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006. p. 84-102.
- AMARAL, Adriana. Redes sociais, linguagens e disputas simbólicas. **ComCiência**, Campinas, v. 7, n. 131, 2011.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001, p. 15-36.
- ALLARD, Laurence. Émergence des cultures expressives, d'Internet au mobile. **MédiaMorphoses**, nº 21, p. 19-25, 2007.
- ARAÚJO, Júlio. Apresentação. In: RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 9-14.
- ARAÚJO, Júlio. A conversa na web: o estudo da transmutação em um gênero textual. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 91-109.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Rideel, 2007. (Coleção biblioteca clássica).
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, estudo bibliográfico e notas Edson Bini. Bauru: Edipro, 2002.
- BARROS, Samuel Anderson Rocha. Interação mediada por sites de redes sociais entre revistas e leitores: um mapeamento de usos e apropriações. In.: NATANSOHN, Graciela. (Org.). **Jornalismo de revista em redes digitais**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- BASTOS, Marco Toledo. *Medium, media*, mediação e midiatização: a perspectiva germânica. In: JANOTTI, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda. (Orgs.). **Mediação & Midiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas: **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano Fernandes. Rio de Janeiro: editora Vozes, 1985.

BENETTI, Marcia; REGINATO, Gisele Dotto. O vínculo emocional do leitor ao jornalismo: estudo da revista veja no facebook. **Revista FAMECOS** - mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 878-896, setembro-dezembro 2014.

BOECKER, Lea et al. The Face of Schadenfreude: Differentiation of Joy and Schadenfreude by Electromyography. **Cognition and Emotion**, 29, 1117–1125, 2015.

BORGES, David G. As jornadas de junho de 2013: histórico e análise. In: CEI, Vitor; BORGES, David G. (Orgs). **Brasil em crise** [recurso eletrônico]: o legado das jornadas de junho Vila Velha, ES: RCG Comunicação Total: Praia Ed., 2015.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compós**, Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011.

BRAGA, José Luiz. Sobre mediatização como processo interacional de referência. **Anais do XV Encontro da Compós**. Bauru – SP, 2006.

BAUER, Martin. W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CALHOUN, C. Putting emotions in their place. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James; POLLETTA, Francesca (eds.). **Passionate Politics**: emotions and social movements. Chicago: University of Chicago Press, 2001. p. 45-57.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEI, Vitor; BORGES, David G. (Orgs). **Brasil em crise** [recurso eletrônico]: o legado das jornadas de junho Vila Velha, ES: RCG Comunicação Total: Praia Ed., 2015.

CHAGAS, Luán. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina (Entrevista com Aníbal Pérez-Liñan). **Revista Compólitica**, Vol 6 (2), 2016.

CIKARA, Mina; BRUNEAU, Emile G.; SAXE, Rebecca R. Us and Them: intergroup failures

of empathy. **Current Directions in Psychological Science**. Cambridge: Sage Journal, 2011.

CIPRYANO, Cristina Petersen. Nas travessias da interface: as novas formas da vida social em rede. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2013.

CLARKE, Simon; HOGGETT, Paul; THOMPSON, Simon. **Emotion, politics and society**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.

COELHO, Maria das Graças Pinto; OLIVEIRA, Geilson Fernandes de. “Trabalhar para sempre. E sem drama”: neoliberalismo e construções pedagógicas distópicas em Exame. **Intercom** - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 41, n. 2, maio-ago., 2018.

COELHO, Maria das Graças Pinto; OLIVEIRA, Geilson Fernandes de. Presença social e emoções: as conversações em rede no dia do impeachment de Dilma Rousseff. **Anais do XXVII Encontro da Compós**. Belo Horizonte – MG, 2018.

COELHO, Maria das Graças Pinto; OLIVEIRA, Geilson Fernandes de. Impeachment, emoções e conflitos: a emergência da raiva nos comentários da página da revista Veja no facebook. **Âncora** – Revista Latino-americana de Jornalismo, João Pessoa – PB, ano 5, Vol. 5 n.2, jul-dez., 2018.

COLOMBO, Sylvia. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. **Folha de São Paulo**, Caderno Poder, São Paulo, 18 de maio de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml>. Acesso em: 13 maio 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; IBOPE. **Pesquisa CNI/IBOPE**. Ed. Especial. Brasília: CNI/IBOPE, jul. 2013. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/CNI_IBOPE_edicao%20especial_jul2013_web.pdf. Acesso em: 22 set. 2015.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. O abc da crise. In.: SISTER, Sérgio. **O abc da crise**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

COSTA, Roseli Barros. GONÇALVES, Tadeu. **Narrativas de crise: Crise de identidade, Crise de sentido?!**, Belém: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, V.2, Universidade Federal do Pará, 2006.

COULON, Alan. **Etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

COULON, Alan. **Etnometodologia e Educação**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995a.

COURTINE, Jean-Jacques. A era da ansiedade; discurso, história e emoções. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos. (Orgs.). **(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos**. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

DAMÁSIO, Antonio R. **O erro de Descartes** – emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DEWEY, John. A arte como experiência. In: DEWEY, John. **Várias Obras**. Coleção Os Pensadores. Traduções de Murilo Otávio Rodrigues Paes Leme, Anísio S. Teixeira, Leonidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

DOBRY, Michel. **Sociologia das crises políticas**: a dinâmica das mobilizações multissetoriais. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DUNKER, Christian. **Reinvenção da intimidade** – políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ubu editora, 2017.

DURANT, Will. **História da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1. Uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

EMEDIATO, Wander. As emoções da notícia. In: MACHADO, Ida; MENEZES, William; MENDES, Emília. (Orgs.). **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 290-309.

FAUSTO NETO, Antonio. “Tchau, querida”: leitura do impeachment-revista. **Animus**, v. 15, nº 30, 2016.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma “analítica” da mediatização. **Revista Matrizes**. São Paulo: ECA/USP, n 2, abril, 2008, pp. 89-105. Disponível em: http://www.usp.br/matrizes/img/02/Dossie5_fau.pdf. Acesso em: 13 jul. 2016.

FERES JÚNIOR, João; VEIGA, Luciana Fernandes; RIBEIRO, Ednaldo. O ovo e a galinha: estudo do enquadramento e da recepção da cobertura jornalística no pleito de 2014. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 33, nº98, 2018.

FLUSSER, Vilém. **Língua e Realidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26.ed. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 21ed. São Paulo: Loyola: 2011.

FREIRE FILHO, João. Correntes da felicidade: emoções, gênero e poder. **Anais do XXV Encontro Anual da Compós**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

FREIRE FILHO, João. Era uma vez o “país da alegria”: mídia, estados de ânimo e identidade nacional. **Intexto**, n. 34, p. 401-420, 2015.

FREIRE FILHO, João. O circuito comunicacional das emoções: a Internet como arquivo e tribunal da cólera cotidiana. **Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu – MG, 2014.

FREIRE FILHO, João. A comunicação passional dos fãs: expressões de amor e de ódio nas redes sociais. In: BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvando (Ed.). **Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades**, p. 127-154. São Paulo: INTERCOM, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 50.ed. São Paulo: Global Editora. 2005.

FREITAS, Eliane Tânia. Linchamentos virtuais: ensaio sobre o desentendimento humano na internet. **Revista Antropolítica**, n. 42, Niterói, p.140-163, 1. sem. 2017.

GARFINKEL, Harold. **Estudos de etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. Tradução Claudia Freire. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Marcelo Bolshaw. Em conflito: conhecimento e confrontação. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 20, n. 3, setembro/dezembro 2013.

GRESPLAN, Jorge. Uma teoria para as crises. In: GRESPLAN, Jorge. **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Forms of talk**. Filadélfia: University of Pennsylvania, 1981.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca. **Passionate politics: emotions and social movements**. Chicago, University of Chicago Press, 2001.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder**. Barcelona: Herder, 2014.

HJARVARD, Stig. Mídiação: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**. V. 8 - Nº 1 jan./jun. 2014.

HERITAGE, John C. Etnometodologia. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

HERRING, Susan C. Computer-mediated conversation: introduction and overview. **Language@Internet**, article 2, 2010. Disponível em: <http://www.languageatinternet.org/articles/2010/2801>. Acesso em: 12 ago. 2016.

HERRING, Susan C. Interactional Coherence in CMC. In: **Journal of computer-mediated communication**, 4 (4), 1999.

HOEPFNER, Soraya Guimarães. Ensaio sobre o ódio – apologia da dúvida. In: **Revista Caderno Sesc_Videobrasil 12: metafluxus: 2016/2017**. São Paulo: Edições Sesc; São Paulo: Videobrasil, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLAND, J. **Una breve historia de la misoginia: el prejuicio mas antiguo del mundo**. Mexico: Editora Oceano, 2010.

HOLMES, Mary. The importance of being angry: anger in political life. **European Journal of Social Theory**, 7(2): 123–132, 2004.

JASPER, James. Emotions and the microfoundations of politics: rethinking ends and means. In: CLARKE, Simon; HOGGETT, Paul; THOMPSON, Simon. **Emotion, politics and society**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006. p. 14-30.

JASPER, James. The emotions of protest: affective and reactive emotions in and around social movements. **Sociological Forum**. V.13, n.3, 1998.

JASPER, James. **The art of moral protest: culture, biography and creativity in social movements**. University of Chicago Press. Chicago, 1997.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KEENAN, Andrew; SHIRI, Ali. Sociability and social interaction on social networking websites, **Library Review**, Vol. 58 Iss 6, 2009.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

KEHL, Maria Rita. O ressentimento camuflado da sociedade brasileira. **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n.71, mar. 2005.

KIM, Joohan; KIM, Eun Joo. Theorizing dialogic deliberation: everyday political talk as communicative action and dialogue, **Communication Theory**, v.18, 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Introdução à sociologia da emoção**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

KUSHNER, Harold S. **Quando coisas ruins acontecem às pessoas boas**. São Paulo: Nobel, 1988.

LEACH, Colin W.; SPEARS, Russell. Dejection at In-Group Defeat and Schadenfreude Toward Second- and Third-Party Out-Groups. **Emotion**, n. 5, v. 9. University of Amsterdam: Amsterdã, 2009.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 7. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

- LEVINSON, Stephen. **Pragmatics**. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Prefácio à edição brasileira. In: LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MARCUS, George. Emotions in politics. **Annual Review of Political Science**. V.3, 2000.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 13-67.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Interrelações entre estética e política: o papel das emoções, da experiência e da narrativa ficcional. **Anais do XIX Encontro da Compós**. PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, 2010.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A conversação informal na internet: aspectos afetivos e políticos. **Anais do XVIII Encontro da Compós**. PUC-MG, Belo Horizonte - MG, 2009.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2009.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Secularización, desencanto y reencantamiento massmediático. **Diálogos de la Comunicación**, Número 41. Lima: FELAFACS, 1995.
- MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: FIGUEIRA, S. (Org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 56-63.
- MEDEIROS, Amanda. Eis aqui um povo ressentido: narrativas de ódio em torno da morte de Marisa Letícia. **Anais do XI Encontro Nacional de História da Mídia**. São Paulo, 2017.
- MENEZES, Kátia. O discurso da crise: resistências que produzem consensos. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos. (Orgs.). **(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos**. São Paulo, EdUFSCar, 2016. p. 159-177.
- MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel: Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.
- MORUNO, Dolores Martín. On resentment. Past and present of an emotion. In: FANTINI, Bernardino; MORUNO, Dolores Martín; MOSCOSO, Javier. **On resentment: past and presente**. Cambridge: Cambridge Scholars, 2013. p. 1-16.

MOURA, Marco Aurélio. **O discurso do ódio em redes sociais**. Editora: Lura Editorial, 2016.

NATANSOHN, Graciela. (Org.). **Jornalismo de revista em redes digitais**. Salvador: EDUFBA, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. Tradução Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral**. Org. e trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano Demasiado Humano**: um livro para espíritos livres – vol. II. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

OLIVEIRA, Geilson Fernandes de; COELHO, Maria das Graças Pinto. Crise política e conflitos discursivos em redes sociodigitais: emoções, cultura e identidade no Brasil contemporâneo. **E-compós** (Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), v. 22, jan–dez, publicação contínua, 2019.

OLIVEIRA, Geilson Fernandes de; COELHO, Maria das Graças Pinto. A crise brasileira em revista: discursos prescritivos e sentimentos mediados. **Conexão** – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul – v. 17, n. 34, jul./dez. 2018.

OLIVEIRA, Luciana de; VIEIRA, Vanrochris Helbert. Nas tramas do discurso: sociabilidade comunicação cultura poder. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 33, p. 46-63 maio/ago. 2015.

O'REILLY, Tim. **What Is Web 2.0** - Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software. O'Reilly Publishing, 2005.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 28, Núm. 3 Setembro/Dezembro. 2013.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PARSONS, Talcott. **O Sistema das Sociedades Modernas**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

PEREZ-LIÑAN, Aníbal. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.

PINTO, Eduardo Costa et al. A guerra de todos contra todos: a crise brasileira. **IE - UFRJ Discussion paper**, TD 006, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2pXoEpl>. Acesso em: 03 maio 2017.

POTKAY, Adam. **The story of joy**: from the Bible to late Romanticism. Cambridge: Cambridge University Press, 2007

PRADO, José Luiz Aidar, PRATES, Vinicius. O afastamento de Dilma Rousseff: afetos e discursos em disputa na política. **Anais do XXVI Encontro Anual da Compós**. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 2017.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E-Compós**, Brasília, v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/153/154>. Acesso em: 09 nov. 2017.

PRIMO, Alex; SMANIOTTO, Ana Maria Reczek. Blogs como espaço de conversação: interações conversacionais na comunidade de blogs insanus. **E-Compós**, v. 1, nº 5, 2006.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre, Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel. Práticas de sociabilidade em sites de redes sociais: interação e capital social nos comentários dos fotologs. **Anais do XVII Encontro da Compós**. São Paulo, SP, 2008.

RECUERO, Raquel. Elementos para a análise da conversação na comunicação mediada pelo computador. **Revista Verso e Reverso**, V. 22, nº 51. São Leopoldo, 2008a. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/6995/3976>. Acesso em: 02 out. 2017.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Darcy. Brasil-Brasis. In: RIBEIRO, Darcy. **Utopia Brasil**. São Paulo: Hedra, 2008. p. 21-36.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Afinal o que é a mídia?**. Disponível em: <http://www.ciseco.org.br/index.php/artigos/279-afinal-o-que-e-a-midia>. Acesso em: 05 abr. 2016.

RODRIGUES, Adriano Duarte. A emergência dos campos sociais. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Reflexões sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Piauí. Editora Revan, 2000.

ROGERS, Richard. O fim do virtual. Os métodos digitais. **Lumina**, v. 10, n. 3, dez. 2016. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/644>. Acesso em: 14 abr. 2018.

ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções: problemas e métodos**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SACKS, H., SCHEGLOFF, E. E.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. In.: **VEREDAS** - Rev. Est. Ling, Juiz de Fora, v.7, n.1 e n.2, p.9-73, jan./dez. 2003.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SANTOS, Francisco Coelho dos; CIRPYANO, Cristina Petersen. Redes sociais, redes de sociabilidade. **RBCS**, Vol. 29, n° 85, 2014.

SCHEGLOFF, Emanuel E. Sequencing in conversational openings. In: GUMPERZ, J. J.; HYMES, Dell. (Eds.). **Directions in sociolinguistics**. New York, Holt, Rinehart e Winston, 1972. p. 1075-1095.

SCHOPENHAUER, Artur. **The Essays of Arthur Schopenhauer: on human nature**. Project Gutenberg (eBook): 2004.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

SENNETT, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SERRES, Michel. **Tempo de crise**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

SHIRKY, Clay. **A Cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SILVA, Maria Terezinha da; FRANÇA, Vera Regina Veiga. Jornalismo e noticiabilidade: quem constrói os valores-notícia?. **Anais do XXVI Encontro Anual da Compós**. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo-SP, 06 a 09 de junho de 2017.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. Culture of interaction. In: FRISBY, D.; M. FEATHERSTONE (Eds.). **Simmel on culture**. Londres: Sage, 2000.

SIMMEL, Georg. A Natureza Sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel: Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. Conflito e estrutura de grupo. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de Sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Simmel**: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. Apresentação. In: SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira (Org.). **A construção social das emoções**: corpo e produção de sentidos na comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 9-12.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SISTER, Sérgio. A crise do dinheiro solto. In: **O abc da crise**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOUSA, Cidoval Moraes de; SOUZA, Arão de Azevedo. **Jornadas de junho**: repercussões e leituras. [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso** - Da Escravidão à Lava Jato. São Paulo: LeYa, 2017.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STIGLITZ, J. et al. **Freefall**: America, free markets, and the sinking of the world economy. Nova York: Norton, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. Entupiu o sistema circulatório do capitalismo. In: SISTER, S. **O ABC da crise**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 67-70.

TAYLOR, Kathleen. Disgust is a factor in extreme prejudice. **British Journal of Social Psychology**, Vol. 46, p. 597–617, 2007.

THOMPSON, John B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**. V.12 - Nº 3, set./dez. 2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão; revisão da trad. Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Após a crise**: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WALTON, Stuart. **Uma história das emoções**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WARNER, William; HIRSCHBERG, Julia. Detecting Hate Speech on theWorldWideWeb. **Proceedings of the 2012 Workshop on Language in Social Media** (LSM 2012), pages 19–26, Montreal, Canada, June 7, 2012.

WATSON, Rod; GASTALDO, Edison. **Etnometodologia & Análise da conversa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

WOLAK, J. et al. How the emotions of public policy affect citizen engagement, public deliberation, and the quality of electoral choice. Paper presented at the **Annual Meetings of the American Political Science Association**, August, Philadelphia – Pennsylvania, 2003.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

APÊNDICES

Apêndice A - *Posts* referentes a crise mais comentados de cada mês nas revistas *Veja* e *Carta Capital*.

2015

JANEIRO

CARTA CAPITAL – "PETROBRAS NA TORMENTA Na primeira edição de 2015 de CartaCapital, conheça os riscos e ameaças que rondam a principal empresa brasileira. E mais: como a ""Guerra Fria"" do petróleo afeta o futuro da estatal. #jesuischarlie A chacina na Redação do jornal francês pode indicar uma nova estratégia na ofensiva jihadista que não se pode aceitar. A nova CartaCapital começa a circular nesta sexta-feira nas bancas, celulares e tablets de todo o País. ***** > Assine CartaCapital: <http://bit.ly/1fUKk5x> > Reportagens exclusivas no site: www.cartacapital.com.br". 357 comentários.

Data: 08/01/2015

Link:

www.facebook.com/CartaCapital/photos/a.398773133477440.85693.229151370439618/872290662792349/?type=3&theater

VEJA – Empreiteiras querem levar Lula e Dilma à roda da Justiça. 5548 comentários.

Data: 31/01/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10152887766950617

FEVEREIRO

CARTA CAPITAL – #tvCarta Impeachment, escolhas neoliberais, chances históricas desperdiçadas. O líder do MTST, Guilherme Boulos, fala a CartaCapital sobre o andamento do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. 1120 comentários.

Data: 17/02/2015

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_890985507589531

VEJA – Acuada, Dilma pede mobilização contra “golpismo”. 7350 comentários.

Data: 07/02/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10152905935160617

MARÇO

CARTA CAPITAL – #tvCarta Assista as opiniões dos manifestantes presentes na Avenida Paulista no último dia 15 de março. 4386 comentários.

Data: 16/03/2015

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_907431169278298

VEJA – Avenida Paulista reúne 240.000 pessoas, segundo a PM. Acompanhe ao vivo protestos contra Dilma > <http://abr.ai/18OV9tJ>. 7925 comentários.

Data: 15/03/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10152996972265617

ABRIL

CARTA CAPITAL – #tvCarta CartaCapital foi a avenida Paulista neste 12 de abril perguntar aos manifestantes sobre o projeto de terceirização aprovado na última semana na câmara dos deputados. Assista às respostas. 5164 comentários.

Data: 12/04/2015

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_921566767864738

VEJA – Lula se diz ‘indignado’ com corrupção – e defende o ex-presidente da Petrobras. 5824 comentários.

Data: 01/04/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153040395845617

MAIO

CARTA CAPITAL – O comerciante Elbio de Freitas Flores, de 65 anos foi fortemente hostilizado dentro de um avião por estar lendo uma edição de CartaCapital. O grupo de agressores ia de Porto Alegre a Brasília para participar do ato liderado pelo Movimento Brasil Livre pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. NOTA DA REDAÇÃO: Ao contrário da turba covarde – que só anda em bando –, CartaCapital e seus leitores são radicalmente democratas e defendem a diversidade e a pluralidade de opiniões. E temos orgulho. Leia mais e assista ao vídeo: <http://bit.ly/1dAF26m>. 888 comentários.

Data: 28/05/2015

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_943298739024874

VEJA – Governo anuncia corte de R\$ 69,9 bi: educação, saúde e cidades são afetadas. 6256 comentários.

Data: 22/05/15

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153161698120617

JUNHO

CARTA CAPITAL – O apresentador Jô Soares teve uma ameaça de morte pichada em frente ao prédio em que mora, em São Paulo, após a repercussão da entrevista que fez com a presidenta Dilma Rousseff: <http://buff.ly/1BB3wqW>. 405 comentários.

Data: 20/06/2015

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_954732727881475

VEJA – Governo atrasa repasses de verbas para a gestão do Bolsa Família. 6505 comentários.

Data: 01/06/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153199143465617

JULHO

CARTA CAPITAL – "Durante o pronunciamento de Eduardo Cunha em rede nacional na noite desta sexta-feira, houve panelaço em diversos bairros de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, entre outras cidades. Neste vídeo, o panelaço no Centro de São Paulo, na Praça da República. Na TV, Cunha exaltou a ""independência"" do Congresso e evitou falar da acusação de que recebeu 5 milhões de dólares em propina: <http://bit.ly/1THWIMA>". 779 comentários.

Data: 17/07/2015

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_971237259564355

VEJA – Do Radar On-line - Lauro Jardim

Dilma diz que ministros vão viajar pelo país promovendo o governo. 7913 comentários.

Data: 15/07/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153302851555617

AGOSTO

CARTA CAPITAL – Perguntamos a quem foi no ato desta quinta-feira 20 o que eles diriam a quem participou das manifestações de domingo 16 contra o governo. Assista às respostas: 1521 comentários.

Data: 21/08/2015

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_989086111112803

VEJA – Do Radar On-line - Lauro Jardim

Lula vai começar suas andanças pelo país para defender o governo. Saiba onde começa essa viagem. 5994 comentários.

Data: 19/08/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153385687875617

SETEMBRO

CARTA CAPITAL – O juiz Sérgio Moro, a Operação Lava Jato, a Operação Mãos Limpas e a corrupção no Brasil são os temas da conversa entre o editor do site, Lino Bocchini, e o diretor de redação, Mino Carta. Assista: 143 comentários.

Data: 04/09/2015

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_996602567027824

VEJA – Governo já cortou quase 800 mil famílias do Bolsa Família. 5333 comentários.

Data: 12/09/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153439718180617

OUTUBRO

CARTA CAPITAL – Na volta dos protestos pela derrubada de [Dilma Rousseff](#), um pequeno grupo de pessoas se reuniu no final da tarde desta segunda-feira 19 no Largo da Batata, em São Paulo. Os organizadores distribuíram plaquinhas e cartazes contra Dilma e [Lula](#) e foram entoando palavras de ordem como “Lula cachaceiro, cadê o meu dinheiro?”. O presidente da Câmara, [Eduardo Cunha](#), foi poupado. O peemedebista, que teve contas milionárias na Suíça reveladas pelo Ministério Público do país europeu e é acusado de se beneficiar da corrupção na Petrobras, não foi citado em nenhum cartaz, placa, faixa ou discurso. Os protestos contra Dilma, que já chegaram a reunir mais de 100 mil pessoas em São Paulo, desta vez juntaram de “300 a 500 pessoas”, segundo estimativas da Polícia Militar presente no local. [CartaCapital](#) esteve no ato e perguntou aos manifestantes o que os motivou a ir para a rua. Assista: 7.4 mil comentários.

Data: 20/10/2015

Link: <https://www.facebook.com/CartaCapital/videos/1018067151548032/>

VEJA – Ex-presidente completa hoje 70 anos – e mandou cancelar a festa

Lula culpa Dilma por operação da PF que investiga seu filho. 3768 comentários.

Data: 27/10/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153525502790617

NOVEMBRO

CARTA CAPITAL – "Delfim Netto: ""As pedaladas fiscais de fato existiram. Mas elas sempre existiram, nos estados, nos municípios, na União. [Usar como motivo para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff] é um tapetão. O Brasil não é uma pastelaria. Aturar esse governo até o final de 2018 é um processo didático fundamental, temos que aprender que o voto tem consequência"". As declarações do economista são do evento As

Empresas Mais Admiradas, promovido por CartaCapital no último dia 26 de outubro." 175 comentários.

Data: 03/11/2015

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1024414537579960

VEJA – Caminhoneiros interditam rodovias federais em cinco Estados: eles querem a saída de Dilma Rousseff > <http://abr.ai/1SbXD6q>. 5826 comentários.

Data: 09/11/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153548491820617

DEZEMBRO

CARTA CAPITAL – A aliança de Eduardo Cunha e Michel Temer os lança em uma tentativa golpista para conseguir o impeachment de Dilma Rousseff e prosseguir com seus projetos de poder. Este é o tema da reportagem de capa da nova edição de CartaCapital, que começa a circular na sexta-feira nas bancas, tablets e celulares. Assine aqui e garanta a sua ----> <http://bit.ly/1yPb7gi> Aproveite e dê uma olhadinha no site: www.cartacapital.com.br. 2072 comentários.

Data: 10/12/2015

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1040466689308078

VEJA – Presidente da Câmara acatou argumentos apresentados pelos juristas Hélico Bicudo e Miguel Reale. Processo será votado em plenário

Eduardo Cunha dá largada em processo de impeachment de Dilma Rousseff | Veja.com. 5391 comentários.

Data: 02/12/2015

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153589838075617

2016

JANEIRO

CARTA CAPITAL – É um cerco ao Lula na busca desesperada de uma mazela, de um desliz, de uma escorregada que seja capaz de criar uma enorme dificuldade para ele, afirma, Mino Carta. Na #tvCarta, o diretor de Redação de CartaCapital comenta a cobertura midiática sobre um acontecimento recente envolvendo o ex-presidente. Assista. ----- Assine CartaCapital: <http://bit.ly/AssineCarta>. 632 comentários.

Data: 30/01/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1066455743375839

VEJA – Luis Cláudio Lula da Silva recebeu da empresa de Mauro Fernandes, preso na Operação Zelotes, R\$ 2,5 milhões. Ex-presidente, mais uma vez, repete discurso de que nada sabia > <http://abr.ai/11D0aMr>. 3519 comentários.

Data: 22/01/2016

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153692678445617

FEVEVEIRO

CARTA CAPITAL – LAVA JATO, ONDE QUER CHEGAR? : Ao completar dois anos, a operação perde repercussão e mira em Lula para se manter em foco Direto do fechamento, nosso diretor de Redação Mino Carta comenta a capa da nova edição de CartaCapital que começa a circular nas bancas, tablets e celulares. Assista. ----- Assine CartaCapital: <http://bit.ly/Assinecarta>. 244 comentários.

Data: 11/02/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1073539826000764

VEJA – Lula posa de vítima na TV. Brasil responde com panelaço. 6361 comentários.

Data: 23/02/2016

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153757127495617

MARÇO

CARTA CAPITAL – A Tropa de Choque da Polícia Militar desocupou nesta sexta-feira 18 a pista da Avenida Paulista, em São Paulo, que desde a noite de quinta-feira 17 estava bloqueada por manifestantes que pedem o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Momentos antes da desocupação, feita com bombas de gás pimenta e jatos de água, representantes dos manifestantes favoráveis a deixar o local tentaram convencer colegas que insistiam em permanecer, mas não tiveram sucesso. Na tarde desta sexta-feira, grupos favoráveis ao governo farão um protesto na mesma avenida e há o temor de confronto entre as partes. 1154 comentários.

Data: 18/03/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1094618213892925

VEJA – Mais VEJA nas bancas; VEJA digital gratuita: os brasileiros precisam saber o que está acontecendo VEJA vem acompanhando os passos da Operação Lava Lato, com notícias exclusivas e em primeira mão sobre o maior escândalo de corrupção brasileiro. Nesta semana, ampliamos o acesso à informação. Acesse gratuitamente VEJA digital na App Store (<http://abr.ai/1fawgNe>) e no Google Play (<http://abr.ai/1TbMO5M>). 6255 comentários.

Data: 20/03/2016

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153824494490617

ABRIL

CARTA CAPITAL – "O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) disse que o processo de impeachment não poderia ser conduzido por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), réu no STF, e lembrou que, caso Dilma Rousseff seja afastada, Cunha será vice de Michel Temer. ""Isso é mais grave ainda"", disse. Por Debora Melo e Rodrigo Martins. Acompanhe: www.cartacapital.com.br/politica/o-impeachment-na-camara". 723 comentários.

Data: 17/04/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1116719435016136

VEJA – Grupo Carreta Furacão se apresenta na Avenida Paulista e manifestantes celebram aprovação do impeachment, que agora segue para o Senado. 11.6 mil comentários.

Data: 17/04/2016

Link: <https://www.facebook.com/Veja/videos/10153905338470617/>

MAIO

CARTA CAPITAL – "Na estreia de Aquarius - Filme em Cannes, a equipe e o elenco do novo longa de Kleber Mendonça Filho protestaram contra o impeachment no tapete vermelho com cartazes que diziam ""O Brasil não é mais uma democracia"" e ""O mundo não pode aceitar esse governo ilegítimo"". Assista no vídeo que tem imagens de Flavia Guerra, enviada especial do TelaTela ao 2016 Cannes Film Festival". 1703 comentários.

Data: 17/05/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1134842853203794

VEJA – Eduardo Cunha concede entrevista após o STF confirmar seu afastamento. Confira detalhes do julgamento <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/por-unanimidade-stf-afasta-eduardo-cunha-do-mandato>. 9501 comentários.

Data: 05/05/2016

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10153941778885617

JUNHO

CARTA CAPITAL – AO POVO, A DECISÃO - O desastre do governo interino; impeachment em xeque; instituições falidas; caos político, econômico e social. O plebiscito é a saída. Mino Carta: Carta aberta a Dilma Rousseff. Direto do fechamento, nosso diretor de redação Mino Carta comenta a edição 905 de CartaCapital, que começa a circular nas bancas, tablets e celulares. Assista. ----- Assine CartaCapital: <http://bit.ly/Assinecarta>. 505 comentários.

Data: 09/06/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1148383588516387

VEJA – Parecer limita a utilização das aeronaves apenas para voos ao Rio Grande do Sul, onde a presidente afastada reside. 'É um escândalo', disse a petista.

Governo Temer restringe uso de avião da FAB por Dilma, que reclama. 2290 comentários.

Data: 03/06/2016

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10154004143605617

JULHO

CARTA CAPITAL – OS APUROS DE TEMER - Um tribunal internacional condena o impeachment e novos constrangimentos esperam pelo interino na Olimpíada Direto do fechamento, nosso diretor de redação Mino Carta comenta a edição 911 de CartaCapital, que começa a circular nas bancas, tablets e celulares. Assista. ----- Assine CartaCapital: <http://bit.ly/Assinecarta>. 260 comentários.

Data: 21/07/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1174418762579536

VEJA – Silvio Navarro e Augusto Nunes comentam o dia em que Lula virou réu. 3164 comentários.

Data: 29/07/2016

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10154137073225617

AGOSTO

CARTA CAPITAL – 'Jogo de Carta' ao vivo com Gregorio Duvivier ----- Assine CartaCapital: <http://bit.ly/-AssineCartaCapital->. 3488 comentários.

Data: 31/08/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1206487462705999

VEJA – Também falando em "golpe", governo do Equador anunciou a mesma medida #VEJA. Maduro rompe relações com Brasil e chama embaixador de volta após impeachment. 15901 comentários.

Data: 31/08/2016

Link: <https://www.facebook.com/Veja/posts/10154225344015617>

SETEMBRO

CARTA CAPITAL – TEMER CONFESSA EM DISCURSO: FOI GOLPE Durante encontro com empresários em Nova York, Temer diz que a presidenta Dilma Rousseff foi derrubada por não ter aceito implementar o programa “Ponte para o Futuro” do PMDB. Com isso, corrobora a tese da defesa de Dilma segundo a qual os supostos crimes de responsabilidade atribuídos a ela tratavam-se de pretextos para remover a presidente eleita e aplicar programa rejeitado pelas urnas em 2014. A fala foi destacada em primeira mão pelo The Intercept Brasil. Leia o passo a passo até a queda de Dilma: <http://bit.ly/2cJ80ke>. 2275 comentários.

Data: 23/09/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1227364157284996

VEJA – A Câmara decide o futuro de Cunha

Transmissão ao vivo sessão da Câmara. 11143 comentários.

Data: 12/09/2016

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10154259586465617

OUTUBRO

CARTA CAPITAL – Programa Jogo de Carta com Lindbergh Farias #AoVivo pela #tvCarta aborda questões importantes para o Brasil atual como a #PEC 241, a crise do governo Temer, os desdobramentos da Lava Jato e os rumos do PT. Participe, deixe seus comentários e perguntas no chat ————— Assine CartaCapital: <http://bit.ly/-AssineCartaCapital->. 2826 comentários.

Data: 26/10/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1259834237371321

VEJA – PT já tem a pior eleição em vinte anos. 3970 comentários.

Data: 02/10/2016

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10154313437225617

NOVEMBRO

CARTA CAPITAL – Na capa de #CartaCapital desta semana: O mundo vira à direita Edição 928 começa a circular nas bancas, tablets e celulares. ----- Assine CartaCapital: http://bit.ly/assine_CartaCapital_. 1269 comentários.

Data: 18/11/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1286758788012199

VEJA – Em votação na madrugada, deputados decidiram vetar 6 dos 10 pontos propostos pelo MP. Saiba como votou cada um deles: <http://abr.ai/2gJh5we>

*Enquete: Você aprovou a decisão do congresso sobre o pacote anticorrupção?. 19773.

Data: 30/11/2016

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10154485069080617

DEZEMBRO

CARTA CAPITAL – Deixe sua opinião

*No governo Temer o combate à corrupção ficou pior ou melhor?

Enquete. 2467 comentários.

Data: 01/12/2016

Link: https://www.facebook.com/229151370439618_1301471183207626

VEJA – Pelo visto, esqueceram que a última intervenção provisória do tipo durou 21 anos. (via Radar On-line) #VEJAColunistas. Um em cada três brasileiros apoia uma intervenção militar. 4138 comentários.

Data: 20/12/2016

Link: https://www.facebook.com/109597815616_10154554823555617